

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAUTÊ FREDERICO GALLARDO MARCIEL DE OLIVEIRA

OS SABERES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE
TELHA: A LUTA CONTRA-COLONIAL E O PENSAMENTO QUILOMBISTA

CURITIBA

2022

TAUTÊ FREDERICO GALLARDO MARCIEL DE OLIVEIRA

OS SABERES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE
TELHA: A LUTA CONTRA-COLONIAL E O PENSAMENTO QUILOMBISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente
Orientador: Professor Dr. Dimas Floriani

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Oliveira, Tautê Frederico Gallardo Marciel de

Os saberes da resistência negra no Quilombo Invernada Paiol
de Telha: a luta contra-colonial e o pensamento quilombista. /

Tautê Frederico Gallardo Marciel de Oliveira. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese em Sociologia) – Universidade Federal do
Paraná, Setor de Ciências Humanas', Programa de Pós-
Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani.

1. Quilombos - Paraná. 2. Genealogia - Quilombolas.
3. Negros – Usos e costumes. 4. Territorialidade humana.
I. Pacher, Dimas Floriani. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária : Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

ATA Nº09

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM SOCIOLOGIA

No dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e dois às 09:00 horas, na sala Virtual, DECISO - UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **TAUTÊ FREDERICO GALLARDO MARCIEL DE OLIVEIRA**, intitulada: **OS SABERES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA: A LUTA CONTRA-COLONIAL E O PENSAMENTO QUILOMBISTA**, sob orientação do Prof. Dr. DIMAS FLORIANI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: DIMAS FLORIANI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ALEXANDRO DANTAS TRINDADE (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), NICOLAS FLORIANI (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA), CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, DIMAS FLORIANI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 25 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

26/03/2022 11:03:37.0

DIMAS FLORIANI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/03/2022 12:38:57.0

ALEXANDRO DANTAS TRINDADE

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/03/2022 18:52:24.0

NICOLAS FLORIANI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

25/03/2022 17:49:07.0

CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 168556

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 168556



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **TAUTÊ FREDERICO GALLARDO MARCIEL DE OLIVEIRA** intitulada: **OS SABERES DA RESISTÊNCIA NEGRA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA: A LUTA CONTRA-COLONIAL E O PENSAMENTO QUILOMBISTA**, sob orientação do Prof. Dr. DIMAS FLORIANI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica
26/03/2022 11:03:37.0
DIMAS FLORIANI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
30/03/2022 12:38:57.0
ALEXANDRO DANTAS TRINDADE
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
28/03/2022 18:52:24.0
NICOLAS FLORIANI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica
25/03/2022 17:49:07.0
CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

DECLARAÇÃO

Declaramos que a sessão de defesa do doutorado de Tautê Frederico Gallardo Marciel de Oliveira contou com a participação especial da Mestra Lucely Moraes Pio. A convidada é detentora de notório saber, pesquisadora e professora da comunidade quilombola do Cedro, localizada em Mineiros, no estado de Goiás. Ela é especialista em fitoterápicos e curas tradicionais, raizeira, geoterapeuta e conselheira da Rede Cerrado. Realizou o curso de manipulação e fórmulas de remédios caseiros pelo Hospital de Medicina Alternativa em Goiânia (GO) e o curso de manipulação de tinturas pela Faculdade de Farmácia da UnB (Brasília, DF). Sócia fundadora e secretária da Associação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado. Foi professora no Projeto Encontro de Saberes na UnB entre 2010 e 2013. Sua participação especial na banca como convidada de honra, é uma maneira de homenagear à sabedoria ancestral das populações quilombolas e tradicionais e aos saberes culturais historicamente enraizados e abordados na tese.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Prof. Dr. Dimas Floriani
Presidente da banca de defesa e orientador

Prof.ª Dr.ª Simone Meucci
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia



Dedico esta tese a minha mãe, Dora Aida Gallardo e a meu pai Gerson Marciel de Oliveira, protagonistas em minha trajetória intelectual, política e cultural. Dedico também às lideranças quilombolas do território Invernada Paiol de Telha, como uma singela homenagem em face da histórica resiliência na busca por justiça e a verdade. Este trabalho também é dedicado aos quilombolas do Cedro, especialmente para a mestra Lucely Moraes Pio, por seu trabalho de cuidado e amor para com a humanidade. Por fim, dedico ao professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, por toda dedicação educacional na vida de muitos alunos, permanecerá em nossa memória de forma indelével.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que, direta e/ou indiretamente, contribuíram para a elaboração e desenvolvimento do presente trabalho.

Minha profunda gratidão aos quilombolas do Paiol de Telhas ainda vivos e mesmo os que já não estão entre nós, por autorizar e confiar a mim a possibilidade de resgatar um pouco da saga dos herdeiros do Fundão, suas memórias e tradições de luta na reconquista do território. Especificamente agradeço a Sra. Ana Maria da Cruz, Danielly Rocha dos Santos, Domingos Gonçalves Guimarães, João Marques Trindade e Jucemara dos Santos. Lideranças quilombolas de fundamental relevância na sistemática e incansável defesa dos direitos ancestrais de permanência nas terras dos antepassados negros.

A minha Mãe, Dora Aida Gallardo, por seu estímulo, amor incondicional e determinação no sentido de sempre garantir o melhor para todos nós, seus seis filhos e demais netos.

A Meu Pai Gerson Marciel de Oliveira, figura ímpar neste processo, que tanto nas broncas, nas “duras” e também nos incentivos, no carinho e amor me ajudou a erigir os alicerces para meu êxito ao longo deste processo.

A Otávio Lucas Gallardo de Oliveira, meu filho e maior motivação para trabalhar, estudar e continuar lutando no sentido de garantir minha convivência e direitos paternos.

Ao Professor Dimas Floriani, meu orientador e amigo, nos diálogos informais, nas orientações técnicas, ensejando minha chegada e conclusão de minha tese mesmo diante de minha inconsistência e dificuldades acadêmicas.

Agradecemos sinceramente ao professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, intelectual de grande importância na luta contra as iniquidades raciais no Brasil, e lamentamos profundamente sua partida destacando seu legado acadêmico.

A todos os professores e professoras do PPGS-UFPR, especificamente agradeço a colaboração da professora Marlene Tamanini e a dedicação do secretário Katiano Miguel Cruz.

Agradeço à Júlia Conceição da Silva pelos livros, apoio e diálogos nesse processo, também meu reconhecimento e gratidão à Dra. Luciane Maria Takahashi Kischlat pelo amparo e auxílio com os medicamentos homeopáticos, os conselhos e orientações. Ambas foram decisivas para o findar da árdua trajetória de pesquisa.

“Condenada a sobreviver rodeada ou permeada de hostilidade, a sociedade afro-brasileira tem persistido nesses quase quinhentos anos sob o signo de permanente tensão. Tensão esta que consubstancia a essência e o processo do quilombismo.”

Abdias do Nascimento

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as formas de resistência territorial e cultural da saga de luta dos quilombolas do território Invernada Paiol de Telha na cidade de Reserva do Iguaçu, no estado do Paraná. Para tanto contextualizamos a luta quilombola a partir das transformações políticas, culturais e epistemológicas na segunda metade do século XX e início do século XXI, no que tange aos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais. Estabelecendo um paralelo com outros territórios tradicionais. Não obstante o escopo é compreender a partir dos relatos orais, da inserção e convivialidade na comunidade e dos trabalhos e pesquisas sobre a temática, como as mais variadas formas de preservação das tradições ancestrais, ainda que em um contexto de esfacelamento cultural, pode caracterizar-se como um saber tradicional, o saber elaborado ou que emerge da resistência negra quilombola e retroalimenta-se a partir das mais variadas formas simbólicas e concretas de preservação da memória antiescravista. Nesse sentido a cosmologia e as cosmovisões quilombolas ao estabelecerem diálogos com o pensamento transdisciplinar e complexo também se afirmam como uma matriz não eurocêntrica de resistência das comunidades tradicionais negras. Conjuntamente o projeto quilombista pode aglutinar-se e sustentar as formas de manutenção da ancestralidade, foi esse o cenário identificado na trajetória dos herdeiros do Fundão. Na esteira da luta pela reconquista do território construíram mecanismos descolonias e contra-coloniais de organização e ação política ancorada em uma chama espiritual indutora de profunda resiliência para retomada, ainda que parcial, do território expropriado ao longo do século XX.

Palavras-chave: Paiol de Telha; Resistência; Saber Tradicional; Cosmologia, Cosmovisão Quilombola.

ABSTRACT

The objective of the present work is to analyze the forms of territorial and cultural resistance of the saga of struggle of the quilombolas of the Invernada Paiol de Telha territory in the city of Reserva do Iguaçu, in the state of Paraná. In order to do so, we contextualize the quilombola struggle from the political, cultural and epistemological transformations in the second half of the 20th century and the beginning of the 21st century, regarding the rights and guarantees of traditional peoples and communities. Establishing a parallel with other traditional territories. Nevertheless, the scope is to understand, from oral reports, the insertion and conviviality in the community and the works and research on the subject, how the most varied forms of preservation of ancestral traditions, even in a context of cultural breakdown, can characterize- if as a traditional knowledge, the knowledge elaborated or that emerges from the black quilombola resistance and feeds back from the most varied symbolic and concrete forms of preservation of the antislavery memory. In this sense, Quilombola cosmology and cosmovisions, when establishing dialogues with transdisciplinary and complex thinking, also assert themselves as a non-Eurocentric matrix of resistance of traditional black communities. Together, the Quilombista project can coalesce and support the ways of maintaining ancestry, this was the scenario identified in the trajectory of Fundão's heirs. In the wake of the struggle for the reconquest of the territory, decolonial and counter-colonial mechanisms of organization and political action were built, anchored in a spiritual flame that induces deep resilience for the resumption, albeit partial, of the territory expropriated throughout the 20th century.

Keywords: Paiol de Telha; Resistance; Traditional Knowledge; Cosmology, Quilombola Cosmovision

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, FIGURAS E IMAGENS

ILUSTRAÇÃO Nº 1 - DOAÇÕES QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA	40
ILUSTRAÇÃO Nº 2 - ENTREGA DOAÇÕES QUILOMBO	40
ILUSTRAÇÃO Nº 3 - REUNIÃO UNITINERANTE, REBOUÇAS	42
ILUSTRAÇÃO Nº 4 – ENCONTRO DAS MULHERES QUILOMBOLAS E BENZEDEIRAS – I	43
ILUSTRAÇÃO Nº 5 – ENCONTRO DAS QUILOMBOLAS E BENZEDEIRAS – II	43
ILUSTRAÇÃO Nº 6 – TERRITÓRIO BARRANCO – MÃE ONDINA DE JESUS	46
ILUSTRAÇÃO Nº 7 – TERRITÓRIO INVERNADA – RESERVA DO IGUAÇU.....	47
ILUSTRAÇÃO Nº 8 - MAPA DA COMUNIDADE DO CEDRO - GO	100
ILUSTRAÇÃO Nº 9 - COZINHA QUILOMBOLA - CEDRO.....	109
ILUSTRAÇÃO Nº 10 – CASA QUILOMBOLA – CEDRO.....	109
ILUSTRAÇÃO Nº 11 – HORTO FLORESTAL – MESTRA LUCELY PIO.....	111
ILUSTRAÇÃO Nº 12 – MAPA DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA	114
ILUSTRAÇÃO Nº 13 – MESTRA FIOTA – TERRITÓRIO KALUNGA	116
ILUSTRAÇÃO Nº 14 – CASA QUILOMBOLA - KALUNGAS.....	118
ILUSTRAÇÃO Nº 15 - COZINHA KALUNGA.....	119
ILUSTRAÇÃO Nº 16 – COMUNIDADE VÃO DE ALMAS	119
ILUSTRAÇÃO Nº 17 – O PARENTESCO ESPIRITUAL DOS ESCRAVIZADOS.....	138
ILUSTRAÇÃO Nº 18 – FOTOGRAFIA SATÉLITE DO TERRITÓRIO	139
ILUSTRAÇÃO Nº 19 – ACAMPAMENTO BARRANCO	146
ILUSTRAÇÃO Nº 20 – DISTRITO DE ENTRE RIOS	150
ILUSTRAÇÃO Nº 21 – GRÁFICO ORÇAMENTO FEDERAL.....	156
ILUSTRAÇÃO Nº 22 – MAPA EXPLICATIVO DO PAIOL DE TELHA.....	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	-	Associação Brasileira de Antropologia
ANC	-	Assembleia Nacional Constituinte
APP	-	Associação de Professores do Paraná
CASLA	-	Casa Latino Americana
CeBA	-	Centro de Estudo Brasil África
CECAN	-	Centro de Cultura e Arte Negra
CONAQ	-	A Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPEL	-	Companhia Paranaense de Energia
E.G.	-	Educação Geral
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Imaterial
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCTI	-	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa
MEC	-	Ministério da Educação
MINC	-	Ministério da Cultura

MNU	-	Movimento Negro Unificado
MSN	-	Movimento Social Negro
MPT	-	Ministério Público do Trabalho
NUER	-	Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas
OIT	-	Organização Mundial do Trabalho
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAA	-	Políticas de Ação Afirmativa
PF	-	Polícia Federal
PT	-	Partido dos Trabalhadores
SinBA	-	Sociedade de Intercâmbio Brasil África
STF	-	Supremo Tribunal Federal
TACS	-	Termos de Ajuste de Conduta
UECE	-	Universidade Estadual do Ceará
UFCA	-	Universidade Federal do Cariri
UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA	-	Universidade Federal do Pará
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFRS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSB	-	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNICAMP	-	Universidade de Campinas
UnB	-	Universidade de Brasília
USP	-	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 O TERRITÓRIO QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA: CONSTRUINDO O PERCURSO DA PESQUISA	22
1.1. A DIMENSÃO PESSOAL, SOCIAL E EPISTÊMICA DA PESQUISA	22
1.1.1. <i>Os diálogos introdutórios com a temática: à guisa de reflexões intersubjetivas</i>	22
1.1.2. <i>Concebendo a pesquisa a partir dos pressupostos étnico-raciais</i>	23
1.2. O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E OS IMPACTOS NA PESQUISA	31
1.2.1. <i>Elaborando uma tese em tempos de retrocessos civilizatórios e pandêmicos</i>	31
1.2.2. <i>Construindo a interface com a temática, com os atores e protagonistas da pesquisa</i>	41
1.3. A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA E O DIÁLOGO COM OS SABERES QUILOMBOLAS	49
1.3.1. <i>Das Políticas Afirmativas às epistemes tradicionais: as tensões de uma pesquisa transdisciplinar</i>	52
1.3.2. <i>Os problemas da pesquisa: desafios, objetivos, e os limites na interpretação da historicidade quilombola</i>	57
CAPÍTULO 2 A RECONFIGURAÇÃO SIMBÓLICA E POLÍTICA DA LUTA QUILOMBOLA NO SÉCULO XX	62
2.1 A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA NEGRA E A EMERGÊNCIA DA NARRATIVA QUILOMBOLA: ALGUNS APORTES SEMÂNTICOS	64
2.2 O MOVIMENTO NEGRO, JUSTIÇA SOCIAL E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	72
2.3 OS AVANÇOS NA PAUTA QUILOMBOLA NO SÉCULO XX: O MOVIMENTO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	78
2.4 A IMPORTÂNCIA DO DECRETO Nº 4.887/03 E DA CONVENÇÃO Nº 169 PARA RESSIGNIFICAÇÃO DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA	83
2.5 BREVE CONCLUSÃO	91
CAPÍTULO 3 OS POVOS DA FLORESTA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO E ANCESTRALIDADE	93
3.1. O QUILOMBO DO CEDRO: A CURA E A SABEDORIA DOS MESTRES E MESTRAS DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS	99
3.2. A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO KALUNGA: A RESISTÊNCIA FUNDADA NO BIOMA DO CERRADO	112
3.3. A RESISTÊNCIA NEGRA E INDÍGENA NO PACÍFICO COLOMBIANO	121
3.4. BREVE CONCLUSÃO	127

CAPÍTULO 4 AS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA	130
4.1. INVERNADA PAIOL DE TELHA: A LUTA SECULAR PELO DIREITO À TERRA	135
4.2. AS TERRAS DO ASSENTAMENTO: UMA ESTRATÉGIA INEFICAZ DE PULVERIZAÇÃO DA LUTA ANCESTRAL	149
4.3. NO CREPÚSCULO DO SÉCULO XXI: A RETOMADA DO TERRITÓRIO E A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NO PARANÁ	153
4.4. BREVE FECHAMENTO	160
CAPÍTULO 5 QUILOMBOLAS E O QUILOMBISMO: FUNDAMENTOS DA DESCOLONIZAÇÃO E CONTRA-COLONIZAÇÃO	164
5.1. O QUILOMBISMO COMO ELEMENTO CONCEITUAL E ESPIRITUAL PARA LUTA QUILOMBOLA	165
5.2. O QUILOMBISMO E O CONTRA-COLONIALISMO COMO FERRAMENTAS DE RUPTURA AO EUROCENTRISMO	171
5.3. “NEGO BISPO”: TEORIA E A <i>PRÁXIS</i> DE UMA COSMOLOGIA QUILOMBOLA	177
5.4. BREVE FECHAMENTO	188
UMA CONCLUSÃO, PARA AVANÇARMOS COM O DEBATE	190
REFERÊNCIAS Artigos, Dissertações, Entrevistas, Livros, Monografias e Teses.	196
Depoimentos, Documentários, Palestras e Demais Vídeos Disponíveis na Plataforma Youtube	221

INTRODUÇÃO

O quilombo Invernada Paiol de Telha Fundão e a saga dos quilombolas expulsos do território entre as décadas de 1960 e 1970, produziu consequências históricas, psicológicas, políticas e sociais para a coletividade negra herdeira das terras. Esse cenário impactou a memória, cultura e saberes, estruturados a partir da vida na localidade, trazendo consequências para a região, pela ausência da diversidade negra e suas tradições. Nesse contexto, o esbulho gerou a pauperização material, simbólica e espiritual de muitas famílias, cindidas e esfaceladas no contexto histórico do epistemicídio cultural e civilizatório nas terras paranaenses entre os séculos XIX e XX.

Nesse contexto, nossa pesquisa pretende analisar e resgatar a luta quilombola pela manutenção do território Invernada Paiol de Telha na cidade de Reserva do Iguaçu, centro sul do estado do Paraná. Onde esse contexto histórico foi deflagrado ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI. Nosso escopo de análise são os saberes tradicionais, a historicidade e a memória quilombola, como elementos estruturantes da luta negra e suas múltiplas formas de resistência política cultural e espiritual. Nesse universo, entendemos que os saberes foram ressignificados em função da disputa, gerando uma episteme específica, que passamos a denominar Saber da Resistência; pois é indutora de resiliência fundada nos micros e macro saberes da memória ancestral.

Por conseguinte, o Saber da Resistência ou a Resistência dos Saberes, consolida-se como instrumento de descolonização cultural, epistêmica e mental, corroborando as formulações teóricas do mestre tradicional Antônio Bispo dos Santos e sua contra-colonização. Bem como a filosofia cultural e política caracterizada como Quilombismo do intelectual Abdias do Nascimento. Nesse cenário, os saberes da resistência étnico-racial estão fundados nas tradições e narrativas contra o colonialismo e o eurocentrismo presentes no estado do Paraná.

Na *práxis* de vida das lideranças quilombolas há uma discursividade política e uma consciência étnico-racial, fundada no pertencimento territorial, onde os saberes se manifestam nos processos de resistência e se afirmam como política no contexto agrário brasileiro. Com efeito, contribuindo para a preservação do patrimônio epistêmico fundado na história e memória dos escravizados e de seus descendentes. A vivência no território tradicional corrobora a manutenção e a preservação dos saberes conectados às dimensões políticas, filosóficas e comunitárias.

Desse modo, partimos das narrativas orais, das experiências de convívio com as lideranças locais no âmbito das vivências ao longo do ano de 2019, além de outros contatos remotos e presenciais nos anos de 2020 e 2021. Por meio dos depoimentos, testemunhos e entrevistas realizadas com os múltiplos protagonistas que carregam o signo da luta no combate ao racismo e às práticas de violência no campo. Esses sistemas persecutórios são materializados na grilagem de terras e nos discursos de ódio, como ocorreu no Paiol de Telha. Para tanto, organizamos o presente trabalho em cinco capítulos, visando discutir a história do território em questão e construir diálogos com as teorias decoloniais e contra-coloniais. Tendo como pressuposto que os quilombolas detêm cosmologias capazes de interagir com as teorias eurocêntricas e passíveis de interpretar e exteriorizar ao mundo moderno, suas realidades e particularidades culturais.

Portanto, no Capítulo 1 apresentamos as justificativas teóricas e epistemológicas da pesquisa, os problemas metodológicos e as dimensões objetivas e subjetivas de aproximação com a temática, além de explicitar nossa trajetória acadêmica que influenciou nas escolhas epistemológicas. Ao realizar esse movimento, discutimos também os efeitos dos retrocessos políticos e históricos vividos nos últimos anos e complexificados pela pandemia e seus impactos sobre a presente pesquisa e na população afro-brasileira do campo e da cidade.

No Capítulo 2 tematizamos a luta dos negros e do movimento negro na reivindicação por justiça social, o que influenciou os dispositivos jurídicos, constitucionais e demais instrumentos legais para o reconhecimento e valorização dos povos e comunidades. Gerando transformações de identidade, como nas comunidades rurais negras, que passaram a se autoidentificar como comunidades quilombolas. Essa luta estava fundada na memória e ancestralidade dos descendentes dos escravizados e foi ressignificada em função dos avanços pautados pelo movimento negro. Todo esse cenário teve como referencial imagético e simbólico o quilombo dos Palmares, um importante referencial contras as iniquidades raciais e territoriais.

De forma análoga, a luta no Paiol de Telha remete às grandes epopeias, pois foram mais de oitenta anos de disputa para reintegrar ainda que parcialmente o território, na esteira da resiliência estruturada no Saber da Resistência, com seu caráter político, cultural e ancestral. Nesse sentido, as demandas quilombolas não estão exclusivamente centradas nos processos de reocupação parcial do território Invernada Paiol de Telha. Mas também na adaptação, readaptação e enfrentamento das tensões inerentes à presença negra em um espaço marcado pela colonização alemã e eslava dos Suábios do Danúbio. A chama mobilizadora de

justiça histórica e reparação social, estava sustentada na importância da participação negra na construção econômica e social do país.

No Capítulo 3 tratamos dos Saberes da Resistência nos territórios quilombolas do Cedro e Kalunga, dialogando com os movimentos étnicos e raciais do Pacífico Colombiano. O objetivo é demonstrar como os saberes ancestrais são transmitidos e se mantêm nesses espaços, pois os próprios mestres e suas cosmologias contextualizam, interpretam e reconfiguram suas realidades. Nesse cenário, as cosmologias e cosmovisões quilombolas explicitam as experiências nos territórios onde a ancestralidade permanece viva, pois não sofreram com a radical expropriação análoga ao quilombo paranaense.

Por conseguinte, o capitalismo e o eurocentrismo colonizam em termos espirituais, políticos e simbólicos, dado que a expropriação da terra estrutura-se em função do racismo e coisificação da cultura tradicional. Nesse plano, a ocupação indevida dos territórios gera apropriação cultural e da subjetividade dos povos originários, remetendo aos séculos de rapina, extermínio e desumanização, presente no projeto da modernidade e constitutivos dos fundamentos teóricos e concretos da indevida apropriação territorial.

No Capítulo 4 apresentamos a história do território quilombola Invernada Paiol de Telha, contextualizando as transformações políticas e sociais no século XX e XXI que ressignificaram a luta pelo direito suprimido. Nesse sentido, mostramos a história de maneira mais detalhada e aprofundada, não apenas pelos documentos e trabalhos produzidos, mas principalmente pelas narrativas dos descendentes vivos, que testemunham *in locu* a epopeia e saga dos negros.

Nessa esteira as movimentações políticas e culturais a partir da luta quilombola tem uma dimensão imanente e transcendente ao próprio território, pois significa a luta por preservar a memória e a ancestralidade. A conjuntura de luta esteve suplantada, por muito tempo, nas narrativas orais dos anciãos, como o Sr. Domingos Gonçalves Dos Santos, conhecido como o “seo” Domingos, também por Sr. Domingos Gonçalves Guimarães e Sra. Ondina Maria de Jesus Marques. Essas lideranças concentraram seus esforços no direito à terra, à vida e a pertença étnico-racial.

Por fim, no Capítulo 5 abordamos as cosmologias e cosmovisões quilombolas de Antônio Bispo dos Santos e os caminhos de sua contra-colonização, dialogando com o intelectual Abdias do Nascimento e seu pensamento quilombista. Nesse sentido, as consequências práticas, teóricas e simbólicas da resistência dos saberes são percebidas na luta do Paiol de Telha, ao longo de 70 anos, onde se colocou em prática a contra-colonização quilombista.

A manutenção da identidade quilombola e dos saberes tradicionais ocorre por meio da transmissão dos conhecimentos e epistemes originárias, repassadas no âmbito da territorialidade. Por isso, as tradições da oralidade, religiosidade, sistemas de plantio e colheita, são elementos práticos e abstratos de organização identitária, como observamos na cosmologia do mestre Antônio Bispo. Portanto, os mestres tradicionais e militantes políticos quilombolas, são os garantes das formas de vida, trabalho e das memórias materiais e ancestrais. Com efeito, na maioria das vezes os territórios tradicionais estão inseridos em contextos de disputas agrárias e fundiárias, na conjuntura dos conflitos inerentes à questão rural brasileira, a realidade quilombola é de renitente perversidade nas disputas geográficas.

Por vezes as lideranças são também mestres tradicionais, que trazem as práticas cotidianas relacionadas à saúde, filosofia, cosmologia e religiosidade como formas de identidade cultural. E por intermédio da oralidade fundamentam a resistência negra, dos tradutores interculturais e *griots*. Os militantes quilombolas figuram nesse espectro de luta e trabalho, preservando a vida, construindo pontes políticas, sociais e culturais para viabilização dos direitos estruturados na ancestralidade. A história das lideranças quilombolas passa pela compreensão da condição étnico e racial, caracterizada nas relações de territorialidade, no Paiol de Telha, o agronegócio colocou em risco inúmeras vidas que buscaram preservar as narrativas de resistência.

O território quilombola Invernada Paiol de Telha é o único parcialmente titulado no Paraná, portanto se trata de um símbolo da luta negra no Sul do Brasil, sofrendo com a invisibilidade e infraestrutura precária. Como em outras comunidades resiste às investidas do capitalismo e do imaginário eurocêntrico, organizado historicamente para suprimir a memória e a diversidade étnica.

CAPÍTULO 1

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA PAIOL DE TELHA: CONSTRUINDO O PERCURSO DA PESQUISA

1.1. A DIMENSÃO PESSOAL, SOCIAL E EPISTÊMICA DA PESQUISA

1.1.1. Os diálogos introdutórios com a temática: à guisa de reflexões intersubjetivas

Nesta seção introdutória preliminarmente apresentaremos o percurso da pesquisa, quais foram as motivações que culminaram na escolha do tema, o processo de delimitação das hipóteses e a metodologia utilizada na pesquisa. Apresentaremos as dinâmicas de aproximação dos sujeitos e atores envolvidos nas transformações históricas pela reintegração do território, os quilombolas protagonistas de suas histórias, mantenedores de tradições, saberes e guardiões de suas memórias de luta e resistência.

Inicialmente é necessário ressaltar como a condição de pesquisador e acadêmico sempre nos coloca em uma posição de hierarquia, no mais das vezes eivada de pressupostos e preconceitos múltiplos. Ao utilizarmos categorias de pesquisa como: sujeitos, protagonistas, objeto de pesquisa percebemos a dimensão limitada e limitante dos conceitos, são terminologias distantes da amplitude e complexidade face o conjunto da história e memória daqueles historicamente tratados como objetos e objetificados no âmbito das ciências humanas. Em consequência pode ocorrer um esvaziamento conceitual, um silenciamento chegando à destituição de sentidos, significados e conteúdos moldando conhecimentos e memórias nos cânones impostos pela ciência suprimindo simbolicamente a alma ou espírito das pessoas, ou comunidades; consoante ao pensamento colonizador sobre a ausência de alma nos negros e indígenas.

Comumente designados como objetos de pesquisa e historicamente coisificados pelas ciências humanas e sociais, que reproduzem estereótipos eurocêntricos, lógicas de dominação internalizadas em nossos corações e mentes. Produzindo um imaginário social e cultural onde nossas escolhas teóricas podem trazer legítimos questionamentos sobre as dimensões de pesquisa objetiva e subjetiva. Ao lançarmos mão dos cânones acadêmicos exclusivamente europeus, seja dos autores renomados e cancelados ou dos mesmos repertórios e formulações teóricas, permanecemos agrilhoados em termos epistêmicos, filosóficos e no limite cognitivos. Contudo, nada nos impede de estabelecer pontes de diálogo, desde que as teorias decoloniais sejam reconhecidas e aceitas como legítimas pelas teorias das metrópoles.

A noção e percepção de objeto de pesquisa deve ser colocada sempre em suspenso no campo das ciências sociais e humanas; em verdade estamos pesquisando sobre pessoas, seres humanos, suas histórias e memórias. Essa conjuntura demanda extrema responsabilidade e sensibilidade dos pesquisadores, tanto sobre a produção teórica quanto a inserção no campo de pesquisa, especialmente em relação aos nossos juízos de valor, objetivos e pressupostos teóricos. Escrevo tais palavras para ressaltar quão complexa pode se tornar a elaboração de qualquer pesquisa sobre povos e comunidades tradicionais, percebendo a exata noção da posição historicamente verticalizada das ciências sociais e humanas e como o etnocentrismo pode contaminar os encaminhamentos de aproximação, contato e a pesquisa.

1.1.2. Concebendo a pesquisa a partir dos pressupostos étnico-raciais

Pesquisar sobre a questão quilombola no Brasil e especificamente sobre o quilombo Invernada Paiol de Telha se apresentou não apenas como uma mera escolha teórica ou capricho intelectual, mas fundamentalmente como um chamado e acima de tudo como um compromisso epistêmico, social e histórico com nossos antepassados e com a emancipação negra. Nossas raízes negras e indígenas com pés na América Central, em uma pequena república chamada El-Salvador, por conseguinte me autoproclamo um negro afro-latino. Na condição de beneficiário das políticas de Ação Afirmativa popularmente conhecida como “cotas raciais” para negros em universidades públicas e no âmbito do serviço público, damos centralidade ao momento histórico onde vicejaram as transformações inclusivas a partir dos anos 2000 e vigoram até os dias atuais para atenuar as assimetrias históricas de natureza étnico-raciais. Nossa condição política enquanto negro impôs a necessidade de aprofundarmos as pesquisas sobre os dilemas da questão racial em nosso território, visando dar conta de uma dívida social com o pensamento negro, com os militantes negros, que foram incansáveis pela criação e implementação das políticas de inclusão. E considerando também como uma forma de retorno para sociedade ao investimento e privilégio de estudarmos em uma universidade pública e financiada por milhares de brasileiros.

Certamente a temática nos encontra e nos escolhe, vem de encontro e ao encontro das esferas epistemológicas, filosóficas, sociais e humanas. Quanto mais se pretende entender a complexidade e perversidade dos sistemas de dominação e subjugação capitalistas, do patriarcado, do racismo e especificamente a dimensão agrária das inúmeras comunidades tradicionais, tanto mais as relações de empatia e respeito fortalecem-se. Na condição de beneficiário de políticas de inclusão e democratização dos postos de afluência e poder,

considerando a gama de familiares que usufruíram das políticas de democratização e por nossos ascendentes negros aliados do ensino público formal, somos partícipes da luta quilombola.

Considerando todo um grande processo de luta, renúncia e dedicação de um contingente significativo de negras e negros comprometidos com a universidade pública menos monoepistêmica, nos termos do intelectual Muniz Sodré (2016), caracterizando-a como colonizada em função da epiderme. Quando o debate sobre as cotas tomou corpo no final de década de mil novecentos e noventa (1990) e começo dos anos dois mil (2000), meu pai orientou-nos no sentido de submeter as inscrições para os certames valendo-nos das políticas afirmativas e sendo necessário explicitar nossa posição étnico-racial, não apenas em termos familiares e de pertencimento, mas filosóficos e políticos.

A esquerda não gosta de ouvir isso, mas o Brasil é um país muito racista. O racismo é um mal estar civilizatório. Conheço poucos lugares no Brasil onde não há racismo, as grandes casas de candomblé por exemplo. As instituições são racistas. Onde dou aula (Escola de Comunicação da UFRJ) você vai ver um único professor negro, eu. E mesmo assim, há quem ache que eu não sou negro, que sou negro pálido. Tinha outro (professor negro) que foi transferido. Procure entre os alunos para ver se encontra algum que seja negro. É difícil. Se encontrar aluno negro, é de convênio, angolano, cabo-verdiano. Departamento de Física, de Matemática... vê se encontra negro! O mecanismo é excludente. Quando começaram as ações afirmativas, que foram as melhores coisas do governo Lula, aconteceu um novo tipo de inclusão social. Acho que isso foi uma das coisas mais importantes que ocorreram no Brasil neste século. (SODRÉ, 2012, não paginado)

Tal orientação não ocorreu apenas porque somos de uma família negra, e ainda que pudéssemos passar pela condição de mestiços ou pardos, prevaleceu fundamentalmente a identificação filosófica, política e social fruto da consciência racial. Sendo assim, poderíamos concorrer pelas políticas de inclusão social ou destinadas aos egressos das escolas públicas, ao invés de escolhermos as políticas de Ação Afirmativa (P. A. A.). Em dois mil e três (2003) até a primeira turma de cotistas na Universidade Federal do Paraná em dois mil e cinco (2005), o país encontrava-se em uma grande agitação política e muitos segmentos sociais se organizaram para contestar em muitos planos as políticas de inclusão étnico-raciais.

Nesse painel recordo-me da banca de avaliação étnico-racial da UFPR para atestar minha condição de afrodescendente e a feições de poucos amigos dos integrantes da banca, possivelmente por não me considerarem suficientemente negro em termos fenotípicos para usufruir da reserva de vagas. Mas defronte ao desafio e mesmo não tendo grandes conhecimentos teóricos sobre a questão racial brasileira, defendi minha condição de afrodescendente e pude ocupar a vaga para o curso de Ciências Sociais no primeiro semestre

da turma de 2006. Atualmente compreendemos a posição da banca de avaliação, pois muitos estudantes ocuparam vagas de cursos prestigiosos de fluência social se valendo das políticas de inclusão, mesmo não sendo negros ou afrodescendentes, por conta de erros e inconsistências no processo de seleção. Mas desde então e ano após ano os editais se aperfeiçoam tornando-se mais complexos. Vale destacar a amplitude quantitativa das políticas de inclusão de recorte étnico-racial, e o número significativo dos beneficiários nos levando a compreender a margem de erro de qualquer política pública tão abrangente.

Durante a graduação e mestrado deparei-me com uma quantidade monumental de pessoas beneficiárias das “cotas raciais” e seus relatos afirmativos de mudança de realidade social em função da entrada na universidade e conclusão da graduação. Dentre os inúmeros anônimos dois vereadores negros da cidade de Curitiba estiveram na luta pela inserção das políticas afirmativas nas universidades e também no parlamento municipal. O Vereador Renato Freitas e a vereadora Carol Dartora¹ atualmente exercem importante mandato parlamentar na câmara municipal de Curitiba, destacando a relevância da história, cultura e políticas sociais destinadas à população negra. É imperioso reconhecer os avanços monumentais produzidos pelas Políticas de Ação Afirmativa, pois facultaram a um indizível número de estudantes que conseguiram galgar os estágios iniciais da tão necessária mobilidade social. Diante da luta de atores e intérpretes da questão racial transpuseram e neutralizaram argumentos falaciosos sobre a efetividade das políticas universais como solucionadoras das distorções produzidas pelo racismo.

Entretanto, no momento de apresentar a defesa desta tese, em março de 2022, tramita no Congresso Nacional projeto de lei do deputado pelo DEM de SP, Kim Kataguirí que confronta as políticas de inclusão étnico-raciais, de reparação da exclusão histórica da população negra no país, pelo sistema de cotas, como expressão de ações afirmativas.

¹A história de vida dos dois vereadores é pautada na superação de uma gama de obstáculos sociais e étnico-raciais, oriundos da periferia curitibana e com pés na militância conectados à luta pela igualdade racial, social e de gênero. Adentraram a Câmara Municipal de Curitiba no ano de 2021 sob um clima tenso, com o acirramento de narrativas políticas e sociais produzidas pelo bolsonarismo, eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), são filhos da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Renato Mestre em Direito e Carol pedagoga, defendem políticas destinadas à classe trabalhadora negra e periférica, bem como pautas de igualdade de gênero. No palco político curitibano os integrantes da câmara municipal são hegemonicamente brancos e os vereadores acadêmicos negros destoam em todos os sentidos do padrão dos ocupantes das cadeiras do legislativo municipal. Essa ruptura epistêmica e imagética produzida face à presença dos professores negros na Câmara, gera resistência e reações adversas do corpo de vereadores e da sociedade curitibana de forma geral. Renato, por exemplo, tem sido perseguido pelos aparatos de segurança e ambos já foram ameaçados de morte. Recentemente protagonizou uma manifestação na Igreja do Rosário contra o racismo e a violenta morte do congolês Moïse, no Rio de Janeiro. Tal evento serviu de pretexto para os setores ultra-conservadores da capital e da própria Câmara, ameaçando-o de cassação do mandato. O sociólogo Emir Sader (2021) destaca a relevância histórica e política na eleição dos vereadores no quadro nacional: “A eleição do Renato e da Carol foi um dos fenômenos mais importantes das eleições municipais no Brasil no ano passado. Eles têm um desempenho extraordinário, se projetam como lideranças de uma nova geração, que renova a vida política de Curitiba.”.

Segundo veículo de imprensa², “O Projeto de Lei 4125/21 estabelece que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda. (...) A proposta altera a Lei de Cotas de Ingresso nas instituições de ensino com base em cor, raça ou origem.”.

Com a alegação de que a discriminação positiva viola a Constituição nacional, o argumento dos políticos conservadores e dos setores autoritários da sociedade usam argumentos demagógicos e sofismas para alegar que os pobres não têm cor nem raça, mas não apresentam nenhuma solução para acabar com a pobreza e a exclusão histórica do país, como se a pobreza fosse um capital social que por si só bastasse para garantir seu ingresso automático nas universidades. Tal argumento, além de ser raso, ignora que a luta democrática exige engajamentos conscientes por parte dos setores subalternos e excluídos cujas reivindicações dependem de políticas públicas deliberadas para diminuir e extirpar os mecanismos de exclusão social. Sabe-se que a pobreza por si só não garante nada, a não ser esquecimento e banimento, sobretudo em momentos de profundos retrocessos sociais no país desde 2016 até a presente data.

Os encaminhamentos de uma agenda de combate à exclusão social e étnico-racial não é uma questão genérica e de direitos abstratos. Eles dependem de um cotidiano permeado de ações de resistência e de organização política por parte dos sujeitos excluídos. Conforme o depoimento de Sodré (2016, não paginado), testemunha e protagonista dessa luta.

As cotas são o tal mal necessário. O lugar social é estabelecido pela cor da pele. As cotas colorizaram os espaços colonizados. Até na Bahia, que tem uma população negra enorme, e talvez seja mais racista que o Rio Grande do Sul. Quando menino, fui contínuo de banco na Bahia. O diretor da agência não deixava que negro tocasse no seu aparelho de telefone. Tinha nojo. Limpava com álcool. Conheci gente em Salvador que fervia fruta tocada por negro. Esse preconceito a elite baiana ainda tem. Ela se orgulha do acarajé como elemento de turismo. Precisamos aprender a respeitar e a conviver com diferenças.

Por vezes minha condição fenotípica não me situa como pertencente à etnia ou raça negra, mas minha posição e percepção de afrodescendente foram demarcadas e construídas em minha infância. Recordo as explanações de meu pai afirmando ser importante reconhecer nossa negritude, origem e a memória dos antepassados negros. Do contrário, poderíamos ser surpreendidos em muitos contextos sociais, dentre os quais em relacionamentos afetivos com pessoas brancas e na hipótese de um filho negro quando por vezes uma das partes poderia

² O Projeto acaba com cotas baseadas em cor ou raça nas universidades. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/850137-projeto-acaba-com-cotas-baseadas-em-cor-ou-raca-nas-universidades/>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

esperar um infante com características distintas. Meu pai compreendeu bem essa questão, pois narrou algumas vezes suas histórias relacionadas à opressão racial em Curitiba, em uma delas quando criança foi à padaria, seu pai havia esposado uma senhora descendente de poloneses, então sua madrasta. No referido comércio o proprietário de forma jocosa e ironicamente perguntou se a mulher branca era efetivamente sua mãe. Naquele momento meu pai compreendeu como o processo de hostilidade fundamentado no racismo funciona em uma sociedade matizada pela raça, tais questões sempre me colocaram em um local bastante complexo por não ser branco e muitas vezes ser visto como oportunista por identificar-me como negro. Essas marcas indeléveis parecem perseguir a construção das identidades sociais de muitos excluídos e excluídas, e a única forma de reparar esses danos estruturais é de reconhecê-los e combatê-los de forma permanente, por um exercício pedagógico e democrático, inclusive penalizando aos violadores desses direitos já reconhecidos por lei.

Todavia remontando às memórias de meu falecido tio Geraldo Luiz, irmão de meu pai, nos idos da década de 1990, no bairro Boqueirão na capital do Paraná, ele destacava o fato de sermos a única família negra na rua, por conseguinte deveríamos nos portar bem, sem deslizes sociais. Em síntese, tínhamos que ser 100 vezes melhores que os brancos da rua para sermos respeitados, mas tal frase não foi exclusivamente internalizada e propalada por meu tio. Anos depois me deparei com tal pensamento e filosofia de resistência, como uma máxima nas letras do rapper Mano Brown, em sua música “A Vida é Desafio” exarando os mesmos pressupostos de sobrevivência para a população negra brasileira.

Tem que acreditar!

Desde cedo a mãe da gente fala assim: filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado...

Pela escravidão, pelo preconceito, pela história, pelos traumas, pelas psicoses, por tudo que aconteceu? Ser duas vezes melhor como?

Você é o melhor ou é o pior de uma vez. Sempre foi assim. Se você vai escolher o que estiver mais perto de você ou o que estiver dentro da sua realidade, você vai ser duas vezes melhor como?

Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí?³
(ROCK, 2002)⁴

³ Importante destacar a relevância dos Racionais Mcs, com suas letras e arte produzidas a partir da periferia de São Paulo, além de precursores do rap nacional que deram centralidade à opressão racial protagonizada pelos aparatos policiais. Mano Brown inclusive foi considerado um intelectual da periferia e sua trajetória foi pesquisada por Silva (2012) em sua tese de doutorado: *A Periferia Pede Passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown*. Na pesquisa o autor demonstra a origem do Hip Hop no final dos anos sessenta, nos Estados Unidos, em comunidades afro-americanas e latinas em Nova York. O DJ Afrika Bambaataa é reconhecido como fundador do movimento composto por três pilares, o DJ (disk-jockey), o MC ou conhecido como rapper que é a pessoa responsável por cantar o rap, e o Break que compõem a dança e o Grafite, expressão plástica de desenho e gravuras.

Partilhando dos mesmos pressupostos, Nascimento (1980, p. 261), ao formular o conceito da revolução Quilombista nega a europeização dos padrões culturais e estéticos, demonstra como esse estado de coisas é historicamente ilegítimo e contextualiza o privilégio branco na estrutura de funcionamento da sociedade capitalista e racista. As massas afro-brasileiras e historicamente espoliadas não devem se prender em suprir pequenas demandas, mas compreender como a luta tem um caráter eminentemente sistêmico. Em tal perspectiva as Políticas de Ação Afirmativas atacaram as iniquidades raciais tanto em termos concretos por intermédio da inclusão na dimensão imagética e simbólica, favorecendo maior presença negra na universidade pública e nos espaços de prestígio social.

Compreender a relevância da participação negra na construção do Brasil sempre foi fundamental em minha formação e deu-me suporte para orientar meu filho por vezes cansado de nossa cantilena sobre a questão racial, percebeu precocemente a formação do imaginário racista nas crianças brancas. Talvez um dos exemplos mais candentes do racismo ocorreu recentemente quando ele foi à casa de um colega da vizinhança, para uma festa, algo inusitado visto o pouco tempo de interação e conhecimento entre o colega vizinho. Relutei para permitir sua ida considerando efetivamente não conhecer tais pessoas, mas em face da pressão de meu filho acabei cedendo. Quando ele retornou da festa questionei ao infante se tudo havia ocorrido de forma esperada, se estava tudo bem, ele afirmou positivamente, contudo no dia seguinte soube de um desentendimento infantil onde o vizinho ofendeu com a alcunha de “neguinho de merda”.

A agressão causou perplexidade e foi impactante e dolorida, pois compreendemos essa fraseologia racista em um contexto onde certamente a criança convive em seu cotidiano familiar com tais expressões. Consternado dialoguei com a avó do menino sobre o fato e solicitando aos pais, diálogo com o garoto, tendo como resposta uma concordância pouco significativa. A aproximação de meu filho com o menino, que também é uma vítima da naturalização do racismo, foi a termo nesse episódio. No entanto, a situação demonstrou os lugares imagéticos e étnico-raciais sempre tão bem demarcados, inclusive na infância, considerando o garoto e a sua fala direcionada, quando o mesmo poderia ter proferido qualquer ofensa se valeu da agressão racial, delimitando objetivamente à pertença aos lugares étnicos e raciais instituídos na sociedade e internalizados e naturalizados em tenra idade.

Ainda sobre as políticas afirmativas é necessário exemplificar como em minha família dois irmãos foram diretamente beneficiados tanto nas universidades como em seus

⁴ Fragmento da canção “A Vida é Desafio” décima faixa do L.P. 10ª faixa do álbum, Nada Como Um Dia Após O Outro do ano de 2002.

empregos.⁵ Consoante ao destacado por Souza (2010) as políticas inclusivas produziram uma transformação nos espaços universitários e no mercado de trabalho, marcadamente no serviço público, atendendo a necessidade de produzir a promoção da igualdade de oportunidades fundada no princípio de igualdade de condições e na lógica da justiça distributiva.

Dentro da discussão central deste estudo - Lei 14.274 de 2003, que garante reserva de 10% das vagas para negros em todos os concursos públicos do Paraná, caminha-se no sentido de compreender os processos de construção e consolidação e impactos sociais desta ação, considerando os pressupostos teóricos acerca das formulações das políticas públicas no Brasil, 110 destacando que se trata de uma política específica para um grupo étnico-racial (política afirmativa). (...) Estas questões atentam para a ênfase central da construção das AA que se funda na promoção de igualdade de oportunidades a partir do princípio de igualdade de condições e da justiça distributiva. (SOUZA, 2010, p. 109, 110)

Possivelmente a docência nas universidades não seja galgada com os títulos de mestres e doutores, porém adentramos em espaços sociais delimitados para segmentos específicos em um período recente. Nas universidades, onde espaços sociais eram ocupados majoritariamente por brancos, não havia maiores debates sobre tal realidade, não havia grandes perspectivas de mudança, pois se naturalizou o cenário de exclusão racial. Para os oriundos da educação pública e periférica pouco se falava sobre a possibilidade de adentrar em uma universidade pública, era um interdito não integrando o horizonte dos discentes do período noturno acessar a prestigiosa Universidade Federal do Paraná (UFPR). Muitos estudantes de escola pública empenharam seus poucos recursos com Cursinhos Particulares, na ilusão do passaporte para adentrarem a sonhada universidade pública.

No período de conclusão do Ensino Médio, em 1999 o sistema de ensino era denominado Educação Geral (E.G) e não havia muitas faculdades e universidades particulares e o fomento do poder público para financiamento estudantil era reduzidíssimo. Essa realidade se modificou radicalmente na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente a partir da implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao financiamento estudantil, ampliação da rede de universidades públicas, criação dos Institutos Federais e o fortalecimento das políticas de inclusão⁶.

⁵ A Lei 14.274/2003 assegurou a reserva de vagas para a população negra no serviço público do Estado do Paraná foi pesquisada por Souza (2010), em sua relevante tese intitulada: “Ações Afirmativas e Inclusão de Negros por “Cotas Raciais” nos Serviços Públicos do Paraná”. Nesse sentido é importante destacar o papel do ex-governador Roberto Requião, que no ano de 2003 e a sanção da Lei 14.274/2003 estabelecendo um percentual de 10% de reserva de vagas para os afrodescendentes em todos os concursos públicos no âmbito estadual. Segundo Souza (2010) tal política pública foi a primeira específica para população negra e com impactos significativos nos processos de mobilidade social em um intervalo de mais de 100 anos.

⁶ Não obstante as críticas e reações contra a Lei de Cotas sancionada no ano de 2012 pela presidente Dilma Rousseff estabeleceram-se 50% de reserva das vagas das universidades públicas para estudantes oriundos da

Nossa dissertação de mestrado abordando o projeto Encontro de Saberes, intitulada “Projeto Encontro de Saberes nas Universidades: Uma leitura sociológica Entre Distintas Epistemologias”⁷, se conecta também com o movimento educacional das políticas inclusivas desenvolvidas no Brasil a partir da década de 2000. As políticas de Ação Afirmativa nas universidades brasileiras foi tema de nossa monografia intitulada “Ações Afirmativas Raciais, Trajetória de um debate”⁸.

[...]A dimensão política, estreitamente vinculada à luta antirracista e à demanda pelas cotas de acesso à educação superior, reivindica a descolonização dos meios universitários através da inclusão simultânea das populações historicamente excluídas e dos saberes provenientes de tais populações. A inclusão desejada implica em um rearranjo institucional, de maneira que os mestres e mestras tradicionais encontrem caminhos de ingresso e legitimação dentro da estrutura atualmente enrijecida dos ambientes de ensino e pesquisa. [...] (ENCONTRO DE SABERES, 2015, p.6).

Nossa dissertação de mestrado sobre os fundamentos do projeto Encontro de Saberes mostrou sua relevância epistêmica para comunidade acadêmica e também para os mestres dos saberes tradicionais e populares. O impacto desse modelo pedagógico no processo de interação entre os mestres e alunos no contexto universitário facultou uma ruptura com os modelos pedagógicos e curriculares tradicionais.

A partir de nossas pesquisas se apresenta um compromisso histórico, social e epistêmico com a luta antirracista para adentrarmos de forma densa a memória da resistência negra no Brasil. Os encadeamentos de espoliação das terras quilombolas e consequente esfacelamento dos laços familiares podem produzir a perda do vínculo afetivo com a terra, sendo esse o maior desiderato capitalista e eurocêntrico nas disputas territoriais, no caso em tela um elemento diferencial apresentou-se, pois em decorrência do período no qual os herdeiros quilombolas foram alijados do território os laços de pertença mantiveram-se. O padrão estóico dos quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais, está presente no imaginário do Paiol de Telha, nos relatos da expulsão, no período de permanência sob lonas, no enfrentamento ao assédio da colonização alemã e frente ao poder de uma grande multinacional.

rede de ensino pública, negros e famílias com vulnerabilidade econômico-social. Essa lei foi importante por ampliar os marcos inclusivos no ensino federal e também pressionar algumas universidades estaduais, historicamente renitentes, como a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Campinas (UNICAMP) a implementarem modelos de inclusão social ou racial. Mesmo não sendo propriamente uma reserva de vagas para estudantes com vulnerabilidade racial ou social.

⁷ Dissertação defendida em 02 de março de 2017, no programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Doutor Alexandro Dantas Trindade.

⁸ Monografia defendida em 2013 como requisito parcial para obtenção do título de Cientista Social na Universidade Federal do Paraná. Sob a orientação de Alexandro Dantas Trindade.

Portanto, não bastassem as sobreposições epistêmicas, vivemos momentos terríveis de uma colonização em função da epiderme conectada com o pensamento monoepistêmico vigente. Apresentando-se um neocolonialismo cultural, econômico e político, que não parte apenas das matrizes eurocêtricas de dominação, mas também fortemente da hegemonia estadunidense. Tais aspectos preliminares da pesquisa sobre a questão racial se apresentam como uma dimensão imperiosa, afirmando-se como um resgate de memória, da cultura, diversidade e pluralidade brasileira. Imbricando-se com o resgate de nossas raízes negras.

1.2. O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO E OS IMPACTOS NA PESQUISA

Na presente seção relataremos como ocorreu a pesquisa de campo, a partir dos processos de aproximação e interação com os quilombolas do território Paiol de Telha, as trocas de experiências e vivências que confluíram para construção de algumas análises e hipóteses relativas às consequências da expropriação e luta secular dos herdeiros do fundão. Passando por alguns desafios que precederam e influenciaram decisivamente na elaboração da pesquisa, tais como as transformações decorrentes do cenário político com a eleição do atual presidente em 2018 e o surto de COVID-19 que transformou as relações sociais e políticas impondo novas perspectivas de análise e caminhos teóricos.

1.2.1. Elaborando uma tese em tempos de retrocessos civilizatórios e pandêmicos

O presente trabalho foi influenciado de maneira significativa a partir das transformações políticas e sociais decorrentes da deposição da então presidente Dilma Rousseff no processo de impeachment deflagrado em 2016 e fundamentalmente do cenário institucional consolidado a partir da gestão de seu vice e do resultado do pleito eleitoral de 2018. Nesse contexto, ao retornarmos para o ano de 2017 é possível localizarmos o Sr. Jair Messias Bolsonaro na condição de político brasileiro, Deputado Federal há vinte e oito (28) anos, integrante do baixo clero, que segundo denúncias publicadas em periódicos e outros meios de comunicação teria construído estruturas nepotistas⁹ de maneira obscena. Além desse

⁹ Artigos jornalísticos de O Globo e de O Estadão que datam do ano de 2021 evidenciaram o funcionamento dos possíveis mecanismos de favorecimento do núcleo familiar bolsonarista e como se sustentou por muito tempo nas estruturas forjadas a partir do familismo inerente à política nacional. São eles respectivamente: “Improbidade: Bolsonaro defendeu nepotismo quando era deputado. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,improbidade-bolsonaro-defendeu-nepotismo-quando-era-deputado,70003634984,0.htm>. Acesso em: 26 fev. 2022. E “Os 13 parentes de Jair Bolsonaro nomeados nos gabinetes da família.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/os-13-parentes-de-jair-bolsonaro-nomeados-nos-gabinetes-da-familia-23665952>. Acesso em: 26 fev. 2022.

cenário, o então parlamentar defendeu de maneira sistemática e incansável os interesses políticos e econômicos dos aparelhos de segurança estatal, do exército e inclusive a atuação da milícia¹⁰ como mecanismo de controle da violência urbana. Ao exaltar o golpe de estado deflagrado em nosso país no ano de 1964 homenageou também torturadores e afirmou que o regime militar deveria ter eliminado ao menos trinta mil dissidentes¹¹, mas esse personagem oriundo do cenário político carioca ganhou mais notoriedade e proeminência em âmbito nacional em decorrência “golpe branco”¹² que vitimou a presidente Dilma Rousseff.

Na data de votação do impeachment na Câmara Federal, foi evocado por Jair Bolsonaro o nome de um dos maiores carrascos da história recente do país, o militar Carlos Alberto Brilhante¹³ Ustra. O coronel Ustra foi publicamente reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade como um dos maiores torturadores do regime e foi condenado pela justiça brasileira por desaparecer com aproximadamente 400 pessoas. Essas vítimas eram consideradas dissidentes do regime militar instituído a partir de 31 de março de 1964¹⁴.

Contudo a trajetória de Bolsonaro e de sua família também permanece ligada a denúncias de rachadinhas, troca de favores e clientelismo.

A rachadinha ocorre quando o gabinete de um parlamentar contrata alguém com a condição de que vai ficar com parte do salário da pessoa. Muitas vezes, se trata de um funcionário fantasma, que nem vai ao gabinete. A prática é ilegal. Ao longo dos três anos do mandato, Bolsonaro tem enfrentado o desgaste de denúncias de rachadinha na família. (PORTAL G1, 2022, não paginado)

Destarte esse cenário político pode evidenciar como a classe média brasileira apostou suas fichas em alternativas políticas que contestassem o denominado discurso e pauta da esquerda e também do politicamente correto. Nesse sentido Chauí (2013), demonstra as

¹⁰ Segundo reportagem do jornal O Globo de 2020: “Em 2003, Bolsonaro discursou elogiando o grupo de extermínio da Bahia.”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/em-2003-bolsonaro-discursou-elogiando-grupos-de-extermínio-da-bahia-1-24252818>.>. Acesso em: 26 fev. 2022.

¹¹ Conforme com o Portal Uol: “Bolsonaro desejou 30 mil mortos pela ditadura, covid multiplicou por 10.”. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/28/bolsonaro-desejou-30-mil-mortos-a-pandemia-multiplicou-o-numero-por-10.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2022. A revista Exame também publicou reportagem sobre a temática: “Frases polêmicas do candidato Jair Bolsonaro.”. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/frases-polemicas-do-candidato-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

¹² Em 2016 o prêmio Nobel da paz argentino, Adolfo Pérez Esquivel, referiu-se à presidente Dilma Rousseff como sendo vítima de um “golpe branco”, em contrapartida, ao tradicional golpe de estado ou golpe militar ocorrido nas décadas de 1960 e 1970. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/nobel-da-paz-chama-impeachment-de-golpe-e-oposicao-protesta-no-senado.html>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

¹³ A reportagem publicada pela BBC intitulada “Discursos de Bolsonaro deixa ativistas “estarecidos” e leva OAB a pedir sua cassação.”, demonstra a indignação de diversos segmentos sociais em face do discurso de Bolsonaro na votação do impeachment da presidente. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 26 fev. 2022.

¹⁴ A condenação de Brilhante Ustra foi anulada em 2018 por prescrição amparando-se na lei da anistia de 1979.

complexidades inerentes à classe média e suas escolhas políticas e ideológicas, que no mais das vezes estariam sustentadas em interesses escusos, egoístas e fragmentados, pois não figura entre a classe dos dominantes e tão pouco entre os proletários. Assim seus interesses permanecem cindidos, por conseguinte, não compreende exatamente em que classe e patamar social são integrantes, como um pêndulo oscila entre as aspirações conservadoras e reacionárias, tendo um referencial social significativamente frágil.

Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é o de assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante, fazendo com que essa ideologia, por intermédio da escola, da religião, dos meios de comunicação, se naturalize e se espalhe pelo todo da sociedade. É sob essa perspectiva que se pode dizer que a classe média é a formadora da opinião social e política conservadora e reacionária. (CHAUÍ, 2013, p.131)

É possível depreender que a aposta da classe média no reacionarismo iniciou-se antes da ascensão do atual presidente enquanto força ideológica, e mesmo antes da efetiva queda da presidenta¹⁵ Dilma Rousseff. A conhecida operação Lava Jato entre os anos de 2010 e 2018 que buscou inicialmente apurar um grande esquema de corrupção no âmbito da Petrobrás, também se conformou como cenário político de convencimento para a classe média.

A referida operação deu notoriedade ao então juiz da nona Vara Federal em Curitiba e hoje presidiável o Sr. Sérgio Moro e aos demais procuradores da república, conforme algumas correntes de jornalismo e pesquisa¹⁶, no processo de apuração da corrupção atávica no interior da empresa, parecem ter desrespeitado a Constituição Federal enredando-se em um cipoal de irregularidades, abusos de autoridade e fundamentalmente destruiriam em grande medida a indústria petroquímica e outros setores correlatos no Brasil, gerando recessão e desemprego.

¹⁵ No âmbito de defesa do mando da então presidenta Dilma Rousseff, passou-se a utilizar o termo presidenta para marcar o fato de o cargo estar sendo ocupado pela primeira mulher presidente na história do país. Embora muito contestado pela direita e por outros opositores que defendiam que o termo não era adequado, o mesmo consta no dicionário Aurélio.

¹⁶ Segundo o jornal Valor: “Lava-Jato contribuiu para o aumento do desemprego, diz IPEA.”. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2015/10/27/lava-jato-contribuiu-para-o-aumento-do-desemprego-diz-ipea.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2022. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) elaborou em 2021 o estudo intitulado “Implicações Econômicas Intersetoriais da Operação Lava Jato”. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

O pleito eleitoral onde Jair Bolsonaro se elegeu ocorreu na esteira de um discurso de negação da política tradicional e dos efeitos da lava jato, nesse sentido as fake news também tiveram um papel relevante. De acordo com Empoli (2019) tanto Bolsonaro como ex-presidente Donald Trump parecem ter se beneficiado de manipulação e inverdades, disseminadas pelas fake news, por sistemas de disparo eletrônico de grandes proporções, supostamente financiadas por empresários simpatizantes dos políticos. O jornalista Giuliano da Empoli em sua obra os “Os Engenheiros do Caos”, aponta como Fake News, teorias conspiratórias e a lógica dos Algoritmos beneficiaram inúmeros políticos de extrema-direita em vários países, valendo-se do ódio e do medo para manipular resultados eleitorais.

Essa lógica parece ser perceptível nos rumores e inverdades propaladas em face da campanha de vacinação contra o Covid-19, quando muitas pessoas acreditavam que a pandemia seria uma estratégia de dominação chinesa e temiam a possibilidade da existência de um chip na vacina.

No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mas se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática. Diante desse espetáculo, é grande a tentação para muitos observadores, de levar as mãos aos céus e dar razão ao bardo: “O tempo está fora do eixo!”. No entanto, por trás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de *spin doctors*, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teriam chegado ao poder. (EMPOLI, 2019, p. 18)

Para Empoli (2019) muitos candidatos se elegeram com a bandeira da renovação política, mas seria uma reprodução ressignifica da velha política, nesse contexto diversos ideólogos dentre os quais Steve Banon e Olavo de Carvalho, deram sustentação teórico-ideológica para governos populistas, amparados também por cientistas e especialistas em Big Data¹⁷.

De acordo com Leite, Tubino e Sauer¹⁸ e Acsegrad¹⁹ (2019; 2020 apud Santos et al., 2021) a gestão do governo Bolsonaro instituiu e aprofundou o conservadorismo e o negacionismo nas políticas ambientais e sociais, fundadas e uma agenda ultraliberal no campo da economia,

¹⁷ No campo da ciência refere-se a uma grande extensão de dados, conectando-se aos múltiplos campos da ciência e visando ampliar análises estatísticas. Fundamentalmente visa monetizar um grande grupo de dados provenientes das redes sociais.

¹⁸ LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de; POCHMANN, Marcio (Orgs.). Brasil: incertezas e submissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 171-189.

¹⁹ ACSELRAD, Henri. O antiambientalismo de resultados. A Terra é Redonda, 18 set. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/oantiambientalismderesultados/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=o-antiambientalismo-deresultados&utm_term=2020-09-19>. Acesso em: 13 jul. 2021.

com medidas inconstitucionais, ausência de debate público e discursos autoritários para povos indígenas e comunidades tradicionais.

Esse cenário parece ter sido caracterizado a partir das denúncias do delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva²⁰, quando publicizou os crimes administrativos e de má gestão, incompatíveis com os fundamentos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência presentes no Artigo 37 da Constituição da República. Esse movimento culminou com a destituição do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que passou a ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF)²¹. Também em decorrência de uma reunião ministerial onde aconselhou a seus pares durante a pandemia aproveitar para deixar passar a “boiada”²², fazendo alusão às medidas e decisões governamentais sem controle e fora dos preceitos jurídicos legais, corroborando para interpretação da existência de procedimentos não lícitos no interior do Ministério do Meio Ambiente.

“O senhor ministro deu várias entrevistas criticando a operação, mas não ficou só no discurso. Ele foi até a área e fez uma pseudoperícia de 40 mil toras: ele olhou duas e disse que, em princípio, estava tudo certinho e que as pessoas apresentaram escrituras”, disse o delegado. Segundo Saraiva, porém, não apareceram os donos de mais de 70% da madeira apreendida. “Se ninguém reivindicou, como é que o ministro pode dizer que está tudo certo e a investigação da Polícia Federal está errada?”, questiona. (OLIVEIRA, 2021, não paginado.)²³

O atual quadro político do país demonstra a relevância do instrumental de pesquisa das ciências humanas e sociais que nos permitem compreender a relevância das comunidades tradicionais e seus saberes, nesse sentido o presente trabalho é forjado também a partir dessa tensão e complexidade. Fundamentalmente no atual momento civilizatório onde percebemos grande desprestígio e desrespeito a outras culturas, valores humanos e à luta contras as múltiplas formas de opressão social, cultural e racial. O retrocesso histórico e cultural de nossa civilização parece ter sido confirmada com as últimas eleições majoritárias, nas quais os políticos projetaram a sociedade em um grande obscurantismo, tendo como consequência a

²⁰ Mais informações estão disponíveis em: < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/14/policia-federal-apresenta-queixa-crime-contraricardo-salles.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2021

²¹ Segundo a revista Exame: “Investigado pelo STF, ministro Ricardo Salles pede demissão.”. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/ricardo-salles-ministro-do-meio-ambiente-pede-demissao-diz-jornal/>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

²² Reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020 e podem ser referenciadas em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

²³ Acesso em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/751046-delegado-detalha-denuncias-de-crime-ambiental-contraricardo-salles-deputados-governistas-criticam-investigacao/>>. Disponível em 11 jul. 2021.

interferência na produção científica e também sobre as instituições de ensino superior, públicas.

Essa realidade também confirma inúmeros retrocessos para as comunidades tradicionais como observaremos no decorrer desse trabalho, a partir dos relatos das lideranças quilombolas, vitimados pela estagnação ou mesmo desmantelamento de políticas públicas direcionadas a esses coletivos, ou mesmo no desmatamento e destruição dos biomas. Essa perspectiva é confirmada por Santos et al. (2021 p. 691):

Em 2019, houve o acirramento e aprofundamento do desmonte de políticas, somados aos discursos presidenciais e narrativas negacionistas contra essas populações. Considerada entrave ao desenvolvimento, a paralisação da demarcação e titulação de territórios é agravada por iniciativas legais e administrativas que visam à destinação de terras para atividades predatórias, como mineração em larga escala e a produção de commodities agrícolas para exportação.

O conjunto de políticas públicas de caráter ambiental, indigenista e a garantia dos direitos das comunidades quilombolas foram sistematicamente ameaçadas e no limite suprimidas, como vimos acima no caso do Ministério do Meio Ambiente e o avanço do desmatamento e destruição da Amazônia. De maneira correlata diversos órgãos estatais foram aparelhados e institucionalmente desmobilizados e seus cargos de chefia e comando foram ocupados por pessoas completamente alheias às pautas históricas correlatas aos avanços dos movimentos sociais. Marcadamente o período neoextrativista brasileiro evidencia os interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional e a apropriação indevida de terras e territórios indígenas e quilombolas.

No âmbito da luta indigenista a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além de estar fragilizada politicamente passou a incorporar uma agenda ultraextrativista, negando direitos historicamente conquistados pelas nações indígenas. Os modelos neoextrativistas estão alinhados ao ultraneoliberalismo sustentado em políticas conservadoras, exploração das terras indígenas, expansão da monocultura e a mineração (SANTOS et al, 2021 p. 691).

Para as comunidades quilombolas o enfraquecimento e redução da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), uma conquista histórica do movimento social negro, para uma secretaria que integra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no ano de 2019 pode ser considerado um retrocesso significativo para luta da população negra do campo e da cidade. Da mesma maneira, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a estar subordinado ao Ministério da Agricultura, este último sustentado em grande medida pela bancada ruralista, impõem inúmeros óbices aos desígnios

constitucionais exarados da carta magna. Para além dessa realidade o esvaziamento dos espaços de debate e participação tal como o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). (SANTOS et al, 2021, p. 691, 692).

O orçamento mais baixo da década constitui um entrave aos trabalhos da Fundação Palmares, inclusive com relação aos processos de certificação das comunidades quilombolas, os quais acarretam custos de deslocamento de profissionais até as comunidades. A certificação é o primeiro passo para o reconhecimento formal dos territórios tradicionais. Desde 1988, foram certificadas 3.271 comunidades quilombolas, a maioria após a edição do Decreto no 4.887, em 2003 (SANTOS et al., 2019). No entanto, apenas 7% dos territórios quilombolas estão regularizados no Brasil (RAVENA, 2019). (SANTOS et. al., 2021, p. 684)

Esse macro cenário de tempos em tempos foi coroado pelas fraseologias aterradoras do atual presidente, desferidas contra mulheres, negros, índios e para a população LGBTQIA+ de uma forma geral. Especificamente os quilombolas foram comparados a animais que podem ser pesados em arrobas, não servindo inclusive para procriação²⁴, em função de tais afirmações passou a responder no ano de 2017, junto ao Ministério Público Federal por danos morais contra as comunidades quilombolas e à população negra (CONJUR, 2017, não paginado).

JAIR BOLSONARO tratou com total menoscabo os integrantes de comunidades quilombolas. Referiu-se a eles como se fossem animais, ao utilizar a palavra “arroba”. Esta manifestação, inaceitável, alinha-se ao regime da escravidão, em que negros eram tratados como mera mercadoria, e à ideia de desigualdade entre seres humanos, o que é absolutamente refutado pela Constituição brasileira e por todos os Tratados e Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, que afirmam a igualdade entre seres humanos como direito humano universal e protegido. (BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, p.5, 2018)

Não bastasse todo esse intrincado cenário político e social, os efeitos e consequências da pandemia aprofundaram a crise sanitária para a sociedade e de maneira avassaladora para a população negra e para as comunidades tradicionais e povos indígenas. Em face do descaso com relação aos óbitos e à carência de políticas públicas efetivas no campo da saúde, corroboradas pelo negacionismo contribuíram para elevação das mortes em proporção geométrica. No bojo desse processo a negação à ciência e a descaracterização da vacina impactou sensivelmente o controle da pandemia.

²⁴ Em palestra proferida em 3 de abril de 2017 no Clube Hebraica na cidade do Rio de Janeiro o atual presidente afirmou que: “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas” e “não fazem nada, eu acho que nem pra procriador servem mais”. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-10/mpf-move-acao-bolsonaro-ataques-negros-quilombolas>>. Acesso em: 27 de fev. 2022.

Com efeito, no ápice do processo a retórica fundada na defesa da economia evidenciou as renitentes desigualdades sociais e raciais, caracterizadas pela condição das classes abastadas e isoladas, e os despossuídos da condição de isolamento. Conduzidos pelo discurso da salvaguarda da economia e não letalidade do vírus, muitos procederam de forma negligente com os devidos cuidados produzindo cenários nos quais famílias inteiras foram à óbito em função da contaminação.

Uma das primeiras vítimas da pandemia no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro foi identificada como uma empregada doméstica negra de 63 anos, obrigada a percorrer semanalmente 120 km e impossibilitada de isolar-se por conta das questões financeiras. Como fazia há dez anos, deslocou-se para casa de sua patroa no Alto Leblon, a mesma havia contraído Covid em viagem para Itália e não procedeu o necessário isolamento transmitindo o vírus para sua funcionária.²⁵ Consoante a muitos integrantes das classes abastadas mantiveram-se em aglomerações e circulando livremente.

A desigualdade tem muitas dimensões e a pandemia escancara as nossas. Ela chegou ao país de avião, por meio de pessoas da elite que estavam no estrangeiro e voltaram contaminadas - tanto que os primeiros dados incidem sobre os bairros mais nobres. Mas o que está acontecendo agora é que o vírus chegou com força nas periferias, nos subúrbios, nas comunidades e favelas espalhadas pelo país. Em São Paulo a pandemia já é muito mais concentrada na periferia do que nos bairros centrais. (SCHWARCZ, 2020, p. 4)

Conforme alguns intelectuais defenderam, dentre os quais Schwarcz (2020) a pandemia efetivamente encerrou em termos fáticos o século XX estabelecendo profundas reflexões sobre a fragilidade da condição humana, os impactos antrópicos e a possibilidade de aniquilação da humanidade. A autora destaca o grau de desigualdade inerente à realidade social da população negra, em grande medida as próprias enfermeiras, das quais muitas são negras e foram a óbito por ausência de proteção adequada e indisponibilidade de máscaras para os profissionais de saúde.

A antropóloga e historiadora ressalta a importância das enfermeiras e a vulnerabilidade por conta da exposição no ápice da pandemia, mais uma vertente do racismo estrutural onde o grau de letalidade para população afro-brasileira em situações onde a desorganização social e sanitária estão deflagradas é superlativo.

²⁵ Mais informações estão disponíveis em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>. Acesso em: 19 set. 2021

Mas a questão das mulheres é também de gênero e classe social. Mulheres das classes média e alta têm mais recursos e podem lidar melhor com seu tempo diante do trabalho, o que é muito diferente no caso de mulheres de baixa renda e negras. Elas são as que menos têm acesso à saúde pública e as que mais apresentam problemas cardíacos e respiratórios recorrentes. São elas, também, que estão na outra ponta da saúde: há muitas enfermeiras negras e pardas sendo contaminadas e morrendo de Covid-19. Elas assumem o cuidado com os pacientes e até com os médicos, desempenhando o mesmo papel em casa e no sistema de saúde. E são ainda mais vulneráveis porque muitas delas estão trabalhando sem a proteção necessária, e porque em geral já estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico. (SCHWARCZ, 2020, p. 4)

Todas essas questões apontam também para nosso efetivo comprometimento para com as comunidades quilombolas, justamente para sairmos da condição de meros pesquisadores compreendendo como uma pandemia afeta os habitantes das grandes cidades de forma duríssima, para os povos tradicionais a situação pode tomar um caráter de significativa penúria. Compreendendo tal situação e considerando a fala de uma das quilombolas do Paiol de Telha, ao advertir sobre o fato das comunidades tradicionais, estarem cansadas da postura de pesquisadores extrativistas de informações e conhecimentos para suas pesquisas não devolvendo ou retornando nada para as comunidades, nem mesmo a pesquisa elaborada a partir da comunidade.

No território as condições estruturais de vida permanecem extremamente precárias, existindo e permanecendo problemas relativos ao abastecimento de luz e água, sendo uma das consequências, como constatamos no decorrer do presente trabalho, da expropriação do território tradicional. Como destacou a liderança quilombola Danielly Rocha dos Santos, a existência de muitos lobbys regionais, que consolidam-se como óbices para regularização do abastecimento de energia elétrica e escolas, por exemplo. Possivelmente porque, quanto mais estruturado e organizado o quilombo, tanto mais se afasta dos estigmas históricos de incapacidade e indolência da população negra.

Por isso, contribuímos para construção de um diálogo entre a então vice-presidente do território em Reserva do Iguaçu Danielly da Rocha dos Santos com a assessoria do Deputado Estadual Goura, político paranaense comprometido com as pautas de sustentabilidade dos povos e comunidades tradicionais. Buscou-se com essas movimentações e articulações, subsídios para a instalação de padrões de luz no território Paiol de Telha, ou outras formas de fomento social capazes de contribuir com tais necessidades. Considerando que atualmente as muitas famílias que ali vivem, encontram-se em condições de risco social e segurança alimentar, sendo permanentes as dinâmicas de lutas e sobrevivência.

Em função dessa realidade histórica, em meio à pandemia, em 25 de Julho de 2020, articulamos e entregamos 80 cestas básicas, 80 kits de higiene e 80 cobertores para a

comunidade Paiol de Telha na cidade de Reserva do Iguaçu e também na Colônia Socorro, distrito de Guarapuava. Esses donativos foram arrecadados pela Legião da Boa Vontade (LBV) e caritativamente direcionados à Associação Pró-reintegração Heleodoro, sendo transportados com o financiamento da prefeitura de Reserva do Iguaçu. Tratou-se de um auxílio paliativo, mas com o escopo de minorar os efeitos agudos da pandemia para a população que vive atualmente no território quilombola e também no assentamento.

Na Ilustração Nº 1, na sequência, está o caminhão enviado pela prefeitura de Reserva do Iguaçu a partir de uma articulação com a liderança quilombola, a Sra. Ana Maria da Cruz, para o transporte das cestas básicas, dos *kits* de higiene e cobertores doados pela Legião da Boa Vontade (LBV). No traslado de Curitiba até o território quilombola foram percorridos 350 km, chegando no local às 23:30 do dia 25 de julho e concluindo a descarga até as 00:30 da madrugada no dia 26.

ILUSTRAÇÃO Nº 1 - DOAÇÕES QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA



FONTE: O autor (2020)

ILUSTRAÇÃO Nº 02 - ENTREGA DOAÇÕES QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHA



FONTE: O autor (2020)

Na ilustração Nº 2, acima, destacamos a entrega das doações no dia 26 de julho para os quilombolas no território Paiol de Telha na cidade de Reserva do Iguaçu. A entrega dos itens nos possibilitou um contato mais próximo com a comunidade e por conseguinte, uma identificação mais apurada dos herdeiros do território.

1.2.2. Construindo a interface com a temática, com os atores e protagonistas da pesquisa

No ano de 2019 coordenamos a elaboração e execução de um conjunto de ações e oficinas culturais intituladas “Oficina de Saúde da Mulher e Terapias Naturais” sob a coordenação da Mestra quilombola, Lucely de Moraes Pio²⁶, originária do quilombo do Cedro em Mineiros – GO. As atividades ocorreram em algumas unidades da federação como: Tocantins, São Paulo, Brasília e Paraná. A proposta foi levar os saberes tradicionais do cerrado para outros estados, produzindo a formação de mulheres quilombolas ou de outras identidades com medicamentos fitoterápicos e outras formas de cura relacionadas aos modos de vida quilombola e aos saberes do Cerrado goiano.

Regionalmente o evento foi sediado na cidade de Irati, localizada na região Sudeste do Paraná, a partir de uma articulação institucional da Rede Integrada de Ciências e Saberes Tradicionais, conectada à Universidade de Brasília e o Instituto Nacional Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), a Casa Latino Americana (CASLA) e o Projeto Unitinerante²⁷. As oficinas ocorreram com subsídio do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo a partir de recursos captados dos Termos de Ajuste de Conduta (TACs), esses recursos são oriundos de multas redirecionadas para políticas culturais de combate ao racismo.

²⁶ A mestra Lucely Moraes Pio é originária do quilombo do Cedro na cidade de Mineiros em Goiás, trata-se de uma mestra dos saberes relacionados à cura pelas plantas e raízes, integra um importante movimento denominado Articulação Pacari, composto por uma diversidade de mestres e mestras raizeiros e raizeiras do cerrado. A mestra Lucely é figura conhecida e reconhecida internacionalmente e voltaremos a abordar seus saberes na sequência do presente trabalho.

²⁷ O projeto visa estruturar diálogos sistemáticos entre os atores sociais (Academia, Organizações, Movimentos Sociais e Setores do Poder Público), fomentando ações de caráter extensionista, social e educacional para estruturar novos arranjos institucionais. O objetivo é favorecer comunidades rurais e tradicionais em lógicas de risco social. O escopo do projeto é o desenvolvimento territorial para superar desigualdades locais tendo as universidades estaduais e a universidade federal como elo estruturante das parcerias. Desde 2019 o projeto fomenta diálogos por meio dos Parlamentos Unitinerantes locais e regionais, as práticas extensionistas de cunho educativo e emancipatórias são pautadas nas demandas das comunidades locais. O projeto visa contribuir com as comunidades a partir da teoria do Bem Viver, da saúde comunitária, soberania alimentar, moradia e saneamento, agricultura familiar e agroecologia, economia social, cultura e lazer. Além da educação e práticas integrativas, culturais, do patrimônio e memória, direitos socioterritoriais, turismo comunitário, relações internacionais, comunicação e mídias sociais. Disponível em: <<https://parlamentounitinerante.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 de jan. 2020.

A captação e aplicação dos recursos foi organizada pela gestora do INCTI, Rita Honotório, que destacou a importância da construção de um diálogo mais profundo entre as culturas e tradições das sabedoras do cerrado e as benzedeadas do Sul do país. Essa percepção favoreceu amplamente a vinda da oficina para as terras paranaenses.

Na Ilustração Nº 3, destacamos a reunião na Câmara Municipal da cidade de Rebouças no Paraná, uma das localidades articuladas nos eixos estruturantes de ação do projeto Unitinerante. O encontro congregou professores, líderes comunitários e acadêmicos para pensar políticas específicas para as comunidades tradicionais da região. Na foto da esquerda para direita os professores Nicolas Floriani, a médica Gladys Floriani e o professor Dimas Floriani, além de agricultores da região.

ILUSTRAÇÃO Nº 3 - REUNIÃO UNITINERANTE, REBOUÇAS – DEZEMBRO – 2019



FONTE: O autor (2020)

É importante ressaltar como o projeto Unitinerante mesmo em face aos retrocessos políticos e econômicos vigentes, pressionou institucionalmente as múltiplas instâncias estatais no sentido de buscarem soluções para as questões socioambientais. Esse processo também ocorreu na solenidade de convênio entre a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) e a Casa Latino-Americana (Casla), quando firmaram acordo de Cooperação. No evento ocorreu importantes falas de lideranças dos povos e comunidades tradicionais, também objetivando cobrar diretamente o poder público para medidas concretas de transformação das realidades sociais decorrentes dos séculos de exploração colonial e capitalista. Dentre essas falas destacou-se o discurso da quilombola Danielly Santos, relatando

o duro cenário estrutural vigente no Paiol de Telha e a luta da comunidade por melhoria concretas.

Danielly da Rocha Santos, vice-presidente da Associação Quilombola Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha-Fundão, situada no município Reserva do Iguaçu, no Centro-Sul paranaense, se mostrou esperançosa com as possibilidades de melhoria das condições de vida da comunidade. “Nosso agradecimento pela oportunidade de testemunhar essa importante iniciativa. Temos certeza que nossa comunidade será atendida”, disse ela, compartilhando os desafios diários vividos pelas famílias da comunidade. “São aproximadamente 400 famílias, sendo que somente 120 residem no território, devido à questão da titulação das terras, que ainda está em processo de formalização”, finalizou Danielly. (SUPERINTENDÊNCIA GERAL (SETI), 2019, não paginado)²⁸

ILUSTRAÇÃO Nº 4 - ENCONTRO DAS MULHERES QUILOMBOLAS E BENZEDEIRAS – DEZEMBRO – 2019



FONTE: O autor

ILUSTRAÇÃO Nº 5 - ENCONTRO DAS QUILOMBOLAS E BENZEDEIRAS – DEZEMBRO 2019 – II



FONTE: O autor (2019)

²⁸ Informações disponíveis em: <<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Seti-e-Casla-firmam-acordo-para-o-desenvolvimento-economico-e-socioambiental-de-comunidades>>. Acesso em: 17 fev. 2022

Nas Ilustrações Nº 4 e 5, acima, destacamos o encontro entre as mulheres quilombolas do Paraná e as benzedadeiras da cidade de Irati e região com os demais participantes da oficina Saúde da Mulher. E como produto da oficina, figuram os medicamentos elaborados a partir dos saberes tradicionais das raizeiras e quilombolas do Centro-Oeste do país. Por meio do encontro realizado na cidade de Irati - PR construiu-se uma proximidade com as mulheres quilombolas da Invernada Paiol de Telha, integrantes da oficina formativa com as mulheres do quilombo Palmital dos Pretos, localizado na região da cidade de Campo Largo. Também integraram as mulheres faxinalenses e benzedadeiras da região central do Paraná, entre os dias 13 e 14 de novembro de 2019.

As trocas de experiência, saberes e narrativas entre as mulheres benzedadeiras e a mestra raizeira Lucely Moraes Pio e Ivanita Pio estabeleceu uma troca e interação de conhecimentos e experiências de resistência. A partir das narrativas das mulheres quilombolas foi possível elaborar um panorama sobre a realidade de luta e resiliência negra fincada no quilombo Invernada Paiol de Telha. A Mestra Lucely Moraes Pio inicialmente demonstrou certa resistência em realizar a Oficina de Saúde no Sul, pois relatou experiências de pouca interação quando há décadas havia estado na região, possivelmente um choque cultural dissolvido no decorrer do evento. Embora também demonstra a existência de estranhamentos e limites na interação dos participantes, mas de maneira geral foi possível estruturar pontes e trocas culturais.

Ao estreitarmos os laços de amizade com as inúmeras lideranças quilombolas, dentre as quais a Sra. Ana Maria da Cruz e a vice-presidente da Associação Quilombola Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha Fundão (Heleodoro), a Sra. Danielly da Rocha dos Santos e a quilombola Elenita Machado Lima. A Sra. Ana Maria é uma pessoa extraordinária com um grande histórico de lutas em prol da reconquista do quilombo Paiol de Telha, liderança política em âmbito regional e nacional, uma personalidade importante na resistência negra quilombola. Sua presença, fala convicta, propriedade e vivência na causa e militância enriqueceu o evento possibilitando a todas e todos um conhecimento mais profundo sobre os dilemas quilombolas no Brasil. Posteriormente ao evento fomos convidados pela Sra. Ana para visitarmos sua residência no assentamento quilombola na Colônia Socorro onde a entrevistamos demoradamente.

Também foram marcantes e decisivas as falas da vice-presidente da comunidade Danielly da Rocha Santos e da Sr. Elenita Machado Lima a última proveniente do quilombo Palmital dos Pretos. Ambas apresentaram a realidade quilombola e o esforço pela manutenção da memória e dos sistemas de vida e interação com o território, demarcando a realidade

precária de muitas famílias nas terras dos negros, a ausência de escolas, postos de saúde e infraestrutura que inviabiliza muitas vezes a permanência. A Sra. Elenita ressalta as memórias de seus antepassados escravizados, os sistemas de opressão dos quais foram vítimas e a importância da transmissão das memórias, seu território também foi objeto de disputa e contendas com fazendeiros locais.

Na abertura do encontro um atraso das mulheres quilombolas por conta do deslocamento produziu contratempos, algumas lideranças provenientes dos núcleos quilombolas do Assentamento Paiol de Telha na Colônia Socorro e do território quilombola Invernada Paiol de Telha em Reserva do Iguaçu acabaram por atrasar-se. Outras mulheres negras do quilombo Palmital dos Pretos na região de Campo Largo e Ponta Grossa também estavam a caminho. Em decorrência, o evento iniciou-se apenas com as mulheres benzedadeiras e faxinalenses da região de Irati.

Decorridos sessenta minutos e com a aflição da equipe de organização, as mulheres quilombolas adentraram o Instituto Equipe de Educadores Populares onde o evento foi arranjado. A participação e interação das mulheres quilombolas era *sine-qua-non* para o objetivo do evento, a interação entre as mulheres negras dos quilombos do Paraná, as benzedadeiras e a mestra Lucely Pio com os saberes e fazeres do cerrado goiano. Uma eventual ausência traria enormes prejuízos para os objetivos gerais do projeto e para o evento na totalidade. Nesse cenário ressaltamos a relevância histórica e política da liderança quilombola Dona Ana Maria da Cruz, ao chegarem no evento de imediato estendeu a bandeira da CONAQ²⁹ sobre a mesa, cimentando a presença e força das mulheres quilombolas.

Para elaboração do evento e convite às mulheres quilombolas e benzedadeiras foi necessário visitarmos e conhecermos mais pormenorizadamente a comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, dessas incursões estabelecemos diálogos sistemáticos com as lideranças locais, situando suas narrativas históricas de luta pela permanência no território roubado. Também fomos surpreendidos com a precariedade estrutural de algumas casas no quilombo na cidade de Reserva do Iguaçu. E já de imediato percebemos algumas consequências sociais decorrentes dos processos de espoliação e das disputas pelo retorno e permanência no local dos legítimos e efetivos detentores do direito de utilização e permanência nas terras.

²⁹ A CONAQ, Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos é uma organização de âmbito nacional relevante para as comunidades quilombolas do país, atua tanto na dimensão da luta por direitos como no âmbito da consultoria sem fins lucrativos.

Em decorrência da organização do evento tivemos o privilégio de conhecer a jovem quilombola Jucemara dos Santos, neta de Domingos Gonçalves dos Santos falecido em 2015 e uma das mais emblemáticas figuras na saga dos negros do Paiol de Telha. Ela nos recebeu inúmeras vezes com desvelo e afeto narrando sua importante trajetória de vida e as experiências de luta no Barranco³⁰, bem como a opressão racial no assentamento Paiol de Telha na Colônia Socorro. No decorrer do presente trabalho voltaremos às falas e narrativas dessa líder quilombola, bem como dos demais integrantes da comunidade negra Invernada Paiol de Telha. Os relatos dos quilombolas são fundamentais para compreendermos a história.

ILUSTRAÇÃO Nº 6 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA BARRANCO – MÃE ONDINA M. DE JESUS



FONTE: Rede Puxirão³¹ (2020)

O então presidente da comunidade, Sr. João Trindade Marques³² também expôs suas memórias sobre as atrocidades cometidas no processo de expropriação do território,

³⁰ Barranco é um local à margem da rodovia (PR) 459, na época uma estrada rural de difícil tráfego, na cidade de Reserva do Iguaçu, nas cercanias do território Paiol de Telha. Nesse local as lideranças quilombolas e sessenta e três famílias, chegando a 150 famílias, que permaneceram acampadas entre Dezembro de 1996 e Agosto de 1998. A ocupação com maior número de famílias durou um ano e oito meses, não obstante, algumas permaneceram no local por mais de quinze anos, segundo fontes. Com efeito, autoridades públicas pressionadas como o INCRA e demais órgãos buscaram uma alternativa para os negros inconformados com a ilícita apropriação de seu território. Disponível em: <<https://terrasedireitos.org.br/casos-emblematicos/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/12527>>. Acesso em: 23 set. 2021.

³¹ Ilustração disponível em: <<http://redepuxirao.blogspot.com/2010/05/contrarrevolucao-juridica-e-quilombos.html>>. Acesso em 11 mar. 2021

possivelmente uma das figuras com mais lucidez e de certa maneira um arquivo vivo e testemunha de grande parte da luta e resistência quilombola na região. Em um dos inúmeros diálogos que estabelecemos com ele, nos relatou sua luta e alegria na reocupação de uma das fazendas que integram o território no ano de 2003, especificamente o local em que nasceu. Acentuou o aspecto distintivo em adentrar a terra de seu nascimento, onde viveu por um longo período, no qual buscou manter a preservação da memória ancestral dos aspectos simbólicos, imagéticos e de pertença.

Entramos na fazenda do Tomi, onde eu nasci. Ali me senti feliz, entrei dentro da minha fazenda e ocupamos com mais de cem famílias. Entramos novamente dentro da fazenda onde eu nasci. Ficamos uma semana lá pra dentro, tudo feito com o acampamento montado. De repente pediram uma reintegração de posse. Vieram, carregaram a nossa mudança de novo e levaram para Colônia. Pense, os caras viraram e quebraram tudo. Quebraram fogão novo, pintaram um sete lá, e novamente conversamos com o seu Domingos e ele falou: “Vamos deixar abaixar a poeira e vamos retornar.”.³³ (MARQUES, 2019, não paginado, grifo nosso)

ILUSTRAÇÃO Nº 7 - TERRITÓRIO QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA – RESERVA DO IGUAÇU



FONTE: O Autor (2020)

³² A autorização para utilização da entrevista do quilombola Sr. João Trindade Marques, ocorreu no dia 12 de maio de 2022, via Whatsapp.

³³ MARQUES, J.T.. Entrevista. Informação Verbal, 2019.

Na ilustração Nº 6, destacamos a mãe do quilombo, Ondina M. de Jesus cozinhando no território Barranco na manutenção da resistência. E na Ilustração Nº 7, as consequências do esbulho do território tradicional, tanto no aspecto de uma parcial degradação do meio ambiente como na precariedade material das moradias.

A retirada da propriedade dos quilombolas produziu reflexos históricos, econômicos e ambientais para o território. Especificamente para as vítimas dessa realidade os reflexos simbólicos, imagéticos, econômicos e sociais estão ainda muito presentes. É possível elucidar esse panorama ainda que parcialmente com uma consequência dos desdobramentos da modernidade globalizante e excludente. O roubo das terras teve o beneplácito do Estado, dos empresários, comerciantes e demais autoridades locais atendendo os interesses de uma elite agrária e posteriormente de uma grande multinacional, na esteira da estruturação da imigração germânica na região (CRUZ, I., 2019; BUTI, 2009; HARTUNG, 2004;).

As histórias, contadas pelos descendentes dos “ex-escravos”, sustentariam que a área herdada possuía originalmente 3000 alqueires – aproximadamente 7260 ha. - 40% maior do que a área do “limite vivido”, do “tradicionalmente ocupado”. A análise dos documentos arrolados em uma escritura pública de compromisso de compra e venda, datada de 1974, onde Oscar Pacheco dos Santos e sua mulher comprometem à Cooperativa Central Agrária Ltda. “uma área de campos e capões no imóvel “Paiol de Telhas”, também conhecida como “Fundão”, cita que, embora o objeto da venda tenha no momento entre 1600 e 2000 alqueires (entre 3872 ha. e 4840 ha.), “segundo voz corrente no local e mesmo nesta cidade de Guarapuava, a dita Invernada abrangia uma área de aproximadamente (3.000) três mil alqueires”. [...]

Desde, portanto, o século XIX, e ao longo de todo o século XX, há indícios de disputas judiciais referentes às terras. As referências já mostradas, que remetem às origens do grupo, - sua “genealogia” -, se somam outras, aquelas que dizem respeito aos processos de espoliação e injustiça, que parecem marcar o princípio da desordem e do fim de um comum convívio nas terras do Fundão - sua “escatologia”. Os personagens responsáveis pela “queda do paraíso Fundão” são estes: “Pedro Lustosa”, “Oscar Pacheco dos Santos”, “Agrária”, “os alemães”. São eles, portanto, que povoam uma espécie de “céu dos deuses da discórdia”. Eles abalaram o “cosmos” formado por aqueles outros personagens míticos, os “deuses da concórdia”: “Balbina”, “Manoel” e os “escravos”. (BUTI, 2009, p. 34 e 35)

Para Leff (2005, p. 40) a globalização econômica faculta uma retotalização do mundo sob o espectro unidimensional do mercado, explorando a natureza, homogeneizando culturas, subjugando saberes e degradando a qualidade de vida de uma parcela substantiva da população. Para essa conjuntura socioambiental, Leff utiliza o conceito de Racionalidade Ambiental, uma alternativa de valorização de saberes, culturas e matrizes de conhecimento.

A globalização econômica está gerando uma retotalização do mundo sob o valor unidimensional do mercado, superexplorando a natureza, homogeneizando culturas, subjugando saberes e degradando a qualidade de vida das maiorias. A racionalidade ambiental gera uma reorganização da produção baseada no potencial produtivo da natureza, no poder da ciência e da tecnologia moderna e nos processos de

significação que definem identidades culturais e sentidos existenciais dos povos em diversas formas de relação entre os seres humanos e a natureza. (LEFF, 2005, p.40)

Toda conjunção de atividades culturais e acadêmicas no âmbito das Oficinas de Saúde da Mulher e das atividades relacionadas ao projeto Unitinerante possibilitaram uma aproximação significativa com a realidade social, cultural e étnica no território dos quilombolas em Reserva do Iguaçu e no assentamento Paiol de Telha na Colônia Socorro. Nesse cenário conhecemos os protagonistas e mais concretamente a história de luta desse bravo e incansável povo negro descendentes dos escravizados. A interação da mestra goiana Lucely Pio e Ivanita Pio com as mulheres quilombolas e as com as benzedeiças do Sul evidenciou a complexidade das diferenças culturais e das pautas que concernem à luta das comunidades tradicionais, ressaltando a necessidade dos sistemáticos diálogos entre os mestres e portadores dos saberes oriundos dos territórios.

1.3. A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA E O DIÁLOGO COM OS SABERES QUILOMBOLAS

Embora a pauta quilombola nos toque de forma profunda é sempre necessário promover o distanciamento e estranhamento dos sujeitos e protagonistas estudados controlando impressões pessoais causadas no contato direto com as lideranças negras e suas histórias de vida, pois a questão racial no Brasil é sempre um elemento de profunda reflexão singular e subjetiva. Por conseguinte o pesquisador não deve romantizar os caminhos da pesquisa, suspendendo juízos de valor no contexto do fazer científico e evitando contaminar as lentes de análise com subjetividades para não desconsiderar dinâmicas sociais relevantes. Como um pesquisador dos saberes populares e tradicionais, do resgate e contribuição negra e sua validação epistemológica, inter e transdisciplinar, o cuidado metodológico se faz crucial. Dessa maneira, compreender os limites da pesquisa ao abordar a temática das causas e formas de ilusão, bem como os preconceitos do pesquisador é fundamental em qualquer área de estudo. Sendo assim, é necessário considerar tais dimensões epistemológicas em qualquer projeto de investigação.

Nessa reflexão, cabe dizer que ao pesquisarmos à luz da sociologia, há sempre a imposição da perspectiva do senso comum *versus* o saber sociológico e uma possível dinâmica de hierarquia da primeira lente sobre a segunda. A separação e sobreposição possivelmente existentes não é necessariamente hierárquica, por um lado é fruto da diversidade cultural e epistemológica e por outro da consciência do conhecimento sociológico e sua natureza interpretativa de realidades e dinâmicas sociais, mas não se encontra em uma

posição de superioridade face outros saberes ou cosmologias. O fato do conhecimento sociológico ser a princípio teórico, não lhe confere necessariamente distinção em relação a outras perspectivas não teóricas, apenas reflete a diversidade de olhares, enquanto este tende a privilegiar as interações interindividuais e suas regras como objeto fundamental do conhecimento.³⁴

Os saberes populares e tradicionais, muitos desses aterrados em raízes africanas e a conexão com a academia por um viés inter e transdisciplinar, exigem revisar as lógicas e sistemas acadêmicos hegemonizados, totalizantes e excludentes, articulados historicamente nos mais variados níveis dos sistemas de ensino. Chauí (2000) destaca como o pesquisador deve se preocupar com a origem, forma e conteúdo do saber produzido, tanto como valores éticos e políticos como artísticos e culturais.

A filosofia, cada vez mais, ocupa-se com as condições e os princípios do conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro; com a origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, artísticos e culturais; com a compreensão das causas e das formas da ilusão e do preconceito no plano individual e coletivo; com as transformações históricas dos conceitos, das ideias e dos valores. (CHAUÍ, 2000, p.15)

Os limites da pesquisa e do fazer científico, bem como os preconceitos do pesquisador devem ser considerados frente à multiplicidade dos discursos e realidades sociais. Quando utilizamos a sociologia como ferramenta investigativa nos deparamos com perspectivas do senso comum *versus* o saber sociológico ou científico, e os sistemas de hierarquia se apresentam como validadores e canceladores dos saberes e conhecimentos diaspóricos.

O diálogo entre os saberes tradicionais, a academia e seu campo científico produz uma separação e sobreposição não necessariamente hierárquica, mas estruturada em assimetrias. A diversidade cultural e epistemológica, bem como a consciência do conhecimento sociológico apresentam uma natureza interpretativa de realidades e dinâmicas sociais, não pressupondo escalas de superioridade ou inferioridade em decorrência de saberes e outras formas de apropriação do mundo. Como já acima exposto, o fato do conhecimento sociológico ser a princípio teórico, não lhe confere necessariamente distinção em relação a outras perspectivas não teóricas, apenas reflete a diversidade de olhares, enquanto este tende a

³⁴ Reflexões coligidas a partir das disciplinas ministradas pela professora Marlene Tamanini, em Tópicos Avançados em Métodos de Pesquisa I, aula III, sobre metodologias de pesquisa. Direcionado à turma de mestrado e doutorado no segundo semestre de 2017.

privilegiar as interações interindividuais e suas regras como objeto fundamental do conhecimento.

Desse debate depreende-se a relevância das perspectivas não teóricas e suas conexões com o senso comum, discernindo os limites interpretativos das perspectivas teóricas e suas respectivas contribuições para o diálogo entre distintas matrizes de produção do conhecimento. Os saberes tradicionais estão fundamentados em práticas arraigadas no cotidiano das comunidades e dos povos, estabelecendo correlações com os sistemas de práticas e de relevância simbólica e imagéticas. Por vezes as trocas e conexões com a natureza passam ao largo das perspectivas normativas de cunho teórico e científico não sendo mapeadas nos sistemas hermenêuticos.

No cerne desse debate surge uma crítica à academia e suas práticas, por outro lado, a própria universidade também estabelece críticas aos seus detratores, dentre os quais os militantes dos Movimentos Sociais de maneira geral. Para Minayo (1994) e Stein (1987) as tensões filosóficas e sociológicas apresentam uma metodologia dialética e seu pressuposto hermenêutico explicita a não existência de imparcialidade do observador, “não há observador imparcial nem há ponto de vista fora da realidade do ser humano e da história” (MINAYO, 1994, p.104). Por outro lado, é necessário refletir sobre a intencionalidade do observador considerando seus pressupostos e métodos utilizados com a finalidade de pensar as evidências e sustentar seus argumentos e contra-argumentos. Fundamentando uma metodologia dialética de maneira a não escorregar no lado oposto da sistemática parcialidade que caracteriza o olhar do observador. Dado que a parcialidade é inerente ao observador, faz-se mister estruturar mecanismos de controle sobre os juízos de valor para evitar comprometer a pesquisa.

Nesse contexto reflexivo nos debruçamos para compreender o momento histórico onde alguns segmentos acadêmicos recebem os saberes tradicionais e seus mestres transmissores com lentes e postura histórico-sociais distintas das secularizadas, não mais como meros objetos de estudo e pesquisa científica, mas como agentes produtores e transmissores de conhecimento, por conseguinte, transformadores de suas realidades. Os territórios tradicionais também passam a ser observados de forma distinta, não são mais como localidades remotas nas quais se subtrai informações e posteriormente ressignificá-las de acordo com interesses de pesquisa. São espaços de tradição, de memória, vida e significado. As disputas quilombolas por seus territórios também são disputas pelos saberes, narrativas e perspectivas simbólicas e concretas de referenciais civilizacionais. O pesquisador deve estar consciente da sacralidade dos territórios tradicionais e assim como os raizeiros e raizeiras pedem autorização à natureza para retirar uma planta, o pesquisador deve fazer o mesmo para

adentrar nos territórios e retirar conhecimentos. São posturas e lógicas descoloniais e contra-hegemônicas de interação e produção de novos conhecimentos e destituição das hierarquias no contato com outras culturas.

1.3.1. Das Políticas Afirmativas às epistemes tradicionais: as tensões de uma pesquisa transdisciplinar

Como destacado anteriormente nosso interesse de pesquisa sobre a questão racial teve sua gênese nos diálogos com nosso progenitor Gerson Marciel de Oliveira, mas também a partir da leitura do livro intitulado “Roots: The Saga of an American Family” do escritor americano Alex Haley, traduzido para o português como “Raízes”. O contato com essa obra se deu no Ensino Médio, no ano de 1997 por intermédio de uma importante professora de História do Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral na cidade de Curitiba. A docente Elizabeth Scandelari, que também é socióloga, nos emprestou o compêndio percebendo nosso interesse sobre a temática e os comentários em sala de aula sobre a série televisiva, baseada na obra.

Finalmente, quero agradecer e reconhecer minha imensa dívida para com os *griots* da África. Dizem, com toda razão, que, quando um *griot* morre, é como se toda uma biblioteca tivesse sido arrasada pelo fogo. Os *griots* são a prova de que toda a genealogia humana remonta a algum lugar e algum tempo em que não havia escrita, quando somente as memórias e as bocas dos anciãos transmitam para a posteridade as primeiras histórias da humanidade... para que hoje, todos nós saibamos quem somos. (HALEY, 1985, p. 14)

A imersão nessa narrativa parcialmente ficcional abriu caminhos possíveis para buscarmos compreender de maneira mais aprofundada esse trágico capítulo da humanidade caracterizado pela escravização de milhões de pessoas que foram secularmente reduzidas à coisas e mercadorias. Nesse contexto, a tentativa de desmantelamento e supressão dos elementos simbólicos e identitários das tradições culturais africanas tanto no próprio continente africano como no americano foi um projeto civilizatório do ocidente. Com efeito, o papel desempenhado pelo colonizador europeu estava marcadamente voltado à desorganização do território e à espoliação dos recursos naturais.

Mas, por outro lado, todo esse cenário de resistência negra às formas de colonização e suas consequências explicitou posteriormente a complexidade e riqueza vivamente presentes nas tradições culturais e étnicas, nos saberes e fazeres dos povos tradicionais que podemos encontrar nos territórios quilombolas brasileiros. Como na tradição da oralidade fincada na

imagética e identitariamente no continente africano, como suporte de transmissão do conhecimento.

Nesse sentido o escritor Haley ao longo de doze anos pesquisou sobre sua genealogia nos mais variados locais como, arquivos, bibliotecas e a partir dos próprios relatos orais e inclusive no continente africano, chegando até seu remoto parente africano Kunta Kinte, que teria sido raptado dos arredores de sua tribo na África Ocidental, mais especificamente na Gâmbia em sua tribo denominada Juffure. Tal qual nos relatos e memórias dos negros e descendentes de escravizados herdeiros do Paiol de Telha, muitos, fatos memórias e grandes narrativas foram transmitidas geracionalmente por intermédio do suporte da oralidade. O escritor teve como ponto de partida os relatos orais de suas tias avós na varanda de sua casa na cidade de Henning no Tennessee sobre a resistência do remoto parente, o “velho” africano que segundo as pesquisas teria sido obrigado a sair da África em 05 de Julho de 1767 em uma nau chamada “Lord Ligonier” aportando em Annapolis em 29 de Setembro 1767. O velho e teimoso africano que insistia que seu nome não era Toby, mas sim Kinte.

Fiquei imóvel, como se fosse feito de pedra. Meu sangue parecia ter congelado. Aquele homem, que passara toda a sua vida numa aldeia no interior africano, não tinha condições de saber que acabara de repetir o que eu ouvira ao longo de todos os anos na minha infância, na varanda da casa de minha avó, em Henning, Tennessee... a história de um africano que insistia que seu nome era “Kin-tay”, que chamava uma guitarra de “Ko” e um rio no Estado da Virgínia de “Kamby Bolongo”, um africano que fora sequestrado para ser escravo, ao ir cortar madeira para fazer um tambor. (HALEY, 1985, p. 635)

Essa importante pesquisa corroborou a memória coletiva de resistência da população negra nos Estados Unidos, não apenas por narrar a saga de uma família escravizada ao longo de mais de dois séculos, o que significou em grande medida resgatar a memória de milhares de famílias negras fundadas a partir dos processos de escravização.

Com efeito, ao remontar às tradições africanas possibilita expandir o leque semântico sobre a cultura negra e os reflexos da tragédia da escravização em todo continente americano, por conseguinte, repensar a naturalização e desnaturalização do racismo e escravização no Brasil. Essa dinâmica nos conduziu a buscar compreender as tensões sobre as políticas públicas específicas para população afro-brasileira, como mecanismos de compensação e reparação histórica em decorrência dos séculos de iniquidades raciais.

Na esteira do processo histórico de resistência negra, nossas pesquisas sobre as políticas de Ações Afirmativas e as tensões decorrentes no início dos anos 2000, evidenciou as correlações de força entre os discursos normativos fundados na meritocracia e a realidade

fática da população negra afrodescentes. Os anos de luta por parte dos militantes negros e de outros segmentos da sociedade pela implementação de tais políticas precipitaram a entrada de outros atores e protagonistas da luta negra, indígena e quilombolas, além de outros povos e comunidades tradicionais que integram a diversidade étnico-racial brasileira. Foi possível observar nos primórdios da inclusão das Políticas de Ação Afirmativa os inúmeros discursos sobre o futuro do país com conflitos étnicos e raciais similares aos de Ruanda³⁵. Ou ainda como os princípios ideológicos norteadores e organizadores da democracia racial estariam sendo colocados em risco em decorrência das políticas inclusivas. Difundiu-se também que as cotas raciais estariam contrariando frontalmente o Capítulo 5º da Constituição Federal, comprometendo legalmente o princípio de igualdade e isonomia.

Contudo, tais argumentos foram sendo autocorroídos, pois, as políticas públicas de corte racial objetivavam justamente o cumprimento do Artigo 5º, não bastando uma igualdade em termos teóricos ou abstratos, mas a produção de uma igualdade substantiva. Alguns anos após o início das políticas muitos opositores que haviam assinado documentos contrários, revisitaram suas posições e compreenderam a importância desse resgate e compensação histórica para a nação brasileira. Uma das figuras públicas que mudou sua percepção foi o humorista negro Helio de la Peña, que recentemente se posicionou em entrevista ao periódico Folha de São Paulo³⁶:

Eu achava que, se você se esforçasse, se você corresse atrás, conseguiria a sua vaga na universidade, explica. A maior presença da perspectiva de ativistas, intelectuais e influenciadores negros no debate racial brasileiro o levou a rever esse posicionamento. “Ouvi outras vozes e mudei meu ponto de vista.” (MENA, 2022, c5)

Nesse sentido as tensões epistêmicas produzidas pelo projeto Encontro de Saberes materializou uma segunda inclusão pós-políticas afirmativas, na medida em que rompe, ainda que parcialmente com o cânone epistêmico tradicional e coloca na mesa de debate a possibilidade dos mestres e mestras figurarem na universidade não apenas na condição de alunos, mas também como docentes. Ao ministrarem aulas em parceria com os professores das ciências modernas e eurocêntricas produzem uma inclusão étnico-racial e epistêmica de caráter transdisciplinar.

³⁵ No ano de 1994, oitocentas mil pessoas morreram no conflito étnico entre Tutsis e Hutus em Ruanda, país cindido racialmente em função da colonização belga que classificou e antagonizou duas etnias em função de traços e características fenotípicas que atendiam os interesses da colonização europeia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms>. Acesso em: 01 mar. 2022.

³⁶ Edição de 27 de Fevereiro de 2022, caderno Ilustrada, Ilustríssima, c5.

Essas movimentações caracterizaram, não obstante, os limites epistêmicos vigentes, uma revolução significativa nos padrões inclusivos e também nos currículos acadêmicos. Que estavam anteriormente centrados exclusivamente em padrões monoepistêmicos onde se naturalizou assimetrias raciais de acesso e permanência aos espaços de poder e prestígio. Mesmo estando em locais de grande diversidade étnico-racial, a realidade de interação das universidades pareciam não estar efetivamente integradas nesses contextos geográficos em termos culturais e sociais.

Em grande medida as possibilidades atuais de ampliação do leque de pesquisas e valorização das epistemes não hegemônicas e não ocidentais decorrem da maciça inclusão étnico-racial no corpo discente das universidades brasileiras. O que também favoreceu as pesquisas sobre temáticas relacionadas as epistemes negras, contra-coloniais e transdisciplinares. A ressignificação política e cultural dos atores e protagonistas sociais historicamente invisibilizados no âmbito universitário, deu centralidade a uma nova agenda para os povos e comunidades tradicionais a partir de suas pautas, narrativas e cosmologias, onde os mestres e mestras dos saberes e fazeres oriundos dos territórios podem ser contemplados como o título do Notório Saber. Nossa pesquisa de mestrado buscou demonstrar um pouco dessas tradições e saberes culturais, que podemos considerar como epistemes transformadoras de caráter transdisciplinar.

Essa realidade de transformações histórico-sociais pautou a presença dos mestres e mestras em bancas de graduação, mestrado e doutorado sobre temáticas pertinentes à sua história e cosmologia, retirados da condição de objetos de pesquisa e passando a sujeito da produção do conhecimento, ainda que parcialmente. Tal contexto deu maior complexidade à questão da valorização da identidade cultural negra e dos demais povos e comunidades tradicionais com as perspectivas da transdisciplinaridade. Esses elementos estão colocados nos pressupostos apontados por Basarab Nicolescu, considerado o pai da transdisciplinaridade.

Esse processo implica uma abertura multidimensional da Universidade em direção à sociedade civil; em direção a outros lugares de produção do novo conhecimento; em direção ao espaço-tempo cibernético; em direção aos objetivos da universalidade; em direção à redefinição dos valores que governam sua própria existência. Como o prefixo "trans" indica, a transdisciplinaridade diz respeito ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 1997)³⁷

³⁷ A Evolução Transdisciplinar a Universidade, Condição Para o Desenvolvimento Sustentável. Basarab Nicolescu. Aliança por um Mundo Responsável e Unido Universidade "Pierre et Marie Curie", Paris, França. Conferência no Congresso Internacional "A Responsabilidade da Universidade para com a Sociedade",

Essas tensões epistêmicas, inter e transdisciplinares, desde os impactos pessoais frutos das leituras de Haley, passando pelos debates sobre as políticas inclusivas no Brasil nos conduziram a buscar compreender as implicações dos saberes e fazeres tradicionais e por consequência a importância da preservação dos territórios quilombolas como matrizes formativas das epistemes que estão fora das balizas científicas modernas. Tais matrizes do saber e conhecimento negro quilombola são estruturas formativas da diversidade étnica e cultura brasileira.

A questão racial está inserida no debate sobre os desafios estabelecidos no âmbito da modernidade e para a realidade social e política dos povos e comunidades tradicionais, tal cenário pode ser revisto por intermédio de lentes mais precisas do pensamento complexo e da transdisciplinaridade. Pois, o caráter monoepistêmico da ciência também naturalizou abordagens de pesquisa e valoração pouco conectadas com a diversidade cultural inerente ao território brasileiro. Nesse sentido Carvalho (2018, p. 96) ressalta:

A necessidade de dialogar com os mestres empurrará a universidade para um arranjo transdisciplinar dos saberes, até agora compartimentados, que ela promove através da docência e da pesquisa. Afinal, costume definir o Encontro de Saberes como uma matéria (e como todas as matérias, ele deve ser ofertado para os alunos) e, ao mesmo tempo, como um seminário de avanço para a construção de diálogos interepistêmicos para alunos, professores e pesquisadores. (CARVALHO, 2018, p. 96)

É necessário ressaltar que o pensamento transdisciplinar fundamentou nosso interesse de pesquisa no processo de mestrado, já que é um dos marcos de orientação do projeto Encontro de Saberes nas Universidades. O pensamento complexo e a transdisciplinaridade são instrumentos cognitivos que nos permitem compreender o caráter holístico e dinâmico da cosmologia quilombola.

Não se trata exclusivamente de utilizar as inúmeras disciplinas científicas para se debruçar sobre a profundidade da filosofia e cosmologia dos povos e comunidades tradicionais, mas reconhecer as epistemes vivas e presentes na interação dos povos e comunidades com o meio ambiente.

Nos termos colocados pela mestra quilombola Lucely Moraes Pio ao destacar a interação das plantas para a cura, o cuidado com o corpo, com a natureza e os mecanismos de transmissão de tais saberes, que estão fundamentalmente sustentados na oralidade. Nessa

perspectiva o suporte de transmissão oral é fundamental para preservação das tradições ancestrais, caracterizando-se como instrumental imprescindível para as tradições culturais não hegemônicas.

1.3.2. Os problemas da pesquisa: desafios, objetivos e os limites na interpretação da historicidade quilombola

Diante das questões apresentadas acima e da interação com a comunidade Paiol de Telha e algumas lideranças, buscaremos demonstrar como a força da memória viva, das narrativas históricas passadas de forma geracional mantiveram acesa a luta quilombola sustentando a obstinação diante das inúmeras opressões, ameaças à vida e dignidade do povo negro. Como as narrativas passadas de pai para filho como a história de uma escravocrata e sua herança deixada para alguns poucos negros, chegou ao século XX e XXI transformando-se em elemento estruturador de uma incansável pugna, pouco conhecidas nas histórias de superação dos negros em território brasileiro. A transmissão das memórias primordialmente por intermédio da oralidade fez-se elemento decisivo para manutenção da chama sustentadora e orientadora dos herdeiros da escravocrata Balbina Francisca³⁸. Em algumas das vezes na casa de Jucemara dos Santos no Paiol de Telha, perguntei se havia algum livro sobre a história do território, a mesma afirmou que não, mas poderia passar horas narrando as histórias transmitidas por seus ascendentes, fundamentalmente seu avô Sr. Domingos Gonçalves dos Santos, uma personalidade de grande significação para a luta quilombola.

O presente trabalho não visa necessariamente refazer uma narrativa histórica dos fatos, pois Hartung (2004) dentre outros já o fizeram com grande qualidade, tanto no laudo

³⁸ Segundo relatos dos descendentes dos escravizados, herdeiros do território, a Sra. Balbina efetuou doação com registro cartorial para 11 escravizados, contudo segundo Canavese (2011, p. 35) Balbina Francisca protagonizou uma história de libertação bastante *sui generis* encontrada em registros documentais, mesmo não havendo registro das manumissões de seus escravizados na paróquia local onde o testamento foi redigido pelo vigário em 1860, já que a mesma era analfabeta. O documento concedia liberdade para treze escravizados e parte de sua fazenda, Balbina faleceu em janeiro 1865 viúva de Manoel Ferreira dos Santos e sem herdeiros. É relevante destacar a pesquisa realizada por Canavese (2011) e sua análise quanto às possíveis motivações de Balbina e seu falecido esposo no processo de alforria e doação de terra para os cativos. Balbina seguiu as orientações de seu esposo, que já havia orientado de forma testamental quanto às manumissões específicas para determinados escravizados, ou seja, Balbina não alforriou todos seus escravizados, no período em questão quando detinha dezenove (19) cativos. Houve todo um processo criterioso e no limite estruturador de mecanismos de controle em relação ao que se sucederia aos libertos no pós-alforria. Ou seja, inclusive no processo de alforria também havia estratégias e mecanismos de controle que buscavam atender os interesses dos escravocratas, descartando-se, portanto, uma possível relação de gratidão ou reconhecimento por parte dos detentores do trabalho dos escravizados. Em perspectiva similar a quilombola do Paiol de Telha e historiadora Isabela da Cruz afirmou em entrevista não considerar a doação realizada pela escravocrata como um gesto de mera bondade, mas como uma forma de pagamento pelos serviços prestados durante anos, sem a devida remuneração ou contrapartida. A fala está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WEh6emiYNj4&list=PLAOfcd-oh4aJ3g0VzaKLmT6XgK9wJEzX-&index=4&t=277s>>. Acesso em: 04 de fev. 2021

antropológico que sustentou o reconhecimento e titulação do território como na obra “O Sangue e o Espírito dos Antepassados” utilizado no presente trabalho.

Acreditamos que a memória da resistência dos antepassados herdeiros do território foi um elemento extraordinariamente relevante no sentido de manter a perspectiva de reconquista do território e aglutinar personagens decisivos no legado dos negros. A partir dos inúmeros diálogos estruturados com os jovens da comunidade e também com pessoas de idade mais avançada, como também nas entrevistas estruturadas e diálogos focais percebemos como a memória do prélio ou combate dos antepassados conformou-se em elemento precípua no êxito parcial da comunidade na reconquista do território.

Remontando a memória do período vivido no território em que muitos anciãos cresceram e passaram sua infância e juventude constituindo laços de afeto metamorfoseados em brasa animando a luta dos descendentes. As entrevistas, diálogos e processo de interação com a comunidade, ainda longe da profundidade desejada, possibilitaram compreender as memórias da contenda decorrentes da expulsão, mesmo dos nascidos nas cercanias do território, no acampamento Barranco materializado em espaço de vida e luta. Alguns jovens quilombolas saíram das terras, mas em um segundo momento retornaram para fortalecer o propósito da causa negra como é o caso de Jucemara dos Santos, uma liderança jovem da comunidade. À vista disso a contenda pelo retorno à terra natal representa primordialmente um combate ao racismo e afirmação da identidade quilombola no Sul do país, dinâmicas de resistência contra a histórica invisibilização e silenciamento do lastro cultural negro no Paraná.

Nas palavras do Sr. João Trindade Marques, então presidente da comunidade, grande parte das adversidades enfrentadas em todo movimento de organização política e social foram capitaneadas por Sr. Domingos Gonçalves dos Santos, avô de Jucemara dos Santos. As narrativas de ânimo e esperança dos anciões, fruto de suas memórias ativas e detentores de uma capacidade gigantesca de arregimentação política e engajamento foi condição decisiva nos antagonismos do Paiol de Telha.

[...] E a gente foi trabalhando, foi trabalhando... De repente seu Domingos resolveu retornar. Seu Domingos falou: Não... mas aqui não é nosso lugar. Nosso lugar é lá no Fundão. Ah, seu Domingos. A turma dizia: Pois é, mas os alemães vão mandar matar vocês. Vão mandar matar vocês, porque uma multinacional como a Agrária, o que vocês vão fazer? Seu Domingos, tudo ali, foi o homem velho que era decidido e ativo. Ele falou: Não, vamos ficar no barranco! Vamos ficar lá perto da ponte da Reserva, que é aquela ponte. Vamos montar os barracos lá.”. (MARQUES, 2019, não paginado.)³⁹

³⁹ MARQUES, J.T.. Entrevista. Informação Verbal, 2019.

A líder quilombola Sra. Ana Maria da Cruz⁴⁰, do núcleo assentamento na colônia Socorro distrito de Guarapuava também destaca o processo de opressão no contexto educacional para as crianças quilombolas. Onde a colonização alemã fincou raízes e prosperou economicamente, e como a dinâmica de um racismo sistêmico reproduzido pelo *ethos* alemão.

Para a diretora alemã, as nossas crianças que estudavam do 5º ao 9º ano na época, obrigatoriamente tinham que estudar alemão, o idioma era o alemão, nada contra por que é bom você aprender vários idiomas. Mas além do inglês que já têm obrigatório, no currículo escolar, eles tinham que fazer o alemão também.

E isso foi uma briga porque nós tínhamos na época o Governo Requião, o Secretário de Educação Maurício Requião, e o Professor Wagner Amaral era um dos coordenadores, eu lembro que em várias oportunidades em Faxinal do Céu em curso de formação isso foi uma pauta que eu coloquei lá. Por que os nossos pretinhos e as nossas pretinhas tinham que fazer alemão em colégio estadual nenhum, e um colégio estadual, depois de tantas idas e vindas, tantas discussões tiraram do currículo o alemão. (CRUZ, A. M.. 2019, não paginado)⁴¹

Os relatos fundados na oralidade marcam a história do povo quilombola, sua sobrevivência diante da expropriação do território e a tentativa de supressão das mentes a partir dos modelos colonizadores. O sangue e o espírito dos antepassados negros, parafraseando o livro de Hartung, (2004)⁴², expressa o aspecto simbólico da luta pela terra. A demanda de retorno dos descendentes quilombolas estava associada ao combate às injustiças cognitivas, ao preconceito e ao racismo estrutural, este último suporte de modelos de exclusão velada, com o beneplácito do poder público. Além das reiteradas formas de naturalização da violência contra a população negra, a invisibilidade e o não reconhecimento no cenário político, cultural e econômico é uma constante. A existencialidade política quilombola é, sobretudo, antirracista, pois a discursividade e as bandeiras se contrapõem aos princípios de sobreposição branca e eurocêntrica. Nesse contexto, o Brasil profundo é marcado a ferro e fogo por disputas territoriais e simbólicas, onde a população afrodescendente é protagonista de sua narrativa.

Logo se apresenta um conjunto de desafios complexos e conectados aos limites reflexivos do pesquisador: primeiramente por ser nosso primeiro estudo relacionado às comunidades quilombolas; havíamos anteriormente pesquisado sobre a questão racial e políticas de inclusão, mas tangenciamos o tema. Em segundo lugar os limites impostos pela própria pandemia em termos dos deslocamentos necessários para uma interação efetiva com a comunidade que ocorreu em um número razoável, mas com relativa permanência no

⁴⁰ A autorização para utilização das entrevistas ocorreu via Whatsapp no dia 09 de dezembro de 2021.

⁴¹ CRUZ, A. M.. Entrevista. Informação Verbal. 2019.

⁴² HARTUNG, M. O sangue e o espírito dos ancestrais. 2004.

território. Em decorrência houve um grande esforço na conquista do respeito e confiança da comunidade onde se realizaram as investigações. Mas todas essas questões inerentes ao fazer das ciências humanas são integralmente responsabilidade do pesquisador, não cabendo quaisquer tergiversações ou culpabilização de outrem. Integrando o desafio de tentar compreender os povos e comunidades tradicionais ainda sob a lente e teorias do colonizador, por isso a necessidade de trazer para o centro da construção do conhecimento os agentes e protagonistas da história.

O presente trabalho também é um esforço para projetar o pensamento e as cosmovisões quilombolas para o centro das teorias e suportes interpretativos da história negra em nosso território, repensando as contradições e narrativas a partir de uma filosofia ou cosmologia quilombola. Por conseguinte, construímos um dos capítulos sustentados nas cosmologias e cosmovisões dos povos e comunidades tradicionais, tendo como base o pensamento contra-colonizador do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos, construindo diálogos possíveis com o pensamento complexo e transdisciplinar, pois as formas de vida e organização são essencialmente transdisciplinares.

Nesse panorama o debate racialista e biologicista visa compreender as dinâmicas de dominação e o apagamento das narrativas negras, essas teorias fundamentaram historicamente os mecanismos velados, implícitos e objetivos de segregação racial. Bem como as justificativas para políticas educacionais, fundiárias e culturais de supressão de direitos e garantias para os povos e comunidades. Realidade perceptível na ideologia norteadora das relações comerciais, políticas e institucionais no estado do Paraná, entre os séculos XIX e XX.

Ao abordarmos as ressignificações semânticas, históricas e conceituais nas definições de quilombo e quilombola com fundamento na Constituição de 1988 objetivamos compreender como tais ações jurídicas também impactaram a luta dos negros pelo território Paiol de Telha, uma vez considerando os importantes avanços ocorridos nos processos de demarcação e titulação do território. As transformações presentes na Constituição Federal pertinentes aos povos e comunidades tradicionais também foram fruto dos Movimentos Sociais organizados na cidade e no mundo rural. E estão historicamente cimentadas nas proposições teóricas e práticas de pensadores e militantes como Abdias Nascimento, formulador do projeto de emancipação para os negros e negras denominado Quilombismo. Em uma análise mais profunda sobre a militância negra e os movimentos sociais organizados nos indica como a saga dos negros herdeiros do Paiol de Telha configura-se como um grande projeto de emancipação social, educacional e cultural quilombista, em grande medida remontando a imagética e ao simbolismo do quilombo de Palmares.

Analisando algumas experiências de vida e memória presentes nos territórios quilombolas do Cedro e Kalunga conformados pela cultura, tradições e epistemes estabelecemos um paralelo interpretativo das consequências do período de esbulho territorial onde os herdeiros de Balbina foram sistematicamente acossados e obrigados a sair fisicamente do território, embora o território permanecesse simbólica e imageticamente em seus corações, memórias e tradições. Ainda quando algumas dessas tradições podem subsumir-se no decorrer da tentativa de desmonte das identidades, processo inerente ao projeto colonizador na região.

Nesse rumo Hartung (2004) também exemplifica como o espaço físico quilombola extrapola as dimensões concretas remetendo ao “espírito dos ancestrais” e aos valores éticos e morais transmitidos aos descendentes. Portanto, o território sustentou as relações de parentesco e sociabilidade e animou a batalha pelo retorno secular. No território tradicional e a partir dele está fundada a identidade dos povos e comunidades, por consequência, dos saberes culturais, por isso a importância da terra. O retorno simbólico e imagético aquela espacialidade territorial, é um reencontro com a memória dos antepassados. Um resgate espiritual que reforça a pertença histórica dos antepassados, por tais questões é imprescindível a preservação das memórias dos protagonistas do Fundão.

CAPÍTULO 2

A RECONFIGURAÇÃO SIMBÓLICA E POLÍTICA DA LUTA QUILOMBOLA NO SÉCULO XX

O presente capítulo visa apresentar alguns elementos constitutivos do conceito Quilombo e Quilombola em suas acepções históricas, políticas, epistêmicas e étnicas considerando a implicação nas dinâmicas reivindicatórias estruturantes do pensamento quilombola no âmbito da militância negra e da academia nos séculos XX e XXI. Em decorrência desse escopo também estabeleceremos uma discussão a respeito dos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais, em específico as comunidades quilombolas na esteira das transformações políticas e sociais ocorridas após a promulgação da constituição de 1988 até os reflexos políticos e sociais decorrentes da promulgação do Decreto 4.887 de 2003 que ressignificou a questão quilombola no âmbito da Constituição Federal. Ressaltando como o marco constitucional do final do século XX foi elemento distintivo e divisor de águas para afirmação das garantia e direitos para o movimento negro de forma geral e decisivamente para as comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Tais avanços consubstanciam a pauta de luta quilombola no Brasil, com reflexos para comunidades e povos tradicionais espalhados pela América Latina, fomentando um conjunto importante de políticas públicas e sociais para os quilombolas de forma específica. Ainda que bastante distante de atender todas as demandas e necessidades de garantia à qualidade de vida digna e manutenção das tradições e cosmologias dos povos das florestas e comunidades tradicionais.

As transformações ocorridas em função da sistemática e persistente luta da militância negra e também de alguns segmentos no âmbito acadêmico facultaram pressões de grande magnitude indutoras de mudanças sociais e institucionais pertinentes às garantias e direitos das comunidades quilombolas. Tal realidade é perceptível nos processos de circunvolução que integraram à luta pelo território quilombola Invernada Paiol de Telha, conforme destaca Cruz (2019) no início da década 1990 famílias herdeiras do território passaram a se organizar com apoio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra, sindicatos, como a Associação de Professores do Paraná (APP-Sindicato), além da assessoria de universidades tais como a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Santa Catarina. No âmbito acadêmico o Núcleo de Pesquisa em Fundamentos Antropológicos da Universidade Federal de Santa Catarina, em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal do

Paraná elaborou o importante Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha⁴³.

[...] “A partir de 1989, seu Domingos Guimarães, seu Eugênio Guimarães, Seu Domingos dos Santos, Dona Anália dos Santos e seu Ovídio reativaram a luta, procurando a Pastoral da terra e começaram a reunir os **Herdeiros do Fundão**, esses se uniram na luta novamente, fazendo passeatas, reuniões, assembleias. Em 2004, dois momentos especiais aconteceram: foi elaborado um livro contendo a história da Invernada Paiol de Telha Fundão, com o título “O Sangue e o Espírito dos Antepassados” da professora Miriam Hartung, publicado pelo NUER-UFSC, também a emissão da certidão de auto-reconhecimento quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares, na qual a Comunidade Negra, ou seja, os **Herdeiros do Fundão** passaram a se reconhecer como Comunidade Negra Quilombola, mas antes de tudo **Herdeiros do Fundão**”. Mariluz Marques Follmann/Núcleo Guarapuava (COMUNIDADE, 2009, p.9)

Tais movimentações reivindicatórias no âmbito da luta no território Paiol de Telha também ocorreram na esteira da constituição de 1988 e a promulgação de outros dispositivos jurídicos de proteção legal como o Decreto 4.887/03 com a finalidade de regulamentar o artigo 68 da Constituição Federal. Nesse contexto teve proeminência a Convenção nº 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que também será abordada mais profundamente na sequência. A partir desse cenário político e jurídico houve uma crescente ampliação dos direitos e garantias dos povos e comunidades tradicionais e nesse sentido organizamos o capítulo em quatro momentos.

Inicialmente abordaremos alguns aspectos históricos constitutivos da luta dos negros no Brasil, sua resistência para manutenção da história e memória negra, apontando o quilombo como importante unidade de resistência contra a escravização e suas consequências históricas e sociais. Posteriormente aprofundamos o olhar sobre a luta do movimento negro e como esta solidificou também a luta quilombola resultando em importantes avanços cognitivos para no século XX e XXI. Nos dois últimos itens do presente capítulo abordaremos os impactos da constituição de 1988, passando pela Convenção da Organização Mundial do Trabalho nº 69 e seus reflexos sociais e políticos para luta dos povos da floresta e comunidades tradicionais. Por fim nos deteremos no importante Decreto nº 4.887/03, fundamental no sentido de assegurar direitos e garantias aos povos e comunidades, indutores

⁴³ O relatório nos foi gentilmente disponibilizado no ano de 2020, pela então Vice-presidente da Associação Quilombola Pró-Reintegração Invernada Paiol de Telha Fundão (Heleodoro), Sra. Danielly Rocha dos Santos, à qual somos profundamente gratos. A elaboração do documento foi de extrema importância no sentido de identificar, delimitar historicamente e etnicamente a comunidade, buscando descrever os aspectos históricos, culturais da organização social, econômica, das tradições e costumes da comunidade e seus herdeiros. A elaboração do relatório ocorreu no âmbito do convênio INCRA/UFPR, intitulado “Direito à Terra Comunidades Quilombolas no Paraná: Elaboração de Estudos Históricos e Antropológicos” – Comunidade Invernada Paiol de Telha. Necessário ressaltar a participação dos pesquisadores Dra. Miriam Furtado Hartung e Dr. Luiz Geraldo Silva.

de transformação da perspectiva política, cultural e étnico-racial da sociedade em relação aos territórios quilombolas. Ao longo do capítulo, concomitantemente contextualizamos a realidade de resistência no território quilombola Invernada Paiol de Telha para coadunar os avanços políticos e estruturais no Brasil com as transformações que favoreceram e culminaram no reconhecimento e titulação do território.

2.1. A HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA NEGRA E A EMERGÊNCIA DA NARRATIVA QUILOMBOLA: ALGUNS APORTES SEMÂNTICOS

Nesse momento faz-se necessário revisitar alguns elementos históricos que constituem as lutas visando a emancipação social, política e histórica da população negra entre os séculos XIX e XX. Processo que deu novos e potentes contornos simbólicos, imagéticos e de concretude para afirmação do conceito que designa quilombo e comunidades quilombolas. Abordaremos alguns elementos históricos que podem já ter sido discutidos por outros autores e perspectivas no presente trabalho, contudo é necessário serem retomados para atingirmos o objetivo do capítulo.

Historicamente o quilombo foi sempre um problema e entrave político e social para o Brasil colônia, império e república, chegando ao século XXI e devendo ser encarado como mais um aspecto a ser resolvido pertinente à dívida histórica da nação brasileira com a população negra e afrodescendente. Em outra perspectiva mais conectada com o capitalismo neoliberal a questão quilombola, bem como a questão negra configura-se um obstáculo ao desenvolvimento do Estado brasileiro. Nessa última análise o caminho para resolução de tal demanda é extinguir tanto as comunidades como seus direitos e garantias.

Aludindo tal questão, Anjos (2015) afirma que as ações e políticas do Estado no sentido do reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios ocupados por quilombolas no mais das vezes tiveram e ainda apresenta um caráter episódico e fragmentado em termos sociais. Pois, decorridos mais de 100 anos da promulgação da Lei Áurea a história oficial de maneira macroscópica conecta a população de ascendência africana aos escravizados⁴⁴ sem

⁴⁴ Importante demarcar a distinção modernamente estabelecida, mas não amplamente aceita do substantivo masculino escravo e do adjetivo escravizado, o primeiro remete a uma condição dada ou estabelecida, não permitindo espaço para reflexão quanto à condição anterior da pessoa ou grupo reduzido à escravidão. A definição do adjetivo escravizado possibilita refletir mais largamente sobre o mecanismo histórico e social que reduziu a tal condição, possibilitando uma reflexão mais profunda para a condição social e histórica anterior ao processo de escravização. Tal dinâmica reflexiva não se caracteriza como mera questão semântica, mas como um processo sistemático de revisão linguística, histórica e imagética que ocorreu no sentido de desconstruir a figura do escravo como uma condição dada e naturalizada no imaginário social brasileiro. Essa perspectiva é corroborada por Linguagem (2020) quando destaca que escravo é uma entidade que efetivamente não existe, contudo, o que sempre existiu foi a pessoa escravizada, no mesmo sentido Harkot-De-La-Taille e Santos (2012)

uma história e memória que preceda a escravização e os quilombos ligados a um passado dissociado do Brasil moderno, remetendo a um conceito atávico de um resquício do passado que deve ser definitivamente eliminado. Portanto, as políticas coloniais, do império e do Brasil república estruturaram narrativas sustentadas na descaracterização dos antigos quilombos ou terras de negros sistematicamente negando e invisibilizando sua existência, diversidade e quantidade, tentando silenciar suas formas de organização e saberes e quando hipoteticamente aceitando sua existência sempre associando a resquícios do passado, algo que sobrou, mas caminha para o total aniquilamento.

O geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos ressalta em classe proferida sobre a invisibilidade dos quilombos no Brasil, como esses ofuscaram e ainda comprometem a produção em massa do Brasil agroexportador, em decorrência sempre foram severamente atacados e perseguidos, caracterizando uma pedra no sapato do sistema dominante. Tal realidade dá proeminência ao caráter historicamente conservador do país em termos econômicos, alterando-se apenas os produtos e *commodities*⁴⁵ da exportação ao longo da história. Ressalta também e fundamentalmente o predominante caráter colonial brasileiro estruturado na invisibilização dos quilombos para atender a necessidade e interesse dos sistemas hegemônicos de dominação que silenciam a existência do Brasil real construído e constituído a partir da força de trabalho, conhecimento, sabedoria e resistência dos povos africanos (Informação verbal)⁴⁶.

A geografia do Estado do Brasil se desenvolveu nesse contexto secular de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados (matrizes “indígenas” e africanas). Foi no Brasil Colônia que mais se importou à força seres humanos de diferentes matrizes étnicas, e fomos a última nação a sair do sistema escravista, mitigando institucionalmente por algumas leis anteriores (a do Ventre Livre, entre outras) e concluiu com a assinatura da lei Áurea, devido a pressões internacionais e a um contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante. (ANJOS, 2015, p.377)

analisando em termos ideológicos e semióticos os reflexos da projeção semântica na substituição do conceito de escravo por escravizado, demonstrando como o emprego do termo escravizado rompe com a naturalização dada historicamente à condição de escravo. A definição Ser Escravo pode remeter a uma condição ou estado de perenidade, enquanto a noção de escravizado daria à percepção de uma condição momentânea, transitória ou findável.

⁴⁵ Nesse contexto, Almeida (2012, p. 63) analisa a reconfiguração do conceito de território fundamentado em interpretações sociológicas na primeira década do século XXI, segundo o autor nesse período tem se privilegiado a articulação entre fatores ambientais e econômicos para gestão de biomas. Contudo, sistematicamente se compromete a autonomia e soberania dos territórios tradicionais, pois os impactos do processo industrial e econômico de extração das commodities de base mineral e agrícola comumente flexibilizam normas jurídicas garantidoras de direitos territoriais aos povos e comunidades tradicionais.

⁴⁶ Aula proferida para a mesa digital intitulada: Invisibilidade dos Quilombos Contemporâneos no Sistema Dominante. Organizado pelo Canal da plataforma Youtube intitulado Pensar Africanamente, no ano de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KJd5ZQaVtck&t=540s>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

Mas no contexto territorial e político do Brasil colônia e império independentemente do número de pessoas integrantes dos quilombos e a proporção de sua dimensão o mesmo significava de uma forma ou de outra a uma perda de controle sobre os cativos e também sobre territórios, por conseguinte uma perda política e econômica. Na mesma lógica Reis e Silva (1989) demonstram como as fugas se consolidaram como a unidade básica de resistência no âmbito do sistema escravista, pois atentam fundamentalmente contra o direito à propriedade tendo uma dimensão simbólica e um impacto significativo para manutenção das relações de poder estruturadas na escravização.

Em tal perspectiva Rocha (2005, p. 99⁴⁷ apud LEITE 2009, p. 970) esclarece como os quilombos no contexto do Brasil Império originalmente remetiam à concepção de uma ocupação coletiva da terra de caráter ilegal, ficando evidente a partir do posicionamento do Rei de Portugal para a Consulta do Conselho Ultramarino em 2 dezembro de 1740 alocando jurídica e militarmente o “quilombos” ou “mocambo” como qualquer habitação integrada por negros fugitivos que ultrapassem o número de cinco fugitivos, parcialmente despovoada e sem ranchos erigidos e sem pilões. Em função dos processos de acirramentos dos dispositivos punitivos do escravismo a jurista destaca a Lei nº 236 de 20 agosto de 1847, sancionada pelo Presidente da Província Joaquim Franco de Sá, reduziu de cinco para dois escravizados em situação de fuga. “Art. 12 – Reputa-se há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa, ou rancho.”.

Na mesma esteira Leite (2009) analisando a desestruturação do sistema escravista no século XIX, em seus aspectos jurídicos e legais caracteriza a destituição dos vínculos coloniais bem como as transformações inerentes à industrialização como fenômenos que situam o quilombo como alternativa para segmentos populacionais marginalizados. Na transição da economia que era predominantemente colonial e mesmo após a abolição da escravidão as estruturas de dominação colonial permaneceram funcionando em paralelo com a desagregação de grandes complexos fazendários o que impactou o poder coercitivo de uma gama de beneficiários de sistemas de latifúndios. Em tal contexto para Leite (2009, p. 966) o quilombo passa a ocupar o espaço de um projeto político para uma sociedade que vislumbra uma possível equanimidade social. Importante ressaltar que o epílogo do trabalho coercitivo não facultou a alteração de dinâmicas de controle da terra por conseguinte do controle dos

⁴⁷ ROCHA, Elizabeth Guimarães Teixeira. “O Decreto 4887 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos”. Boletim Informativo do Nuer: Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 97-102, 2005.

recém-libertos, que mantinham relações de dependência de toda natureza com seus antigos proprietários.

As centenas de insurreições de escravos e as formas mais diversas de rejeição ao sistema escravista no período colonial fizeram da palavra “quilombo” um marco na luta contra a dominação colonial e de todas as lutas dos negros que se seguiram após a que desses laços institucionais. A Legislação Ultramarina em sua fase áurea definiu como sendo um quilombo a reunião de mais de cinco pessoas – tal era o potencial de revolta contido na união de escravos. Quilombo e liberdade são, portanto, contrafaces de uma mesma realidade histórica.

De um lado, as situações de força arbitrária e incontestável em que os “senhores” impunham a sua vontade por meio de atitudes explícitas ou dissimuladas, brandas ou violentas. De outro, as reações dos escravos e libertos, explícitas, sutis, violentas ou não, às diversas situações e regimes de autoridade. (LEITE, 2009, p. 965, 966)

Importante ressaltar como destaca Carvalho, Schmitt e Turatti (2002, p. 3) embora (havendo) formas relativamente autônomas de trabalho livre sobre a terra no contexto dos antigos quilombos, o advento da Abolição não garantiu o acesso à terra. Conformou-se um processo de sistemática exclusão da população negra no que concerne à propriedade da terra, por intermédio de inúmeros dispositivos legislativos. A Lei de Terras de 1850⁴⁸ sancionada durante o período escravocrata ceifou o direito de acesso à terra fundamentado na posse, conferindo o direito à terra mediante disposições cartorárias. Não obstante, a posse efetiva por muito tempo esteve fundada no “direito” costumeiro, regulando as relações de posse do campesinato tradicional com a terra o que também açambarca a história os camponeses negros.

Concomitantemente à realidade brasileira também é possível identificar em toda a América os quilombos disseminados, e no processo de resistência contra a escravidão não era incomum, assaltos em fazendas, revoltas circunscritas de cunho individual ou coletivo, bem como movimentos que articularam grandes insurreições. Para Azevedo (2004) e Nascimento (2019) o aniquilamento da população indígena e o morticínio da população negra ocorreram também em decorrência de levantes contra a sociedade escravocrata. Inúmeras revoltas armadas tomaram corpo em todo o país, tendo como consequência a estruturação de quilombos. Na América latina outros espaços de resistência negra também se erigiram com nomenclaturas distintas e próximas ao conceito político e social dos quilombos, como

⁴⁸ De acordo com Gadelha (1989) a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras vetou a apropriação de terras por meio do trabalho, instituindo a compra direto do Estado. Significou destruir as antigas formas de apropriação do solo, desconsiderando pequenas posses e dificultando o acesso à terra para os negros libertos ou ainda no contexto da abolição favorecendo os estoques imigrantistas.

cimarrones⁴⁹, marrons e palenques, estruturados no contexto da luta contra a colonização e genocídio indígena na América espanhola.

[...] Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, costumavam manter bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituídas segundo modelos tradicionais africanos adaptados à nova realidade da América. O mesmo é válido para as outras regiões do continente, mudando apenas o nome dos quilombos para *cimarrones*, *maroons* ou *palenques*, os quais existiram na chamada América espanhola e naqueles países em que houve escravidão, dominados por ingleses, holandeses e franceses. (NASCIMENTO, 2019, p.74)

Em território brasileiro no início do século XIX, entre os anos de 1807 e 1809 um número significativo de revoltas ocorreram na Bahia, acendendo uma luz de alerta para os grupos dominantes, nesse período os escravizados formaram uma sociedade secreta denominada Ògbóni⁵⁰, uma importante organização política e religiosa no combate aos processos de escravização, por sua vez também de resistência religiosa e política africana. Em 1826 a estruturação do quilombo do Urubu nas proximidades da capital baiana teve sua relevância no contexto da estruturação de uma resistência negra agressiva contra o *status-quo* estabelecido. No ano de 1835 uma importante insurreição ficou conhecida como revolta dos Malês, protagonizada por escravizados iorubás e africanos islamizados provenientes de várias partes da Bahia. Evidente que todas essas revoltas e insurreições foram sufocadas pela força militar vigente e a historiografia tradicional não raro descaracterizou tais movimentos de caráter reivindicatório, não obstante, os mesmos deixaram marcas indeléveis na memória da luta negra no Brasil, portanto se faz necessário compreendermos a dimensão histórica de memória e ancestralidade dos negros aquilombados.

Na cidade do Rio de Janeiro, na província de São Paulo e por todo o interior do país os africanos organizaram quilombos. Um famoso foi o Quilombo de Jabaquara,

⁴⁹ A escravidão e a resistência de comunidades negras são traços comuns na maior parte dos países da América Latina e do Caribe. Quilombos, palenques, cumbes, maroons e cimarrones são as denominações dadas em diferentes nações a comunidades rurais constituídas por afrodescendentes. O projeto Quilombo das Américas buscou traçar um perfil dessas comunidades, buscando pontos comuns de uma história que acabou influenciando questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

(Pesquisa em Quilombolas Apresenta Resultado em Oficina, IPEA, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=708>. Acesso em: 07 mai. 2021.>)

⁵⁰ Segundo Vasconcelos e Barroca (2017) a sociedade secreta Ògbóni está conectada às religiões de matriz africana, especificamente o culto Xangô, é uma sociedade religiosa que cultua a terra e também a mística da reprodução. No contexto das primeiras insurreições baianas que ocorreram entre os anos de 1807 e 1813 em Salvador, conforme as pesquisas de Souza, C. L. S (2019) em 26 de dezembro de 1808 foi deflagrada a revolta dos escravizados haussás, com escravizados nagôs do Recôncavo baiano. Movimento caracterizado por significativa violência por parte dos negros e sendo sufocada posteriormente, contudo a sociedade Ogboni ganhou força e protagonizou os demais levantes contra as bases políticas do regime escravocrata.

situado na região montanhosa de Santos, que se tornou a fortaleza onde se concentrava elevado número de escravos que abandonavam em massa as plantações de café no interior da província paulista. No interior da província fluminense, havia certo latifúndio chamado Fazenda Freguesia, na qual escravos se levantavam em armas, executando o capataz. Conseguiram vencer tropas do governo, mas em 1838 foram derrotados e chacinados pelas tropas de Lima e Silva, o duque de Caxias. (NASCIMENTO, 2019, p. 76-77)

Historicamente e politicamente os quilombos pressupunham fugas de caráter individual e coletivo, a mesma lógica de contestação e resistência ocorreria em dinâmicas das insurreições urbanas e nos suicídios que também de certa forma constituíam um conjunto de movimentos pela busca da liberdade e também um mecanismo de libertação. De acordo com Oliveira e Oda (2008) o processo de suicídio dos cativos pode ser interpretado como uma forma de protesto ou mesmo como um mecanismo possível para livrar-se da condição do jugo escravocrata vigente, no contexto da violência inerente ao sistema e a disparidade de posições e poder entre senhores e os escravizados. Schwarcz e Gomes (2018, p.28) também demarcam o caráter parcial das narrativas e quanto à multiplicidade de formas de resistência dos escravizados, que não estava circunscrita às insurreições, mas passava pelas insurreições até os suicídios e abortos.

O que as imagens deixam de contar, porém, é como não foram corpos dóceis que se sujeitaram ao sistema. Ao contrário do que revela a iconografia, marcou o sistema um verdadeiro toma lá dá cá, em que a escalada da violência da escravidão foi acompanhada pela mesma proporção na reação. Revoltas e insurreições sempre existiram, sendo algumas individuais - como os assassinatos, envenenamentos, suicídios e até abortos; outras mais coletivas. (SCHWARCZ E GOMES, 2018, p. 28)

Os processos de fugas sempre impuseram sangrias no sistema escravista e a seus dependentes, os escravocratas, primeiramente por afrontar a hegemonia estrutural e estabelecer por intermédio da insurgência limites possíveis aos processos históricos de dominação econômica e racial. Por esses movimentos uma cunha indutora de negociação e diálogo era estabelecida no âmbito dos conflitos patentes e latentes. Sendo passíveis de minorar dinâmicas de castigos, torturas e suplícios, tanto do plano físico, simbólico quanto psicológico. Em decorrência as fugas apresentavam um viés reivindicatório não objetivando romper definitiva e estruturalmente com as rígidas amarras do sistema escravista, já que este apresentava moldes estruturais de grande previsibilidade e ações de retaliação fortemente estruturadas. Por conseguinte os riscos sociais e existenciais para os que aderissem às lógicas contestatórias estavam postos e conhecidos. Por outro lado, as fugas escancararam simbolicamente e intersubjetivamente a dimensão da não posse do escravizado, dismantelar

imaginários de coisificação e objetificação, destituindo o caráter de coisa ou mercadoria, situando-o ainda que por algum momento na condição de trabalhador, um ser humano detentor de garantias e direitos. Inicialmente os possíveis prejuízos oriundos desse processo de insurreição e reivindicação estruturaram lógicas de negociação caracterizadas pela substituição do senhor escravocrata ou o retorno ao local desejado pelo escravizado alterando condições onde fora vendido, ou trocado.

Fugas individuais ocorrem em reação a maus tratos físicos ou morais, concretizados ou prometidos, por senhores ou prepostos mais violentos. Mas outras arbitrariedades, além da chibata, precisam ser computadas. Muitas fugas, sendo os homens barro do mesmo barro, tinham por objetivo refazer laços afetivos rompidos pela venda de pais, esposas e filhos. Sujeito a toda sorte de transação comercial, a mudança de senhor era, como podemos imaginar, um dos momentos mais dramáticos na vida de um escravo, quanto tudo precisava ser renegociado, às vezes sob condições muito difíceis. (REIS e SILVA, 1989, p. 66)

Intentamos demonstrar como a construção histórica do conceito de quilombo está conectado à processos de luta e reivindicação contra a escravização nos planos político, histórico, simbólico e social. Na esteira de dismantelar narrativas que sustentam a não existência de conflitos das relações raciais no âmbito do trabalho servil e destituição do sistema escravocrata. Nesse sentido não apenas as fugas, como destaca Reis e Silva (1989), mas a emergência simbólica e imagética do conceito de quilombo passa a ser uma unidade de resistência negra entre os séculos XIX e XX. São estruturas de resistência que não devem ser pensadas meramente em termos quantitativos ao longo do desenvolvimento do regime escravista e seu epílogo, o quilombo materializa territorialidades físicas, imagéticas e simbólicas de resistência e luta. A percepção de quilombo e território quilombola chega ao presente século rompendo referenciais geográficos e históricos de aglutinação de descendentes de escravizados, ou territórios herdados, mas como espaços hibridizados de caráter político, cultural e social de luta.

[...] Quilombos pressupõem fugas, tanto individuais quanto coletivas; o mesmo se dá com insurreições urbanas, embora, aqui encontram-se ocultas, embutidas na própria possibilidade da ação contestatória. Também o suicídio – embora, às vezes, com certo exagero – tem sido analisado como um tipo de fuga, um “meio de libertação”, uma ânsia de liberdade”, senão neste, no outro mundo. (REIS e SILVA, 1989, p. 62)

Como destaca Arruti (1997, p. 22) ao demonstrar que a partir da década de 1970 um processo de renovação historiográfica passa a açambarcar os movimentos populares e dar maior relevância à “história dos de baixo”, nesse sentido conectando a temática quilombola a uma negação da ordem escravocrata, às oligarquias e sua fundamentação capitalista. Nesse sentido

Souza, L.O.C. (2012) a partir das análises sobre Arruti ressalta o processo de ressemantização do conceito de quilombo anteriormente conectado a noção de fuga e isolamento e passando em segundo momento a remeter a percepção de resistência e autonomia dos escravizados e quilombolas. No mesmo caminho teórico (TRECANI, 2006 citado por GOMES⁵¹ 1996, p. 282) demonstra como em inúmeras regiões brasileiras, bem como na América negra, os negros e quilombolas em função de suas roças e economias próprias estruturaram um campesinato negro durante o período da economia escravagista.

Como veremos pormenorizadamente adiante os vários núcleos que compõem a Comunidade Invernada Paiol de Telha em consequência do processo de expropriação e espraiamento dos descendentes e herdeiros que ocorreu na região de Guarapuava, estão localizados fora do território titulado, mas também se auto-referenciam como núcleos quilombolas. Demonstrando como a consciência de pertença a uma identidade negra e quilombola está centrado na territorialidade, mas pode romper as limitações geográficas e espaciais. Como parece ter ocorrido na luta pela retomada do território a um processo de expansão imagética dos limites territoriais. Nesse sentido Leite (2009) apresenta o projeto político quilombola transitando pela territorialidade negra e sustentada em dimensões simbólicas de identidade formatada em uma coletividade nacional que fundamenta articulações complexas, relacionais e dinâmicas.

Na sequência abordaremos os impactos e consequências do Movimento Social Negro brasileiro, a importância dos militantes para o fortalecimento da luta pela sobrevivência negra e os novos contornos referentes à questão quilombola no Brasil. Pois, os inúmeros avanços dos direitos e garantias das comunidades quilombolas ocorreram na esteira de um sistemático e histórico enfrentamento das iniquidades e distorções raciais, as quais afetaram de maneira contundente o desenvolvimento e preservação dos povos e comunidades tradicionais. Assim a resistência negra e o movimento negro estruturaram campanhas ao longo do século XX visando à inserção da pauta quilombola na Constituição Federal, bem como as inúmeras pautas de reparação históricas para os descendentes dos escravizados. Há décadas a militância negra exige do Estado brasileiro políticas sociais mais efetivas, sólidas e permanentes para retirada da situação da condição de subdesenvolvimento social de um contingente significativo de pessoas dentre as quais os negros encontram-se em grande número.

⁵¹ GOMES, F. S.. Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por Um Fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 199. p.263-290.

2.2. O MOVIMENTO NEGRO, JUSTIÇA SOCIAL E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Para compreender e contextualizar os avanços e retrocessos ocorridos no contexto das disputas sobre as narrativas relacionadas ao racismo e a pseudointegração dos descendentes dos africanos, bem como o reconhecimento e respeito aos direitos e garantias de acesso e permanência aos territórios tradicionais durante o século XX e XXI é indispensável refletirmos sobre a sistemática e incansável participação do Movimento Social Negro e sua militância nos espaços de poder político, acadêmico e religioso. Analogamente ao período escravista onde havia inúmeras formas de resistência como vimos acima, posteriormente à malfadada e imperfeita abolição, também se desenharam as lutas dos descendentes dos escravizados. Sendo assim, em face às lógicas de invisibilidade, os negros articularam demandas políticas, culturais e educacionais de afirmação de sua relevância histórica para nação brasileira.

A luta do movimento social negro ao longo do pós-abolição teve como objetivo demarcar os efeitos e consequências do racismo, tal como exposto pela Coordenação Nacional de Entidades Negras do Brasil (CONEN) (COORDENAÇÃO, 2010, Não paginado), a propósito da audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010⁵², quando ressaltou que a luta pelas políticas de Ação Afirmativa apresenta uma perspectiva de futuro, destacando como o racismo é atemporal. Nesse sentido, não escolhendo espaço e funcionando para além de qualquer ideologia, se caracterizando como uma instituição estruturada nos processos históricos. Em tal conjuntura a sistemática explicitação da lógica dos conflitos étnicos e raciais é imprescindível tanto para tornar patente as assimetrias nas lógicas de dominação e suspender o imaginário que naturaliza as desigualdades raciais. Em todos os momentos em que o Movimento Negro brasileiro opera no sentido de denunciar tal realidade demonstra as facetas da violência física, material e simbólica que vitima cotidianamente a população negra (COORDENAÇÃO, 2010).

Segundo Cardoso (2001), os movimentos populares apresentam grande diversidade na formação histórica e das experiências políticas, sendo estruturados a partir da espacialidade geográfica e da realidade local. Tanto nas demandas de trabalho e moradia, pautando questões e demandas específicas, quanto nos princípios e pautas comunitárias. Os movimentos sociais transformaram o cenário político, cultural e histórico da sociedade brasileira construindo

⁵² Segundo Oliveira, T.F.G.M. (2013) no ano de 2009 o partido Democratas ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (STF), objetivando a nulidade e inconstitucionalidade das políticas afirmativas, especificamente na Universidade de Brasília (UnB). Nesse sentido, o STF realizou nos dias 04, 05 e 06 de março uma Audiência Pública convocando especialistas das mais variadas áreas, posicionados contra e favoravelmente às Políticas de Ação Afirmativa.

novas formas de representação política no fulcro da autonomia dos sujeitos coletivos, construindo um espaço público de debate para além da representação política convencional. Especificamente no final dos anos de 1970 os movimentos sociais adotaram múltiplas identidades, modificando suas matrizes formativas e estruturantes, realidade que também se conflagrou no âmbito do Movimento Negro.

O Movimento social negro surge, também, das lutas travadas no cotidiano da população negra brasileira. Entretanto, o que marca uma profunda diferença entre o Movimento Negro e o conjunto dos demais movimentos sociais e populares que emergiram no Brasil nos anos 70, é a história. (CARDOSO, 2011, p. 10)

O papel do Movimento Negro brasileiro foi estruturado a partir da resistência contra as distorções sociais e raciais que perpassam historicamente a formação da sociedade e fundamentalmente ao longo do século XIX e XX teve um caráter multifacetado e polissêmico. Irrompeu disruptivamente em uma dinâmica de grande complexidade, envolvendo atores e processos sociais que conflagraram o surgimento de potentes e articulados grupos, associações e instituições desde a Frente Negra Brasileira nos anos de 1930, que marcou o primeiro ciclo de lutas dos negros até o Movimento Negro Unificado (MNU) com um caráter mais intelectualizado no final década de 1970. Nesse sentido Gomes (2017, p. 32) ressalta que “O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil.”. Os anos 70 trouxeram ventos que marcaram a luta contra o racismo fundada em uma revisão das estruturas interpretativas da história considerada oficial, buscando dar visibilidade às lutas e dinâmicas de construção de novas narrativas históricas e semânticas para a questão racial e para a história negra.

Os anos 1970 marcam também o surgimento de diversas entidades negras pelo país dentre as quais: o Grupo Palmares em 1971 no Rio Grande do Sul, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e o grupo de teatro evolução em São Paulo em 1972 e o Núcleo Afro-Brasileiro em 1976 em Salvador, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SinBA) em 1974, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975 no Rio de Janeiro, o Grupo de trabalho André Rebouças em Niterói e o Centro de Estudos Brasil-África (CeBA) em São Gonçalo (RJ) em 1975. (PEREIRA, 2010:165-166; RIOS, 2014). (SANTOS, N. N. da S., 2015, p. 44)

Gomes (2006) explicita como o Movimento Negro formulou narrativas distintas das historicamente hegemônicas para repensar a história da África disseminada no mundo e fundamentalmente no Brasil. Retirando de um limbo eivado de estereótipos onde prevalecia a imagem de uma África fundada a partir dos conflitos étnicos, da não pertença à civilização

ocidental, a fome e a barbárie. Havia a premente necessidade de conectar a elaboração de tal discurso, aos processos de colonização caracterizados pela fragmentação colonial indiscriminada do território africano o que inflamou inúmeros conflitos étnicos e também a sistemática exploração e pilhagem do território. Nesse sentido a militância negra aprofundou a lente sobre outras Áfricas que não estavam nos currículos e nas abordagens, assim como também nas representações imagéticas e educacionais em território brasileiro pouco se sabia e valorizava a relevância da ampla e complexa história africana. Seja na valorização da diversidade de reinos, tecnologias, diversidade cultural e linguística, e os processos internos de resistência e descolonização. Nesse painel a luta do movimento negro contra o racismo era e foi fundamentalmente uma luta contra os discursos, narrativas e conjunturalmente contra a violência estruturada a partir da negação da História (GOMES, 2006, p. 162).

As agitações políticas pertinentes à disputa de narrativas construídas pelo Movimento Negro nas décadas de 60 e 70 no Brasil estavam ancoradas nas movimentações de resistência contra os processos de exclusão racial nos Estados Unidos e África do Sul. Nessa lógica respectivamente eclodiu nos Estados Unidos uma grande luta pelos direitos civis e o movimento de afirmação racial conhecido como Panteras Negras. Na África do Sul o regime segregacionista denominado Apartheid enfrentou uma oposição sistemática de uma corrente de pensamento denominada Consciência Negra com o *slogan* “Negro é lindo”, disseminado pela importante liderança anti-apartheid Sthphen Bantu Biko⁵³. Os movimentos sociais e de luta em ambos os países construíram novas demandas políticas e culturais contra o racismo e fomentaram a solidariedade e resistência negra em várias partes do planeta. Importante destacar como ressalta Gomes (2006) a existência subjacente na luta contra o racismo e os regimes segregacionistas uma afirmação da estética negra, a libertação da opressão fundada nos valores racistas e inculcadas pela dominação branca. Tratava-se, portanto, de uma luta contra a afirmação de um único padrão de beleza e um imaginário de superioridade estética e intelectual, na África do Sul denunciou-se o impedimento dos negros poderem estar ligados às suas tradições culturais e estéticas. Em tal lógica foi necessário estabelecer um imaginário de revalorização da estética negra fundada na importância do cabelo, tal discursividade e

⁵³ O renomado ativista e líder estudantil Stephen Bantu Biko (1946-1977), conhecido como Steve Biko lutou contra o regime segregacionista *apartheid* na África do Sul entre as décadas de 1960 e 1970, construindo o importante movimento denominado Consciência Negras. No ano de 1972 colaborou na fundação do Black People’s Convention (BPC “Convenção dos Negros”), uma entidade que atuava na cercania de Durban e congregou inúmeros grupos relacionados à luta negra. Em setembro de 1977 foi preso e torturado tornando-se uma referência mundial no combate às múltiplas formas de opressão racial. Disponível em: <<http://unisinos.br/blogs/neabi/2012/09/17/ha-35-anos-morria-steve-biko-um-dos-grandes-herois-da-defesa-dos-direitos-humanos-no-mundo/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

radicalidade política compuseram as demandas raciais nos Estados Unidos nos anos de 1960 e 1970 (GOMES, 2006, p. 221.).

Nesse contexto, as organizações, entidades e coletivos que militam pela diversidade étnico-racial no Brasil também beberam das ideias emanadas a partir das lutas e transformações produzidas no âmbito da resistência negra na América do Norte e na África. O movimento negro brasileiro foi enriquecido em termos teóricos e concretos e consolidou propostas densas em termos reivindicatórios sustentados na diversidade racial. No século XX e XXI o debate sobre as assimetrias raciais penetraram mais profundamente os espaços públicos e privados, produzindo reflexões e transformações sociais que visavam reparar os 500 anos de colonialismo, escravidão e extermínio dos povos indígenas e negros, tal como o epistemicídio fundado na supressão concepções, crenças, atitudes e saberes (SILVA, P. B. G. e, 2003, p. 49).

Nos termos de Santos, B.S.S. (2017) ao demonstrar o aspecto significativo do Movimento Negro assentado na ressignificação do referencial estruturado pela sociedade sobre a luta negra, comumente centrada em uma lógica de reprodução de estigmas. Não obstante, a marca determinante dos movimentos sociais é a produção de conhecimentos e saberes gerados na luta facultando a geração de novos significados e gramáticas, a luta dos negros, seja do campo ou da cidade faculta um processo de conhecimento e saberes não necessariamente analítico e objetivo, pois não se trata de conhecer sobre alguma coisa, conhecer a partir de uma prática de uma vivência e experiência, conforme Santos, B.S.S. (2017, p.09 e 10):

A perspectiva privilegiada por Nilma Gomes para mostrar a riqueza epistemológica do Movimento Negro é a educação. O movimento é educador porque gera conhecimento novo, que não só alimenta as lutas e constitui novos atores políticos, como contribui para que a sociedade em geral se dote de outros conhecimentos que a enriqueçam no seu conjunto. A pedagogia e a epistemologia são, pois, duas dimensões do mesmo processo, e o enriquecimento cognitivo da sociedade ocorre tanto por via do desígnio da sociologia das ausências (a revelação-denúncia de realidades e atores sociais silenciados, ignorados, esmagados, demonizados, trivializados) como por via da sociologia das emergências (a revelação-potência de novos conhecimentos, de outras dimensões da emancipação e da libertação, de novas e ancestrais identidades, formas de luta e de ação política) [...].

Nesse sentido o Movimento Negro brasileiro segundo Gomes (2017) desvelou e articulou uma multiplicidade de demandas e pautas relativas à cidadania e direitos humanos, contestando a historiografia oficial, colonial e excludente. Por consequência possibilitando a existência de novas narrativas e discursividades de caráter epistêmico a respeito da contribuição negra para a estruturação das bases sociais e culturais da civilização brasileira.

A percepção da relevância negra, o aprofundamento sobre as questões raciais e da diáspora africana ganharam outro status epistemológico em função da luta desenvolvida pelo Movimento negro. A fundamentação teórica sobre o racismo, discriminação racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa para com as religiões afro-brasileiras, violência, questão quilombola e o antirracismo passaram ocupar um espaço de distinção. Tais questões foram carreadas pelo movimento negro, ainda que por vezes de forma compulsória e não amistosa, para dentro das universidades e particularmente para as Ciências Humanas, sociais, jurídicas e da saúde; propondo na maioria das vezes diversos questionando sobre os marcos teóricos racialista do século XIX.

Em tal contexto, escritores consagrados como Monteiro Lobato⁵⁴ passaram a ser questionados em face dos elementos discursivos utilizados, não raro sustentados em pressupostos racistas. Bem como a naturalização e invisibilidade disseminada entre professores e pedagogos (GOMES, 2017, p. 17). Nesse sentido encontramos em (NASCIMENTO, 1980; SODRÉ, 2002) a denúncia da militância negra a respeito do racismo e eurocentrismo do escritor Monteiro Lobato, apontando para necessidade de uma revisão conceitual e literária dos fundamentos da profusa obra do romancista. Processo que ocorreu, ainda que tardiamente, pelas mãos da bisneta do escritor⁵⁵. Especificamente Nascimento (1980, 2019) antevia as consequências deletérias para os jovens negros atingidos pelos estereótipos racistas presentes na literatura de Monteiro Lobato. Segundo Nascimento (2019, p. 344), a Angola recusou a ideologia da democracia racial, amplamente combatida pelo Movimento Negro brasileiro. Pois, ao rejeitar a série brasileira “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”, levou em consideração a gravidade dos estereótipos racistas atribuídos aos personagens negros. Tal contexto não significa condenar e simbolicamente queimar a produção literária formulada pelo escritor, mas criar condições interpretativas e psicológicas

⁵⁴ No ano de 2012 o livro do escritor paulista Monteiro Lobato (1882-1948), intitulado “Caçadas de Pedrinho” tornou-se alvo de mandado de segurança junto ao STF no sentido de reverter a decisão do Conselho Nacional de Educação que havia liberado a distribuição da obra em escolas públicas. A contenda ocorreu face os adjetivos racistas que o autor usou em suas obras para se referir aos personagens negros e negras. No contexto da educação infantil entidades negras ligadas à educação identificaram problemas e prejuízos na exposição de alunos e alunas a tais estereótipos raciais. Informações coligidas no Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/combateaoracismoemonteirolobato/?gclid=Cj0KCQiAoNWOBhCwARIsAAiHnEhWnPIbnfgRg6dHTB4LMINCg-6o3enj9_i7k6F6D35rF4aERpr6V-UaAhGtEALw_wcB>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁵⁵ No ano de 2020 a bisneta do escritor excluiu as passagens racistas em adaptações dos clássicos do autor, tal movimento também foi consequência das pressões e denúncias reiteradas do movimento negro brasileiro. E também CNN Brasil, disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/bisneta-de-monteiro-lobato-exclui-passagens-racistas-em-adaptacao-de-classico/>>. Acesso em: 06. Set 2020.

para as crianças e jovens que entrarão em contato com tais formulações racialistas. A alternativa configurada pela bisneta do escritor em suprimir os termos racistas parece ter sido um caminho bastante razoável no contexto da luta desenvolvida pelo movimento negro e os caminhos de resistência que devem ser trilhados.

A pretensiosidade eurocentrista nesse episódio se expõem de corpo inteiro. Lembra o exemplo de um típico escritor do <<progressismo>> brasileiro: o racista Monteiro Lobato quando acusa o negro-africano de haver provocado graves problemas para o Brasil com a miscigenação, a tão celebrada mistura de sangues negro e branco... (NASCIMENTO, 1980, p. 251)

Sodré (2002, p. 14) também ressalta como Monteiro Lobato estava inserido em todo o contexto das teorias racialistas e seu impacto para o imaginário social brasileiro fundamentalmente no século XX, e como suas obras também podem ter corroborado as estruturas do racismo cordial brasileiro nos termos de (SALES-JUNIOR, 2006, 2007; MUNANGA, 1999, 2010).

De Monteiro Lobato, um dos mais festejados escritores brasileiros, para crianças e adultos, diante da hipótese de retorno do Brasil, após uma estada de quatro anos nos Estados Unidos: “Eu por mim, não sairia mais daqui, porque o Brasil Torna-se grotesco visto de longe. Infelizmente a família é um cordão umbilical que me prende a essa cataplasma. Só agora meço em extensão o atraso infinito, e a estupidez maior ainda, da nossa gente. Somos África pura”. (SODRÉ, 2020, p. 14-15)

Nas conexões e interações das práticas do Movimento Negro identifica-se uma multiplicidade de vozes desconhecidas que lutaram para superação do racismo estrutural, por intermédio da afirmação da identidade negra e reconhecimento dos valores de trabalho, cultura e vida. O Movimento negro afirmou-se como um dos mais significativos atores políticos tanto nos processos formativos, quanto na valorização da ancestralidade dos povos e comunidades originárias. De acordo com Leite (2009), os movimentos sociais negros reatualizam as experiências das lutas dos anos de 1930 protagonizado pela Frente Negra Brasileira, demandando pautas políticas e raciais. No mesmo sentido Souza, L.O.C. (2012) aponta os impactos de transformação na historiografia a partir dos aportes cognitivos e teóricos do Movimento Social Negro, particularmente com as produções de Clóvis Moura e Abdias no Nascimento que favoreceu uma dinâmica de ressignificação política do conceito de quilombo fundamentalmente a partir de 1988. Projetando avanços e transformações no campo social e político e por consequência fortalecendo as noções de quilombo no século XXI, pela sistemática rejeição à ideologia do embranquecimento e lógicas raciais excludentes.

2.3. OS AVANÇOS NA PAUTA QUILOMBOLA NO SÉCULO XX: O MOVIMENTO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Considerando o histórico de luta do movimento social negro exposto acima, bem como a sistemática reivindicação da análise da questão racial como elemento estruturante da exploração e opressão na cidade ou campo, operando no âmbito das relações sociais e econômicas em função do capitalismo predatório e das assimetrias sociais. O movimento negro desconstruiu a ideia de uma solução da questão racial exclusivamente pela via da luta de classes, alargando semanticamente o debate. Tal demanda produziu rupturas entre alas da esquerda progressistas e o movimento negro, mas também foram indutoras de mudanças e transformações na esfera política, jurídica e social para os negros e para as comunidades quilombolas (GOMES, 2010, p. 111). Nesse sentido analisaremos na presente seção as transformações políticas pautadas pelo Movimento Negro que influenciaram a Assembleia Nacional Constituinte entre as décadas de 1970 e 1980. Na sequência faremos uma análise das transformações políticas a partir da constituição de 1988 e dos demais dispositivos legais que surgiram a partir da carta magna e a entrada efetiva da questão negra e quilombola na ordem do dia em termos legais, institucionais, políticos e sociais.

Historicamente as demandas pleiteadas pelo Movimento Social Negro desde os séculos XIX até o início do século XXI estiveram fundamentalmente demarcadas pela necessidade de ampliação e universalização da educação em seu aspecto normativo e também filosófico para sociedade e para população negra especificamente. Para Gomes (2011) e Santos, N. N. da S. (2015) o processo de redemocratização do cenário político brasileiro ocorrido no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, possibilitou a emergência da tematização das relações raciais no âmbito educacional e demanda por direitos de acesso à terra. A temática do quilombo passa a ser considerada de forma mais efetiva em termos legais e políticos a partir dos discursos de militantes do Movimento Negro Unificado na Assembleia Nacional Constituinte, demandando a elaboração de instrumentos jurídicos eficazes para integrar efetivamente os vitimados pelos séculos de exclusão produzidos pelo regime escravocrata. Como ressalta Ferreira (2003) “– Entraram, justamente. Então, as comunidades remanescentes de quilombos e, inclusive, os quilombolas fazem parte, hoje, do Movimento Negro. Eles hoje são o Movimento Negro.”

Paralelamente à atuação partidária e institucional o Movimento Negro estava atento às articulações em torno da convocação e formato da ANC. Já no ano de 1984, 600 ativistas reuniram-se em Uberaba – MG e encaminharam resoluções do encontro à Tancredo Neves. Entre as reivindicações havia proposta de uma convocação de

ANC “livre, soberana, precedida de ampla liberdade de expressão e associação”.
(SANTOS, N. N. S., 2015, p. 54)

Para Jorge e Brandão (2016) a emergência dos novos sujeitos políticos denominados “quilombolas” se conecta a estruturação e emissão do Artigo 68 dos Dispositivos Constitucionais Transitórios (ADCT), que reconheceu em termos públicos a existência de um grupo específico bem como seus direitos e garantias. Nesse sentido as pautas de luta negra tiveram origem no contexto urbano, não obstante, o movimento negro e seus ativistas, cientistas sociais e demais intelectuais buscaram compreender a complexidade das disputas fundiárias que estavam relacionadas às comunidades negras rurais. Contudo, o Artigo 68 originalmente apresentou questões controversas sobre o conceito de quilombo e suas consequências políticas e históricas, o mesmo foi indutor da consecução de garantias sociais, políticas e territoriais para as antigas comunidades rurais negras.

Esclarecendo tal ponto Anjos (2009, p.123) demonstra como o “pano de fundo” dos conflitos que objetivavam a demarcação e regularização fundiárias dos territórios com estruturas sócio-históricas-territoriais onde inicialmente os denominados remanescentes de quilombos estavam presentes. Eram territórios com um contexto histórico relacionado à: 1) ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas, 2) compra de propriedades por escravizados alforriados, 3) doações de terras para ex-escravizados por proprietários; 4) pagamento por prestações de serviços em guerras oficiais; 5) terrenos de ordem religiosa deixadas para ex-escravizados; 6) ocupação de terras sob o controle da Marinha do Brasil; 7) terrenos de propriedade da união não devidamente cadastrados.

Portanto, depreendemos a partir do cenário político vigente na década de 1980 e por meio da questão racial pautada na cidade e nas áreas rurais, quão complexas foram as disputas fundiárias dos inúmeros territórios negros. Muitas dessas localidades, posteriormente foram denominadas e consideradas comunidades quilombolas, sendo assim, a dimensão política, histórica, cultural e epistêmica esteve presente no desafio dos parlamentares constituintes. O novo marco constitucional da Carta Magna visava o reconhecimento das especificidades culturais e políticas das comunidades negras, sendo esse um desafio civilizacional para sociedade brasileira, com consequências imprecisas no âmbito político e jurídico. E com o condão de produzir impacto não apenas para as então consideradas comunidades negras rurais, mas também para o reconhecimento e valorização das múltiplas comunidades tradicionais.

A procuradora federal Deborah Duprat⁵⁶, destaca como a Constituição de 1988 não foi fruto de processos conciliatórios, mas de lutas e disputas de sentido e significado a partir dos novos arranjos políticos e constitucionais pós-regime ditatorial, por consequência uma disputa objetiva de poder e novas narrativas históricas e políticas. Sendo assim, o então parlamentar constituinte, Abdias do Nascimento⁵⁷ postulou inúmeras vezes no bojo de seus mandatos e atuação como intelectual e militante, políticas reparatórias para os afrodescendentes e para as comunidades negras do campo.

Os movimentos negros se rearticularam durante a Assembleia Nacional Constituinte e, após sua promulgação, reforçaram sua retórica sobre a ideia de reparação, da abolição como “um processo inacabado” e da “dívida”, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos geradores de novas situações de exclusão. Abdias do Nascimento, por exemplo, senador da República no período de redemocratização que culminou na Constituinte de 1988, reescreve suas teses sobre o quilombismo, reivindicando uma memória anterior ao tráfico e à escravização dos africanos. (LEITE, 2009, p. 969)

Conforme Leite (2009) e Jorge e Brandão (2016) a primeira senadora negra Benedita da Silva incorporou o importante Artigo 68 da Constituição Federal que garantiu aos quilombolas na época denominados remanescentes de comunidades quilombolas, o direito de ocuparem seu território, o reconhecimento e a propriedade definitiva de suas terras. Nesse sentido, é obrigação do Estado a emissão dos títulos de propriedade. **“Artigo 68, dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" (Brasil, 1988, p. grifo nosso).** É importante ressaltar conforme Santos, N.N. da S. (2015) e Leite (2008) em função da elaboração do dispositivo constitucional os inúmeros ataques de ordem política provenientes dos opositores no sentido de obstar o processo de regulamentação, de forma que o trâmite legal na Câmara Federal e Senado demandaram praticamente 20 anos.

A constituinte Benedita da Silva, antes da 16ª Reunião da Subcomissão que citamos acima, foi quem enviou uma sugestão (número 9015 – de 6 de maio de 1987) ao

⁵⁶ No vídeo em questão com a fala da procuradora foi acentuado a importância da educação do campo e a luta quilombola na constituição de 1988. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=X9n-MRiKjZA>>. Acesso em: 09 out. 2021.

⁵⁷ O militante negro Abdias do Nascimento foi Deputado Federal (PDT-RJ) entre os anos de 1983 e 1986 dentre as muitas propostas e debates construídos para o fortalecimento das demandas para população negra foi o parlamentar que apresentou o primeiro projeto visando a melhoria da qualidade de vida para os afrodescendentes. Além disso, foi senador da República (PDT –RJ) nos anos de 1991, 1997-1999. Foi também titular e fundador de duas secretarias de Governos do Estado do Rio de Janeiro: a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Seafro) (1991-1994) e a de Direitos Humanos e Cidadania (1999) (Nascimento, 2019, p. 389, 390).

anteprojeto de texto constitucional, justificando que eram necessárias medidas de ação compensatória para os cidadãos afro-brasileiros no que diz respeito aos direitos à cidadania e igualdade de condições, tendo em vista a “experiência histórica da escravidão” no Brasil. Por isso, sua sugestão era que fosse acrescentado na parte relativa à Ordem Econômica da futura Constituição os seguintes artigos: “Será garantido o título de propriedade da terra às comunidades negras remanescentes dos quilombos” e o “Estado priorizará na distribuição de títulos de propriedade de terra, como medida compensatória, o pleito da comunidade afro-brasileira”. (JORGE; BRANDÃO, 2016, p. 355-356)

Corroborando tal contexto histórico de disputas políticas, econômicas e territoriais no âmbito da estruturação e disputas políticas na Assembleia Nacional Constituinte da década de 1980 o mestre militante Yedo Ferreira⁵⁸, personagem importante do Movimento Negro brasileiro, destacou em palestra na Universidade Estadual do Rio de Janeiro⁵⁹ no ano de 2004, seu diálogo com a então senadora Benedita da Silva que elaborou e propôs o Artigo 68 da Constituição Federal. Segundo ele a Senadora alertou sobre a necessidade de diálogo e articulação do movimento negro para que a bancada da direita, ruralistas e latifundiários não derrubassem o artigo, já que o fato do mesmo estar contido nas Disposições Transitórias de Constituição era um elemento de fragilidade para a manutenção do dispositivo constitucional.

Na mesma perspectiva histórica Fabiani (2018) e Jorge e Brandão (2016) esclarecem como a atuação de Benedita da Silva (PT/RJ) e Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) no sentido de incluírem instrumentos constitucionais voltados às demandas de reparação histórica para população negra estava conectado aos debates feitos no âmbito da Convenção Nacional do Negro⁶⁰ no ano 1986 e precedeu a instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em fevereiro de 1987. Dos debates e propostas formuladas no encontro foi elaborado um

⁵⁸ O militante do movimento negro Yedo Ferreira nasceu em 27/08/1933 na cidade de Santo Amaro da Purificação na Bahia, desde a década 1960 é militante ativo do movimento sendo fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SinBA), do Instituto das Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e também um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU). Até a década de 1960 foi militante comunista quando foi demitido de seu emprego na empresa de Correios e Telégrafos. Sua experiência na militância da esquerda brasileira foi importante para organização do movimento negro na década de 1970. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/yedo-ferreira>>. Acesso em: 11 jun. 2020. E também: <https://www.youtube.com/watch?v=jV0h-h7ZW_A>. Acesso em: 11 jun. 2020.

⁵⁹ A palestra/aula proferida pelo Mestre Yedo Ferreira intitulada “A História do Movimento Negro” ocorreu no escopo da Coordenação de Integração Comunitária (COINTER-UERJ) organizadora do “III Curso de Atualização em História Negra” na Universidade estadual do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2004. Tais iniciativas também articulam uma possibilidade de troca de saberes e narrativas, facultando que a história da resistência negra seja relatada sem intermediários e narrada diretamente por seus protagonistas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/yedo-ferreira>>. Acesso em: 11 jun. 2020. E também: <https://www.youtube.com/watch?v=jV0h-h7ZW_A>. Acesso em: 11 jun. 2020.

⁶⁰ Segundo Jorge e Brandão (2016, p. 3564) em agosto de 1986 ocorreu a 1ª Convenção Nacional do Negro com objetivo de articular pautas e demandas para Assembleia Nacional Constituinte, para tanto desde a década de 1980 o Movimento Negro realizava levantamentos sobre as terras de pretos e comunidades rurais negras no Maranhão e no Pará. Ao todo 63 entidades ligadas à questão racial integraram o encontro e fortaleceram o debate dando maior polifonia às pautas raciais.

documento final posteriormente enviado em 1987 à Assembleia Nacional Constituinte. Jorge e Brandão (2016, p. 355) dissertando sobre o documento produzido na Convenção destacam às duas menções sobre a demanda para titulação territorial direcionada à população negra urbana e rural, e o fato de ser a princípio o primeiro documento conhecido a fazer referência às comunidades “quilombolas”. A carta final também postulava políticas reparatórias em termos educacionais, de segurança e saúde para os denominados grupos negros, que compreenderia toda população detentora de fenótipos e genótipos negros ou africanos.

Em fevereiro de 1987, instalou-se no Brasil a Assembleia Nacional Constituinte e, logo após, em abril, foram formadas Subcomissões Temáticas. É possível encontrar na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, os primeiros apontamentos responsáveis por construir mais tarde o dispositivo voltado para os “quilombolas”. Ressaltamos, mais uma vez, que estes tinham sido inicialmente apontados na Convenção Nacional do Negro, em 1986. (JORGE e BRANDÃO, 2016, pg. 355)

Segundo Marques (2013) se valendo de estudo de Duprat (2007)⁶¹, a Constituição de 1988 caracteriza o Estado brasileiro como multicultural e pluriétnico, por consequência faz-se necessário considerar a pluralidade jurídica em seus aspectos hermenêutico e transdisciplinar. Para efetivação do direito voltado às comunidades quilombolas é necessário considerar suas especificidades étnicas, culturais e políticas, evitando-se reprodução da histórica exclusão social e racial. Nessa linha para Leite (2009) a participação do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte estava assentada na reparação histórica, em termos materiais, simbólicos e históricos visando rever a inacabada abolição e da dívida nacional para com os escravizados.

Para Carvalho, Schmitt, Turatti (2002), Fiabani (2018) e Leite (2009) em função das lutas no contexto da formulação da Constituição de 1988 o termo quilombola abriu um leque semântico pertinente à resistência e luta negra brasileira. A conceituação “comunidade remanescente de quilombos” foi disseminada no Brasil no final da década de 1980 buscando demonstrar os territórios onde africanos e seus descendentes viveram no interregno que caracterizou o epílogo em termos formais do trabalho dos escravizados. Não obstante, atualmente diversos segmentos do movimento negro e dos povos tradicionais não considera tal designação coerente à realidade histórica e política dos povos e comunidades. Por entender que o conceito além de restritivo, remete à noção de algo que ainda existe, mas residualmente, sendo pouco relevante e significativa em termos culturais, políticos e históricos.

⁶¹ DUPRAT, D.. “O direito sob o marco da pluriétnicidade/multiculturalidade”, in _____ (org.), Pareceres jurídicos: direito dos povos e comunidades tradicionais, Manaus, Edições PPGSCA, pp. 9-19 (col. Documentos de Bolso, 2), 2007.

Transparecendo a percepção colonialista de algo que remanesce ou sobra e está em processo de extinção. O desafio atual é justamente demonstrar o caráter vivo dos povos e comunidades tradicionais, bem como sua cosmologia e formas de organização.

2.4. A IMPORTÂNCIA DO DECRETO Nº 4.887/03 E DA CONVENÇÃO Nº 169 PARA RESSIGNIFICAÇÃO DA RESISTÊNCIA QUILOMBOLA

A resistência quilombola no âmbito das disputas por significado e narrativas do movimento negro pós-constituição de 1988 tornou-se elemento decisivo para compreendermos a relevância dos escravizados e seus descendentes na formação econômica, política e cultural do Brasil. Os avanços legais e institucionais que ocorreram em função da promulgação da Constituição ensejaram maior radicalidade no sentido de respeito à diversidade cultural e étnica inerente ao território brasileiro. Necessário ressaltar, como destaca Leite (2008), a ruptura histórica ocorrida a partir de 1988, quando se encerra praticamente um século de silenciamento imposto às comunidades negras rurais, quando são inseridas nos dispositivos constitucionais. Pois, não havia, até o momento, qualquer jurisprudência sobre a temática, diferentemente dos encaminhamentos legais da questão indígena.

A partir de tais elementos na sequência iremos abordar os desdobramentos legais e políticos da promulgação da constituição especificamente para comunidades quilombolas e as transformações que se processaram para a sociedade brasileira. Ressaltando a importância do Decreto n. 4.887/03 ao menos em termos legais e teóricos para dar sustentação ao Artigo 68 da constituição brasileira que estando anteriormente apenas nos Dispositivos Constitucionais Transitórios e sendo denominados de remanescentes, como destaca Anjos (2021) apresentava um caráter de extrema fragilidade e vulnerabilidade em termos legais e sociais (Informação verbal)⁶². Anjos (2004) também ressalta o importante trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a Procuradoria Geral da República que estruturou departamentos específicos visando atender o reconhecimento, demarcação e a titulação dos territórios. Portanto, tais avanços no âmbito do Incra e Procuradoria, ainda que distantes do desejado ocorreram em virtude da promulgação da constituição e demais dispositivos legais.

De tal forma Leite (2008, p. 970.) apresenta três definições complexas e significativas para compreender emergência da luta quilombola no contexto pós-Constituição

⁶² ANJOS, R. S. A. Invisibilidade dos quilombos contemporâneos no sistema dominante. 2021. Mesa virtual. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=KJd5ZQaVtck>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

de 1988 ressaltando como a luta das comunidades quilombolas pode ser compreendida a partir de bases estruturantes substantivas como a liberdade e cidadania. As dinâmicas históricas que fundamentaram a reparação para os séculos de ignomínia escravagista adotam outras traduções políticas e culturais amparadas nos avanços históricos ocorridos a partir das décadas de 1970 e 1980. A autora destaca três perspectivas nas quais se pode amparar a análise da realidade social e política dos quilombos:

- 1) A perspectiva do quilombo compreendida como direito à terra, agregadoras de sentido para manutenção dos núcleos e estruturas familiares demais núcleos populacionais afrodescendentes.
- 2) A noção de quilombos caracterizando ações e movimentações visando o estabelecimento de políticas públicas para a ampliação e fortalecimento da cidadania.
- 3) A noção de Quilombo sustentada na proteção e salvaguarda das manifestações culturais específicas. (LEITE, 2008, P. 970)

Essas três importantes, densas e complexas definições visam estabelecer alguns contornos de inteligibilidade para questão quilombola no século XX e nos pródromos do XXI produzindo uma significativa ampliação do leque histórico, filosófico e conceitual da luta quilombola descortinando à sociedade uma complexidade e vastidão de modos de vida, saberes, fazeres e epistemes dos povos e comunidades tradicionais. As garantias provenientes das mudanças constitucionais conectou o quilombo às suas práticas e experiências, seus atores e formas de luta e resistência contra as heranças de dominação colonial escravagista. A centralidade política, imagética e discursiva fundamentada na pauta quilombola ressignifica a luta do movimento social negro, fundamentalmente o movimento negro urbano que não raro conhece parcialmente a realidade agrária e quilombola do país.

Segundo Leite (2008) o debate e as interlocuções políticas e acadêmicas do “projeto” quilombola é englobante da luta pelo território, valorização da cultura, das tradições, dos saberes e cosmologias negras. Compreendendo também uma educação quilombola específica, o fornecimento de água e saneamento básico, energia elétrica, atendimento à saúde e demais direitos sociais historicamente negados para esse segmento populacional. A luta quilombola não raro confronta modelos econômicos de produção hegemônicos e sua relação com a terra, formas de desenvolvimento e gestão dos recursos naturais. As noções de quilombo e de quilombola estão amparadas no direito constitucional, compreendendo um conjunto amplo de práticas e experiências, atores e significações. E também assentados nos processos de resistência às dinâmicas históricas de supressão de direitos sociais. Sendo assim a luta quilombola e o papel do quilombo enquanto território vai

muito além das pautas tradicionais do movimento social negro, estabelecendo eminentemente uma pauta identitária (LEITE, 2008, p. 974-975). Contudo, vale ressaltar que não se trata meramente de uma pauta ligada ao que atualmente algumas correntes de pensamento denominam pejorativamente de identitarismo⁶³, mas a valorização da identidade para resgate da memória, história e ancestralidade. Conforme ressalta Anjos (2004, p. 4):

No Brasil, os remanescentes de antigos quilombos, “mocambos”, “comunidades negras rurais”, “quilombos contemporâneos”, “comunidades quilombolas” ou “terras de preto” referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais.

Para compreendermos as contradições econômicas e sociais no território quilombola Invernada Paiol de Telha, é necessário considerar a resistência negra pela manutenção da identidade étnica em face das consequências da colonização alemã na região. Bem como as décadas de disputa com uma multinacional que participou ativamente da expropriação do território, aparentando legalidade nas transações comerciais. As questões pertinentes à sobrevivência e cidadania quilombola, caracterizadas pela luta por regularização no fornecimento de energia elétrica, instalação de instituição de ensino e demais políticas públicas concernentes à qualidade de vida são prementes e permanentes. Nesse sentido destacou a líder quilombola Danielly Rocha, relatando as dificuldades enfrentadas no contexto de busca por melhorias para as condições de penosidade enfrentadas na cidade de Reserva do Iguaçu:

[...] Quilombola seria isso, a gente sempre está buscando melhorias para comunidade, pensando em conjunto para que todos tenham uma vida digna, e a gente sabe que é muito precária a situação. Tem muitos que não tem água, não tem luz, saneamento básico, vivem somente do pequeno lote, quem entende de lavoura sabe que aquilo é muito pouco para a sobrevivência, acho que o lote tem ali só para se alimentar e as outras coisas que a própria família precisa, não apenas comida, ela precisa também da questão da saúde comprar um remédio, tudo isso vai. É um sistema que gira em torno daquela família, não é só a questão da terra ali. Então é mais ou menos isso, não sei se tem mais alguma pergunta. (SANTOS, D. R., 2020, não paginado)⁶⁴

⁶³ Atualmente algumas correntes de pensamento se insurgem contra políticas sociais destinadas a determinados grupos étnico-raciais, qualificando tais políticas como identitárias, pois privilegiam um segmento específico em detrimento da grande massa populacional. Esse debate foi feito exaustivamente em função da validação jurídica das políticas de inclusão de recorte étnico-racial do Brasil.

⁶⁴ SANTOS, D. R..Entrevista, 2020. (Informação verbal). A autorização para utilização da entrevista ocorreu em 09 de dezembro de 2021, via WhatsApp.

Nesse aspecto, Dias (2020, p. 77) aponta como o debate sobre o pertencimento quilombola é pouco discutido no Brasil no campo Jurídico, realidade observada nos encaminhamentos constitucionais previstos no Artigo 68, por não descrever exatamente quem seriam os ditos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. O fato de não se definir especificamente quem eram os quilombolas, o que seriam os quilombos e quais os critérios de validação para o cancelamento territorial, também produziu extrema insegurança jurídica para os beneficiários do dispositivo constitucional. Nesse cenário jurídico possíveis análises dos direitos e garantias das comunidades tradicionais são sustentadas em pareceres socioantropológicos, culturais e das garantias consuetudinárias. Para tanto, a questão do autorreconhecimento, da pertença étnica e cultural pode estar centrada em uma esfera do individual e demandando um reconhecimento coletivo.

O Brasil é signatário de inúmeras convenções e acordos internacionais visando à erradicação do racismo e outras formas de opressão contra grupos minoritários, embora comumente não aplique tais regramentos legais e convenções. Por conseguinte, aderiu à Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, criada em 27 de junho de 1989 pela Organização Mundial do Trabalho (OIT)⁶⁵, a Convenção reforça a importância do respeito à cultura e modo de vida dos povos indígenas, reconhecendo o direito à terra e aos recursos naturais. Visando erradicar todas as formas de discriminação e assegurar a participação dos indígenas nas decisões que impactam sua realidade social e subsistência (Informação verbal)⁶⁶. Embora o governo brasileiro tenha aderido à Convenção 169, isso não significou ou significa que em curto ou médio prazo tenha ocorrido maior efetividade para os processos de titulação dos territórios quilombolas no país ou mesmo maior respeito para com os territórios já titulados ou demarcados dos povos e comunidades tradicionais. De toda maneira, a Convenção é um importante dispositivo legal que assegura direitos e garantias em um plano internacional, podendo ser utilizado como instrumento garantidor da legislação.

⁶⁵ A Organização Mundial do Trabalho foi fundada em 1919 tendo como principal finalidade a promoção da justiça social, é uma das agências do sistema das Nações Unidas, tem um caráter tripartite da qual fazem parte os representantes dos empregadores, dos trabalhadores e representantes governamentais. No território brasileiro a OIT mantém representação desde 1950, com atividades e projetos pertinentes à seu escopo fundacional. De acordo com Núcleo de Estudos em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida a Organização Mundial do Trabalho pode ser considerada o maior centro de informações, análise e orientação sobre o mundo do trabalho, sendo, portanto, uma das fontes reconhecidas de dados estatísticos. Disponível em: < <http://www.nepp-dh.ufjf.br/oit1.html>>. Acesso em: 16 jan. 2020 e Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang-es/index.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2020

⁶⁶ Vídeo produzido pelo Ministério Público Federal de caráter explicativo sobre a Convenção 169. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QWPrzG7KYhE>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Artigo 14 1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. (BRASIL, 2004, Não p.)

Conforme destacam Chacpe (2014) e Dias (2020) a Convenção fortaleceu em termos jurídicos, políticos e culturais além de fomentar a salvaguarda dos costumes e tradições presentes nos povos e comunidades tradicionais. A relevância dos dispositivos teóricos e marcos legais presentes no acordo foram ratificados no ordenamento jurídico brasileiro⁶⁷. Dessa forma o direito dos povos tradicionais, seu sistema jurídico, instituições próprias e resolução de conflitos estão assegurados na Convenção 169. Cabe aos Estados signatários da Convenção garantir que sua condição histórica e social de autonomia e soberania seja respeitada, desde que não desrespeitem o ordenamento jurídico nacional e internacional, conforme exarado no Artigo 9º da Convenção.

1. Na medida em que isso for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, deverão ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros. 2. As autoridades e os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais deverão levar em conta os costumes dos povos mencionados a respeito do assunto. (BRASIL, 2004, Não p.)

Sendo assim Dias (2020, p. 83) avança ressaltando a dimensão de autonomia dos povos tradicionais exarada na Convenção 169 e como esta foi incorporada ao sistema jurídico brasileiro como norma supralegal, havendo, portanto, a necessidade de sua ampla aplicação. Voltada aos povos indígenas e tribais, por conseguinte alude aos quilombolas demarcando sua condição histórica, cultural e social, estruturados integral ou parcialmente sobre tradições e costumes. No âmbito da luta e resistência negra na comunidade Invernada Paiol de Telha é importante ressaltar como nas inúmeras conversas, diálogos e entrevistas com as lideranças quilombolas e frente aos desmandos do poder executivo estadual e federal a Convenção 169 foi invocada como instrumento jurídico e político garantidor dos direitos quilombolas em diversos momentos. Demonstrando sua relevância jurídica, política e cultural como mais um instrumento norteador da luta quilombola, principalmente por fomentar o direito e a necessidade de inserção dos povos e comunidades tradicionais no campo simbólico e concreto

⁶⁷ Segundo Chacpe (2014) a Portaria Interministerial nº 35 de 2012 instituiu um grupo interministerial (GTI) visando realizar estudo sobre a viabilidade de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia existentes na Convenção 169. Para tanto foi convocado diversos integrantes da sociedade civil, órgãos e entidades governamentais para construção de diálogos visando a ampliação do conhecimento sobre a Convenção e sua aplicabilidade.

das disputas sobre narrativas, história e lugar de fala⁶⁸. A Convenção impele as lideranças quilombolas para uma efetiva e ampla participação política na elaboração das demandas e inserção nas esferas decisórias que envolvem seus territórios e garantias constitucionais. Por outro lado, também compele o poder público a realizar sistematicamente consultas públicas sobre possíveis ações e decisões concernentes aos povos e comunidades tradicionais.

Conectando os avanços constitucionais e a legislação prevista na Convenção 169, faz-se mister ressaltar o advento do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que complementou e regulamentou o artigo 68 da Constituição Federal. O Decreto normatizou os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios ocupados por remanescentes quilombolas (DIAS, 2020, p. 78). De acordo com Leite (2009), em função da normativa emergiram novos entendimentos para regularização fundiária, como a posse comunal e também indivisível das terras quilombolas, gerando inúmeras demandas legais e jurídicas. Além disso, como destaca Dias (2010), para além do mecanismo da auto-declaração como instrumento de reconhecimento da pertença étnica quilombola, o decreto estabeleceu no Art. 2º em seu parágrafo primeiro, a possibilidade de autodefinição. Com efeito, a caracterização da comunidade quilombola poderia ocorrer através de critérios estabelecidos pelo próprio grupo, atendendo aos fundamentos da estabelecidos na autoidentificação.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, Não p.)

⁶⁸ Importante resgatar o conceito difundido recentemente pela filósofa Djamila Taís Ribeiro dos Santos conhecido como “Lugar de fala”, para pensarmos o protagonismo negro e especificamente dos quilombolas. Tanto no sentido dos quilombolas que estão no meio acadêmico pesquisando e produzindo conteúdos científicos e construindo diálogos transdisciplinares com os saberes das comunidades tradicionais. Bem como dos próprios quilombolas e seu direito à auto-representação, ou seu direito de manifestar-se e ser porta-voz de seus interesses. Segundo Ribeiro (2017) o “lugar de fala” está sustentado na reflexão da autoridade epistêmica e social dos que se expressam sobre determinadas demandas que talvez ou possivelmente não teriam autoridade e legitimidade para pronunciar-se. Assim o “Lugar de fala” no âmbito discursivo remete aos corpos historicamente subalternizados e uma lógica de reivindicação de existência, recuperando o protagonismo dos corpos subalternizados e suas espacialidades, reconhecendo por um lado os contextos discursivos e por outro o limite da representatividade e suas fronteiras. O conceito dá conta também de demonstrar que nos contextos discursivos determinados grupos hegemônicos sempre tiveram prerrogativas de manifestação e fala, contudo a fala e posicionamento de certos segmentos sociais, ainda que sinceros e empáticos, jamais conseguiram se aproximar da radicalidade dos que são alvos e objetos de perseguição (COSTA, 2019). Transpondo para realidade quilombola, embora exista a legitimidade do pesquisador em dissertar sobre os quilombos no escopo de sua pesquisa, sua fala jamais será equivalente em termos históricos e culturais à fala dos próprios quilombolas.

Em decorrência Dias (2020) esclarece como na comunidade quilombola Kalunga a comprovação do pertencimento ocorre a partir da conclusão das seguintes fases que estão atreladas ao referido Decreto.

1º Passo: A autodeclaração Kalunga inicia uma série de trâmites de investigação genealógica.

2º Passo: A pessoa declarante deve apresentar um estudo genealógico da família, indicando quem eram seus familiares Kalungas (se houver mais de um), além de informar se ainda moram na comunidade (ou onde moraram).

3º Passo: Além do estudo genealógico, é necessário apresentar uma declaração assinada por três lideranças da região afirmando o pertencimento da pessoa declarante ao quilombo e atestando a ascendência Kalunga dela e de seus familiares.

4º Passo: A apresentação do documento é feita ao presidente líder comunitário da associação; o documento é analisado por um conselho responsável por emitir a declaração final de que a pessoa declarante pertence à comunidade quilombola Kalunga. (DIAS, 2020, p. 79)

O procedimento de regularização e identificação similar foi identificado nas pesquisas que realizamos na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, especificamente ao conversarmos com a então vice-presidente Danielly Rocha dos Santos. A liderança quilombola ressaltou que um dos primeiros procedimentos, quando adentraram o território, foi a elaboração da árvore genealógica e a solicitação de que os integrantes da comunidade que ainda não tivessem a mesma buscassem providenciar com brevidade. Como destacou em entrevista realizada no ano de 2020.

Em 2015 quando houve a retomada do primeiro território, em 30 de Maio de para o dia 31 foi retomado o território e começamos a participar mais a fundo dos assuntos das coisas que envolviam a comunidade. Corremos atrás da nossa árvore genealógica para comprovarmos nossa condição herdeiros. Porque tinha muitas pessoas que julgava e dizia que não éramos, então corremos atrás. Engraçado que muitos diziam que minha mãe não era, mas os irmãos dela eram. Então temos toda a documentação que chega até o escravo, temos até as documentações do testamento da Dona Balbina e também do marido dela. (SANTOS, D. R., 2020, não paginado)⁶⁹

O impacto político e histórico para as comunidades tradicionais, fruto das pressões do movimento social negro em decorrentes da promulgação do Decreto 4.887/03, evidenciou uma sintonia e diálogo do poder executivo federal com as pautas do movimento negro quilombola. Fundamentalmente no sentido de ampliar e transcender o próprio texto constitucional, radicalizando o caráter pluriétnico e multicultural do país, conforme reza a Constituição Federal (ROCHA⁷⁰, 2005, apud Leite 2009).

⁶⁹ SANTOS, D. R..Entrevista, 2020. (Informação verbal)

⁷⁰ ROCHA, Elizabeth Guimarães Teixeira. “O Decreto 4887 e a regulamentação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas”. **Boletim Informativo do Nuer: Territórios quilombolas: reconhecimento e titulação das terras**, Florianópolis, v. 2 n.2, p. 97-102, 2005.

Tal contexto sociopolítico caracterizou um momento de ruptura histórica como destaca Fiabani (2018, p.47), ao remontar as movimentações políticas e governamentais que precederam a edição do decreto supracitado. A promulgação do dispositivo ocorreu no fim da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, caracterizada por uma rigidez governamental, por titular apenas comunidades fundadas nos antigos quilombos com um lastro histórico de pelo menos de cem anos de permanência nos territórios. Esse entendimento fragilizou o diálogo entre as comunidades tradicionais e o Governo, por consequência permanecendo válida essa interpretação, os desdobramentos históricos do Paiol de Telha seriam piores.

Conforme destaca Roberto e Lopes (2010, p. 88), durante os 14 anos que perfizeram os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso o aspecto pertinente à titulação dos territórios quilombolas não foi uma prioridade governamental e a realidade fundiária permaneceu inalterada no Brasil. Esse intervalo histórico foi marcado pela edição de portarias, decretos inespecíficos e sem efetivação para titulações dos territórios tradicionais, prevalecendo um conceito reducionista da própria condição quilombola. Maisonnave (2002) explicita o veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, ao projeto do Partido dos Trabalhadores (PT), relatado pelo deputado Luiz Alberto (PT-BA), de número 129/1995, cuja finalidade era regulamentar o Artigo 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O veto inclusive teve um caráter simbólico, pois ocorreu exatamente no dia 13 de maio, a data que caracterizou a inconclusa abolição, à época a Fundação Cultura Palmares havia identificado 743 comunidades tradicionais, com uma população de dois milhões de pessoas e área de 305.817 km². Contudo, muitas entidades entendiam que o levantamento feito pela Fundação era inexato e não havia considerado muitas outras comunidades, até 2002 apenas 29 comunidades haviam sido tituladas.

Certamente no contexto do cenário político estabelecido até o fim do governo FHC a realidade histórica de expropriação das terras do Paiol de Telha teria sido mantida já que a partir da década de 1970 os herdeiros de Balbina, como se autodenominavam os quilombolas do Paiol de Telha, foram expulsos do território. Realidade análoga é encontrada em grande escala, nos inúmeros territórios quilombolas espalhados pelo país. Nesse sentido, em relação à história da comunidade Invernada Paiol de Telha e o processo de resistência étnica e cultural presente na disputa territorial travada com uma grande corporação multinacional a OnG Terra de Direitos, por meio de Petry e Borges (2019, não paginado), ressalta:

[...] As terras que formam o território tradicional foram deixadas de herança pela escravocrata Balbina Siqueira a 11 trabalhadores e trabalhadoras escravizados, em 1866. **Após um intenso processo de expropriação da terra que lhes era de direito, os quilombolas descendentes dos herdeiros foram expulsos do território na década de 1970. Durante anos, as famílias viveram conflitos intensos com a Cooperativa Agrária, que tinha a propriedade das terras. (Grifo nosso)**

No início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República ocorreu grande mobilização das comunidades negras no sentido de pressionar o executivo para anular algumas ações da gestão FHC e a edição do Decreto 4.887/03 materializou tal desiderato. Um passo importante foi dado na supressão da imposição da comprovação exigida para as comunidades quilombolas, as mesmas deveriam ser originadas dos antigos quilombos, bastando a autodefinição da própria comunidade como um dos elementos fundamentais para o reconhecimento. Foi também no ano de 2003 que o então presidente Lula determinou ao INCRA como instituição responsável pelo processo de titulação e Fundação Cultural Palmares como responsável pelo reconhecimento e emissão de certidões aos “remanescentes de quilombo”, as antigas comunidades negras rurais (FIABANI, 2018, p. 48).

2.5 BREVE CONCLUSÃO

Até aqui objetivamos compreender e analisar os processos de resistência negra ao longo da história no âmbito do sistema escravocrata, caracterizado por fugas, saques, suicídios, múltiplas formas de insurreições e levantes que fustigou de forma sistemática o direito à propriedade e as relações de poder econômico fundado na posse e coisificação dos seres humanos convertidos em propriedade em função dos interesses eurocêntricos de base capitalista. Todo esse movimento visando pensar a formação e conformação dos antigos quilombos como unidades importantes de resistência que permaneceram pujantes para além da inconclusa abolição da escravização, a função social dos quilombos foram sempre fustigar ainda que simbólica e imageticamente o domínio colonial.

No âmbito do Brasil colônia, império e república os quilombos sempre foram um problema significativo para manutenção da unidade e controle hegemônico, a legislação ultramarina, como citado acima, demonstra o temor da Coroa Portuguesa face o ajuntamento de um número maior do que três escravizados em um contexto de fuga. Ou seja, havia um grande temor de uma desorganização territorial e dos processos que poderiam insuflar maiores rebeliões. Demonstramos como as inúmeras revoltas ocorridas no século XIX, especificamente na Bahia que foram por um lado silenciadas pela historiografia tradicional e

oficial, por outro serviu como rastilho de pólvora para o contexto abolicionista e também para elemento motivador no imaginário das lutas dos negros e do movimento negro organizado do século XX e XXI.

Esse amplo cenário histórico de lutas e resistência negra é de alguma maneira coligida por intelectuais como Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Edson Carneiro dentre outros que fundamentaram em termos teóricos o segundo ciclo do Movimento Social Negro. Esse cenário ganhou proeminência no final da década de 1970 e confluindo para o surgimento do Movimento Negro Unificado. Por conseguinte as mudanças políticas e sociais ocorridas em função da constituição de 1988 também podem ser consideradas conectadas com as lutas históricas dos negros durante os ciclos econômicos fundados na escravização, no pós-abolição e nos processos de luta no decorrer do século XX. Bem como os demais avanços legais ocorridos em função da carta magna de 1988 tais como o Decreto 4.887/03, amparado pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho. Especificamente o Decreto 4.887/03 ressignifica a luta negra e quilombola e torna mais complexo o debate sobre o território e retirou de um patamar de insegurança jurídica, onde estava assentado o Artigo 68 da Constituição Federal. Os processos de identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação foram normatizados mesmo diante dos óbices de caráter político, econômico e social, produzindo importantes avanços nas pautas quilombolas e significativa valorização da diversidade étnico-racial brasileira.

Essas mudanças se conectam a uma luta secular da causa negra produzindo um avanço civilizacional para sociedade brasileira com reflexos significativos para o continente americano. Pois, em alguma medida remete a um amplo processo de reparação histórica, social e econômica em decorrência dos danos produzidos pelos séculos de objetificação e usura da mão de obra africana. Os movimentos sociais produziram avanços estruturais, percebidos a partir da década de 1980 e foram direcionados à população negra e também aos povos da floresta. Tendo como objetivo corrigir as distorções e assimetrias sociais e raciais que secularmente impactaram o processo de desenvolvimento global, notadamente no aspecto educacional da população negra na cidade e também nas áreas rurais. Os processos de resistência estão fundados no direito à memória e identidade da população negra. Sendo assim, a luta quilombola do século XX e XXI, recusa o epistemicídio e a invisibilidade cultural dando protagonismo às suas narrativas. Nesse contexto a manutenção do território enquanto elemento agregador é condição *sine qua non*.

CAPÍTULO 3

OS POVOS DA FLORESTA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO E ANCESTRALIDADE

Nesta seção introdutória do capítulo três, analisaremos os diálogos de saberes contra-hegemônicos com a finalidade de aprofundar as formas de compreensão sobre a relevância dos povos da floresta e comunidades tradicionais no cenário da resistência negra brasileira. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a experiência transdisciplinar do projeto universitário denominado Encontro de Saberes. A iniciativa dá centralidade às epistemes dos mestres e mestras dos saberes tradicionais, como um conjunto de conhecimentos necessários e indispensáveis na formação do corpo discente. Por conseguinte, fomentando sistemáticos diálogos com as disciplinas curriculares modernas e ocidentais.

Nesse sentido o pensamento transdisciplinar no contexto dos debates e embates científicos e de validação das ditas ciências humanas e sociais, pode ser interpretado a partir da discussão proposta por Nicolescu (1997,1999). O físico aponta as consequências das doutrinas deterministas e cientificistas bem como a tomada da objetividade como único critério de verdade para transformação do sujeito em objeto. Demonstra como o cientificismo relegou a espiritualidade à um segundo plano, já que a **Realidade Objetiva**⁷¹ daria conta de traduzir as leis e regras do mundo concreto. Em função desse cenário os saberes das comunidades e povos tradicionais anteriormente ligados à espiritualidade foram considerados subjetivos. As dimensões da espiritualidade, das cosmologias e ontologias não eurocêntricas além de não toleradas são perseguidas no processo de consolidação da colonização, do capitalismo e da modernidade. “A própria palavra “espiritualidade” tornou-se suspeita e seu uso foi praticamente abandonado.” (NICOLESCU, 1999, p. 18).

Conforme Ponlog (2014) a noção de espiritualidade e religião por vezes conectadas ou misturadas não revelam a efetivamente a percepção do caminho espiritual que pode se processar no âmbito de um processo religioso. Nesse sentido, religião e espiritualidade podem ter um caráter de complementaridade operando separadamente, já que um caminho espiritual é sempre uma jornada interior. Por consequência os processos sociais pertinentes ao cientificismo relegaram a espiritualidade definitivamente ao campo do religioso e subjetivo, desconsiderando as possíveis margens de interação e diálogo, dado que a um caminho espiritual também é uma trajetória filosófica.

⁷¹ O termo é utilizado por Nicolescu (1999) para ressaltar o processo de racionalismo e objetividade amparado nas ciências físicas, naturais e biológicas estruturantes dos pressupostos de verdade e que também conduziram por algum tempo as estruturas epistemológicas da filosofia e das ciências humanas e das ciências sociais.

Na euforia cientificista da época, era natural postular, como Marx e Engels o fizeram, o isomorfismo entre as leis econômicas, sociais, históricas e as leis da Natureza. Todas as ideias marxistas estão baseadas, em última análise, nos conceitos provenientes da física clássica: continuidade, causalidade local, determinismo, objetividade. (NICOLESCU, 1999, p. 16)

No cenário dos desafios acadêmicos impostos em função das conexões e trocas de saberes, a experiência pedagógica do projeto Encontro de Saberes nas Universidades conecta a ciência tradicional às epistemes oriundas dos povos e comunidades tradicionais. Sendo uma iniciativa de base transdisciplinar que objetiva trazer para os currículos acadêmicos não apenas os conhecimentos tradicionais, mas também a espiritualidade, como elemento importante e necessário para os processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, pode ser considerado como uma das mais disruptivas propostas de diálogo e interação transdisciplinar, de base cultural e epistêmica no campo acadêmico da América Latina e do continente como um todo. O projeto foi estruturado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT-I), com apoio institucional da Universidade de Brasília (UnB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Cultura (Minc) e também do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Segundo Carvalho e Águas (2015), Carvalho et al. (2020) e Oliveira, T.F.G.M. (2013) o projeto teve sua origem no ano de 2010 e vem se apresentando como um laboratório ao ar livre, indutor de conexão entre distintas matrizes epistêmicas, facultando um encontro e diálogos entre civilizações. Sua origem também está vinculada a uma demanda dos mestres e mestradas para ministrarem seus saberes no âmbito acadêmico-universitário, e com fulcro na descolonização dos currículos eurocêntricos⁷². O projeto enseja sistemáticas trocas entre os múltiplos aportes de saberes dos povos e comunidades tradicionais, com o mundo científico-acadêmico produzindo interações e dinâmicas que confluem para as perspectivas transdisciplinares. A dinâmica pedagógica inerente ao projeto possibilita aos mestres atuarem ao lado dos professores parceiros, os docentes que dominam os conhecimentos de áreas correlatas e afins ao saber ocidental. Com efeito, disciplinas ligadas à Educação Ambiental,

⁷² Segundo Oliveira, T.F.G.M. (2013) o Encontro de Saberes surgiu no contexto das movimentações culturais e políticas ocorridas a partir dos Seminários Nacionais de Políticas Públicas para as Culturas Populares que ocorreram nos anos de 2005 e 2006 em Brasília. Tais seminários levaram à capital do país, centenas de mestres e mestradas tradicionais, que reivindicaram políticas culturais e de fomento para suas manifestações epistêmicas visando a preservação de seus saberes. Um dos momentos mais emblemáticos no âmbito do Segundo Seminário foi quando o professor colombiano William Torres iria proferir uma conferência, quando os mestres e mestradas tomaram o palco. Visando demandar uma mesa exclusiva, já que até o momento não havia sido destinado um espaço específico para os sabedores e sabedoras. Essa dinâmica explicita uma exclusão do direito à fala e protagonismo no âmbito da organização do evento.

Música, Artes Cênicas, Arquitetura e Ciências da Saúde, são ofertadas no escopo do projeto com a interação e participação direta dos mestres e mestras produzindo interações epistemológicas e valorizando a diversidade cultural brasileira.

Ao chegarmos inicialmente a turma não conhece o processo, e ao realizarmos a apresentação desenvolvemos e ministramos a aula, mas na realidade eu não chamo de aula, mas sim de encontro. Porque é muito mais do que uma aula, trabalhamos também e principalmente o psicológico e emocional dos alunos e com os alunos. O processo de recepção é amplo e toda dinâmica é muito gratificante. (PIO, 2020, Não P.)⁷³

Para Carvalho (2018, p. 94) a proposta apresenta uma dimensão pedagógica relativa aos desafios do processo ensino aprendizagem, pois, demanda a elaboração de diálogos intepistêmicos para conectar os múltiplos e distintos campos do conhecimento e saber. Assim, distanciando-se dos modelos universalizantes de ensino e pautando-se nas especificidades de cada disciplina ou área de conhecimento. Por consequência, evidencia-se a necessidade de reflexão e formulação de protocolos curriculares de ensino e pesquisa, que considerem os pressupostos pedagógicos e filosóficos capazes de transpor os modelos monoepistêmicos de ciência.

Sendo assim a exclusiva reprodução da monoepisteme ocidental é maléfica em termos culturais e pedagógicos, pois está fundada nos instrumentos educativos da colonização e consolidadores de nossas instituições universitárias. A outra episteme de caráter minoritário tem a potencialidade de instituir conexões democráticas com os saberes dos povos tradicionais. A conexão entre as duas epistemes faculta a elaboração de protocolos integradores das cosmologias partilhadas secularmente pelos povos e comunidades tradicionais (CARVALHO, 2020).

- a. Uma inovação na ordem institucional que favoreça a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- b. Uma política de inclusão através de ações afirmativas para estudantes indígenas e afrodescendentes;
- c. Uma ampliação do universo de saberes, para que passemos de uma universidade monoepistêmica a uma universidade multiepistêmica;
- d. Uma reestruturação dos saberes e teorias na linha proposta por Wallerstein, de superação das chamadas “duas culturas” (Ciências Humanas e Ciências Exatas);
- e. Uma reestruturação pedagógica que admita uma diversidade de formatos de aula, de espaços de ensino, de horários e períodos, e de sistemas de avaliação de rendimentos;
- f. Uma ampliação radical do corpo docente universitário, que inclua os mestres e sábios indígenas e afrodescendentes como professores de cursos regulares das

⁷³ PIO, L. M. Diálogo com a mestra quilombola Lucely M. Pio. Mineiros, 2020. Entrevista (Informação Verbal). A autorização para utilização das entrevistas ocorreu em 09 de dezembro de 2001, via WhatsApp.

diferentes carreiras, em diálogo constante com colegas de formação ocidental. (CARVALHO; ÁGUAS, 2015, p.1021)

A proposta pode ser considerada uma segunda fase ou etapa pós-política de ação afirmativa, como já mencionado na presente pesquisa, propondo a inclusão de novas epistemologias nas universidades, nas palavras do antropólogo José Jorge de Carvalho⁷⁴, uma espécie de cota epistêmica indutora de um duplo processo de democratização. Dessa forma primeiramente houve a inclusão dos alunos oriundos de comunidades tradicionais, estudantes negros, indígenas e demais segmentos populacionais em condição de fragilidade socioeconômica. A segunda etapa do processo inclusivo ocorre a partir da valorização e inserção das epistemes e cosmologias dos mestres e mestras tradicionais. Protagonizando uma ruptura em espaços anteriormente demarcados em termos étnico-raciais. Os saberes tradicionais evidenciam a inseparabilidade do corpo, mente, conhecimento, espiritualidade, práticas cotidianas, ciência, filosofia, lazer, trabalho e festividades de maneira a corporificarem uma plenitude da vida integralmente (CARVALHO et al., 2020).

Uma proposta de ciências sociais pluriépistêmicas, transdisciplinares e sociocósmicas, que transcendam o mundo das relações antropocêntricas e que tomem em consideração as relações dos seres humanos em sociedade com os outros seres, naturais espirituais como já o fazem os mestres e as mestras das comunidades tradicionais. Estas seriam as bases de um Encontro de saberes. Este encontro, acredito, pode ajudar a curar-nos. (CARVALHO, et al. 2020, p. 146)

A proposta pedagógica foi acolhida por diversas universidades públicas que ao dar protagonismo aos mestres e mestras demonstram comprometimento com a necessidade de reforma dos currículos e diálogo transdisciplinar. O projeto segue em ocorrendo nas seguintes instituições federais:

- Universidade Federal do Cariri (UFCA),
- Universidade Estadual do Ceará (UECE),
- Universidade Federal Fluminense (UFF),
- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF),
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
- Universidade Federal do Pará (UFPA),
- Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

⁷⁴ O conceito de cotas epistêmicas foi detalhado em palestra do professor José Jorge de Carvalho proferida na Universidade Federal de Minas Gerais, intitulada: “Uma Conversa com José Jorge de Carvalho”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gAT1szkgw6Y&t=6s>>. Acesso em: 19 de mai. 2021.

Por intermédio do projeto o diálogo e conexão entre a ciência tradicional e o manancial que caracteriza os conhecimentos e saberes dos povos e comunidades indígenas, negros, quilombolas e de terreiro descortina a invisibilidade imposta pela modernidade tardia e capitalista. A proposta pedagógica concentra-se no pensar, sentir e fazer, tendo por consequência os protocolos de ensino que não seguem os modelos tradicionais das disciplinas acadêmicas. O objetivo primordial é romper o atrofiamento das disciplinas e dos currículos e superar o *ethos* ocidental de pesquisa formatado em função do papel do objeto a ser dissecado. Dessarte, tanto nos gestos como na dimensão simbólica da pedagogia dos mestres se externaliza os fundamentos do pensar, sentir e fazer.

Essas duas epistemes dialogariam, com maior ou menor afinidade, com as epistemes do cosmos vivo, comuns aos povos tradicionais. Chegaríamos, assim, em um modelo pluriépistêmico generalizado, na convivência de várias epistemologias, ancoradas na variedade de tradições de pensamento: ocidentais, orientais, africanas, indígenas, afro-brasileiras e dos demais povos tradicionais – todas, finalmente, convivendo e dialogando entre si em uma situação de horizontalidade. (CARVALHO, 2020, p. 503)

Os novos rumos teóricos e pedagógicos presentes no diálogo de saberes, podem ser compreendidos e aprofundados se partirmos de Nicolescu (1999) e o Manifesto da Transdisciplinaridade. Nesse documento o autor aponta a decadência da ideologia cientificista por intermédio da descolonização do imaginário eurocêntrico e com o reconhecimento de outros saberes e formas de vida. O que nos possibilita uma interpretação teórica e concreta sobre a realidade e complexidade dos quilombolas e seu patrimônio cultural e territorial.

Esse processo implica uma abertura multidimensional da Universidade em direção à sociedade civil; em direção a outros lugares de produção do novo conhecimento; em direção ao espaço-tempo cibernético; em direção aos objetivos da universalidade; em direção à redefinição dos valores que governam sua própria existência. Como o prefixo "trans" indica, a transdisciplinaridade diz respeito ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 1997)⁷⁵

Conforme destaca Oliveira, T.F.G.M. (2013) a inserção de mestres e mestras tradicionais no ambiente acadêmico, muitos dos quais sem o letramento formal e atuando como professores visitantes ao lado dos docentes orgânicos, produz um significativo impacto

⁷⁵ A Evolução Transdisciplinar a Universidade, Condição Para o Desenvolvimento Sustentável. Basarab Nicolescu. Aliança por um Mundo Responsável e Unido Universidade "Pierre et Marie Curie", Paris, França. Conferência no Congresso Internacional "A Responsabilidade da Universidade para com a Sociedade", International Association of Universities, Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, de 12 a 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<http://cirettransdisciplinarity.org/bulletin/b12c8por.php>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

no imaginário dos acadêmicos e fundamentalmente nos discentes. Produzindo eventualmente um contraponto com as realidades sociais e econômicas caracterizadas pela distinção e poder socioeconômico. Os alunos ao se defrontarem com os saberes incomensuráveis dos mestres e mestras tem a possibilidade de discernir a realidade geográfica, social e cultural inerente à territorialidade tradicional. Esse contexto enseja empatia e respeito para com a diversidade cultural e étnica brasileira, assim o projeto transdisciplinar caminha na contramão do capitalismo neoliberal, marcado pela objetificação de seres humanos, da natureza e dos saberes. Amplifica a valorização e disseminação dos saberes e conhecimentos emancipatórios em termos políticos, culturais e estéticos.

Portanto, o corte pluriépistêmico de valorização das matrizes formadoras da cultura brasileira, onde está situado o projeto, revisa de forma direta e indiretamente os elementos interpretativos e constitutivos do pensamento social brasileiro. Assim como das correntes teóricas hegemônicas no interior do pensamento das ciências humanas. Por fomentar novos campos de pesquisa para os jovens universitários, abre o leque dos autores situados fora do cânon epistêmico normativo. Nesse sentido, os estudos e pesquisas sobre os pensadores negros e indígenas comumente desconhecidos ou olvidados, tais como intelectuais quilombolas ganha centralidade.

Na sequência do capítulo, partindo dos elementos semânticos sobre o projeto Encontro de Saberes, partimos da complexidade étnica e cultural de duas importantes comunidades quilombolas brasileiras situadas no estado de Goiás. Na comunidade quilombola do Cedro e Kalunga foi possível observar *in loco* a diversidade cultural expressa nos saberes e fazeres presentes nos territórios e a impressionante biodiversidade da região. A riqueza cultural e os biomas que integram essas comunidades, tal como os mestres e mestras, sabedores e sabedoras, desestabilizam as narrativas dos vazios territoriais e desaparecimento das tradições originárias. Sendo assim, Anjos (2009) demonstra como diversas comunidades tradicionais mantêm quase atemporalmente suas tradições conectadas à memória africana, onde a agricultura, a medicina, a religiosidade, a mineração, à arquitetura, o artesanato, idiomas, culinária e a relação comunitária de uso da terra caracteriza os vínculos ancestrais.

Na parte final da seção, conectamos a luta presente na realidade étnica do Pacífico colombiano com a resistência negra nos quilombos brasileiros. Pois, é possível considerar, a partir das reflexões acima, o significado dos saberes tradicionais nos territórios para além das fronteiras físicas. Os grupos originários no Pacífico colombiano visam à preservação da biodiversidade e das tradições culturais, projeto comum às demais comunidades e povos da América Latina.

Nesse sentido, se busca contrastar o capitalismo predatório e os processos globalocêntricos⁷⁶, caracterizados pelo desrespeito à autonomia e soberania dos povos e comunidades, sendo essa a tônica das narrativas pela manutenção dos espaços de vida. Pois, a expropriação territorial e a bioprospecção nos territórios coloca as corporações e conglomerados multinacionais no cenário das disputas políticas e econômicas. As pesquisas de Escobar e Pardo (2005) explicitam em certa medida, como os saberes negros no Pacífico colombiano são estruturantes da complexidade histórica, política e racial existente na região. Analogamente, por meio das especificidades regionais das tradições quilombolas presentes nos territórios tradicionais brasileiros, é possível estabelecer um paralelo com as pautas de preservação da diversidade cultural e étnica colombiana. Remetendo as consequências históricas decorrentes da escravização africana nas Américas.

3.1. O QUILOMBO DO CEDRO: A CURA E A SABEDORIA DOS MESTRES E MESTRAS DOS OFÍCIOS TRADICIONAIS

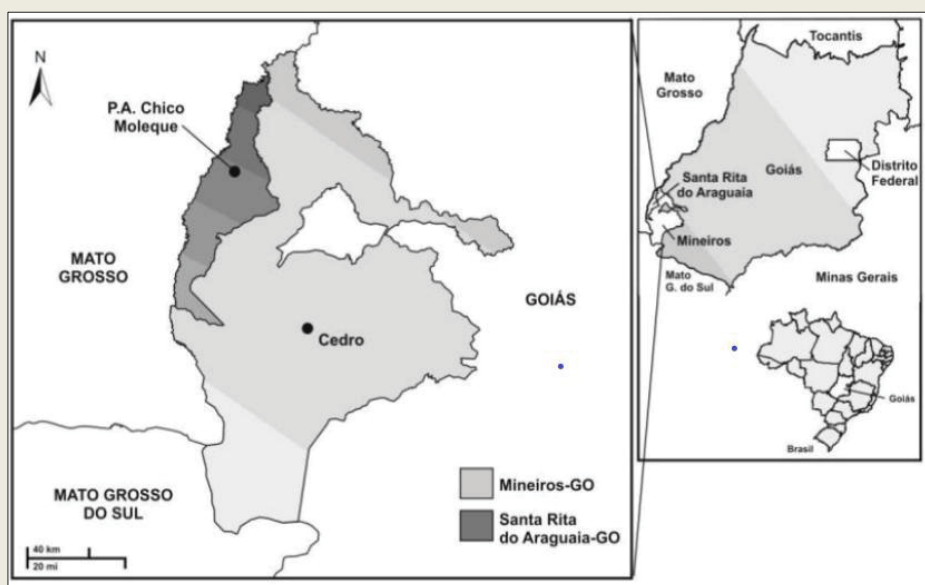
A comunidade quilombola do Cedro está localizada no município de Mineiros no Estado de Goiás, onde vivem aproximadamente 50 famílias mantendo e elaborando sistemáticas formas de preservação da memória e história da resistência negra para manutenção das tradições culturais relacionadas à cura pelas plantas e raízes. Trata-se de uma comunidade não titulada, mas conforme Pio (2020) os quilombolas detêm a escritura e título de compra da terra e pagam os impostos devidos. Segundo Silva, J. S. (2019) o quilombo está posicionado aproximadamente a 70 metros de altitude do município de Mineiros que está situado na microrregião do Sudoeste do Estado de Goiás.

Em 08 de junho de 2005 por meio da portaria nº 26 o quilombo do Cedro teve seu reconhecimento como comunidade Remanescente de Quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares⁷⁷. Contudo, de acordo com Luciano (2014) o território não foi titulado e os quilombolas residentes ocupam uma área de aproximadamente 50 hectares. Não obstante, exista uma área de 196 hectares, reconhecida pelo INCRA como território quilombola expropriado no passado, permanecendo pendente de indenização, desapropriação e reintegração.

⁷⁶ O termo ou perspectiva globalocêntrica é utilizado por Escobar e Pardo (2005) e apresenta determinados processos sociais operados por instituições consideradas dominantes, tais como o Banco Mundial e ONGs ambientalistas do norte global. Essas instituições e ONGs não raro estão alinhadas às bulas e protocolos de orientação como o Consenso de Washington. Normalmente nesses acordos a soberania dos países, comunidades e povos são desrespeitados.

⁷⁷ Informações obtidas no site <<https://cpisp.org.br/cedro-go/>>. Acesso em: 20 jan. 2021

ILUSTRAÇÃO Nº8 - MAPA DA COMUNIDADE DO CEDRO – MINEIROS – GO



FONTE: ADAPTADO POR THIAGO (2011)

A história da comunidade quilombola do Cedro data oficialmente de 1885, mas desde 1830 tinha-se conhecimento da existência de um grupo de escravizados oriundos de diversas regiões do país que empreenderam fuga e se deslocaram para o atual território em Mineiros. Em 1885 um escravizado conhecido como Chico Moleque de nome Francisco Antônio de Moraes, proveniente de Minas Gerais teria comprado uma gleba de terras de uma fazenda denominada, Flores do Rio Verde, pertencente até então ao município de Jataí. Conforme a mestra raizeira Lucely Moraes Pio, mestra dos saberes tradicionais de Mineiros, seu tataravô Chico Moleque e sua tataravó Ana foram os primeiros moradores do quilombo. Nesse contexto, o ex-escravizado comprou sua liberdade e os quilombolas cedrinos são quase integralmente descendentes de Chico Moleque.

A partir da história e narrativas dos quilombolas cedrinos é possível compreender tanto em termos culturais como identitários a importância da oralidade, como esteio de transmissão da memória e dos saberes. Dando conta de exemplificar os modos de vida presentes nas relações e interações comunitárias, funciona como uma ferramenta substantiva para manutenção e reprodução das cosmologias ancestrais. Com efeito, corrobora a consciência de pertença étnica e remontando a resistência antiescravagista valoriza a luta dos antepassados. Nesse sentido, Lima (2011, p. 96) ao apresentar os processos de resistência negra da comunidade quilombola de Tijuaçu⁷⁸ destaca como o Artigo 68 da constituição

⁷⁸ Segundo Lima (2011, p. 12) a comunidade quilombola de Tijuaçu está localizada na região Piemonte da Diamantina no coração do semiárido baiano, conhecida pelos moradores mais antigos como Lagarto. As 14

favoreceu a emergência dos direitos dos quilombolas sustentados na ancestralidade, nos fenótipos e nas formas de ocupação territorial.

Tal como se apresenta na conformação histórica do quilombo do Cedro ou mesmo no território quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão, ambos remontam ao passado de resistência negra, fundamentado na oralidade, na memória e na tradição. Em tal perspectiva, Le Goff (2003, p. 469-471) demonstra a importância da memória coletiva, caracterizando-a como elemento essencial de formação da identidade. “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para servidão dos homens.”. Assim, a mestra quilombola Lucely Pio narra a trajetória de formação do quilombo Cedro:

Mestra Lucely – Essa comunidade foi fundada pelo meu tataravô “Chico Moleque”, apelido de Francisco Antônio de Moraes. Um homem batalhador, no qual me espelho pela sua força e coragem. Se estamos aqui hoje é graças a ele. “Chico Moleque” pagou tudo que devia aos coronéis da época. Com muita luta e suor, sem direito a descanso nos finais de semana e feriados, comprou sua alforria, sua liberdade, e aqui no Cedro criou sua família e deu vida a essa comunidade quilombola, que tanto contribuiu para a história de Mineiros, seja através da produção de alimentos, da extração de diamantes do garimpo e da força de trabalho de um povo guerreiro que sobreviveu a tudo, até mesmo a um dos males mais perverso que ainda afeta a humanidade: a discriminação. “Chico Moleque” nos deixou um legado, dentre muitos, que é o conhecimento pelas plantas medicinais, mostrando-nos como os métodos naturais podem ser grandes aliados na cura de muitas doenças. (MARTINS, 2019, Não p.)

Visando compreender e tematizar a importância da tradição oral viva Rocha, Rincón e Barbosa (2013, p. 54-56) apontam como a cronologia se apresenta como elemento constitutivo da história. Pois, sem a primeira é impossível discernir os fatos que precederam e antecederam os processos históricos. A tradição fundada na oralidade trabalha com uma *cronologia relativa*⁷⁹ caracterizada por listas e gerações e que dentro do possível deve ser associada às *cronologias absolutas*⁸⁰. Atualmente no âmbito da história as tradições orais têm

comunidades que integram o território quilombola de Tijuaçu concentram-se majoritariamente no município de Senhor do Bonfim.

⁷⁹ A cronologia relativa organiza uma sequência de acontecimentos e fatos com base em formação geológica, não determinando a periodicidade exata dos acontecimentos e estabelecendo apenas uma sequência de fatos. Nesse sentido Nicolau Steno cientista dinamarquês do século XVII, parece ter sido o primeiro a correlacionar acontecimentos com estratos sedimentares. A geologia se vale de alguns princípios importantes para estabelecer a datação fundada em idades relativas, tais como: princípio da horizontalidade original, princípio da identidade paleontológica, princípio da relação intrusão-fratura, princípio das causas atuais e princípio do sincronismo. Informações disponíveis em: <[https://www.infopedia.pt/\\$cronologia-relativa](https://www.infopedia.pt/$cronologia-relativa)>. Acesso em: 20 jan. 2021

⁸⁰ A cronologia absoluta é um processo de datação histórica que possibilita por intermédio da ciência da idade das rochas apontar a sucessão de fatos e acontecimentos em idades absolutas. Dominar o conhecimento da idade das rochas faculta uma determinação geocronológica dos acontecimentos geológicos. Disponível em:

um peso significativo não sendo necessário realizar um convencimento de historiadores quanto à sua importância, mas qualificar as metodologias e técnicas de trabalho com a oralidade. Nessa perspectiva, Pio (2020, Não p.) mostra como as tradições e cosmologias quilombolas estão amparadas em grande medida no suporte da oralidade guardando relação com a ancestralidade africana.

A tradição oral é o único caminho para penetrar a história e o espírito dos povos africanos, pois é a herança de conhecimentos de toda espécie pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer que são a memória viva da África. (ROCHA, RINCÓN e BARBOSA, 2013, p. 56)

Um dos fundamentos de luta e preservação da memória do quilombo do Cedro está centrado na cura por meio do potencial terapêutico das plantas medicinais do cerrado, onde a mestra Lucely Pio é uma referência. Seu conhecimento é fruto de uma herança geracional transmitida oralmente por sua avó Maria Bárbara de Moraes, que era também mestra tradicional, conhecedora dos ofícios de parteira, benzedeira e raizeira. Portanto, desde os cinco anos a mestra Lucely hauriu os conhecimentos e saberes ancestrais de sua avó que faleceu com cento e três anos. A anciã pode ser considerada uma *griot*,⁸¹ pois, dominava grandes narrativas sobre a história da comunidade do Cedro e construiu um legado amparado no cuidado com o meio ambiente, plantas e a preservação do bioma de forma geral.⁸²

No que concerne à transmissão dos saberes tradicionais da comunidade quilombola, o conhecimento etnobotânico⁸³ é um dos marcos de organização e perpetuação cultural na

<[https://www.infopedia.pt/\\$cronologia-absoluta](https://www.infopedia.pt/$cronologia-absoluta)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁸¹ Conforme Rocha, Rincón e Barbosa (2013, p. 60) os *griots* genealogistas são especialistas em histórias de família, sendo portadores de uma memória de grande alcance, chamada memória larga, são considerados arquivistas da sociedade africana e grandes historiadores. Os *griots* historiadores podem ser denominados de “tradicionalistas”.

⁸² Informações coligidas do Seminário Ayé – Antropologia UNILAB, especificamente da mesa “Saberes Indígenas e Quilombolas”, com a mestra Lucely Pio e a Cacica Pequena, mediada pela professora Dra^a Caroline Leal (UNILAB). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=cnDiBMAIbxc&t=458s>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

⁸³ Segundo (Patzlaff e Peixoto 2009) a etnobotânica está fundada no estudo das sociedades humanas do passado e do presente e os processos de conexão e trocas em termos ecológicos, genéticos, evolutivos, simbólicos e culturais com a flora. A etnobotânica visa pesquisar plantas medicinais valendo-se dos suportes teóricos e metodológicos de outras áreas do conhecimento correlatas, como, por exemplo, à etnofarmacologia. Sendo assim, no âmbito das pesquisas em etnobotânica é importante compreender a cultura e o cotidiano da comunidade pesquisada, os conceitos locais pertinentes à noção de doença/saúde, e a gestão dos recursos naturais. Para efetivação da ‘cura’ pode ser necessário atrair ou afastar animais, construir habitações mais adequadas ao local. A pesquisa visa transmitir o conhecimento que apreendeu na comunidade para a esfera científica de maneira a não comprometer a veracidade e integralidade do mesmo. Portanto, em tese a interação com a comunidade não poderia transpor o campo da pesquisa científica, contudo, por vezes as relações de proximidade são estabelecidas com os mateiros e demais sabedores que fazem o contato entre o pesquisador e o local onde se pesquisa, estruturando assim novos formatos de conexão com a realidade botânica local.

região. Por conseguinte o respeito ao bioma, o conhecimento do poder curativo foi transmitido geracionalmente, amparado no suporte da oralidade. Sendo assim, para esta comunidade o conhecimento e manejo das plantas estruturam as relações sociais e interpessoais, construindo conexões entre os integrantes do quilombo e fortalecendo a relação com a territorialidade. Segundo Silva, J. S. (2019) e Thiago (2011) o tratamento de doenças ocorre por intermédio dos medicamentos provenientes das plantas, raízes e nos sistemas de preparo. As formas de ocupação do espaço tradicional, dos laços de parentesco são originárias da cultura africana e encontradas em outros quilombos da região.

Algumas plantas cultivadas em áreas de lavoura dos cedrinhos também são utilizadas para fins medicinais, como a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) e milho (*Zea mays* L.). Na comunidade do Cedro, o conhecimento tradicional em relação às plantas medicinais é passado de geração em geração por meio da oralidade, preservando, assim, uma das riquezas da cultura cedrina e quilombola. Observou-se um conhecimento ampliado por parte das mulheres e idosos em relação às plantas medicinais, sendo eles o principal responsável pela preparação medicamentosa a partir dos vegetais. Enquanto que as mulheres detêm um maior conhecimento em relação às plantas que estão nas proximidades das residências e nos quintais, os homens têm um conhecimento sobre as espécies nos espaços além do quintal. Porém, as mulheres mais idosas foram indicadas como os sujeitos detentores de maior conhecimento em relação às plantas medicinais naquela comunidade. (SILVA, J. S., 2019, p. 24)

Conforme destaca a mestra Lucely Pio, um importante avanço ocorreu quando se pleiteou o registro do saber como Patrimônio Imaterial⁸⁴ junto ao IPHAN, com a finalidade de proteger as comunidades, o cerrado, seus sabedores e sabedoras.

Além disso, nós da Articulação Pacari e da Rede Cerrado, registramos o conhecimento sobre as raízes e o ofício das raizeiras do Cerrado junto ao IPHAN, como Patrimônio Imaterial. Nós não pensamos apenas nas comunidades que a rede trabalha, pensamos em proteger todo Cerrado, os conhecedores do Cerrado, por isso fizemos o registro. (PIO, 2020, Não. p.)

A valorização da biodiversidade ocorre por intermédio do saber tradicional dos raizeiros e raizeiras, onde o respeito aos recursos naturais, aos locais de coleta dos insumos e às técnicas de elaboração dos medicamentos são uma forma de reverência ao meio ambiente.

O trabalho realizado com plantas medicinais vem oferecendo à comunidade uma alternativa eficaz no tratamento de doenças, por meio de medicamentos de boa

⁸⁴ O tombamento como patrimônio imaterial do Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado (Farmacopeia Popular do Cerrado) foi pleiteado em 06/09/2006 pela Articulação Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado. Integrada pelas seguintes unidades da federação: Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/426>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

qualidade com preços mais acessíveis. Os cedrinhos ainda resguardam traços da cultura africana, como a ocupação de espaço, laços de parentesco e vizinhança, relação de compadrio, lealdade e solidariedade, o que leva às trocas simbólicas que reforçam a produção biológica e cultural semelhante a outros quilombos, como os Kalungas, uma comunidade quilombola da região norte de Goiás. (SILVA, J. S., 2019, p. 20)

A elaboração dos medicamentos a partir das plantas está sustentada em uma *práxis* de solidariedade, pois os remédios são oferecidos por preços justos e não raro doados, em uma perspectiva de convivialidade. Sendo assim, os enfermos têm à disposição a possibilidade de cura independentemente dos seus recursos financeiros, priorizando o ser humano em detrimento das relações do capital. Uma lógica inversa ocorre nos quadros de doença e enfermidade, onde o consumo de medicamentos alopáticos sustenta a grande indústria farmacêutica, não raro impondo as condições financeiras como fator de cura.

Conforme Thiago (2011, p. 53) inicialmente a produção de fitoterápicos foi apoiada pela Pastoral da Criança e o Movimento Popular da Saúde (MOPS), assim o cuidado com as crianças nos exames biométricos era precedido pela distribuição dos medicamentos fitoterápicos gratuitamente. O processo de preparação em um primeiro momento era responsabilidade de meninas e mulheres, ocorrendo embaixo de grandes árvores de manga. Posteriormente com o aumento da demanda os fitoterápicos passaram a ser comercializados por intermédio de uma produção coletiva em maior escala.

Com objetivo de profissionalizar a preparação dos remédios fitoterápicos e gerir de forma sustentável o manejo de plantas medicinais, foi criado, no ano de 1997, o projeto “Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro” (IORIS & PIO, 1999). Esse projeto incluía um laboratório destinado à preparação controlada, comercialização e distribuição de remédios feitos de plantas medicinais, atendendo às normas sanitárias vigentes. (THIAGO, 2011, p. 53)

Diversas lideranças do cedro integram a Articulação Pacari, uma organização não governamental do cerrado que coordena as farmácias comunitárias e suas técnicas de elaboração e processamento de fitoterápicos. A articulação apoia aproximadamente 30 farmácias comunitárias, nas quais os remédios são preparados de forma coletiva. A partir desse modelo são produzidos mais de 15 tipos de medicações caseiras, incluindo xaropes, vinagres medicinais, pomadas, cremes, sabonetes, pílulas, balas ou pastilhas, doces ou geleias medicinais, óleos medicados, pós e chás. Para tanto, 40% das plantas utilizadas são originárias do cerrado (ARTICULAÇÃO PACARI, 2013, p. 6).

Nesse contexto socioambiental, destacam-se as identidades culturais das raizeiras, como agentes de acessibilidade à medicina tradicional, demonstrando sempre o significado e

valor simbólico do medicamento. A finalidade da produção não é necessariamente aferir lucro, mas efetivar o poder de cura. Há, portanto, uma ética tradicional dos raizeiros e raizeiras, onde a prioridade é a saúde de suas comunidades. Sendo assim, durante o tratamento pelas plantas é reafirmada a necessidade da fé, sendo esse um elemento correlato para a cura. Em decorrência desse cenário impõem-se um distanciamento dos formatos tradicionais de tratamento pelas vias alopáticas.

Ao discutirmos identidade podemos destacar Hall (2006, p. 10) quando apresenta três conceituações para pensar o sujeito na pós-modernidade, o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Respectivamente o primeiro está centrado no ideal sustentado na razão e masculinidade, o segundo coloca o sujeito sociológico tentando administrar a complexidade do mundo moderno consciente de sua condição de relativa autonomia e formatado na individualidade a partir da interação com os outros. Por fim o sujeito pós-moderno, marcado por uma sistemática fragmentação da identidade, nesse sentido as identidades culturais passam a ser provisórias, variáveis e problemáticas.

A partir da lente analítica de Hall (2006) podemos refletir sobre as várias identidades culturais e sociais das mulheres quilombolas e raizeiras do cerrado, que não estão circunscritas à temporalidade do iluminismo e escapam às perspectivas sociológicas. Contudo, no âmbito da modernidade tardia algumas pistas emergem sobre o caráter polissêmico da cultura e das tradições dessas mulheres. Pois, suas identidades estão marcadas pela prática da diversidade dos ofícios tradicionais que dominam, sendo: mães, agentes culturais, terapeutas, cuidadoras, parteiras e raizeiras. Portanto, são múltiplas identidades que confluem para uma específica e novamente adotam características polissêmicas e diversas. Sendo assim a identidade cultural e conceitual das mulheres quilombolas e raizeiras se afasta das tradições do pensamento iluminista e da racionalidade instrumental. Uma vez que a espiritualidade é um componente estruturante das relações com o território e seus biomas.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p.13)

É possível pensar nas identidades culturais a partir de Pio (2020, Não p.) ao explicitar as conexões entre as plantas e o corpo, e do corpo com a energia da terra, construindo estruturas complexas de interação biopsicossocial nos processos curativos. Por isso, a utilização de plantas não está apenas associada à cura de doenças, mas também a sua

prevenção. Sendo necessário, em decorrência do preparo de medicamentos com mais de uma planta, a prática de rituais espirituais específicos. As raizeiras de forma geral devem preparar-se espiritualmente, tanto para a coleta de plantas medicinais como no preparo de medicamentos caseiros ou mesmo na oferta de um atendimento de saúde. A feitura dos medicamentos significa trocas espirituais e de interação com a natureza, onde ocorrem processos de purificação das energias, daí a necessidade de respeito ao bioma do Cerrado (PROTOCOLO COMUNITÁRIO, 2014, p.11).

Tanto na comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha como no quilombo do Cedro, uma das questões mais candentes e indutoras de inúmeros conflitos está relacionada à expansão agrícola e o crescimento desordenado das cidades. Sendo assim, a expansão urbana no quilombo do Cedro ocorreu no território quilombola, afetando a diversidade da fauna e flora da região e comprometendo por vezes a produção das medicações naturais.

A mestra quilombola Lucely Pio amplificou significativamente seu leque polissêmico e de repertório cultural ao levar seus saberes, história e epistemologia para as universidades federais. Nesse movimento demonstrou a relevância dos saberes quilombolas e sua condição indutora de transformações sociais no campo da saúde e diversidade. Ao ministrar suas aulas na Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do projeto Encontro de Saberes, ressaltou a interação pessoal com os alunos, em função do acolhimento psicológico, onde translada metaforicamente e simbolicamente o território e sua mística para o espaço universitário. Por consequência, restabeleceu a saúde de diversos alunos enfermos, muitos com dependência química, que ao final relataram ter superado os antidepressivos. Nesse sentido afirma Pio (2019, Não p.):

No início das aulas não conhecemos a turma e fazemos as apresentações, que não chamo aula, mas de encontro. Porque é muito mais que uma aula, trabalhamos no campo emocional e psicológico com os alunos. Por consequência temos uma recepção muito calorosa e gratificante. Tivemos casos na primeira turma, no início quando o Encontro de Saberes tinha duas turmas, uma pela manhã e outra à tarde. Na primeira turma pela manhã havia trinta e cinco alunos e desses trinta e cinco, quinze estavam usando remédios tarja preta. Eu me assustei com aquela realidade, era primeira vez lá e não vi uma pessoa usar esses remédios antes. Tanto mais por ser um número expressivo de jovens usando antidepressivos, isso me assustou muito. Então comecei a ficar com esses meninos depois da aula, que era das duas às seis da tarde. Quando começamos a conversar por mais tempo, quando introduzi alguns chás na rotina deles, produzindo uma série de benefícios. Por fim acabamos estabelecendo uma grande amizade, eles vieram para o território depois de um tempo e ficaram hospedados por quinze dias.⁸⁵ (PIO, 2019, Não p.)

⁸⁵ PIO, L. M. Diálogo com a mestra quilombola Lucely M. Pio. Mineiros, 2020. Entrevista.

Por intermédio dos relatos da mestra, seja no quilombo ou na universidade depreendemos como as experiências de luta e resistência estão enraizadas no suporte da oralidade, memória e ancestralidade. Nesse cenário percebemos como a presença das práticas quilombolas do Cedro produzem inúmeras contribuições e alargam os horizontes epistêmicos, históricos e culturais da civilização moderna.

Portanto, a partir do alargamento das dimensões conceituais e epistêmicas do conceito de quilombo no século XX e XXI, depreendemos respectivamente os seguintes elementos fundantes: o direito à terra, à sustentabilidade e resistência dos territórios. Essas bases estruturaram um conjunto de ações políticas, visando à busca pela cidadania, a proteção da diversidade e das manifestações culturais. Por isso, as práticas e as cosmologias quilombolas não apenas englobam tais conceitos como os extrapolam em termos semânticos e conceituais. Como ressalta Leite (2009, p.970):

[...] O quilombo assume, portanto, um papel emblemático nas lutas dos negros e em suas reivindicações por cidadania nos diversos períodos da história, sendo este momento atual mais um deles. A sua dinâmica revela que o conjunto de transformações por ele engendrado transcende o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário.

Dos saberes e narrativas de resistência conectamos a realidade histórica possibilitando novas leituras sobre a diversidade cultural para o estado de Goiás, descolado do cenário hegemônico e pasteurizante do agronegócio vigente em larga escala na região. Mas, sobretudo, produzindo um alargamento e projeção dos saberes, com efeito, em múltiplos planos, para além do território tradicional como um importante mecanismo de compartilhamento e trocas culturais. A luta quilombola sustenta-se na solidariedade como instrumento de justiça social.

Portanto, a existência e perenidade dos territórios quilombolas são indispensáveis para sociedade, assim como seus saberes e cosmologias, não apenas em função da valorização da diversidade, mas pela retirada da condição de invisibilidade e subalternidade. Nesse sentido, a relevância dos quilombos brasileiros, em específico do Cedro para o estado de Goiás no contexto de pesquisa, ensino e extensão para as universidades são imprescindíveis. Pois, no plano imagético e simbólico situa o quilombola como agente transformador de sua realidade, já no âmbito universitário a instituição passa a considerar a multiplicidade de atores e culturas ao seu redor.

[...] O fato de nós mestras raizeiras podermos chegar lá na frente e contarmos nossa história de várias maneiras e observar o respeito por parte da comunidade acadêmica é algo bastante gratificante. Foi também muito importante criar esse vínculo com as outras disciplinas, com outros professores, com outras faculdades no contexto da UnB. Temos hoje um conhecimento com o pessoal da Saúde, da Enfermagem e da História. Esse processo expandiu o contato com os professores e mudou também a perspectiva acadêmica sobre os mestres. Também fui parar em outras salas de aula com o convite para outros seminários e encontros. (PIO, 2020, Não. p.)

Por consequência o cultivo, manejo e a cura por intermédio de plantas e raízes estrutura e amalgama as relações de pertença étnica e solidariedade entre os integrantes da comunidade quilombola e os habitantes de seu entorno. A interação da universidade com o território também ressignifica as relações acadêmicas com os povos tradicionais e seus saberes. Dessa dialética percebe-se a necessidade de novos modelos interpretativos, não objetificadores e indutores de diálogos entre o conhecimento acadêmico e os saberes não eurocêtricos. Tal como expresso nas palavras da mestra Lucey Pio⁸⁶:

A ciência está próxima do saber tradicional e um deve caminhar ao lado do outro, procurando respeitar e fortalecer-se mutuamente. Precisamos do pesquisador e o pesquisador também necessita das comunidades tradicionais, para que se desenvolva uma pesquisa sadia, na qual todos irão ganhar no final. Então é isso que fizemos dentro da comunidade com ajuda de algumas universidades e parcerias com pessoas em que confiamos. (PIO, 2021, Informação Verbal)⁸⁷

Na sequência apresentaremos algumas fotografias realizadas pelo autor do presente trabalho na comunidade quilombola do Cedro em Mineiros – Goiás no ano de 2019. As imagens caracterizam um pouco do território, seus modos de vida e organização no plano cultural, político e epistêmico. Dessarte as transformações inerentes à modernidade e suas pressões sobre as formas de organização rural, tendo como consequência a luta para preservação dos povos e comunidades tradicionais.

Na Ilustração Nº 9, apresentamos uma cozinha quilombola em toda a essência de vida relacionada à realidade rural, explicitando a singeleza e significado das cozinhas de comunidades tradicionais. Não apenas pelo fogão a lenha como também pela disposição dos utensílios de preparo dos alimentos pendurados na parede, todos higienizados e organizados. Tal disposição dos objetos e sistema organizativo pode ser encontrada em outros territórios quilombolas, como observamos nas cozinhas do território Kalunga no norte de Goiás.

Na Ilustração Nº 10, retratamos a casa do quilombola Sr. Gerônimo Gonçalves da Silva agricultor da comunidade e bisneto de Chico Moleque. A casa cercada por uma ampla

⁸⁶ Seminário Ayé - Antropologia Unilab 01 out 2020. Mesa Saberes Indígenas e Quilombolas.

⁸⁷ Fala disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cnDiBMAIbxc&t=459s>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

vegetação e com um gramado frontal é representativa da interação quilombola com o bioma e a preservação do meio ambiente. O estilo da construção de alvenaria explicita as formas de subsistência e trabalho com o plantio. O caráter de conservação da natureza e limpeza na região impressiona.

ILUSTRAÇÃO Nº 9 – COZINHA QUILOMBOLA, QUILOMBO DO CEDRO



FONTE: O autor (2019)

ILUSTRAÇÃO Nº 10 – CASA QUILOMBOLA, QUILOMBO DO CEDRO



FONTE: O AUTOR (2019)

Conforme Thiago (2011) existe na comunidade algumas casas de pau-a-pique e palha ligadas à cultura local que resistem aos avanços da modernidade. Contudo, até a década de 1970 todas as residências eram erigidas a partir do pau-a-pique ou adobe⁸⁸, o chão era batido e poucas casas tinham cobertura de telhas. Atualmente a maioria das casas são feitas de alvenaria e com pisos (THIAGO, 2011, p. 34).

No quilombo do Cedro ocorrem diversas trocas de saberes, experiências e historicidade, assim caracteriza-se como um território de extrema relevância cultural e política para o país. A partir dos mestres e mestras cedrinos foi elaborada a Farmacopeia Popular do Cerrado⁸⁹, um livro de relevância científica e histórica para os povos do Cerrado, nele se catalogou mais de 500 tipos de plantas tradicionais. A preservação da cultura negra não ocorre apenas por intermédio das demandas por políticas públicas específicas, mas pela organização, arquitetura das residências e as formas de plantio.

No quilombo do Cedro todo o contato com o cerrado, o respeito ao bioma e as formas de extração das plantas e raízes para confecção dos medicamentos remetem diuturnamente à ancestralidade negra africana. Essa perspectiva é corroborada no contexto de produção dos medicamentos fitoterápicos, em maior escala. Contudo, o preparado fitoterápico nas residências quilombolas não sofreu redução, consoante à gênese cultural do território. Conforme destaca Thiago (2011, p. 52, 53, grifo nosso):

A comunidade do Cedro é reconhecida no município de Mineiros pela produção e uso de fitoterápicos. Nessa comunidade os conhecimentos sobre a medicina tradicional foram adquiridos por intermédio da vivência do dia-a-dia (educação informal). Ocorre, portanto, uma transmissão vertical de conhecimentos, pela qual é manifestado o respeito dos jovens aos mais velhos da comunidade, os quais são detentores dos saberes relacionados ao manejo e uso de plantas dotadas de atributos medicinais. As plantas medicinais vêm sendo utilizadas como terapêutica pela comunidade há mais de um século e são empregadas conforme a sintomatologia apresentada. O preparo se dá de duas formas e em locais distintos, sendo no laboratório de plantas medicinais da comunidade e nas 53 residências. **O primeiro tem a finalidade de produzir fitoterápico para comércio e doação na comunidade, enquanto o segundo destina-se exclusivamente à necessidade imediata da família. Registra-se que a motivação da criação do laboratório teve como base o conhecimento empírico das famílias.**

Na Ilustração N° 11, apresentamos o horto florestal da mestra Lucely Pio, não obstante o mesmo abasteça toda a comunidade, está localizado especificamente no quintal da

⁸⁸ De acordo com Castro e Vizolli (2013) na comunidade quilombola Lagoa da Pedra em Tocantins as casas são erigidas com solidez e resistência, não obstante, os integrantes não possuam formação educacional. Havendo uma grande desenvoltura no processo de construção a partir do adobe, estruturas difíceis de serem desmontadas, mesmo em face de intempéries climáticas. O adobe é feito a partir da argila de forma artesanal e a fundação ocorre por pedras sustentadas com massa e as paredes assentadas com argila.

⁸⁹ Farmacopéia Popular do Cerrado. Coordenação: Jaqueline Evangelista Dias e Lourdes Cardozo Laureano. Goiás: Articulação Pacari (Associação Pacari), 2009.

raizeira. No local é possível encontrar mais de 400 tipos de espécies de plantas nativas, dentre as quais Ipê Roxo, Algodãozinho, Jatoba, Angico Vermelho, Arcaçus, Sangra da Água, Para Tudo, Chapéu de Couro, Silvia, Tatuagem, Doradinha, Congonhas de Burro, Cana do Brejo, Erva de Bicho e Vexame Branco dentre outras. No local também foi construído um centro de curas tradicionais, onde a quilombola recebe visitantes e grupos para imersão em terapias e estudos aprofundados. Também no território é ministrada palestras para estudantes da região sobre as tradições quilombolas e as formas de preservação do bioma.

ILUSTRAÇÃO Nº 11 – HORTO FLORESTAL DA MESTRA LUCELY PIO



FONTE: O autor (2019)

A realidade histórica e cultural dos territórios quilombolas do centro-oeste são relativamente distintas do Sul, não obstante, as dinâmicas de morosidade no processo de reconhecimento e titulação, bem como as formas de expropriação territorial são análogas aos contextos em questão. Pois a expropriação das terras quilombolas pode favorecer o esfacelamento de muitos saberes tradicionais, como parece ter ocorrido no território Invernada Paiol de Telha no estado do Paraná. Considerando o fato da permanência ininterrupta nos territórios tradicionais parece ser um elemento importante e distintivo para preservação e manutenção dos saberes, fazeres e das cosmologias sustentadas na ancestralidade.

3.2. A COMUNIDADE E O TERRITÓRIO KALUNGA: A RESISTÊNCIA FUNDADA NO BIOMA DO CERRADO

O território quilombola Kalunga está localizado no nordeste de Goiás e compreende as cidades de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, caracterizado como um sítio cultural e arqueológico é considerado o maior quilombo brasileiro em termos territoriais. Portanto, trata-se de uma espacialidade emblemática no cenário brasileiro para o sistemático resgate e valorização da memória e resistência dos negros. Segundo Barreto (2006) a comunidade Kalunga foi originada a partir da escravização dos africanos compelidos ao trabalho de extração de minério no estado do Tocantins. Contudo, durante o século XVIII passam a ser levados para a cidade de Monte Alegre e outras regiões adjacentes, e por consequência do forçoso trabalho no garimpo as sistemáticas fugas se espalham na região.

No final do século XVIII a extração de ouro na região de Goiás entrou em acentuado declínio e um número significativo de bandeirantes retornaram para o sudeste do país, deixando para trás muitos escravizados. Segundo as pesquisas de Anjos et al. (2017) a região apresentava uma predominância de africanos provenientes do Sudão, com experiência em processos de mineração e trasladados da Bahia. Outro contingente prevalente eram os Bantos que aportaram através do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco, Maranhão e Pará direcionados ao trabalho de mineração e busca de materiais preciosos.

De acordo com Anjos et al. (2017, p. 26) o quilombismo⁹⁰ goiano iniciou-se no séc. XVIII por conta da formação geográfica e da distância dos grandes centros administrativos. Nesse sentido, o contingente populacional e a configuração topográfica demarcada por serras e grandes rios contribuíram para as fugas e o estabelecimento de quilombos. Conforme os levantamentos históricos da Fundação Cultural Palmares em seu Relatório de Identificação e Reconhecimento Territorial das Comunidades Kalungas⁹¹. O documento destaca como inicialmente o mesmo estava encravado nas serras da região, sendo beneficiado pela conformação geográfica adequada para autodefesa contra as investidas de capitães-do-mato, bandeirantes e nações indígenas independentes.

A sua expansão, das áreas de serras para os vales, deu-se pelo aumento populacional e, por conseguinte, pelo esgotamento das minas e lavras de ouro da antiga comarca e a consequente migração dos arraiais para outras áreas do país nas últimas décadas do

⁹⁰ É importante a referência de Anjos (2017) ao conceito de Quilombismo de Abdias do Nascimento que remete às formas de resistência e manutenção da identidade negra no Brasil no século XIX e XX.

⁹¹ Anjos, R. S. A.. Projeto mapeamento dos remanescentes de quilombos no Brasil - sistematização dos dados e mapeamento (Versão preliminar) - Relatório técnico (mimeografado). Fundação Cultural Palmares – Minc. Brasília, 1997, Anexo planilha de dados e mapas.

século XVIII, somando ao fato da criação de animais necessitarem de um terreno mais plano e que também, esta prática não interferisse na lavoura. Este é o mesmo período do registro 28 de sua localização por Dom Manoel de Melo, que destruiu o quilombo com “mais de duzentos pretos fugidos, que já tinham bananais e roças”. (ANJOS et. al., 2017, p. 27)

Segundo Fernandes (2015) os ciclos econômicos do século XVIII estão relacionados com a formação do território habitado originalmente por indígenas Kayapó e Karajá. No ano de 1991 houve com a criação do Sítio Histórico e Patrimônio Kalunga deu-se maior visibilidade para comunidade, tendo como consequência mais pesquisas sobre o território. Contudo, até meados da década de noventa os Kalungas eram uma comunidade extremamente isolada e de acordo com Baiocchi (1999), o isolamento geográfico e simbólico estruturava as relações sociais, fortalecendo os modos de vida específicos.

De acordo com seu Laurindo, morador da comunidade Kalunga, eles foram deixados para trás pelos bandeirantes quando o ouro das minas terminou. Os agora homens livres embrenharam-se ainda mais nos matagais para ter certeza que nenhum homem branco que resolvesse vir buscá-lo os encontrariam. Lá viveram escondidos por várias décadas, em uma área de mais de 250 mil hectares, que hoje é dividida entre os municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante no estado de Goiás. (BARRETO, 2006, p.41 e 42)

Conforme destaca Fernandes (2015) a relação dos Kalungas com a terra, caracterizada pela não mercantilização do território, a relação de pertença étnica, o respeito aos antepassados com grande carga afetiva, simbólica e política. No território a agricultura de pequena escala com o cultivo de uma grande diversidade de frutas, verduras e fundamentalmente o extrativismo de espécies nativas, como Jatobá, Gueroaba, Pequi, Barú, Mangaba, Cajuí, Coco Indaiá Buriti e o Licuri⁹² garantem a subsistência da comunidade.

Nessa conjuntura intentaremos demonstrar a relação dos quilombolas Kalungas com à terra, meio ambiente e como se efetiva a subsistência material e espiritual a partir do extrativismo que caracteriza essa comunidade. Ao descrever as formas de organização e subsistência buscaremos estabelecer um paralelo com outros territórios tradicionais. Para estabelecermos esses diálogos com as realidades quilombolas nos deteremos nas formas de trabalho e vida da comunidade Kalunga Vão de Almas na cidade de Cavalcante – GO. Nesse

⁹² O termo indaiá designa palmeiras do gênero *Attalea* ou da espécie *Pindorea concinna*. A palmeira-indaiá, camarinha, coqueiro-indaiá, indaiá-guaçu, naiá ou palmito-de-chão é uma palmeira solitária de porte baixo e ciclo de crescimento lento. Seu nome científico é *Attalea dubia* (Arecaceae) e habita originalmente as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, sendo endêmica da Mata Atlântica brasileira. Também é encontrada no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. Embora a *Attalea dubia* seja a palmeira-indaiá mais conhecida, existem diversas outras palmeiras também conhecidas como indaiá, mas de espécies diferentes, como a *Attalea compta*, *Attalea exigua*, *Attalea geraensis*, dentre outras. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira-indai%C3%A1>>. Acesso: em 23 jan. 2021.

De acordo com Honotório (2017) a participação de “Fiota” no projeto Encontro de Saberes demonstrou como os produtos naturais demandam exaustivo trabalho de coleta e transformação. Para o Coco Indaiá (Babaçu), há um grande empenho de força, determinação, amor e sensibilidade para extração de um litro de óleo, utilizado na comunidade para alimentação, cuidado da pele e cabelos. Nesse contexto, há uma grande logística de coleta, armazenamento, transporte, quebra, reaproveitamento de rejeitos, descarte de materiais, secagem, torra, moagem, cozimento, filtragem, decantação, envase e venda. Em suas caminhadas pelo cerrado junto a seus filhos, por vezes permanece mais de oito horas no bioma, coletando de forma sustentável seus insumos. No processo de transformação das matérias-primas é necessário alguns dias, onde óleos, infusões, sementes, xaropes, unguentos, pó, extratos e tecidos são produzidos a partir dos saberes tradicionais quilombolas⁹⁴.

Verdadeiros medicamentos naturais de alta capacidade de cura ela trouxe para vender: açafraão, arnica com arco, farinha de Jatobá, farinha de mandioca, fava de sucupira, fubá de mandioca (crueira), gergelim, paçoca de gergelim salgada e doce, óleo de coco indaiá (babaçu), óleo de mamona, pequi desidratado, pó de caroço de algodão, vinho de Jatobá (seiva), xarope de “craíba” (composto de entrecasco de “craíba, gengibre, cravo, açúcar mascavo). São “medicinas” Kalunga que têm sido o meio de manter a saúde da população. Para nós são doses de cuidado entregues para que possamos também participar da benevolência da terra e das doações das mãos de Fiota. São produtos que depois que descobrimos seus usos ficamos carentes quando nos faltam. (HONOTÓRIO, 2017, Não p.)

Durante nossa estada, conhecemos um pouco mais da realidade dos Kalungas, sua cultura, luta política e étnica pela manutenção da identidade e do território. Nesse período permanecemos alojados na casa da mestra “Fiota”, tendo por parte dela e dos demais extremo desvelo com os forasteiros. A quilombola é mãe e avó, e dedica-se aos cuidados cotidianos dos familiares em meio aos afazeres de extração de raízes, plantas e o preparo dos alimentos. Em tempos de chuva é comum o aumento da vazão do Rio das Almas, quando o acesso à comunidade ocorre por canoa, realidade que enfrentamos para acessarmos a casa do Sr. Calisto. Em termos geomorfológicos a maior parte da comunidade Kalunga está situada sobre rochas pré-cambrianas⁹⁵ do complexo de Almas-Cavalcante e do grupo Araí. O território Kalunga está inserido em uma zona de transição onde se inscreve domínios climáticos úmidos oriundos da região amazônica e nos domínios semiáridos da caatinga provenientes da região

⁹⁴ Honotório, 2017, não p.

⁹⁵ O período Pré-cambriano corresponde a maior divisão de tempo geológico da Terra, denominada Super Éon, antecedendo o Éon Fanerozoico, o conjunto de éons compreende: Proterozoico, Arqueano e Hadeano. Não se sabe o que precederia o Pré-cambriano, possivelmente remontando à constituição da Terra em cerca de 4,6 milhões de anos, terminando em 542 milhões de anos. No período Pré-cambriano concentra-se 90% dos registros geológicos da terra. Informações coligidas em:

<<https://www.todamateria.com.br/pre-cambriano/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

nordeste. Apresentando um tipo “tropical de savana” e “temperado chuvoso de inverno seco” (ANJOS, et al., 2017).

A terra/território é de extrema importância para a identidade da comunidade Kalunga e, dessa forma, fundamental para a preservação da sua cultura. O respeito ao legado e às conquistas desse povo deve essencialmente ser baseado no respeito ao direito Kalunga sobre a sua terra. Por isso não é de se estranhar que, além de surgir como a primeira demanda da comunidade, a questão fundiária se mantenha até os dias de hoje como uma problemática constantemente abordada pelos pesquisadores. (FERNANDES, 2015, p. 427)

ILUSTRAÇÃO Nº 13 – TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA – MESTRA FIOTA



FONTE: José Nilton Campelo (2021)⁹⁶

Na Ilustração Nº 13, acima, a quilombola “Fiota” representa a força e sabedoria das mulheres do Cerrado, expressos na sintonia e conexão corporal, espiritual e biopsicossocial com o território. Exprimindo a transmissão dos saberes intergeracionais sustentados na ancestralidade e oralidade, a mestra “Fiota” herdou de sua mãe raizeira e de sua avó parteira um conjunto de conhecimentos de origem africana. Esse cenário cultural é esclarecido pelo historiador malinês Amadou Hampâté - Bâ⁹⁷, o “velho” sábio do Mali, quando ressalta como a tradição oral pode ser considerada a grande escala da vida, na medida em que recupera e relaciona todos os aspectos da humanidade. A partir da iniciação e experiência a tradição remete o homem à totalidade no contexto das tradições africanas.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/09/17/kalungas-promovem-oficinas-na-feira-rural-no-parque/>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

⁹⁷ HAMPÂTÉ - BÂ, 1982, p.169.

A tradição oral baseia-se em uma certa concepção do homem, do seu lugar e dos seu papel no seio do universo. Para situá-lo melhor no contexto global, antes de estudá-la em seus vários aspectos devemos, portanto, retomar ao próprio mistério da criação do homem e da instauração primordial da Palavra: o mistério como ela o revela e do qual emana. (HAMPÂTÉ-BÂ, 1968, p. 169-170)

No que se refere às formas de organização do trabalho das mulheres Kalungas, Dias (2019) ressalta como o caminhar para coleta dos insumos para produção do alimento, do sabão, óleo, remédios, tecido está ligado ao seu movimento inserido e funcionando em profunda sintonia com o território. As mulheres buscam a lenha, a escolhem e separam com vistas ao bom preparo dos alimentos. Dessa maneira, não obstante as transformações da modernidade, persiste um caráter originário nas formas de vida, o que nos remete aos primórdios do território, à construção da identidade quilombola sustentada nas tradições africanas.

A roça da mulher não fica muito longe de casa para facilitar a lida. Nele plantava-se arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, batata-doce, banana, cana, amendoim, feijão andu, feijão-de-corda, quiabo, maxixe, melancia, jiló, gergelim e algodão. A mandioca dá o polvilho a farinha e a crueira. Com a farinha, são feitas farofa e paçoca. A crueira é a farinha mais grossa que não passa na peneira e é usada para fazer mingau. Com o polvilho, são feitos beiju, bolo e biscoito. “A gente está fariando”. (DIAS, 2019, p. 19)

Portanto, os saberes e fazeres tradicionais da comunidade Kalunga Vão de Almas estão presentes nas interações cotidianas mais simples até as mais complexas. A vasta mata nativa e os límpidos rios no seu entorno, bem como a quase inexistência de tecnologias da modernidade fazem com que os modos de vida permaneçam relativamente inalterados. Essa perspectiva é corroborada por Fernandes (2015) ao demarcar como as mudanças ocorridas ao longo dos últimos trinta anos no território Kalunga produziram transformações culturais e estruturais, tais como as casas quilombolas que atualmente não são mais construídas exclusivamente a partir do barro. Além das vestimentas confeccionadas de maneira distinta e o fornecimento de energia elétrica que também impactam as relações sociais, contudo, muitas comunidades preservam um caráter substancialmente fincado na originalidade das matrizes negras e africanas rurais.

Nesse sentido, Anjos et al. (2017) ressalta como a vida na comunidade foi pouco impactada mesmo em face da instalação de energia elétrica para algumas casas, a água encanada e o surgimento de construções de alvenaria. No entanto, as formas de plantio e os aspectos culturais relacionados à familiares e criação dos filhos permaneceram significativamente inalteradas. Não obstante, demandas relacionadas à saúde e educação ainda

caracterizam a ausência estatal, pois, diversas localidades não possuem estradas e meios de transporte. Contudo, na comunidade Vão de Almas a esmagadora maioria das moradias Kalunga são estruturadas a partir de tijolo adobe, paredes formatadas no barro e o chão de terra batida, por vezes coberta de palha de coqueiro.

A Internet chegou a alguns pontos do quilombo, e a população agora é representada pela Associação Quilombo Kalunga. Existe, em alguns lugares, posto de saúde, escolas, luz e transporte. Frente a tantas mudanças, surge a questão: “mas o que permanece dos Kalungas?”. Não há como responder a essa questão satisfatoriamente, sem entrar no debate sobre as noções de populações tradicionais. (FERNANDES, 2015, p. 424)

ILUSTRAÇÃO Nº 14 – CASA QUILOMBOLA KALUNGA



FONTE: (O autor 2019)

A cozinha quilombola é um dos elementos culturais distintivos que apresenta características bastante peculiares, muitas delas estão fora das casas e por vezes ocupam parte do quintal. São compostas pelo forno de barro, o Jirau para secar vasilhas e plantas, a fornalha de torrar farinha, a pedra de quebrar coco, o Barrilheiro de fazer Dicuada⁹⁸ e o pilão.

A cozinha é dentro e fora da casa, alarga-se pelo quintal, onde fica o fogão a lenha, o jirau de secar vasilhas e plantas, o forno de barro, a fornalha de torrar farinha, a pedra de quebrar coco, o barrilheiro de fazer diquada, o pilão. A comida vem da roça e do Cerrado. O preparo do arroz regateiro, paçoca de gergelim, óleo de coco-indaiá, dendê de coco, farinha de jatobá, pimenta-de-macaco, tudo passa pelo pilão. E a mão de pilão passa de mão em mão. (DIAS, 2019, p. 14)

⁹⁸ A Dicuada cinza tem origem em costumes populares das roças brasileiras, por meio dessa tradição por muito tempo se produziu o sabão artesanal. A feitura do sabão compreende um conjunto de reações químicas envolvendo um material gorduroso e substâncias de caráter alcalino. Informações disponíveis em: <<https://www.coisasdaroca.com/coisas-antigas-da-roca/dicuada-de-cinzas.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

Existe uma diversidade de panelas na cozinha Kalunga e seu revezamento é necessário por conta do fogo intenso e alto do fogão a lenha que nunca descansa, pois tanto as panelas como os bules e garrafas de café estão sempre aquecidas. A mulher quilombola Kalunga busca a lenha, escolhe e a separa com vistas ao bom preparo do alimento. Dessa maneira, mesmo em face às transformações da modernidade, ainda persiste um caráter originário que remete à origem e formação do território e identidade quilombola.

ILUSTRAÇÃO Nº 15 - COZINHA KALUNGA



(FONTE: Terra de Direitos⁹⁹ – Valter Campanato – Agência Brasil)

Na Ilustração Nº 16, observamos a vastidão do território Kalunga e a vegetação intocada do sítio cultural.

ILUSTRAÇÃO Nº 16 – COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA – VÃO DE ALMAS



FONTE: O autor (2019)

⁹⁹ Foto disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/falta-de-acesso-aos-alimentos-impacta-comunidades-quilombolas-em-diferentes-estados-brasileiros/23490>>. Acesso em 06 mar. 2022.

Em muitas comunidades, tal como no Vão de Almas a água para o consumo é retirada do rio onde também se lavam as vestes e abastecem os animais, as mulheres Kalungas tecem suas roupas e muitas são vendidas no Distrito Federal, com os medicamentos tradicionais. Como destaca Dias (2019) o Coco Indaiá é consumido em grande quantidade em épocas de enchentes e falta de alimento, o coco cozido foi por muito tempo a salvaguarda alimentar da comunidade. Dessa forma, Tanto o coco, como o Tinguí¹⁰⁰, são utilizados para produção do sabão caseiro, já o pequi e o jatobá são frutos encontrados exclusivamente no território quilombola. A partir desses elementos e outras plantas são produzidos remédios para o cuidado da comunidade e também para atender a eventuais partos, que ocorrem sob a supervisão e cuidados das inúmeras parteiras da região.

O ofício do benzimento, de gente e de animais, ainda tem muita força na vida no Vão. As principais formas de remédio caseiro são: chá, banho, xarope, pó torrado, rapé, óleo e garrafada. As folhas, raízes, cascas e resinas são socadas no pilão ou com pedra para facilitar a extração de suas substâncias de cura. Os chás de algumas plantas, também, são muito bem fervidos no fogão a lenha, para se extrair as substâncias de cura e para conservar o remédio por mais tempo. (DIAS, 2019 p. 39)

Nesse contexto, a pressão dos fazendeiros que residem nas adjacências do território quilombola e a grilagem de terras são fatores preocupantes para a resistência e manutenção da vida quilombola. Para Fernandes (2015) o papel desses atores na especulação fundiária produz tensões e hostilidade atrelada às dificuldades do plantio, por conta das formas de perseguição colocando em risco a sobrevivência da comunidade. Não obstante, o governo de Goiás tenha instituído o Sítio Histórico e Cultural Kalunga abrangendo e teoricamente salvaguardando 237 mil hectares, existem inúmeras áreas utilizadas anteriormente pelos quilombolas que não foram incluídas nas delimitações. Tal padrão de demarcação territorial excluiu dimensões importantes do território tradicional.

As terras Kalungas sofrem intensamente com a pressão das fazendas vizinhas e com as investidas violentas dos grileiros. Por meio desses atores da especulação fundiária, a comunidade perde grande parte das suas terras produtivas, os roçados/roças, o que força a comunidade a procurar novas áreas, menos férteis, para o plantio. Em muitos casos, isso envolve desmatamento de novas áreas ou queda da produtividade, atividade que coloca em risco a segurança alimentar desses produtores. (FERNANDES, 2015, p. 427)

Nosso objetivo até aqui foi apresentar características, culturais e identitárias de duas importantes comunidades quilombolas do centro-oeste, marcadas pela preservação de saberes

¹⁰⁰ De acordo com Dias (2019, p. 32) o Tinguí é a árvore de sabão Kalunga, seus frutos são em forma de cuia e guardam sementes de cor cobre dos quais são extraídos óleo e sabão.

e tradições ancestrais. Ambas estão centradas nas narrativas orais e também nos saberes e fazeres ensinados a partir das práticas cotidianas, por intermédio de uma interação e conexão com o meio ambiente. Confluindo para produção de alimentos sem pesticidas e a elaboração de medicamentos tradicionais a partir dos insumos extraídos dos biomas nos quais estão inseridos.

Portanto, de maneira geral produzindo baixo impacto sobre o meio ambiente e mantendo as memórias ancestrais, que remontam a mais de cem anos de luta e resistência negra. Em grande medida a originalidade e especificidade das práticas foram mantidas, e isso pode ser explicado em função de uma permanência contínua sobre os territórios. De maneira contrária à realidade histórica dos quilombolas do Paiol de Telha, que foram obrigados a abandonar suas terras por conta da expropriação violenta, tendo como uma das consequências o desaparecimento de inúmeras práticas e saberes tradicionais.

Na sequência e caminhando para o epílogo do capítulo estabeleceremos uma discussão a partir dos processos de resistência das comunidades negras e indígenas no Pacífico colombiano. Para compreendermos algumas distinções e aproximações culturais e políticas entre as comunidades negras do território brasileiro e afro-colombianas. É perceptível a existência de elementos sociais, políticos que dialogam nas duas realidades, principalmente nas formas de resistência contra as lógicas de supressão de direitos e apropriação de recursos naturais e culturais. Nessa perspectiva a história dos quilombolas e dos afro-colombianos pode ser pensada a partir de dilemas comuns originados no regime escravocrata.

3.3. A RESISTÊNCIA NEGRA E INDÍGENA NO PACÍFICO COLOMBIANO

Nessa seção faremos uma correlação dos contextos de luta negra e indígena do Pacífico colombiano com a resistência das comunidades quilombolas brasileiras, considerando que muitas dimensões pertinentes às disputas pelo território, preservação da biodiversidade e avanços da pauta política são comuns nas duas espacialidades geográficas. O que não significa desconsiderar as especificidades e regionalidades políticas e culturais pertinentes aos territórios e seus respectivos países.

Nesse sentido Escobar e Pardo (2005) apontam dinâmicas de resistência dos denominados habitantes tradicionais no Pacífico colombiano, em face da extração da agroindústria, do setor energético e dos interesses extrativistas no campo da biotecnologia. Também apontam o perigo das empresas madeireiras e mineradoras, em contrapartida, a

crescente organização de negros e indígenas construindo lutas pelo controle de seus territórios, perpetuação de sua historicidade étnica e cultural, e a participação nas decisões que garantem a manutenção dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade. Na mesma linha, Chasqui e Oliveira (2018, Não p.) ressaltam como o Pacífico é elemento material sustentado em grande parte nas dimensões imateriais e simbólicas onde ocorre uma contínua afirmação da cultura negra.

De maneira que propor a paisagem cultural como categoria de análise, possibilita realizar outras leituras, que abrangem esse processo e relações tanto materiais como simbólicas entre as comunidades negras e o entorno local do Pacífico, onde o lugar, a identidade negra, a luta e movimentos sociais, a cosmoterritorialidade e os saberes ancestrais, forma parte da engrenagem que movimenta o Pacífico, que lhe dão forma e significado. Desde essa perspectiva a selva úmida tropical é considerada como o maior patrimônio para estas comunidades, se torna o cenário perfeito para os estudos sobre o cultural e simbólico. (CHASQUI; OLIVEIRA, 2018, Não p.)

Tal como no Brasil os afro-colombianos também tiveram uma participação fundamental na formação econômica das respectivas nações, pois foram trazidos para as minas de ouro no século XVII. Em seus territórios desenvolvem e mantêm práticas culturais e religiosas que se mesclaram com a cultura indígena e espanhola. De forma análoga como aos territórios brasileiros, os indígenas e afro-colombianos lutaram para garantir o direito sobre seus espaços étnicos e culturais, não obstante, na Colômbia os primeiros tivessem algumas garantias legalmente reconhecidas se comparadas aos descendentes de africanos.

O processo de reconhecimento das comunidades negras e suas demandas políticas na Colômbia é recente, esteve ancorado no pilar das diferenças étnicas, e ocupa maior projeção política por conta dos processos de assédio do capitalismo globalitário e da alteração da Constituição de 1991. Contudo, alguns fatores políticos chamam atenção na história recente de luta dos negros na Colômbia em paralelo ao Brasil.

Primeiramente nos dois países houve uma Assembleia Nacional Constituinte no final da década de 1980, e os projetos constitucionais, voltados à garantia de direitos e reparação histórica foram colocados em dispositivos inespecíficos e transitórios. No caso do Brasil o direito dos quilombolas foi inserido nas disposições transitórias, e na Colômbia como medida provisória, adentrando efetivamente na carta constitucional após dois anos de sua promulgação. A invisibilização negra na Colômbia era de tal sorte acentuada que os afro-colombianos não lograram ter representantes negros na Assembleia Nacional Constituinte de 1991, ocupando os indígenas tal espaço.

Por consequência os direitos culturais e territoriais passaram a figurar definitivamente na Constituição no ano de 1993 em função da Lei nº 70 de forma concomitante à nova Carta constitucional. O documento ampliou os direitos dos grupos étnicos e culturais, assegurando aos territórios indígenas a condição de inalienáveis e salvaguardados culturalmente. Com efeito, a articulação e sintonia entre as comunidades negras e indígenas produziu mecanismos políticos de ruptura do isolamento produzido pelo sistema hegemônico e globalitário.

O movimento indígena e o movimento negro estão, pois, imersos em complexas redes de relações nacionais e internacionais que lhes permitem deixar o isolamento e a anomia aos quais o sistema hegemônico os remeteu, inscrevendo-se deste modo em redes de globalização anti-hegemônica. Foram criadas alianças entre organizações negras e indígenas. Os indígenas tinham começado a luta sete anos antes e puderam, com a sua experiência prévia, apoiar organizações negras emergentes em 1987, nomeadamente a Acia. Pouco tempo depois, a Acia e a Orewa impulsionaram a criação da Associação Camponesa do San Juan (Acadesan), em 1989. E ali, no rio San Juan, realizou-se pela primeira vez um encontro biétnico entre negros e indígenas, do qual saiu a ousada proposta de criar um território coletivo biétnico na bacia deste rio (Obapo, Orewa e Acia, 1990-91). (ESCOBAR; PARDO, 2005 p. 359)

Não obstante, os ataques dos grandes conglomerados internacionais continuam ocorrendo de múltiplas formas, e a bioprospecção é uma delas, pois compromete os recursos biológicos dos territórios. Contudo, os *lobbies* que influenciam as políticas internas dos países, visando represar as demandas dos povos originários, podem ser tão prejudiciais quanto à bioprospecção¹⁰¹. No contexto da globalização e dos movimentos sociais a influência dos países considerados de primeiro mundo sobre a Colômbia, tendo como consequência a ratificação da Convenção da Governança sobre diversidade biológica. Conforme o acordo sustentado a partir da legislação nº 165 de 1994, conhecida como Lei da Biodiversidade. Esse tratado surgiu a partir da Conferência das Partes Internacionais sobre Biodiversidade, que garantiu a abertura dos recursos naturais para os países desenvolvidos e também para empresas privadas. Nesse contexto não se especificou os protocolos de proteção para os países considerados fora do eixo de poder (ESCOBAR; PARDO, 2005).

¹⁰¹ O desenvolvimento de produtos comercializáveis (e patenteáveis) a partir de recursos biológicos e genéticos pressupõe um estudo prévio da planta ou animal que conduza à identificação de seu princípio ativo mediante diferentes técnicas de “screening”. Ao conjunto dessas atividades deu-se o nome de bioprospecção [...]. Tais técnicas visam a selecionar dentre os componentes orgânicos submetidos à análise, aqueles que possuem princípios ativos potencialmente utilizáveis, para a consecução dos fins da pesquisa. Por sua vez, consistem na aplicação de testes sistemáticos sobre os compostos e verificação das reações subseqüentes neles experimentadas. [...] A bioprospecção é feita principalmente por pesquisadores de países detentores de tecnologia de ponta, junto com as instituições governamentais, com empresas especializadas, financiadas diretamente ou indiretamente por indústrias de produtos agrícolas (sementes), indústrias de produtos farmacêuticos, de cosméticos, corantes naturais, etc. (Bastos Junior, 2001, p. 207-208).

O motivo pelo qual se presta hoje tanta atenção à floresta tropical se deve ao que poderia denominar-se “irrupção do biológico” como fato social central das políticas públicas globais do século XX. Após dois séculos de destruição sistemáticos da vida e da natureza, a manutenção da vida tem surgido como aspecto fulcral dos interesses do capital e da ciência mediante um processo dialético iniciado pelo capitalismo e pela modernidade. A conservação e o desenvolvimento sustentável tornaram-se problemas inegáveis para o capital, sendo este obrigado a modificar a sua lógica anterior: a lógica da destruição. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 345)

A luta desses povos e comunidades busca transcender os princípios reformistas, tendo como objetivo construir processos emancipatórios de reconhecimento, em face aos ataques insidiosos do capital, do poder do Estado e das estruturas de manipulação de tecnologia extrativistas. Portanto, o conceito de política cultural demonstra que atores sociais caracterizados por distintas práticas culturais podem entrar em conflito.

Aspectos particulares dos debates sobre a biodiversidade, nomeadamente o controle territorial, o desenvolvimento alternativo, os direitos de propriedade intelectual, o conhecimento local e a própria conservação, ganham, assim, uma nova dimensão; não podem continuar reduzidos às prescrições tecnocráticas e economicistas oferecidas pelas posições dominantes. Localidades marginais, assim como as comunidades e os movimentos tradicionais, começam a ser vistos como centros de inovação e mundos alternativos emergentes. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 348)

Nesse sentido, a política cultural pode alterar as práticas e imaginários, favorecendo dinâmicas libertárias com novos aportes cognitivos onde as ecologias específicas podem suprimir assimetrias de classe, gênero e opressões em termos étnicos e culturais. No interior do processo conflitivo existe o objetivo de controle da biodiversidade, essa lógica se intensifica nas análises meramente quantificáveis de espécies e levantamento de espaços geográficos. As disputas de espaço, poder e legitimidade do discurso podem ser socialmente qualificadas ou desqualificadas, fundamentalmente quando se trata da ciência hegemônica em face do protagonismo dos movimentos sociais, ou dos povos e comunidades originárias. Não raro esses sujeitos ou protagonistas de suas trajetórias enfrentam lógicas de inserção e validação de suas falas, historicidades e epistemes, em função de uma dinâmica complexa de poder, legitimidade do capital privado.

É o que vem ocorrendo, por exemplo, com as populações rurais nas Unidades de Conservação onde, algumas vezes, se processam levantamentos de “população tradicional”, numa visão naturalista, de modo a permitir a expulsão daquelas que não correspondam traço por traço à definição de “tradicionalidade” e, ao mesmo tempo, estabelecem-se regras rígidas (propositalmente ignorantes da dinâmica de uso “tradicional”) de uso dos recursos naturais dessas áreas, acopladas a um sistema de vigilância marcado pela repressão de qualquer afastamento do modelo de “tradicionalidade” aceito. (DIEGUES, 2000 p. 23)

Particularmente no Pacífico colombiano, segundo Escobar e Pardo (2005) a disputa jurídica e fática entre os indígenas, afro-colombianos e os grandes conglomerados tecnocientíficos, como multinacionais do ramo farmacêutico e biotecnológico objetivam explorar ao máximo a biodiversidade por meio da bioprospecção. Trata-se, portanto, nesse contexto, de uma disputa entre a soberania dos povos indígenas, de seu patrimônio genético, social e territorial. O debate sobre as políticas culturais encabeçadas pelos movimentos sociais conecta a biodiversidade à preservação da cultura e do território. Tais demandas políticas configuram sistemas que não apenas contrapõem lógicas hegemônicas, mas sinalizam para estruturação de importantes centros de inovação, um rol de alternativas para um sistema de globalização que o autor intitula de “globalocentricas”.

Essa conjuntura geopolítica também pode ser compreendida nos termos e análises de Santos, M. (2008), quando aborda a temática da globalização neoliberal e o globalitarismo vigente. Apontando como o mundo além de ser confuso é também confusamente percebido em contextos de fabulações, tal perspectiva visa induzir a aceitação e consagração de um discurso unitário. Em vista desse contexto a retórica da globalização e do globalitarismo impõe caminhos possíveis de observação da realidade na qual estamos inseridos, são elas: o mundo como nos fazem crer: a globalização como fábula, o mundo como é: a globalização como perversidade e o mundo como pode ser: outra globalização. “Esse mundo novo anunciado não será uma construção de cima para baixo, tal qual estamos assistindo e deplorando, mas uma edificação cuja trajetória vai se dar de baixo para cima.” (SANTOS, M., 2008, p. 170).

Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, exige de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida em relação com o todo planetário. Essa totalidade-mundo se manifesta pela unidade das técnicas e das ações. (SANTOS, M. 2008, p. 171)

Quando Santos, M. (2008) aborda a possibilidade da construção e existência de outra globalização ou outras globalizações o faz considerando uma multiplicidade de expressões culturais e sociais com as quais Escobar e Pardo (2005) também estabelecem diálogo. Caracterizando a globalização como um processo que solapa e homogeneiza as culturas e expressões étnicas. Ao se falar de globalização e sua dimensão econômica, financeira, técnica e cultural em função das demandas do mercado, nos defrontamos com os violentos movimentos de supressão de expressões culturais, tradições e formas de vida. Não obstante, o

geógrafo disponibiliza instrumentos teóricos e pragmáticos factíveis para elaboração de novos contornos de resistência à globalização.

As dinâmicas étnicas, culturais e sociais mapeadas por Escobar e Pardo (2005) dialogam com a resistência cultural dos territórios brasileiros, caracterizados pela rica biodiversidade presente nos dois países. Por consequência, ocorre uma complexa interação entre os povos indígenas e os descendentes de africanos em face aos ataques do grande capital global e regional. Desse modo, as perspectivas de soberania do dito Terceiro Mundo, nas quais as ONGs progressistas e os movimentos sociais tendem a chocar-se com os pressupostos “globalocentricos”.

Nesse cenário, onde os governos cedem ao assédio das potências estrangeiras, as ONGs combatem o bioimperialismo e acentuam a necessidade da efetiva biodemocracia, visando proteger a biodiversidade. Sendo assim os movimentos sociais estruturam processos políticos onde se corrobora, por um lado, a defesa do território, da cultura e da identidade e, por outro, a noção de biodiversidade.

Porém, os acordos alcançados no seio do CDB e os que possam vir a obter no futuro não poderão afetar convenções prévias entre países. É por essa razão que os escassos acordos internacionais para a proteção da biodiversidade e dos direitos dos portadores do conhecimento tradicional e dos habitantes tradicionais de territórios altamente biodiversos ficam à mercê da ditadura do mercado observada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos acordos regionais, sob pena de sanções comerciais. [...] (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 350)

Os movimentos étnicos para preservação da biodiversidade no Pacífico colombiano dialogam com a realidade dos povos e comunidades brasileiras, sendo possível avançar para centralidade cultural e política dos saberes negros e indígenas, e suas matrizes epistêmicas. Paralelamente é possível articular os aportes das ciências sociais, biológicas e naturais para construir alternativas à degradação e invisibilidade dos saberes originários.

Nesse sentido, faz-se mister reconhecer o hibridismo da natureza nas áreas tropicais, locais onde os múltiplos atores se engajam na defesa de práticas sociais e tradicionais para preservação da diversidade cultural e biológica. Todo esse processo remete a uma amplificação das definições de biodiversidade e também dos territórios tradicionais, as comunidades negras como as indígenas mantêm íntima relação com o espaço territorial, além de suas tradições e manejo ambiental, com baixo impacto sobre os espaços naturais.

Dessarte a correlação entre as noções de ecologia política, movimentos sociais e comunidades negras e indígenas ressignificam o entendimento sobre a biodiversidade como território rico em diversidade cultural. Conforme destaca Escobar e Pardo (2005) os

“territórios mais cultura”, os “territórios-região de grupos étnicos”, se constroem nesse processo de amálgama cultural, ecológico e econômico onde se processa a vitalidade das comunidades negras e indígenas.

O território região não é apenas uma unidade conceitual, mas também um projeto político. Constitui um esforço no sentido de explicar a diversidade biológica partindo do interior da lógica ecocultural do Pacífico. O território é o espaço de apropriação do ecossistema por parte das comunidades, em interações complexas com o próprio ecossistema. O território região, pelo contrário, articula este projeto de vida das comunidades com o projeto político do movimento social; é, pois, uma construção política de defesa do território e da sua sustentação. A estratégia do território região é essencial para o fortalecimento de territórios específicos nas suas diversas dimensões ecológicas, econômicas e culturais. (ESCOBAR; PARDO, 2005, p. 367-368)

A partir da relevância histórica, social e política das comunidades negras e indígenas no contexto brasileiro e do Pacífico Colombiano compreendemos as dinâmicas e especificidades culturais de autonomia. Movimento que se contrapõem aos padrões hegemônicos de dominação cognitiva e bioimperialista. Significa compreender os direitos e garantias dos povos e comunidades, partindo da relevância dos territórios para conter a mercantilização da vida e os efeitos da racionalidade instrumental¹⁰².

3.4. BREVE CONCLUSÃO

No presente capítulo buscamos estabelecer um diálogo entre a complexidade e riqueza inerentes aos territórios quilombolas brasileiros, tomando como referência de manutenção e preservação dos saberes tradicionais presentes no quilombo do Cedro e no território Kalunga. Isso não significa dizer que os demais quilombos brasileiros devam obedecer aos mesmos parâmetros arqueológicos e culturais presentes nesses dois territórios para serem titulados ou reconhecidos. Pois, como ressalta O'Dwyer (2002, 2009) remontando ao grupo de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que se reuniu em 1994 e apresentou um conceito amplo para designar Terra de Quilombo ou os antigos quilombos:

¹⁰² Conforme delimita Silva (1997, Não p.) a racionalidade instrumental consolidou os meios de dominação voltados à consecução de um fim, sobre a natureza estariam destinados a colocá-la em uma dinâmica de harmonia com as finalidades humanas. Seria então ontológica e axiologicamente a razão como medida de todas as coisas fundadas no reconhecimento do homem como valor em sua condição de racionalizar. Assim a racionalidade e a racionalidade instrumental sustentou a noção de progresso estruturada a partir da autonomia da modernidade. Nesse caminho o progresso do conhecimento fundado no iluminismo apresenta a transposição do mito para razão esclarecida, a lógica existente entre saber e dominar os processos de objetificação e a coisificação da natureza. Portanto, o êxito da razão instrumental está sustentado na relação entre razão e coisa, racionalidade e reificação.

(...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.(...). (O'DWYER, 2002, p. 5-6)

A definição da ABA ressalta a significativa multiplicidade de realidades e conjunturas sociais, étnicas, religiosas, políticas e territoriais que podem ser encontradas nas comunidades e territórios espalhados pelo país. Como vimos nos processos de organização presentes nos dois quilombos analisados, as lógicas de luta e resistência estão sustentadas nos modos de vida, convivialidade, formas de produção e extração do alimento e na espiritualidade que se manifesta na elaboração dos medicamentos, benzimentos e cura. Conforme destacou Leite (2009) sobre o projeto político quilombola fundado em vários pilares de cidadania e identidade dentre os quais o direito à terra é considerado esteio de resistência e sustentabilidade.

No mesmo sentido Escobar e Pardo (2005) apontam como os debates sobre a regularização dos territórios étnicos na Colômbia constituiu-se em elemento propulsor das práticas tradicionais de produção direcionada ao consumo local. Sendo assim, as formas de comércio em pequena escala reduzem as perspectivas do mercado e da acumulação, articulando uma resistência política e cultural. Nesse contexto o Pacífico passa a ser lido como um território-região de grupos étnicos, caracterizado por uma unidade cultural e ecológica, e um espaço estruturado por intermédio do trabalho, das práticas cotidianas nas comunidades negras e indígenas. Como definido por Escobar e Pardo, o território-região não é apenas uma unidade conceitual, mas como um projeto político no qual os territórios se fortalecem em termos ecológicos, econômicos e culturais. Esse mesmo debate e perspectiva sobre os quilombos como um projeto político também está presente na luta negra brasileira (LEITE, 2009).

Portanto, buscamos conectar ao debate sobre a diversidade cultural presente na vida e resistência quilombola em território brasileiro as formas de luta estabelecidas por grupos negros e indígenas no Pacífico colombiano. No escopo de ampliar o leque reflexivo em termos dos saberes e práticas existentes na América Latina e dos movimentos de resistência estendemos a mirada para as tradições e o patrimônio cultural e genético de origem indígena e negra. Pois, essas comunidades têm um histórico de baixo impacto ambiental na conexão com

os territórios, tanto no Brasil como na Colômbia (CUNHA; ALMEIDA, 2001; ESCOBAR; PARDO, 2005).

Transladando o debate sobre a resistência a partir do território e visando compreender os sentidos históricos de luta na comunidade Invernada Paiol de Telha, vitimados por lógicas de expropriação territorial para o plantio em grande escala e considerando a fertilidade notadamente conhecida na região. Nesse sentido, a globalização e o globalitarismo atuaram nesse contexto, pois, consolidara uma empresa agropecuária e exportadora que se valeu das retóricas de grande produtividade, exportação e participação na economia globalizada para a manutenção indevida das terras dos negros. A lógica de expropriação também se conecta à modernidade tardia, aos mecanismos da racionalidade instrumental e do capitalismo cognitivo¹⁰³. Portanto, para além da expropriação do território por mais de 40 anos, pela colonização europeia, tentou-se expropriar em certa medida as memórias, as epistemes, as narrativas ancestrais e os saberes.

Importante compreender como as políticas estatais buscaram suprimir o estoque negro e seus poucos direitos e garantias culturais para preservação das tradições e cosmologias negras. A história, memória e ancestralidade dos quilombos analisados inicialmente, mantiveram-se relativamente incólumes em face aos ataques de ordem colonialista, capitalista e eurocêntrica. O posicionamento geográfico, conforme destacou Anjos (Idem¹⁰⁴), no quais estavam localizadas tais comunidades, foram importantes na manutenção da cultura tradicional. Em contrapartida, o fato do quilombo Invernada Paiol de Telha estar no entorno de colônias de matriz europeia, foi um fator histórico importante para compreendermos os inúmeros ataques que conflagraram as lógicas de expropriação territorial.

A resiliência dos negros do Paiol de Telha na reassunção do território, mesmo em face de todas as contrariedades e processos de extrema violência, mantiveram a chama da resistência negra acesa. Essa mesma chama animou por décadas a luta dos quilombolas buscando o retorno ao território e o resgate da ancestralidade. Produzindo uma renovação das energias em função das lutas dos antepassados negros e constituindo o imaginário de pertença étnico-racial e de memória. Acreditamos que o mesmo ocorra nos países com predominância negra, estruturados no contexto do trabalho dos escravizados como se deu na Colômbia.

¹⁰³ De acordo com Gandelman (2008) o capitalismo cognitivo apresentou transformações no mundo do trabalho, fundamentalmente pela elevada participação do capital fixo em detrimento do trabalho vivo, impactando a distribuição de resultados da atividade produtiva. A desmaterialização caracterizada pela reprodução infinita do conhecimento elimina a escassez e banaliza o valor da atividade produtiva e dos produtos. Segundo Pochmann (2021), na emergência do capitalismo cognitivo o trabalho se altera em decorrência de sua manifestação imaterial, desafiando tanto a classe proprietária, quanto os sistemas de controle de ganho e produtividade.

¹⁰⁴ Anjos, 2017a, p. 27.

CAPÍTULO 4

AS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NO QUILOMBO INVERNADA PAIOL DE TELHAS

Antes de adentrarmos propriamente as narrativas de resistência quilombola presentes na história do território Paiol de Telha, faremos uma incursão nos discursos estruturantes da imagética identitária paranaense. Tendo em vista as condições sociais indutoras de silenciamento e invisibilidade da história negra ao longo do século XIX e XX, onde se considerou o imigrante europeu como lídimos agentes civilizadores. Portanto, é necessário, revisitar tais estruturas discursivas para compreendermos a supressão da diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais e o lugar simbólico e material no qual foram historicamente confinados.

Para compreendermos esse cenário Moraes (2002) demonstra como a capital paranaense articulou-se em termos simbólicos e identitários a partir do conceito de “city marketing” e propagandeou a cidade como a “capital ecológica”, a “cidade de primeiro mundo”, a “capital europeia” e “capital das etnias”. Tais narrativas estão centradas no discurso da democracia racial¹⁰⁵, sendo indutoras de invisibilidade e silenciando as expressões culturais, políticas e identitárias da população negra. Nesse contexto, Oliveira, T.F.G.M. (2013) ressalta a pesquisa coordenada pelo professor Pedro Rodolfo B. de Moraes no ano de 2002, no âmbito de um levantamento nacional, intitulado “A Cor da Universidade”. O objetivo era mapear o corpo discente em termos étnico-raciais das universidades federais em território nacional. Em uma das etapas da pesquisa, Moraes (2002) descreve o discurso meritocrático que sustentou a invisibilidade e assimetrias raciais nas graduações de maior prestígio social, como o curso de medicina.

¹⁰⁵ Carlos Hasenbalg (1996) estabelece uma apropriada distinção de mito, no que tange a lógica da “democracia racial” quando se refere ao sentido de ilusão, engano ou embuste. A representação e a realidade nesse aspecto são dissonantes, já que a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais tendem a ser negadas no plano discursivo e também no imagético. No contexto da antropologia essa noção de mito é distinta, como destaca o antropólogo Peter Fry ao mencionar a possibilidade da “democracia racial” também ser desmembrada como mito no sentido antropológico clássico. Ou seja, um conjunto de representações de cunho especificamente brasileiro, passível de expressar no cotidiano das pessoas a noção da cordialidade como instrumento mais adequado para suprimir o conflito. Não obstante, em sociedades de alta complexidade, tal qual a brasileira tais mitos fundantes podem assumir um caráter de engodo ou falsa consciência, encobrendo graves processos de opressão e dando contornos de naturalidade e inevitabilidade para os vitimados em lógicas opressivas, como no caso do racismo. Cabe destacar que Peter Fry foi uma das figuras que se opôs de forma determinante e veemente contra as políticas de inclusão de negros e pardos nas universidades na década de 2000, inclusive no ano de 2008 assinou um manifesto intitulado Cento e Treze Cidadãos Antirracistas Contra as Leis Raciais.

Em outro momento, uma senhora que acompanhava a matrícula de seu filho no curso de medicina indagou a um dos pesquisadores “*porque perguntar sobre a cor das pessoas*” e “você sabem que podem ser processados?”. Como eu estava presente, o pesquisador pediu que ela colocasse as suas questões para mim. [...]

[...] Ela respondeu-me que não e disse: “olha, eu acho que este negócio de perguntar sobre a raça da pessoa além de ser racista não tem nada a ver com o fato de não ter pessoas de cor aqui”. Eu perguntei por que e ela continuou: “eu sou médica, minha família não era rica e eu me esforcei muito para chegar aonde cheguei e educar meus filhos. Eu acho que tudo depende do esforço de cada um. O Brasil não é como os Estados Unidos, onde os negros são discriminados”. Eu insisti indagando por que, então, não havia, ali, nenhum negro, ao que ela argumentou: “*não sei, mas deve ser porque aqui em Curitiba não tem muito negro*”. Contra argumentei, mostrando a ela os dados do censo do IBGE, dizendo que o número de negros era sim significativo, que eu considerava estranha à ausência deste grupo e que a pesquisa ajudaria a entender a situação. Expliquei que o que fazíamos não era ilegal, muito pelo contrário, e me identifiquei como professor da universidade e pesquisador do assunto. A atitude da senhora mudou completamente, tomou uma atitude submissa e perguntou por que eu não havia falado isso antes. Eu disse que achava que dizer que eu era o responsável pela pesquisa fosse suficiente. Ela, sem graça e se desculpando, disse que eu devia saber o que estava fazendo. Ela emudeceu, e logo depois, se despedindo e desejando um bom trabalho, disse que precisava ir embora. (MORAES, 2002, p.111)

O contexto detalhado acima está fundado na falsa retórica da ausência ou inexistência de negros no Paraná, além da defesa sistemática do ideário meritocrático, onde o êxito de alguns segmentos étnicos, ocorreu exclusivamente pelo esforço e determinação individual ou pessoal.

No âmbito regional o Festival Folclórico de Etnias do Paraná, exemplificou as consequências do projeto colonizador, já que por mais de cinquenta anos parece ter desconsiderado as manifestações de origem negra e indígena em suas programações. Para Moraes (2002) a retórica da “democracia racial” em território paranaense nega a existência de espaços de memória e de vida para a população afro-brasileira. Em contrapartida, é necessário destacar constantemente a resistência e a ancestralidade negra no território paranaense.

De forma análoga às narrativas regionais consideram a cidade de Curitiba e o estado do Paraná como um modelo de desenvolvimento econômico e social fundado e tendo prosperado exclusivamente em função da imigração europeia. Esse imaginário tem sua origem nas políticas imigrante e corroboraram o silenciamento e a invisibilização da presença negra. O imigrante ganha centralidade como sendo o agente transformador, portanto, é objeto de facilidades e privilégios na ocupação territorial, em detrimento de grupos específicos. Nessa perspectiva, Dezordi (2013, p. 58) ao pesquisar as correntes imigratórias no interior do Paraná, ressalta:

Outro ponto remete ao discurso de progresso implementado pelos corretores de imóveis e sócios das companhias colonizadoras. A necessidade de se “desbravar” uma região “inóspita” e desconhecida enaltecia o imaginário popular do migrante,

baseado no discurso do “progresso” e da necessidade de migrar. Nos municípios colonizados por alemães e italianos no início da década de 1950 e 60, é possível entender a relação desses sujeitos e grupos, e a construção de identidades associadas a uma ideologia do “progresso”. Em municípios no oeste paranaense com expressiva presença de migrantes “sulistas”, é possível o uso do conceito de comunidades imaginadas de Anderson, ao se definir o processo de formação de comunidades, clubes ou sociedades tradicionalistas nessas cidades.

No contexto político e histórico da década de 1950 as elites buscaram definir a vocação da identidade do estado, forjando a reinvenção dos ideais paranistas¹⁰⁶, as obras de Temístocles Linhares, *Paraná Vivo* (1953) e de Wilson Martins, *Um Brasil Diferente* (1955), demonstraram esse esforço da elite intelectual. O projeto de um Paraná branco estava conectado à colonização europeia e à supressão da presença negra. Conforme aponta Meucci (2007) o escritor Temístocles Linhares buscou em seu livro construir a discursividade de um Paraná dinâmico com inexpressiva presença colonial na política e história regional. Portanto, segundo o autor a acumulação fundada na monocultura, latifúndio e principalmente no trabalho dos escravizados não teriam ocorrido em terras paranaenses.

Da mesma maneira, de acordo com a análise de Linhares, que não existiu no Paraná o enraizamento profundo do legado cultural ibérico. Ao contrário, uma imigração alemã bem adaptada disseminou forte senso prático e enorme vocação para o trabalho (características bem opostas àquelas que Linhares atribui ao português). (LINHARES, 1953:33) O autor parece, portanto, sugerir que as particularidades do homem paranaense que então se formara eram pertinentes ao projeto de modernização econômica da nação. (MEUCCI, 2007, p. 8)

Para Meucci (2007) o escritor Temístocles Linhares defendia que a cultura luso-ibérica não fincou raízes no território paranaense, mas a imigração alemã construiu bases para o desenvolvimento do estado amparado. Pois, detinham inigualável disposição para o trabalho e a capacidade de engendrar formas de desenvolvimento prático.

Por outro lado, Wilson Martins articulou a identidade paranaense pensando a modernidade com contornos de sofisticação e aludindo à Gilberto Freyre. Por consequência considerava os imigrantes europeus do Paraná detentores de plasticidade, como destacados pelo escritor pernambucano. De acordo com Souza (2000) o *ethos* português teria contornos de contemporização e plasticidade, ou seja, uma personalidade figura com condições de forjar-se em todos os momentos. Não havendo bases e ideais irremovíveis era despojado de

¹⁰⁶ O conceito Paranismo caracterizou-se por um movimento intelectual do início do século XX no estado do Paraná. Tendo como grandes expressões Romário Martins Rocha Pombo, Nestor Victor, Dario e Emiliano Pernetá, buscava construir uma identidade para o estado, com base em uma nova tradição, folclore e características exóticas.

preconceitos absolutos. Essa faculdade definida como plasticidade considera a influência negra no âmbito da língua, religião e na interação das profundezas das emoções humanas.

Mas o português é precisamente a figura do contemporizador por excelência e é, exatamente nesse traço da predisposição ao compromisso, que ele se diferencia do colonizador espanhol e, especialmente, do anglo-saxão nas Américas. É o português o portador da característica mais importante da vida colonial brasileira: o elemento da “plasticidade”, do homem “sem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis” (cf. Freyre, 1957, p. 191). É essa plasticidade que irá propiciar a extraordinária influência da cultura negra nos costumes, língua, religião e, especialmente, numa forma de sociabilidade entre desiguais que mistura “cordialidade”, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido e praticamente todas as nuances da emoção humana. (SOUZA, 2000, p.76)

De acordo com Meucci (2007), Wilson Martins sobrevaloriza social e culturalmente a presença do imigrante, particularmente do alemão, engendrando uma identidade mítica estruturada na distinção do estado do Paraná em relação ao restante do país. Pois, seria a unidade da federação sem negros livres ou escravizados, tendo uma população exclusivamente de origem europeia. Contudo, Wilson Martins não aderiu completamente à perspectiva freyriana sobre a escravidão, pois negou por um lado à existência do patriarcalismo e por outro à escravidão em território paranaense, como uma instituição fundante das raízes de sociabilidade.

Em outra perspectiva, Westphalen¹⁰⁷ (1968, apud Felipe, 2015) demonstra que a concentração demográfica negra no Paraná desde meados do século XIX estava na casa de 40%, o que desconstrói as narrativas e visão eugênica de um Paraná majoritariamente branco. Por conseguinte nas regiões portuárias paranaenses a presença negra era extensiva, com números bastante superiores, chegando a 50% da população no caso da cidade de Paranaguá.

A partir desse cenário e das consequências e impactos gerados pelas teorias racialistas e biologicistas e dos pressupostos do movimento Paranista, se deslinda as engrenagens de expropriação territorial do quilombo Invernada Paiol de Telha. Nesse cenário a colonização alemã e eslava da região teve grande protagonismo. Corroborando essa realidade na perspectiva quilombola Mariluz Marques Follmann se posicionou sobre a retomada do território e a presença negra no Paraná.

A luta pela retomada do **Fundão**, já existe há 70 anos. Por mais que os poderosos da época na admittissem a presença dos negros e negras no Estado do Paraná, mesmo assim, nossos avós e bisavós já vinham buscando seus direitos. O negro e a negra nunca teve voz nem vez na região, com isso as suas lutas foram ignoradas. **A partir de 1989, seu Domingos dos Santos, seu Eugênio Guimarães, seu Domingos dos**

¹⁰⁷ WESTPHALEN, Cecília M. Pequena História do Paraná. Curitiba, Melhoramentos, 1968.

Santos, Dona Anália dos Santos e seu Ovídio reativaram a luta, procurando a Pastoral da Terra e começaram a reunir os Herdeiros do Fundão, esses se uniram na luta novamente, fazendo passeatas, reuniões, assembleias. Em 2004, dois momentos especiais aconteceram: foi elaborado um livro contendo a história da Invernada Paiol de Telha Fundão, com o título “O Sangue e o Espírito dos Antepassados” da professora Miriam Hartung, publicado pelo NUER-UFSC, também a emissão da certidão de autorreconhecimento quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares, na qual a Comunidade Negra, ou seja, os Herdeiros do Fundão passaram a se reconhecerem como Comunidade Negra Quilombola, mas antes de tudo Herdeiros do Fundão”. (COMUNIDADE QUILOMBOLA, 2009, p. 9, grifo nosso)

Conforme Anjos (2015) essas realidades históricas podem ser compreendidas como resquícios ou subprodutos imagéticos e fáticos da dominação colonial-imperial. Nessa perspectiva, Hartung (2004, p. 15) demonstra como a historiografia paranaense esteve sempre conectada e comprometida com os interesses hegemônicos para manutenção do poder.

A história de grupos como o da Invernada raramente foi registrada pela historiografia paranaense oficial, atitude que não foge à regra. Uma certa História sempre preferiu destacar e glorificar a presença e a atuação dos dominantes econômica, social e politicamente. No caso específico do Paraná, a fundação e constituição do Estado se confunde e se resume na presença dos europeus e seus descendentes. (HARTUNG, 2004, p. 15)

Os mecanismos de produção e reprodução da invisibilidade étnico-racial são ressignificados a partir da emergência e reconhecimento dos quilombos paranaenses, pois rompem com o eurocentrismo e com a normatividade do pensamento colonialista. Nesse sentido, Felipe (2015) demonstra como o patrimônio cultural negro é constituído por práticas de vida, memória e sistemática reformulação identitária.

A partir desse pressuposto legal entendemos que os quilombos paranaenses se organizam como patrimônio cultural negro, visto que é local de resguardo de práticas de vida significativa a formulação e reformulação da identidade da população afro-brasileira do Paraná. Caso este da comunidade Quilombola Paiol de Telha que, ao explicar sua história e seu modo de vida na atualidade, busca no passado e na sua ancestralidade raízes para explicar a sua identidade. (FELIPE, 2018, p 3309)

Os aspectos constitutivos da formação cultural e identitária do Paraná e a tensão social decorrente da invisibilização negra e do projeto civilizatório eurocêntrico objetivou suprimir a diversidade e a memória afro-brasileira. O suporte ideológico do movimento Paranista e seus aspectos imagéticos e simbólicos estavam fundados em um ideário de superioridade racial. Tal realidade histórica produziu opressão e justificou a anulação dos direitos e garantias nos negros herdeiros do Fundão.

Na sequência abordamos a secular luta dos herdeiros quilombolas, a partir dos relatos e narrativas dos protagonistas inseridos na saga de resistência, por intermédio dos saberes negros. Identificamos nessa conjuntura os elementos culturais como a oralidade, a memória e a ancestralidade estruturando a relação com o território tradicional, fator espiritual de conexão com os antepassados. Por conseguinte, os saberes enraizados na memória estruturaram políticas e espaços de resistência. A história do Paiol de Telha exprime a episteme ou saber quilombola da resistência, mobilizando um conjunto de elementos políticos, culturais e simbólicos.

4.1. INVERNADA PAIOL DE TELHA: A LUTA SECULAR PELO DIREITO À TERRA

Segundo Hartung (2004) no ano de 1860 a fazenda Invernada Paiol de Telha estava situada na cidade de Reserva do Iguaçu e integrava o Distrito de Pedro Lustosa no município de Reserva do Iguaçu, comarca de Pinhão. Essa região compõe os campos de Guarapuava. A fazenda originalmente tinha cerca de 8.712ha e era destinada essencialmente à criação de gado *vacum* e muares. Na região as atividades econômicas preponderantes eram: o extrativismo vegetal, a pecuária, a agricultura, a indústria madeireira, ervateira e produção de alimentos. E as fazendas de criação de gado se transformaram em invernagem, constituindo-se como a principal atividade econômica da região.

A pesquisa de Hartung (2004), Gutiérrez (2004) e Silva, L. G. et al (2008) evidenciam a significativa transformação nos modelos produtivos das fazendas paranaenses como na década de 1730. E como as atividades de criação de gado foram impactadas, gerando um crescimento e concentração da Invernagem. Sendo influenciada também pela abertura do caminho de Viamão, estrada que cortava os campos paranaenses e destinava-se a conduzir o gado e mulas oriundos de São Pedro do Rio Grande do Sul, das Missões de Corrientes, do Uruguai e Paraguai até Sorocaba. Assim, evidenciou-se a incapacidade do gado paranaense de atender as regiões de extração de ouro de Minas Gerais e de Cuiabá, por conta do alto preço e deterioração do rebanho local. Essa realidade foi contrastada pelas boas condições da agropecuária do Rio Grande do Sul, que destacava-se na criação do gado muar.

Sendo uma propriedade de médio porte, além da inserção nas atividades da agricultura, os cativos também atuavam na carpintaria, como sapateiro, alfaiate, arrieiro, cozinheiro e campeiro. Não obstante, a maior parte concentrava-se nos trabalhos da pecuária e serviços domésticos. Em tal debate, Hartung (2004, 2008) coloca em perspectiva as análises de Octavio Ianni e Florestan Fernandes, onde os cativos e suas relações sociais e familiares

seriam simples peças na estrutura do sistema escravocrata. Para ela os contextos matrimoniais transponham as estruturas assentadas no trabalho dos escravizados, assim, Dona Balbina ao doar as terras e alforriar os escravizados, os fez herdeiros e reconheceu as estáveis e organizadas relações familiares.

Foi a partir desses desdobramentos históricos e geográficos que a destinação e doação ocorreu a partir de um testamento que assegurava aos escravizados e libertos o direito de permanência e usufruto do território. Conforme fragmento do documento abaixo:

... que os escravos que meu finado marido deixou como libertos com a condição somente de me servirem durante a minha existência são os seguintes: Heleodoro e sua mulher Feliciano, Manoel, José Velho, José dos Santos, Izidoro, Eduardo, Dinna, Joaquim, Libânia e Rita, os quais todos, tendo me prestado bons serviços, ficam por isso gozando da liberdade. Declaro que depois do falecimento de meu esposo possuí mais dois escravos, sendo estes: José Marcos, meu afilhado, e Generosa, os quais ficam libertos sem mais condição alguma, o dito José Marcos, fica também liberta a mesma Generosa, com a condição, porém, de servir por espaço de quinze anos dois órfãos que estou criando, de nomes: Maria Antônia dos Santos e Porfíria Pedra, dos quais se alguma casar, ficará ela servindo a que ficar solteira e dela não poderá retirar-se sem completar os quinze anos contados do dia de meu falecimento. **Declaro que a invernada denominada Paiol de Telha, que possuo na fazenda de Capão Grande, e que principia desde: Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura nela existentes, ficam pertencendo por meu falecimento a todos os escravos acima mencionados e às suas famílias, para nele morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica patrimônio dos mesmos.** (TESTAMENTO BALBINA F. SIQUEIRA 1860¹⁰⁸, apud HARTUNG, 2008, p.73, grifo nosso)

Segundo Hartung (2004, 2008) desde 1860 quando Dona Balbina Francisca de Siqueira destinou o campo, Invernada Paiol de Telha aos libertos então residentes no local, não havia uma precisão quanto às dimensões reais da fazenda. A mesma lógica se mostrou presente após um século quando descendentes dos escravizados apresentaram um documento de registro da propriedade, onde não é abordada a extensão do imóvel, demarcando-se apenas seus limites.

A extensão da Invernada Paiol de Telha é referida apenas em uma escritura de compras e venda da propriedade, de 1974 (ver anexos, documento 03). Conforme este documento, a área em questão totaliza 3.000 alqueires, isto é, 7.260ha. Certamente o território da Invernada está também especificado no inventário de Dona Balbina, documento ao qual não tivemos acesso. (HARTUNG, 2004, p. 25)

No contexto da invisibilidade historiográfica em relação às narrativas e cultura negra no Paraná o discurso colonizador fragmentou e suprimiu as identidades dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido os “Índios, negros e seus descendentes ficaram

¹⁰⁸ CF: Testamento de Balbina Francisca Siqueira. Arquivo de Notas do Cartório Gouveia. Autos findos e arquivados de inventário sob nº 50, fls. 4-4v. Vila Guarapuava, 2 de julho de 1860.

diluídos em categorias vagas, imprecisas e homogeneizantes tais como “caboclos”, “nacionais” ou “brasileiros.” (HARTUNG, 2004, p. 15).

A luta política e cultural centrada na reconquista do território, está historicamente sustentada na ascendência negra dos escravizados, dos libertos e de forma geral dos herdeiros do território. E foi resgatada na denominação da Associação – Heleodoro Reintegração Paiol de Telha, fundada no ano de 1996. Essa memória da origem negra e das relações de vida e coexistência no território parece ter mantido a coesão entre os descendentes, mesmo quando fora do território e espalhados no entorno de Guarapuava. A Ilustração N°17, logo abaixo, exemplifica as correlações familiares de Heleodoro.

É relevante destacar, conforme as pesquisas de Hartung (2004, p.45), que entre os anos de 1854 e 1865 conviveram na fazenda Capão Grande, os escravocratas, os escravizados e os libertos. E por conseguinte, um número significativo de núcleos familiares estruturados com pai, mãe e filhos. Nessa conjuntura, a história dos herdeiros do Paiol de Telha teve sua gênese a partir de duas importantes famílias, a de Heleodoro e Feliciano, dois cativos de Dona Balbina que no ano de 1858 formaram um núcleo familiar na localidade.

Aos 14 de fevereiro de 1858, nesta vila de Guarapuava da Província do Paraná, (...) em minha presença, e das testemunhas abaixo assinadas (...) em minha presença, e das testemunhas abaixo assinadas (...), e pessoas de mim reconhecidas, às nove horas da manhã (...) receberam em matrimônio = Heleodoro, crioulo, escravo de Dona Balbina Francisca Siqueira (...), com Feliciano, crioula, escrava da mesma Dona Balbina (...) “Declaro, que a Invernada Paiol de Telha (...) com as terras de cultura (...) ficam pertencendo por meu falecimento a todos os escravos acima mencionados, e à suas famílias (...).¹⁰⁹ (LIVRO 3B DE ASSENTAMENTO apud HARTUNG, 2004, p. 29)

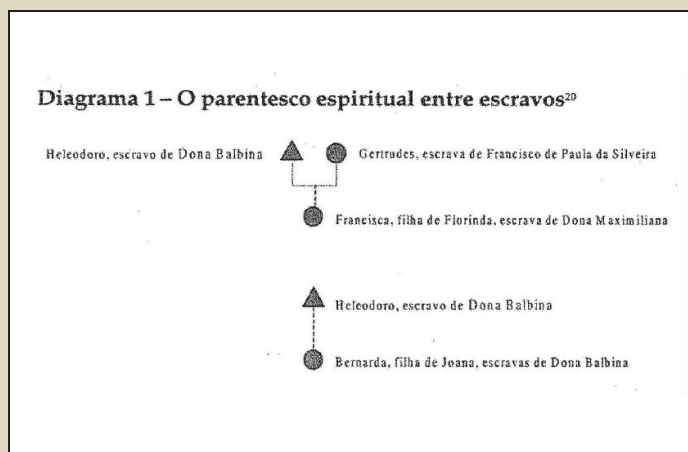
Na fazenda os arranjos familiares estavam estruturados por laços estáveis visando à preservação e continuidade do grupo familiar, os documentos e relatos orais ressaltam a transmissão geracional da história. A territorialidade e a pertença ao local estavam baseados nas correlações familiares instituídas. Conforme informações apuradas por Hartung (2004, 2008) havia uma preocupação dos escravocratas quanto ao futuro dos alforriados. Demonstrando quão complexa era a realidade das relações escravistas, marcadamente caracterizada pelo comércio e coisificação humana, contudo no pós-escravidão a condição socioeconômica dos descendentes não se modificou.

Dito de outra forma, a documentação que demonstra que os escravos e libertos da Capão Grande estavam organizados em famílias e que mantinham entre si relações de parentesco, sugere também que sua organização social era relativamente estável e

¹⁰⁹ PNBSBG/Livro3B de assentamento de escravizados.

visava, ao ampliar a rede de relações, preservá-la, isto é, permitir sua continuidade. (HARTUNG, 2004, p. 32)

ILUSTRAÇÃO Nº 17: O PARENTESCO ESPIRITUAL ENTRE OS ESCRAVIZADOS



FONTE: HARTUNG, 2004, p. 31

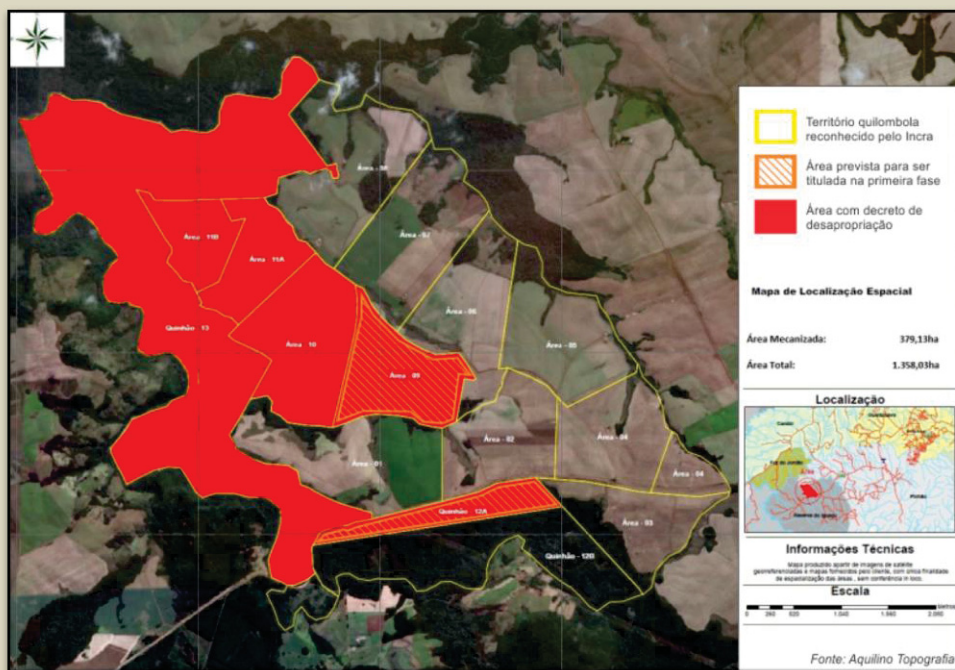
Destarte a autora aponta como a doação corroborou os laços de organização dos cativos em termos sociais e estruturais, possivelmente retirando um caráter de coisificação dos escravizados e os tornando sujeitos e protagonistas de suas narrativas históricas. A doação de aproximadamente oito (8) mil hectares de terra ocorreu 28 anos antes da abolição da escravidão, colocando os destinatários em uma condição de distinção em relação à muitos brancos economicamente despossuídos. Conforme assento de casamento e testamento de doação de terra, demonstra as relações estruturadas no âmbito do processo escravista:

Uma das principais condições ou cláusulas testamentárias exaradas por Dona Balbina, ou talvez a mais relevante, era a inalienabilidade das terras, ou seja, os herdeiros não poderiam vender ou comercializar o território, devendo permanecer na condição de usos e frutos. Não obstante, ato contínuo a elaboração do testamento e falecimento da escravocrata Balbina em 1860, uma célere e sistemática dinâmica de expropriação corporificou-se no território, tendo seu epílogo no ano de 1975. Um dos principais atores no processo de esbulho supostamente legal foi o Sr. Pedro Lustoza de Siqueira, sobrinho dos antigos donos do território, tendo se apropriado indevidamente de aproximadamente 1.240 alqueires.

“Quilombolas são todas as famílias negras do Brasil. Agora da situação da família da Invernada Paiol de Telha que em modo geral a gente se considera como quilombola e como herdeiro da Invernada Paiol de Telha dos escravos de Dona Balbina Francisca de Siqueira, que foi a que doou a seus 11 escravos. Desses hoje têm descendentes que estão aí se batendo em busca da vitória, porque nós perdemos as nossas terras e a liberdade de conviver como nós convivemos, hoje as coisas estão muito difíceis. **Não somos aquele quilombola que o governo vai ter que comprar a terra de alguém para doar a eles, que isso é uma mentira porque não está**

existindo nada é só no papel, não está sendo aprovada nada, nós não somos esses, o que nós queremos do governo é que ele pegue as terras que Dona Balbina deixou para nós, onde diz no documento ‘sem nunca poder dispor disso, ficará como patrimônio dos negros’, nós somos reconhecidos e o documento foi reconhecido”¹¹⁰. (COMUNIDADE, 2019, p. 3, grifo nosso)

ILUSTRAÇÃO Nº 18: FOTOGRAFIA SATÉLITE DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA



FONTE: AQUILINO TOPOGRAFIA - TERRA DE DIREITOS, 2019¹¹¹

Por meio dos relatos dos herdeiros de Dona Balbina e das sub-reptícias formas de expropriação do território compreendemos que a qualidade produtiva das terras foi uma das principais motivações nesse contexto histórico. Realidade distinta do assentamento Paiol de Telhas na colônia Socorro, distrito de Guarapuava, território onde no ano de 1998 foram assentadas algumas famílias. Conforme relata uma das lideranças quilombolas, a Sra. Ana Maria da Cruz, em entrevista no ano de 2019, ao se referir às terras do assentamento na colônia Entre Rios, em Guarapuava.

Então, no processo do assentamento, eu costumo dizer a todas as pessoas que conversamos destacando que foi mesmo um jogo político, porque o meu povo em 1996 ocupou uma das fazendas, das quais nós fomos donos lá em Reserva do Iguaçu no Fundão. Meu povo ocupou essa fazenda e eles foram expulsos por várias e várias vezes em 1996 e ficaram acampados na beira da estrada por sete meses, de 1996 até julho de 1997. Tendo como consequência a seguinte dinâmica histórica, como eles queriam ficar com o nosso território, compraram essa terra aqui do assentamento

¹¹⁰ Depoimento do líder quilombola Domingos Gonçalves Guimarães, 87 anos. Para utilização da entrevista a autorização ocorreu em 09 de março de 2020, via telefone.

¹¹¹ Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/overnada-paiol-de-telha-e-o-primeiro-quilombo-titulado-no-parana/23069>>. Acesso em: 10 mar. 2021

1058 hectares, que corresponde a 521 alqueires. E trouxeram para cá 64 famílias, lá das famílias do fundão, colocaram aqui e o processo foi muito rápido por que quando vai se criar um assentamento do MST, se leva em média 6, 8 e até 10 anos, e o nosso ocorreu dentro de uma semana, tudo que era para ser feito para assentar foi feito. Compraram a terra, pagaram, fizeram tudo certinho, ou seja, maracutaia de quem? Governo Federal que é o INCRA, Governo do Estado, Município de Guarapuava juntamente com a Cooperativa Agrária Entre Rios. Então para dizer assim: “agora vamos colocar esses pretos, essas pretas aqui no assentamento e eles não vão mais incomodar por querer as terras que é por direito deles”, em 1998 trouxeram todo o povo para cá, as famílias que estavam lá, mas uma parte das famílias não veio. Ao total 64 famílias foram assentadas aqui, uma terra de péssima qualidade, eles trouxeram o povo para ver essa terra a noite, inclusive tinha um de nossos mais velhos com dificuldade visual, como teriam condição de chegar aqui à noite e saber se a terra era boa ou não.¹¹² (CRUZ, A. M. 2019, não paginado)

Nos anos de 1940 os descendentes e herdeiros ajuizaram ação questionando a concessão feita a Pedro Lustoza e solicitando as terras subtraídas pelo sobrinho de Dona Balbina, contudo, não houve mudança no cenário e a posse da terra não foi retornada. Com efeito, o período em que a expropriação foi mais acentuada e violenta ocorreu entre os anos de 1960 e 1970. Nesse ínterim o território foi subtraído praticamente em totalidade, conforme Hartung (2004, 2008), em 17 de agosto de 1967 vinte oito descendentes transferem seus direitos hereditários para Alvy Baptista e João Pinto Ribeiro. Como consequência, nessa transação cerca de 50% do território saiu do controle e propriedade dos herdeiros do fundão.

O cenário derradeiro efetivou-se entre os anos de 1973 e 1975, protagonizado por novos atores, mas como *modus operandi* essencialmente correlato aos utilizados anteriormente em 1967 com o escopo na supressão dos direitos territoriais. Nesse momento colocaram-se em funcionamento os expedientes mais violentos e violadores em detrimento dos descendentes herdeiros, mecanismos como falsificação de documentação de posse, intimidação, ameaças e violência moral e física.

[...] Eles contam da forma violenta como foram expulsos na década de 1960 a 1980, através da ajuda de Coronéis da época, juizes, o Pacheco que sempre é falado. Eles burlaram e falsificavam documentações para se intitularem donos e que teriam comprado às terras dos Negros. E por que essas terras são muito cobiçadas? Porque são terras boas. E por que terras boas na mão de negros? E por que os negros com terras boas? Então foi dessa maneira que eles começaram a articular naquela época, essa revolta de querer a ambição, a ganância, onde eles começaram a falsificar documentos e forjar a venda. Até meu avô, posso falar, porque até o meu avô Antônio Rocha na época, digamos o terreno lá na minha casa hoje, por exemplo, vale cem mil, eles chegavam e diziam te dou dez mil, vinte mil para você sair com vida. As pessoas eram obrigadas a aceitar e obrigadas a assinar aquele documento onde vendiam forçosamente aquela parte, só que muitos morreram, foram assassinados aqui, muitos tiveram suas casas queimadas, suas plantações devastadas. Os animais de criação eles mataram e encurralaram as pessoas obrigando a saída e os resistentes infelizmente foram assassinados, foi uma crueldade imensa. Então da parte do meu Avô, eles pegaram a trouxinha o pouco dinheiro da suposta “venda” do

¹¹² CRUZ, A. M.. Entrevista. Informação Verbal. 2019.

território e compraram uma casinha velha lá em Guarapuava onde criaram sua família. Eu lembro quando saímos dessa casa velha, tinha três anos e fui morar onde estou até hoje, mas eu tenho recordação, fazendo as contas até a Erenice morava junto conosco. (SANTOS, 2020, não paginado)¹¹³

Com efeito, as formas de poder buscam a manutenção das estruturas conservadoras, pois o uso do território é conflitante nas fronteiras e nos grupos socioeconômicos. As formas persecutórias eivadas de violência caracterizam comumente relações de disputa pela terra, no âmbito quilombola, essa realidade é concreta considerando o racismo estrutural. Por conseguinte as disputas e os imaginários conforme destaca Santos, D. R. (2020), não concebia a possibilidade de negros detentores de terras produtivas, realidade perceptível na Invernada Paiol de Telha. Para Hartung (2004) o contexto de expropriação da fazenda Capão Grande foi protagonizado, sobretudo, por familiares dos antigos donos.

A primeira desapropriação foi efetuada pelo sobrinho e afilhado da proprietária, Pedro Lustoza de Siqueira, herdeiro do restante da Capão Grande. Aproveitando-se da confiança dos herdeiros, Pedro Lustoza teria se apossado de metade das terras da Invernada Paiol de Telhas, restando aos herdeiros deste campo apenas 1.240 alqueires. O relato dos atuais descendentes apresenta Pedro Lustosa como um senhor bondoso - *os escravos sentavam à mesa com ele; o irmão da minha bisavó, o tio Chico Soares, era o braço direito dele* -, porém, ganancioso, característica que o teria feito ignorar os desejos testamentários de sua tia e madrinha. (HARTUNG, 2004, p. 49)

Dois protagonistas importantes se destacam em meio a indevida apropriação das terras, o primeiro foi o delegado Oscar Pacheco dos Santos e a segunda a Cooperativa Mista Agrária Entre Rios, ambos segundo as narrativas históricas locupletaram-se financeiramente por intermédio das inúmeras manobras cartoriais apropriando-se de aproximadamente 1600 alqueires. Amparados na política do governo Estadual e Federal caracterizada pelo *laissez-faire*, *laissez-passer*, ou seja, favorecendo a ocupação das terras herdadas por figuras poderosas da região no âmbito político e comercial. Face às dinâmicas de supressão dos direitos territoriais, inúmeras agitações de feição contestatória no rastro da retomada e reintegração territorial ocorreram protagonizadas pelos herdeiros. Em decorrência o aparelho estatal novamente omitiu-se e agiu com negligência fazendo ouvidos moucos e “vista grossa” para as inúmeras formas de violência e coação empregadas em desfavor dos descendentes de africanos.

Em 17 de agosto de 1967, vinte e oito (28) descendentes repassaram seus direitos territoriais para Alvy Baptista e João Pinto Ribeiro por intermédio de uma escritura cartorial,

¹¹³ SANTOS, D. R.. Entrevista. Informação Verbal. 2020.

comprometendo a posse e permanência em 50% do residual da propriedade, uma transação financeira no valor de 100 mil cruzeiros novos. Consentâneo aos relatos dos antigos moradores e a experiência de perda ocorrida na década de 1940 para os herdeiros de Pedro Lustosa, os encaminhamentos cartoriais ocorridos em 1967 objetivavam enganar os lédimos proprietários, uma vez que esses buscavam a regularização fundiária. Nesse sentido destaca Guimarães (2020) “E aí, com tanta briga pra cá e briga pra lá, nunca foi entregue as terras. E em 1930 ou 1940, Lindalva de Oliveira e João Ferreira de Oliveira, que eram descendentes dos escravizados, entraram na justiça pedindo a entrega do resto da Fazenda.”. Nos documentos cartoriais não se menciona a área supostamente negociada, consta unicamente a operação de transferência dos direitos. A derradeira usurpação ocorreu no ano de 1975 quando 56 famílias foram expulsas do território com extrema arbitrariedade e violência.

A violência nesse processo se estende ao período da aquisição dos direitos hereditários pela Cooperativa, da qual participaram o delegado e a força policial local. Inconformados com a perda das terras, os descendentes dos escravos e libertos herdeiros, além de contestarem a legitimidade do processo, decidiram permanecer em suas terras. A resposta não tardou e a partir daquele momento, a mando do delegado Oscar Pacheco, foram queimadas casas, insumos, plantações, colheitas e maquinários. (HARTUNG, 2004, p. 69)

O Sr. Domingos Gonçalves Guimarães também destacou em entrevista as especificidades do processo de violência distintiva da segunda e mais letal expulsão do território dos herdeiros negros:

E aí o que aconteceu? Quando fomos expulsos, eles queimaram os pertences de uma pessoa que trabalhava lá, o doutor Pacheco mandou queimar 350.000 Kg de adubo, uma máquina Tyson, que é aquela menor. Um trator de esteira, um trator de agrícola de 85 e queimou 20 tambores de óleo *diesel*. Queimou tudo que tinha no barracão. [...] E queimou tudo! Ficamos da meia-noite ao meio-dia olhando os bens serem queimados de fora. E quando menos esperávamos a cooperativa já estava lá.¹¹⁴ (GUIMARÃES, 2020, não paginado)

Devido a esse contexto é imperioso demarcar como no interstício dos anos de 1967 a 1974, período de repressão militar e cerceamento dos direitos políticos e civis, o Paraná viveu grandes movimentações fundiárias. Esse cenário foi caracterizado por negociações com companhias particulares, onde grandes territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais foram anexados. A realidade fundiária em questão foi consentânea ao projeto de modernidade e incentivou a colonização alemã, e por consequência suprimiu os direitos e garantias dos descendentes. Dessa conjuntura histórica uma espécie de higienismo e gentrificação étnico-territorial apresentou-se, como é perceptível atualmente na Colônia alemã

¹¹⁴ GUIMARÃES, D. G.. Entrevista. Informação Verbal. 2020.

Entre Rios no Distrito de Guarapuava. Em termos ideológicos o Paranismo e seus elementos simbólicos podem ser esclarecidos a partir de Quijano (2010), e a colonialidade do poder.

Para a narrativa paranista a modernização do território paranaense era imprescindível e passava pela reocupação das terras consideradas devolutas, sendo necessário favorecer grandes proprietários e as companhias, nacionais e estrangeiras. Pois, os posseiros, caboclos e nacionais eram considerados os responsáveis pelo atraso civilizacional da região. Logo para Hartung (2004, p. 67) “No que tange à terra, o modo como se deu a expropriação da Invernada esteve em perfeito acordo com as ideias e práticas correntes no Paraná desde meados do século XIX até aquele período, tendo o aspecto ideológico desempenhado igualmente papel relevante.”.

Ato contínuo, em 17 de Setembro de 1974 lavrou-se uma Escritura Pública de compra e venda entre Oscar Pacheco, o temido delegado que incendiava as propriedades dos negros, e a Cooperativa Agrária Limitada. No documento, 1600 alqueires do território herdado foram negociados no valor de 10 milhões de cruzeiros, portanto, 90% dos 1600 alqueires e posteriormente a Cooperativa adquiriu o restante. As relações de afluência sustentadas na genealogia foram determinantes na região, pois, instituíram um emaranhado de conexões espúrias para o favorecimento político e econômico de determinados grupos, definindo também os padrões do familismo, existentes no poder judiciário local. Com efeito, as relações arcaicas do familismo e dos privilégios definiram o futuro dos negros do Fundão, pois, em 1975 a Sra. Iracema Trinco Ribeiro, esposa de João Trinco Ribeiro, um dos pseudocompradores do território, tornou-se procuradora dos herdeiros.

Tais sistemas de poder e afluência estão sustentados no familismo e nepotismo, essas redes de dominação podem ser elucidadas com as pesquisas de Oliveira, R. C. (2017), explicitando as relações firmadas politicamente no interior das instituições em função das genealogias familiares e seus interesses de manutenção do status socioeconômico. As estruturas estão formatadas a partir dos contornos da modernidade, da complexidade e da racionalidade. E funcionam centradas na autonomia política, em decorrência, escancaram os mecanismos e sistemas de reprodutibilidade sócio-histórica das famílias na sociedade contemporânea. As singularidades das relações estruturadas a partir das influências familiares no ambiente rural, comprometem a autonomia e solapam as instituições sociais. Como visto nas relações políticas e nos interesses econômicos que parecem ter contaminado parte do Poder Judiciário em Guarapuava, entre as décadas de 1960 e 1980, comprometendo os interesses dos descendentes herdeiros no Paiol de Telha.

Ao realizarmos o mapeamento de trabalhos que trazem a referida problemática, verificamos que, somente a partir dos anos 1990, são retomadas discussões que pontuam a relevante conexão das relações familiares na esfera política, expressando a continuidade da variável família no campo político institucionalizado, com relações de poder complexas que se materializam no interior de instituições racionais, burocráticas e modernas. Cabe pontuar aqui que tais trabalhos assumem a perspectiva na qual as transformações ocorridas na sociedade brasileira de várias ordens não foram capazes de separar a presença de relações familiares no campo político. Mas, ao contrário, tais grupos manifestaram habilidade política de se sobrepor às mudanças e reconfigurar suas estratégias de poder e riqueza, mantendo e reproduzindo estratégias familiares e sobrenomes em meio ao aprofundamento do capitalismo, do processo de urbanização e de modernização da sociedade brasileira. (OLIVEIRA, R. C. et al. 2017, p. 172)

Conforme Hartung (2004) a Cooperativa Mista Entre Rios tendo supostamente o direito à herança movimentou-se para regularizar as terras por intermédio do dispositivo jurídico, usucapião rural, no ano de 1981. Processo impugnado pelo Estado e por alguns descendentes, contudo, no ano de 1991 a demanda foi julgada procedente, habilitando a Cooperativa na condição de proprietária do território. Mais uma vez as relações de poder e favoritismo familiar privilegiaram os interesses particulares de um segmento em detrimento da efetiva justiça e reparação histórica e étnico-racial. É notório o conflito de interesses, parcialidade e suspeição, pois o magistrado habilitado e instrutor do processo, Sr. João Trinco Ribeiro era filho de Sr. João Pinto Ribeiro, esse último, personalidade correlata e importante na expropriação do território.

Como indicam suas assinaturas, Amoriti é ninguém menos que o filho de João. Foi João quem, no ano de 1967, juntamente com Alvy Vitorassi, adquiriu parte dos "direitos hereditários" de algumas pessoas que viviam no local, sendo esses direitos mais tarde cedidos e transferidos, em 1974, ao delegado local, Oscar Pacheco dos Santos. Como salientado, já na posse da área, em 1981, a Cooperativa, objetivando a regularização da área e dos direitos adquiridos, demandou usucapião sobre as terras adquiridas em 1974. O ganho de causa à Cooperativa foi dado em 1991. As terras dos libertos legatários passavam, definitivamente, às mãos da referida empresa. Neste mesmo ano, mas um mês antes de tê-los adquirido, o referido delegado vendia à Cooperativa Central Agrária Ltda. "Uma área de campos e capões no imóvel Paiol de Telha, também conhecido como Fundão", bem como cedia a esta Cooperativa "os direitos hereditários e de posse" sobre a referida área. (BUTI, 2009, p. 79)

No ano de 1975 praticamente todas as famílias foram retiradas do território e se espalharam pela região metropolitana de Guarapuava, Pinhão e outras localidades mais distantes. Por óbvio um número expressivo de famílias adentraram em uma condição socioeconômica de extrema pauperização e muitas delas se esfacelaram na indigência. Apesar disso, um número de descendentes permaneceu aglutinado em Guarapuava, Pinhão e arredores, contribuindo para a primavera quilombista de Reserva do Iguaçu na década de

1990. Quando ocorreu uma sólida reorganização e luta para retomada do território assumiu novos contornos.

Em decorrência, no ano de 1994 os herdeiros do Paiol de Telha contataram entidades sociais para pleitear o resgate do território e no ano de 1997 um coletivo voltou a reivindicar o direito às terras expropriadas. Inicialmente 41 pessoas juntaram-se e por quase um ano e meio mantiveram-se acampados à margem da propriedade em um local conhecido como barranco. Conforme observamos na Ilustração Nº 19, na sequência, as condições estruturais do Barranco eram de grande penosidade material, nas quais estavam submetidos os herdeiros do território no encalço da justiça socioterritorial, reparação histórica e ao menos um mitigar das iniquidades consumadas.

“Vai fazer dois anos dia 7 de janeiro que estamos no Barranco. O que é mais difícil é a água, luz, poeira e lenha, porque eu não posso puxar água. Quem puxa água para mim são os companheiros. Já teve ameaça maior da Agrária, mas agora não ameaça tanto como a polícia, não podemos fazer movimento que eles vão duas ou três vezes. Varam de dia e de Noite”.¹¹⁵ (COMUNIDADE QUILOMBOLA, 2009, p.8)

A precariedade material inerente à localidade denominada de Barranco, na qual os descendentes mantiveram-se embaixo de lonas, provocou grande pressão e comoção social junto ao poder público e a mídia de forma geral. De acordo com Felipe (2015) o quilombo pode ser considerado um local de memória, onde se define também a identidade, nesse sentido os diversos núcleos onde os herdeiros do território Paiol de Telhas passaram a morar, após a expulsão, também se tornaram locais de resistência. Nesse sentido, contribuindo para a luta de resgate do território herdado, mantenedores da memória e sustentados na oralidade. Como consequência, a luta e permanência no Barranco também expressa um conjunto simbólico de resistência, resgate e preservação da história negra no sul do Brasil.

O próprio conceito de quilombo foi ampliado em termos políticos e jurídicos e passou a contemplar as comunidades negras cujas formações são particulares e adversas e que se autorreconhece como uma comunidade tradicional e preservam em suas práticas cotidianas, a memória de seus antepassados escravizados no Brasil. (FELIPE, 2015, p. 3305)

A liderança do território quilombola Jucemara dos Santos viveu alguns anos no Barranco com sua família, estando no núcleo da resistência relata os inúmeros mecanismos persecutórios e de violência ao longo dos anos, com a finalidade de intimidar as famílias alojadas à beira da

¹¹⁵ Depoimento da emblemática liderança negra, Domingos Gonçalves dos Santos, então com 77 anos.

estrada. Em uma dessas situações sua irmã quase foi atingida, ao escutar o zunido de um projétil passando próximo aos ouvidos, sintônico ao relatado na sequência:

Lá no Barranco eles colocavam os Jagunços com os alemães, então quando saímos de casa, ou quando tinha um dia de chuva éramos criança e brincávamos nas valetas. De repente escutamos aqueles tiros que passavam cantando, minha irmã mesmo a mais nova que hoje está com vinte e seis anos, passou uma bala próximo ao ouvido dela, ela ficou bem surda e veio gritando para dentro do barraco, desesperada e bem surda. E aí o pai perguntava: “O que deu?” E ela falava: “Foi um tiro”, e a tínhamos pensando nela ferida por conta do disparo, meu pai começou a erguer ela de ponta de cabeça, para todos os lados para ver se a bala havia perfurado, mas Graças a Deus foi de raspão, queimou a orelha e o cabelo dela. Entre as ameaças os jagunços, as guaritas nos meios dos campos, eles ficavam nos vigiando, quarenta e oito horas em revezamento de escalas. Lembramos como os próprios alemães traziam comida para os jagunços e voltavam e se ficassemos na frente possivelmente passariam por cima com o automóvel.¹¹⁶ (SANTOS, J. 2020, não paginado)

ILUSTRAÇÃO Nº 19 - ACAMPAMENTO QUILOMBOLA BARRANCO



FONTE: Terra de Direitos, 2019¹¹⁷

A mobilização e pressão social congregando múltiplas entidades e um coletivo de assessoria aos negros herdeiros compeliu o Estado representado pelo INCRA, em agosto de 1998, a transladar algumas das famílias instaladas no Barranco para o assentamento de reforma agrária, instalado nas proximidades da Colônia Alemã Entre Rios. O território com dimensões de aproximadamente 1.000 hectares, segundo diversos relatos, teria como objetivo enfraquecer a luta originada na cidade de Reserva do Iguaçu. É importante destacar como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária não considerou as especificidades dos

¹¹⁶ Santos, J. Entrevista. Informação Verbal. 2020. Em 09 de dezembro de 2021, via WhatsApp foi autorizada a utilização da referida entrevista e demais relatos no presente trabalho.

¹¹⁷ Ilustração disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/invernada-paiol-de-telha-e-o-primeiro-quilombo-titulado-no-parana/23069>>. Acessado em 01 jan. 2020

quilombolas, colocando-os nas políticas e imaginário dos sem terra. Para Fabiani (2018) e Vogt (2014) o art. 68 do ADCT¹¹⁸ estabelece um marco divisor na história das comunidades negras brasileiras, os retirando da condição de integrantes de um campesinato brasileiro atrasado para tornarem-se protagonistas da inserção dos quilombos nas políticas públicas.

Nesta mesma linha, o Estado brasileiro, sob pressão de diversos setores sociais antes dissolvidos sob o olhar monolítico do nacionalismo militarista, segue a mesma tendência dos Estados europeus e institui, na Constituição de 1988, uma série de direitos que constituem irradiações do princípio da dignidade da pessoa humana: os direitos fundamentais. Ao longo da década de 1980, o fortalecimento dos movimentos negros por todo o país produziu um novo olhar sobre a memória da escravidão no Brasil e, consequentemente, sobre a cultura negra no país. (VOGT, 2014, p. 153)

O INCRA em 1998, segundo relato dos quilombolas, atendia exclusivamente aos interesses políticos e territoriais da elite agrária local desejosa de permanecer apropriando-se a todo custo do território destinado à comunidade negra. A líder quilombola Ana Maria da Cruz explicita os arranjos políticos na compra açodada das terras de reforma agrária como uma forma de silenciar a luta e ceifar a resistência negra. Como se sabe não houve a necessária transparência e consulta aos historicamente vilipendiados.

Então, nesse processo do assentamento costumo dizer a todas as pessoas que conversamos que foi um jogo político mesmo, porque o meu povo em 96 ocuparam uma das fazendas das quais nos fomos donos lá em Reserva do Iguaçu no Fundão. Meu povo ocupou essa fazenda e eles foram expulsos por várias e várias vezes em 96, e eles ficaram acampados na beira da estrada por 7 meses, de 96 até julho de 98. E aí o que aconteceu? Como eles queriam ficar com o nosso território, eles compraram essa terra aqui do assentamento 1058 hectares, que corresponde a 521 alqueires. E trouxeram para cá 64 famílias lá das famílias do fundão, colocaram aqui e o processo foi muito rápido porque quando vai se criar um assentamento do estado, leva-se em média 6, 10, 8 anos. O nosso dentro de uma semana estava tudo feito para assentar. Compraram a terra, pagaram, fizeram tudo certinho, ou seja, maracutaia de quem? Governo Federal que é o INCRA, Governo do Estado, Município de Guarapuava com a Cooperativa Agrária. (CRUZ, A. M., 2019, não paginado)

Dessarte todo o grande processo de resistência protagonizado pela comunidade negra herdeira do território e vitimada face todos os processos de desarticulação e vilipêndio territorial, a tragédia da expropriação não se deu unicamente em termos materiais e concretos, mas também simbólicos, imagéticos e espirituais. Os impactos históricos e culturais

¹¹⁸ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Acessado em 19 mai. 2021. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>

decorrentes da expulsão e dos 25 anos alijados do território, impactaram a preservação da memória negra e das práticas tradicionais, por consequência pulverizando os saberes ancestrais.

A partir dessas reflexões Floriani e Floriani (2020) destacam como ao serem diversas as comunidades rurais em cenários de opressão étnica ou cultural correlatas ao desenvolvimento e manutenção identitários projetam os atores socioterritoriais frontalmente contra o modelo hegemônico do agronegócio, fortemente inserido nas práticas e relações agrárias nos dias atuais. Em grande medida o processo de expropriação que vitimou os herdeiros de Balbina, os quilombolas do século XXI, ocorreu para atender a volúpia econômica dos interesses das elites e o familismo local, ordenado a partir dos arranjos culturais e identitários fincados no colonialismo e eurocentrismo. As políticas econômicas e fundiárias do estado como o favorecimento às corporações regionais levaram a disputa e colocaram em risco a existência negra até os dias atuais.

O que aparentemente pode ser percebido como algo atual nos discursos e práticas de antigas famílias das comunidades rurais envolvidas no projeto, apresenta raízes históricas profundas que remetem ao regime colonialista dos grandes latifundiários escravocratas associados aos ciclos econômicos extrativistas destruidores da natureza: mimetizada em territórios “incógnitos” de vastas áreas das Florestas da Mata Atlântica litorânea e dos planaltos, a população cabocla (indígena e negra por essência) sabiamente utiliza-se de estratégias de inviabilização e subalternização social e territorial, diante das ameaças constantes da usurpação de suas terras de posse, violentamente realizada por meio de grilagem ou pela imposição cartorial do Estado, que lhes obriga a extrair os bens naturais e negociar suas terras em troca da escritura de pequenos lotes (Lei de Terras de 1850), restando-lhes a sorte do litígio entre o poder da União e os interesses individuais de governadores provincianos sobre as terras devolutas do Estado. (FLORIANI; FLORIANI, 2020, p. 10)

O processo de expropriação do território opera dentro do sistema de hegemonia e racionalidade capitalista e neoliberal aprofundando as assimetrias entre os múltiplos grupos integrantes dos territórios e comunidades. A invisibilidade étnica e territorial inviabiliza a autonomia socioambiental das comunidades tradicionais, assente à história dos herdeiros negros. A perversidade da injustiça socioambiental, a supressão de direitos e os óbices para permanência no território, estão associados à pauperização socioambiental dos territórios. Tal realidade está comumente associada a processos de destruição dos recursos hídricos e do solo, com avanço no desmatamento. De maneira análoga, às políticas e formas de uso do território Invernada Paiol de Telha, que foi parcialmente reintegrado no ano de 2018.

Para Floriani e Florini (2020) a construção do sujeito ecológico está estruturada na consciência ecológica a partir do seguinte tripé: consciência cognitiva, consciência moral e consciência relacional a partir da alteridade. As três dimensões ressignificam as relações com

a natureza e com a consciência cognitiva, facultando a produção e reprodução da vida no espaço, no território e nos lugares. O acesso ao conhecimento científico conectado às práticas culturais dos povos e comunidades originárias, ancestrais e milenares dos camponeses, dos pescadores artesanais, dos coletores, extrativistas das florestas e dos agricultores agroecológicos é indispensável para a modernidade. Sendo assim, a necessidade de proteção e manutenção do planeta está sustentada em uma consciência moral para salvaguardar os seres vivos. Portanto, tanto a consciência ecológica, como a alteridade está pautada no respeito à natureza, em seu caráter imanente e transcendente em relação aos sujeitos singulares, coletivos e as coisas.

4.2. AS TERRAS DO ASSENTAMENTO: UMA ESTRATÉGIA INEFICAZ DE PULVERIZAÇÃO DA LUTA ANCESTRAL

De acordo com os relatos de jovens e idosos da comunidade, a entrada no assentamento do INCRA em não produziu uma resignação quanto à necessidade de retomada das terras. Sendo considerada uma simples substituição ou troca de um território por outro, embora essa fosse a solução simplificadora encaminhada pela Cooperativa Agrária Mista Entre Rios e pelo INCRA. Muito dos jovens e atualmente lideranças quilombolas, lá cresceram e desenvolveram uma relação de afeto e significado com a localidade, a mesma se tornou uma extensão do território e esteio para resistência quilombola sendo um segundo núcleo do Paiol de Telha.

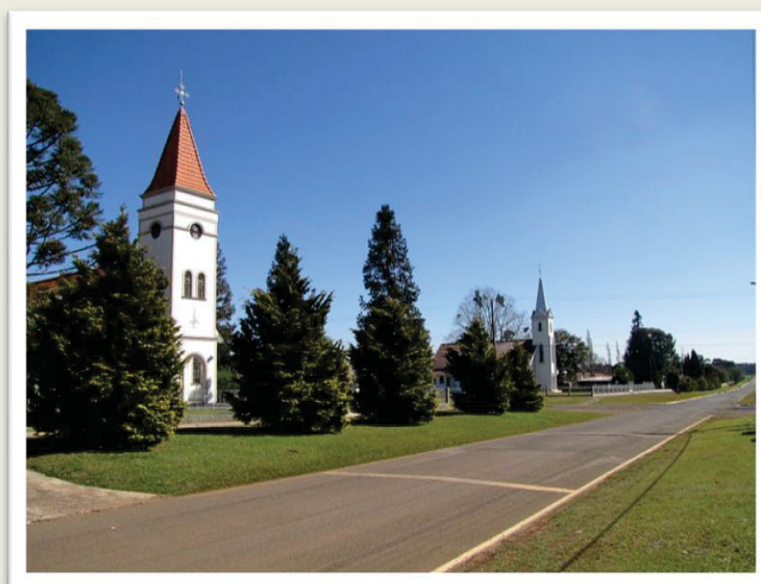
A perspectiva de uma solução tosca por parte das autoridades envolvidas, era decorrente do discurso histórico sobre as terras do fundão não serem destinadas e apropriadas para os negros. Contudo havia um objetivo claro de silenciar a luta quilombola pelo território original, fragilizar a condição política e social negra, pois estando muito próximo à Colônia Alemã Entre Rios, as crianças e jovens eram obrigados a estudar em colégios públicos com predominância e *ethos* europeu e a hostilidade fundada no racismo era constante.

Além desse contexto, Hartung (2004, p. 82) ressalta os critérios de seleção das famílias escolhidas para ocupar o assentamento, não podendo ultrapassar 65 anos, alijando várias lideranças negras com idade superior. Os mecanismos imprecisos para a escolha das famílias e a forma açodada na qual as terras foram compradas produziu fissuras e antagonismos internos concorrendo para comprometer a causa maior da reconquista do território originário. Para Hartung (2004, p.82) “Tal situação, criada pelo não reconhecimento da diferença e pela imposição de procedimentos inadequados ao caso, resultou em uma

ameaça ainda mais forte à unidade do grupo, gerando dissensões e disputas internas por postos de liderança.”. Tal estratégia de desmonte da luta foi ineficaz, pois, tanto os contemplados como os não escolhidos para as terras na Colônia Socorro se reorganizaram para continuar reivindicando o território onde estavam fincadas as tradições negras.

Contudo, os relatos do despejo do Barranco, quando os herdeiros do Paiol de Telha foram lançados como coisas no assentamento, narram crianças penduradas em caçamba de caminhão, móveis destruídos e uma desproporcional brutalização física. Considerando esse contexto, os relatos de Jucemara dos Santos, 33 anos, moradora por quatro anos no assentamento, são vigorosos, pois explicitam as narrativas negras sobre a hostilidade na entrada e permanência na Colônia Socorro.

ILUSTRAÇÃO Nº 20 - DISTRITO DE ENTRE RIOS



FONTE: WIKIPEDIA¹¹⁹

[...] Ficamos no canto e sentados em cima do colchão, enquanto os policiais espancaram os nossos pais, separaram as mulheres enquanto os homens tentavam dialogar, mas não havia diálogo e simplesmente desciam o porrete nas pessoas sem que elas pudessem se explicar. Falavam: “Vocês não podem permanecer nesse local, porque esse local não foi feito para negros e sim para os fazendeiros”, começavam a citar o nome dos alemães, falavam que estávamos ocupando um pedaço de terra que não nos pertencia, mas sempre tivemos a certeza de que era nosso. Pegaram as pessoas, os homens passaram a apanhar, o meu pai no caso chegou a vomitar sangue, ficou desmaiado e recebeu muitos pontapés, muitos chutes no estômago. Depois pegaram todas aquelas pessoas, crianças de um lado, os homens de outro e levaram todos para Colônia Socorro onde está localizado o segundo núcleo, Paiol de Telha. Ao chegarmos, desceram as crianças, lembro muito bem, tinha sete anos,

¹¹⁹ Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Entre_Rios_\(Guarapuava\)/#media/Ficheiro:Col%C3%B4nia_Samambaia.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Entre_Rios_(Guarapuava)/#media/Ficheiro:Col%C3%B4nia_Samambaia.JPG)>. Acesso em: 06 fev. 2021.

bascularam o caminhão caçamba e ficamos pendurados. A avó Ondina, mãe do quilombo, tinha um fogão a gás e foi o primeiro objeto lançado, caindo aos pedaços. Para as crianças que estavam penduradas, a avó Ondina empurrou um colchão com o pé e foram caindo uma em cima da outra naquele colchão. Eu tentava me agarrar e como éramos mais velhos, sete anos ou mais grudamos naquela caçamba para não cair, para tentar não se machucar.¹²⁰ (SANTOS, J., 2020, não paginado)

Esse contexto de violência e terror narrado acima foi similar ao ocorrido na década 1970 quando ocorreu a derradeira expulsão do território por intermédio de intimidações morais e físicas, casas queimadas, pessoas alvejadas e documentos fraudados. O assentamento quilombola no Distrito de Entre Rios também corroborou essa realidade, pois, não era um local de fácil acesso.

Pudemos sentir um pouco da hostilidade germânica quando estivemos pela primeira vez no assentamento Paiol de Telha no distrito de Entre Rios, tentando chegar ao território quilombola na cidade de Reserva do Iguaçu, pela rodovia estadual (PR) 170. Utilizando o GPS, fomos direcionados ao distrito de colônias eslavo-germânicas, denominado Entre Rios, a 18 km de Guarapuava, é formada por cinco colônias, com ruas muito bem asfaltadas e identificadas no idioma alemão. Tivemos dificuldades de encontrar a direção correta para o assentamento, pois, não havia placas e tão pouco, pessoas transitando para solicitarmos informações. Não nos pareceu ser a prioridade turística no enclave étnico, identificar a localização do território negro, embora o mesmo tenha grande significação simbólica e histórica na região.

A sensação ao chegar no distrito alemão era de não conseguir ver pessoas, mas apenas a arquitetura peculiar e seus emblemas em uma espécie de “No-go¹²¹ área”, mas uma situação factualmente demarcou a percepção da comunidade alemã em relação à nossa presença. Em um restaurante aparentemente tradicional, conversando com a simpática atendente, ficamos surpresos com uma senhora, moradora da região, questionar se estávamos junto ao grupo de vendedores de redes em uma praça local. Ao informá-la de nossa pesquisa sobre a comunidade negra a mesma emudeceu e logo afastou-se, com um olhar de reprovação e receio. A atendente do local percebendo o leve mal-estar, apressou-se por enfatizar em tom audível não estarmos junto aos referidos vendedores.

¹²⁰ SANTOS, J.. Entrevista. 2020. (Informação verbal)

¹²¹ “No-go area” do inglês significa área proibida ou restrita, são bairros ou regiões nas quais pessoas estranhas não são bem vindas e podem ser barradas ou impedidas de acessá-las, uma vez adentrando podem sofrer represálias físicas e morais. Para grupos específicos como negros, LGBTQIA+, indígenas dentre outros segmentos o acesso pode significar rico à vida. Disponível em: <<https://www.brusselstimes.com/brussels/49612/too-many-no-go-areas-in-brussels-for-women-and-lgbt-says-minister>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

O fato da senhora de origem alemã nos associar ao grupo não causou grande espanto, pois nossos traços fenotípicos produziram uma acertada correlação com outros não brancos presentes na região, mas foi o suficiente para ocorrer uma demarcação dos espaços étnicos e políticos. A correlação com vendedores ambulantes evidenciou de imediato nossa condição de não pertencente ou originário da região, com efeito, não há demérito em ser associado à vendedores mascates. Contudo, a situação pode explicar os padrões raciais estigmatizantes, e o imaginário de pertença étnica da região. Como também em função desse cenário geográfico, acreditamos estar fundamentada a luta dos quilombolas para o retorno ao território ancestral, no descontentamento pelas condições e permanência na Colônia Socorro.

Tanto o distrito de Entre Rios como a consolidação da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios estão fundados na colonização alemã particularmente os Suábios, os quais durante a Segunda Guerra Mundial se deslocaram do sudeste da Europa em direção à Áustria e lá permaneceram por aproximadamente sete anos em abrigos. Uma instituição filantrópica denominada Ajuda Suíça para a Europa (Schweizer Europahilfe) financiou a vinda de 500 famílias em um total de 2.446 pessoas para estruturação de uma cooperativa agrícola no Brasil. Desse processo nasce a Cooperativa agrária e a colonização dos campos de Entre Rios (REVISTA AGRÍCOLA, 2022, não paginado). Atualmente a Cooperativa Agrária fatura aproximadamente R\$4,9 bilhões de reais. Percebe-se como as relações sociais e de poder protagonizadas pela cooperativa são incoerentes na sua história, pois, os fundadores procederam ao longo do século XX, como se não houvesse povos e comunidades originárias no território onde fundaram suas cinco colônias. Por outro lado, de acordo com levantamentos históricos os suábios aportaram no Brasil em condições de refugiados de guerra com auxílio filantrópico decorrente e sustentado na empatia e solidariedade, o que parece não ter sido reproduzido por eles com os negros do Fundão.

O quilombola, Sr. Domingos Gonçalves Guimarães, uma liderança negra com 87 anos explanou sobre as terras do assentamento e porque decidiu junto à sua família permanecer fora do assentamento:

Entrevistador: O senhor não chegou a morar no assentamento?

Seu Domingos: **Não. Quando o assentamento foi arranjado eles queriam que eu fosse para lá, mas eu não quis. Porque eu estava brigando em busca daquela terra lá onde nascemos. Que não era ali. Lá foi um quebra-galho deles, para ver se não dava certo aquela briga lá da Invernada Paiol de Telha.** E o processo corria na mão do Seu Eugênio Soares Guimarães e eu como irmão dele, que era o que representava. Então, tanto eu quanto ele, não pegamos terra ali.

Entrevistador: Mas não pegaram porque não quiseram?

Seu Domingos: É, não quisemos.

Entrevistador: Ah sim. E foi. Quando dividiram aquelas terras ali do assentamento. Foi justo ali? Foi certinho pra todo mundo?
(GUIMARÃES, D. G., 2020, não paginado, grifo nosso)¹²²

No ano de 1997 e 1998 vários descendentes dos herdeiros continuaram reivindicando o território por meio da permanência no acampamento Barranco e também construindo articulações institucionais por intermédio de reuniões com pessoas e entidades sociais comprometidas com a justiça histórica para os quilombolas. Sempre reafirmando não barganhar o território originalmente ocupado na data de 08 de outubro de 1997 enviaram uma missiva ao Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas (NUER) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), então coordenado pela professora Dra. Ilka Boaventura Leite. A carta requereu a elaboração de Laudo Antropológico e Assessoria Jurídica com o objetivo de um futuro ajuizamento de demanda para regularização e reintegração das terras. Dentre as lideranças históricas subscritas no documento constam os nomes de: Sr. Domingos Gonçalves Guimarães, Ana Soares, Domingos Gonçalves dos Santos, João Maria Soares, Ondina Maria de Jesus Marques, esta última bisneta de Heleodoro e Feliciano escravizados durante o século XIX (HARTUNG, 2004; SCHRAMM, et al, 2019).

Em 30 de setembro de 1998 os integrantes da Associação Reintegração Invernada Paiol de Telha se reuniram novamente para solicitar ao NUER, no escopo da assessoria jurídica, uma audiência com a Procuradoria da República. O objetivo era instituir um Inquérito Civil Público, para discutir o destino das terras deixadas por Balbina Francisca de Siqueira. Tais articulações políticas e jurídicas estavam sintonizadas com as múltiplas formas de resistência descolonizadora e contra-colonizadora, conforme Santos (2015, 2019). Sendo fundamentais para consolidação das conquistas de certificação e titulação do território. E mesmo ainda distante da justa e necessária reparação, a saga negra ocorre na perspectiva das reivindicações políticas e culturais presentes no pensamento quilombista de Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 1980, 2019).

4.3. NO CREPÚSCULO DO SÉCULO XXI: A RETOMADA DO TERRITÓRIO E A REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NO PARANÁ

A luta insubmissa, fundada na irrisignação dos quilombolas do Paiol de Telha, deu frutos importantes no processo de reintegração do território a partir da certificação, titulação e

¹²² GUIMARÃES, D. G.. Entrevista. Informação Verbal. 2020

demarcação¹²³ ocorridas no início do século XXI. No dia 06 de dezembro de 2004 a Fundação Cultural Palmares certificou a Comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão como Remanescente de Quilombo e após dez anos, em 2014, ocorre a assinatura da Portaria de Reconhecimento de 2.959,2371 hectares pelo INCRA. Esse contexto deu início ao moroso processo de demarcação e titulação do território, em trâmite até os dias atuais.

A solenidade ocorreu no ginásio de esportes do município de Reserva do Iguaçu, João Luiz Nunes Félix, com diversas autoridades, dentre as quais o então presidente do INCRA, Carlos Mário de Guedes e com a então presidente da Seppir, Luiza Bairros. Contudo, na cerimônia destacou-se a fala imponente e singular da líder quilombola, a Sra. Ana Maria Santos da Cruz, proferindo importante discurso a respeito da identidade quilombola e luta do paiol de telha e dos períodos vividos no Barranco¹²⁴. Na data em questão selou-se um acordo com a Cooperativa Agrária para devolução de parte do território em decorrência de indenização paga pelo estado (CRUZ, I.P.C.S., 2019).

Contudo, a Cooperativa Agrária incansavelmente não compreendeu os novos ventos que sopraram corroborando a justiça para os quilombolas, voltou a reivindicar o território no ano de 2013. Através da Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 3239, contestou a legalidade do decreto nº 4.887 de 2003. Essa petição foi ajuizada pelo partido Democratas (DEM) no ano de 2004, contestando o referido Decreto Federal. Na sequência, no ano de 2015, o Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4) não deu provimento para o recurso, chancelando a legitimidade do INCRA em adentrar a propriedade sob o domínio da Cooperativa, dando sequência aos estudos e medições relativos ao processo de titulação do território.

¹²³ Para a efetivação de uma política de regularização de territórios quilombolas é necessário o autorreconhecimento da comunidade como um quilombo, e deve haver uma relação histórica com o território reivindicado; tais elementos devem constar no pedido de autodefinição enviado à Fundação Palmares. A instituição é responsável pela análise das informações e emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Após emitir o certificado, a Palmares dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a garantia da propriedade do território e a autonomia da comunidade depende desse documento. O INCRA é responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a correta demarcação da área a ser titulada. Mesmo após essa etapa, a Fundação garante assistência jurídica em diferentes níveis, visando à defesa do território contra invasões ou qualquer outro tipo de violência. Seu papel, portanto, é formalizar a existência das comunidades quilombolas, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, conforme estabelecido no decreto nº 4.887 – não por acaso, de 20 de novembro de 2003. (FUNDAÇÃO PALMARES, 2010, não paginado). Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?page_id=538>. Acesso em: 06 fev. 2021.

¹²⁴ Parte da solenidade está disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=e1XIWrlVwg&t=743s>>. Acesso em: 06 fev. 2021. Mais informações também podem ser obtidas em: <<https://mst.org.br/2014/10/24/paiol-de-telha-e-o-primeiro-territorio-quilombola-reconhecido-no-parana/>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

A referida Ação Direta de Inconstitucionalidade também foi julgada em 2015 e não prosperou, pois, o STF entendeu legítimo e constitucional o critério de autoatribuição como uma metodologia prestigiada e largamente utilizada pela antropologia. A corte maior entendeu não existir propriedade individual de terras no âmbito do direito dos povos e comunidades tradicionais, mas as garantias coletivas da terra, fundado na unidade sociocultural. Por conseguinte, os títulos não são emitidos em favor de pessoas físicas ou consideradas individualmente, mas as comunidades quilombolas são consideradas em termos coletivos, considerando o entendimento jurídico do pró-indiviso, aquilo que não pode ser dividido (DIZER DIREITO, 2018)¹²⁵.

Por fim, o STF não acolheu a tese de que somente poderiam ser consideradas terras de quilombolas aquelas que estivessem sendo ocupadas por essas comunidades na data da promulgação da CF/88 (05/10/1988). Em outras palavras, mesmo que na data da promulgação da CF/88 a terra não mais estivesse sendo ocupada pelas comunidades quilombolas, é possível, em tese, que seja garantido o direito previsto no art. 68 do ADCT. (DIZER DIREITO, 2018, não paginado)

Desse cenário depreendemos como as elites rurais e urbanas articuladas ou não, se organizam para obstar os avanços previstos e exigidos na Constituição de 1988, notadamente contra as políticas de reparação de caráter étnico-racial. Nos fundamentos jurídicos expostos nas Políticas de Ação Afirmativa e Fundiárias se percebe a negação da existência da população negra, acatando os processos de autoidentificação. Uma vez que no Brasil, o discurso da democracia racial negava a existência e os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Essa mesma narrativa culturalista foi indutora de inúmeras formas de invisibilidade social e racial, tendo sido esposada por segmentos da imigração europeia na região centro sul do Paraná e ressignificada na esteira do imaginário meritocrático.

Paralelamente ao andamento das ações ‘na Justiça’, e os procedimentos administrativos ‘no governo’, a comunidade quilombola, precariamente acampada na beira da estrada de terra às margens do território tradicional - o “Barranco”, reocupa parte do território recebido em testamento, como forma de protesto contra a morosidade da titulação do território e em busca de melhores condições de vida frente a direitos secularmente não reconhecidos. **Um dos reflexos do mito da democracia racial e do racismo institucional que se enraizaram na construção do Estado Brasileiro.** (CRUZ, I.P.C.S., 2019, p. 56, grifo nosso)

De forma análoga, segundo Oliveira (2013), o Partido Democratas (DEM) ajuizou em 20 de julho 2009 Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo

¹²⁵ Uma explicação pormenorizada sobre a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003 e da ADI 3239 está disponível no portal jurídico Dizer Direito, examinando detalhadamente os fundamentos jurídicos da questão.

Tribunal Federal. Com o objetivo de tornar inconstitucional a Política de Ação Afirmativa na Universidade de Brasília, nesse sentido, tanto a ADI quanto a ADPF em questão, tinham representatividade simbólica e política. Pois, um hipotético provimento das mesmas, impactaria decisivamente as políticas públicas direcionadas aos estudantes negros, quilombolas e os economicamente vulneráveis. O que reduzia significativamente a amplitude da inclusão no Brasil do século XXI, nesse contexto, Telles (2003) salienta os acordos políticos internacionais selados em 1965, quando o Brasil foi signatário da Convenção 111 das Nações Unidas. Esse dispositivo fomentava a promoção de minorias étnicas e raciais a partir da qualidade de vida, com ações relativas à geração de emprego, renda, educação e acesso à terra.

A ilustração N° 21, corrobora a constatação da violenta redução do orçamento federal entre os anos de 2016 e 2019. O poder judiciário de forma geral sempre procedeu com extrema morosidade quanto aos processos de titulação e desapropriação dos territórios e após a vitória de Jair Bolsonaro essa realidade tornou-se ainda mais agravada.

ILUSTRAÇÃO N° 21: GRÁFICO DO ORÇAMENTO FEDERAL



FONTE: TERRA DE DIREITOS¹²⁶

Novamente em 17 de setembro de 2019, as iniquidades territoriais são parcialmente vencidas por um importante julgamento no Tribunal Regional da 4ª Região (TRF4), onde os

¹²⁶ Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-a-titulacao-do-quilombo-invernada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/23074>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

desembargadores entenderam legítima a ocupação de outras matrículas do imóvel referente ao território Paiol de Telha em Reserva do Iguaçu. Mesmo contrariando um acordo firmado judicialmente entre os expropriadores e o INCRA no ano de 2015, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região não deu provimento aos recursos da União e da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. A área disputada era equivalente a três quinhões do território ocupado em 2018. Nos recursos alegou-se um descumprimento por parte da comunidade quilombola de um acordo judicial firmado na 11ª Vara Federal.

As evidências são significativas e somam ao entendimento de que a sociedade brasileira no pós-abolição, não obteve êxito em materializar estruturas efetivamente integradoras para os negros. Os atuais reflexos desse processo são totalmente perceptíveis, neste sentido podemos refletir sobre a olvidada reparação histórica e quais caminhos deveriam ter sido trilhados para sanar este passivo social. Além disso, as AAR estariam cumprindo adequadamente o papel tardio de integração social dos descendentes de escravos? **Cabe lembrar que o atual Senador Paulo Paim, quando Deputado Federal (PT/RS), apresentou projeto de lei que postulava como forma de reparação, cento e dois mil reais para cada descendente de escravos no Brasil. Segundo Júnior (2005) o projeto de lei tramitou pelo número 1.239, de 1995. O debate sobre justiça e reparação histórica foi sempre extremamente complexo, não obstante, profundamente necessário. (OLIVEIRA, 2013, p. 38, grifo nosso)**

Tal julgamento produziu uma ruptura histórica nas formas e percepções do poder judiciário para as demandas das comunidades tradicionais. O poder constituído a partir de uma instância federal reconheceu diretamente a relevância das políticas de reparação histórica para os séculos de escravidão, notadamente relacionada à questão fundiária e aos territórios quilombolas. De acordo com o Desembargador Rogério Favreto os imóveis já tinham sido reconhecidos como território quilombola estando pendentes os depósitos indenizatórios nos processos de desapropriação. Para o Ministério Público Federal dos 2.900 hectares reconhecidos como território quilombola apenas 1.400 passaram por desapropriação, nesse sentido os 168 hectares demarcados e ocupados estão muito aquém das necessidades de moradia e produção das 110 famílias ali residentes e de outras 180 aguardando os processos de titulação.

Em 2019 o Paiol de Telha tornou-se o primeiro território parcialmente titulado no estado. Durante os últimos vinte anos a comunidade vem lutando intensamente por melhorias estruturais nas condições de vida no território, como o abastecimento de água, luz, o estabelecimento de uma agricultura efetivamente orgânica e a construção de moradias dignas. Todo esse processo passa pela conclusão da titulação do território e a entrega das demais matrículas para os descendentes. Em consonância com essa realidade, em 23 de Março de 2019 na 11ª Vara Federal de Curitiba foi realizada mais uma audiência de conciliação onde o

INCRA figurava como parte Ré e a Associação Pró-Reintegração como autora solicitando diligências e celeridade no processo de desapropriação amigável das matrículas nº 2385 e 3682 no prazo de 30 dias. Ainda solicitava ao poder judiciário que obrigasse ao INCRA realizar planejamento para titulação de todo território da Comunidade Paiol de Telha. Desta maneira se manifestou a juíza federal Sílvia Regina Salau Brollo, conforme conta na Ata do Termo de Audiência (BRASIL, 2019b, p. 4, grifo nosso)¹²⁷:

A questão, no entanto, não é orçamentária, mas de respeito a direitos constitucionais. A Constituição de 1988 reconhece, há mais de 30 anos, o direito dos descendentes de quilombolas a terras remanescentes de quilombos (art. 68 do ADCT). No Estado do Paraná, no entanto, nenhum quilombola teve esse direito constitucional reconhecido. Poder Judiciário, JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 11ª Vara Federal de Curitiba 22/10/2019. Em consulta à página do INCRA, verifica-se **que o processo da Comunidade Invernada Paiol de Telha (54200.001727/2005-08) foi aberto no ano de 2004. Foi o primeiro processo de titulação aberto no Paraná. Apesar de estar listado como primeiro processo, na ordem de prioridade ou antiguidade, ainda não foi concluído.** Assim, é imperioso reconhecer que houve omissão do Poder Executivo federal em dar cumprimento ao comando constitucional e, por isso, os réus devem ser obrigados a darem seguimento adequado e completo para a titulação de todo o imóvel objeto do decreto de 22.06.2015 em nome da comunidade.

ILUSTRAÇÃO Nº 22: MAPA EXPLICATIVO TERRITÓRIO PAIOL DE TELHA



FONTE: TERRA DE DIREITOS¹²⁸

¹²⁷ Documento disponível em:

<<https://www.ajufe.org.br/images/2019/FONADIRH/Sentencas/SilviaBrollo1.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2021

¹²⁸ Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-a-titulacao-do-quilombo-invernada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/23074>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

Contudo, em 2019 o INCRA repassou 225 hectares para o domínio coletivo da comunidade, muito aquém dos 2.696 hectares reconhecidos como território tradicional é insuficiente para atender as 300 famílias ainda aguardando a titulação integral. A Ilustração Nº 22, na sequência, demonstra como a área titulada é muito inferior à extensão da área com decreto de desapropriação e insignificamente menor ao território reconhecido pelo INCRA, justificando o movimento de ocupação ocorrido no ano de 2017.

Em alguma medida o Poder Judiciário revisou alguns equívocos do judiciário paranaense durante o século XX, ao cancelar a comercialização do território sobre bases legais imprecisas e inconsistentes. Por consequência, dando ganho de causa às ações de Usucapião para Cooperativa Agrária, mesmo diante dos mecanismos de violência e intimidação constituintes do esbulho territorial. Com efeito, de acordo com o desembargador, o poder judiciário necessita considerar os fins e exigências sociais e preservar a dignidade humana com fulcro nos princípios jurídicos de razoabilidade e proporcionalidade. Nas comemorações decorrentes da vitória do povo quilombola no Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4) o então presidente da comunidade, Sr. João Trindade Marques comemorou bradando “Nós não roubamos nada de ninguém, estamos atrás do que é nosso! Nós não roubamos nada deles, estamos atrás do que é nosso.”¹²⁹

“Em respeito aos preceitos do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, deve-se evitar reintegrações no estilo postulado, uma vez que a prática de despejos forçados é considerada contrária às leis que estão em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos”. Importa também reconhecer tratar-se de um conflito coletivo pela posse de terra rural pela inação do Estado em cumprir a determinação constitucional de titulação do território da comunidade quilombola. Logo, deve ser resolvido com a efetivação do direito de retorno da titulação das terras a esta comunidade e não a negativa do mesmo pela perda forçada da posse”. (BRASIL, TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, DESEMBARGADOR ROGÉRIO FAVRETO, 2019, não paginado)

Devemos considerar alguns avanços pontuais do poder judiciário ao fazer cumprir os preceitos constitucionais exarados no Art 68 e também no decreto 4.887/03, em decorrência das políticas públicas formuladas e instituídas pelo executivo federal e estadual. Principalmente entre os anos de 2002 e 2006, quando houve um diálogo mais intenso com os movimentos sociais para colocar em prática as demandas históricas dos povos e comunidades tradicionais. Não obstante, alguns críticos considerarem ter sido possível avançar mais com políticas sociais durante esse interregno, houve o reconhecimento das múltiplas identidades,

¹²⁹ Manifestação ocorrida em 17 de setembro de 2019 em Porto Alegre no âmbito do julgamento de reintegração de posse para a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Dgn_HfEtWew&t=47s>. Acesso em: 06 fev. 2022

os aportes políticos e institucionais ocorrem de maneira sólida. Desse modo, o fortalecimento da Fundação Cultural Palmares e a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹³⁰, cancelaram esses avanços.

De acordo com SCHRAMM, F. P. et al. (2019) dos 38 quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares no Paraná, todos estão com seus processos de titulação travados, sendo que apenas 3 comunidades dispõem do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Sendo que, dessas 3 apenas 2 tiveram a assinatura de reconhecimento dos limites territoriais, e das 38 comunidades do estado, trinta iniciaram o processo de titulação há mais de 10 dez anos, não ocorrendo evolução nos processos de regularização. Nesse sentido, Arruti (2016) ressalta como o processo de engavetamento gera descrédito da própria comunidade para com as lideranças. Por outro lado, os fazendeiros, proprietários locais e empresas diante da precariedade do processo reorganizam suas estratégias seculares de expropriação, desse modo o engavetamento se transmuta em poder e informação política. Essa realidade foi muito bem delineada nas terras do Paiol de Telhas e nas inúmeras investidas da Cooperativa Mista Entre Rios que frente à morosidade do estado criou condições políticas, culturais e jurídicas para manter-se na posse do território.

No contexto de permanência dos negros no Paiol em Reserva do Iguaçu, mesmo diante da precariedade nas condições de sobrevivência, existe um poderoso emblema de resistência ancestral. Esse contexto transcende ao Brasil e alarga-se para os demais países que receberam a população fruto da diáspora africana, portanto, a preservação do território significa a manutenção da ancestralidade afro-brasileira. Diante da luta e trabalho dos escravizados durante séculos o território torna-se um espaço de memória, com contornos emblemáticos por estarem próximos de colônias de origem germânica e tradições eurocêntricas. O território Paiol de Telha é um espaço de resistência contra todas as formas de opressão, notadamente contra as ideologias de supremacismo ariano, por isso a importância de sua existência e permanência exatamente no lugar em que se fundou.

4.4. BREVE FECHAMENTO

A partir dos relatos, entrevistas e diálogos com os personagens que protagonizaram a luta no território Invernada Paiol de Telha, abordamos os aspectos históricos, políticos e

¹³⁰ A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, atualmente vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, nasceu no ano de 2003, a partir do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. Mas na gestão do atual presidente perdeu a relevância e protagonismo das lideranças negras em âmbito nacional.

discursivos correlatos à expulsão dos então denominados herdeiros de Balbina e posteriormente ressignificados como quilombolas. Os diálogos mantidos com as múltiplas lideranças e integrantes da comunidade, dentre as quais a quilombola Sra. Ana Maria da Cruz, elucidaram em grande medida os processos de transformação fundados na resiliência negra. Bem como as memórias e narrativas de Danielly Rocha dos Santos, Jucemara dos Santos, Sr. João Trindade Marques e o Sr. Domingos Gomes Guimarães um dos protagonistas da luta entre 1970 e os anos 2000. Por consequência todos contribuíram para a retomada do território e manutenção da memória dos antepassados.

As narrativas do Sr. Domingos Guimarães são elementos genuínos e fundamentais para compreendermos a resistência quilombola no Sul do Brasil, são exemplificações vivas e concretas da luta contra-colonizadora e quilombista como veremos na sequência do presente trabalho. A passagem abaixo, com fragmento de entrevista corrobora tal perspectiva.

Isso, exatamente! Porque a situação é a seguinte, fiquei na história como estou falando para o senhor, joguei o que estavam dizendo na justiça e denunciei eles. Então pensaram em dar fim em mim, se não as coisas não andavam. Por isso me deram um tiro, mais ou menos a mais de mil metros de distância, e foi sorte que ele errou o tiro em mim. Ele fez a pontaria na cabeça só que deu mais para baixo do ombro, e a bala alojou e parou perto da coluna.¹³¹ (GUIMARÃES, 2020, não paginado)

No cenário da luta quilombola é necessário compreendermos a complexidade política e filosófica inerente à interação dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, em face dos direitos e demandas das múltiplas identidades conectadas às questões étnico-racial e também territoriais. Pois, muitos contextos de hostilidade entre os povos e comunidades são retroalimentados pela inabilidade e desconhecimento estatal das questões regionais e reafirmadas pelos interesses do grande capital especulativo agrário. Como ocorreu no âmbito das relações entre a Cooperativa Mista Agrária Entre Rios, o poder judiciário local e o poder público local. Portanto, algumas relações de disputas territoriais envolvem a “política cultural” e o significado das práticas culturais dos marginalizados, considerados residuais. Nesse contexto as tradições quilombolas foram designadas como remanescentes de algo em fase de supressão, desaparecimento ou aniquilação.

Com efeito, a manutenção da vida e memória fundada na resistência dos povos e comunidades tradicionais, não raro, gera conflitos seculares, pois, com o avanço tecnológico e capitalista os saberes fora das margens eurocêtricas da modernidade são sistematicamente ameaçados. No sentido contrário, Vandresen, Buti e Souza (2015), ressaltam como há mais de

¹³¹ GUIMARÃES, D. G.. Entrevista. Informação Verbal. 2020.

vinte anos os movimentos sociais sustentam e fortalecem o reconhecimento identitário na confluência de novas relações políticas, onde as demandas pelo território e o acesso, e usufruto dos recursos naturais são pautados.

A diversidade das tradições culturais, formas de vida e organização política se conectam com as disputas territoriais e o direito de perpetuação geracional nos territórios. A emergência da pauta política, cultural e territorial dos povos e comunidades tradicionais e suas articulações no plano dos movimentos sociais no Paraná evidenciam a ampla politização e as lógicas auto-organizativas. Esse cenário foi historicamente desenhado na luta dos quilombolas do Paiol de Telha, que em sua *práxis* refutaram as ausências analíticas e as perspectivas economicistas.

[...] A luta pelos direitos territoriais e as distintas práticas de delimitação das territorialidades específicas, fundamentais à reprodução social de cada comunidade, evidenciam uma forma de autoconsciência cultural coextensiva à capacidade de ampliar suas relações, consolidando de maneira dinâmica o território. (relações sociais). (ALMEIDA, 2014, p.7)

A mobilização e composição de um agrupamento político-organizativo em sintonia com as demandas dos povos e comunidades ocorrem a partir de uma lógica de pertença étnica e territorial, onde os integrantes comungam com as pautas políticas e sociais do coletivo. Por conseguinte, ocorreu o rompimento das estruturas de controle social, que por um lado ignoravam a existência dos povos e comunidades e por outro mantiveram por longo período uma espécie de mordida cultural.

O Estado pode instituir política de supressão da diversidade acirrando desigualdades e conflitos étnicos, fundamentalmente se operar com o imaginário cultural eurocêntrico, quando estabelece hierarquias e competitividade entre grupos. Sendo possível estabelecer um processo de reprodução de iniquidades, ao colocar o direito de um em detrimento de outro. Em contrapartida, a da Rede Puxirão¹³² no estado do Paraná figura como articuladora de diálogos entre os povos e comunidades tradicionais e a emergência de novos sujeitos políticos, pautados na busca de uma identidade coletiva. Esse contexto reivindicatório é

¹³² De acordo com Vandresen, Buti e Souza (2015) a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais estruturou-se informalmente em maio de 2008 a partir da realização do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná na cidade de Guarapuava. Desse encontro participaram Faxinalenses, Quilombolas, Ilhéus do Rio Paraná, Pescadores Artesanais da Ilha do Superagui – Guaraqueçaba – PR, Cipozeiras de Garuva – SC além de indígenas Xetas, Guarani e Kaingang. No segundo encontro ocorrido em 2009, houve a participação do Movimento Aprendizes da Sabedoria (MASA) e também do Fórum Paranaense das Religiões de Matriz Africana. Portanto, a Rede Puxirão caracteriza-se por um espaço de formação política dos movimentos sociais, tendo uma dimensão informal e existindo em função da reunião das pessoas.

fortalecido pelos direitos étnicos, calcados no direito territorial e na efetividade de políticas públicas (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2015, p.23).

A Rede Puxirão, ao compor um destes setores, atuava na Equipe, influenciando e sendo influenciada política e metodologicamente por ela. Sua especificidade decorre justamente do fato de se tratar de grupos que evocam identidades emergentes, com características culturais singulares e modos específicos de territorialidade. A luta pela manutenção deste ambiente está ligada à luta pela vida, pela reprodução de um modo próprio de ser e estar no mundo. E isso significa essencialmente lutar pelo direito aos usos tradicionais da terra, usos estes que não necessariamente seguem a lógica do capital (especulativa e da propriedade privada) sobre ela. (VANDRESEN; BUTI; SOUZA, 2015, p. 27)

Posicionando-se nas disputas no território Paiol de Telha a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais foi um importante elo na luta quilombola, ao construir debates, na produção de materiais pedagógicos e apoiando as demandas rurais no Paraná.

Portanto, a luta quilombola a partir do nexo histórico e causal no território Paiol de Telha está fundada em grande escala na memória e nos saberes tradicionais repassados geracionalmente e resguardados na oralidade. Não obstante, os inúmeros documentos e registros materiais que atestam a doação e conectam o direito à terra aos herdeiros, as estruturas de poder capitalistas e eurocêntricas vigentes, forjaram uma materialidade e narrativa para suprimir a permanência no território.

Por consequência histórica e política a saga da retomada das terras, em termos simbólicos tem um caráter emblemático, pois resgata e afirma os direitos e garantias exarados na Constituição Federal de 1988. Reafirmando a presença negra, sua corporeidade, cultura e episteme, ressignificando os imaginários estruturantes sobre as tradições africanas no Sul do Brasil. A partir as distorções dos séculos de escravização, as circunvoluções das lutas sociais e étnico-raciais na história da civilização brasileira, constroem cenários de grande imprevisibilidade, onde as compensações e reparações históricas decorrentes da ignomínia do tráfico negreiro devem ocorrer.

Nessa perspectiva, no epílogo deste esforço teórico, analisaremos o pensamento de Abdias do Nascimento e do mestre de ofícios tradicionais Antônio Bispo dos Santos, com a finalidade de contextualizar a luta no Paiol de Telha. Considerando esse processo histórico de resistência como uma expressão do pensamento, da práxis quilombista e contra-colonizadora. Desse modo, os dois intelectuais propõem formas de manutenção e reprodução das cosmologias quilombolas, para preservação da vida, e foi justamente essas cosmovisões observadas nos Saberes da Resistência no Paiol de Telha.

CAPÍTULO 5

QUILOMBOLAS E O QUILOMBISMO: FUNDAMENTOS DA DESCOLONIZAÇÃO E CONTRA-COLONIZAÇÃO

No presente capítulo abordaremos o conceito estruturado pelo intelectual negro Abdias do Nascimento, denominado Quilombismo, que se caracteriza como uma densa e importante categoria analítica. O que nos possibilita compreender a complexidade histórica inerente à questão racial brasileira e os avanços políticos decorrentes do Movimento Social Negro como vimos anteriormente. Esse cenário nos remete às transformações políticas e garantias presentes na luta quilombola no século XX e XXI.

Embora o Quilombismo seja um conceito teórico-intelectivo, por sua abrangência como mecanismo indutor de cidadania e emancipação social, dialoga com um amplo espectro da luta quilombola e amplia a percepção sobre o mesmo. Esse denso e poderoso constructo, nas palavras da antropóloga Ilka Boaventura Leite^[1], pode ser pensado no escopo das transformações produzidas pela luta negra das décadas de 1960 e 1970. Contudo, vamos conectá-lo ao longo do capítulo ao debate elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao aprofundar os dilemas da dominação colonial, estruturados na colonialidade do poder. Considerando o caráter descolonial e também contra-colonial do pensamento quilombista, conforme observamos nas teorias de Antônio Bispo dos Santos.

Nesse sentido, visando ampliar o debate político e epistêmico, articulamos os aportes de Abdias do Nascimento, Aníbal Quijano e a filosofia quilombola de Antônio Bispo dos Santos. O quilombola é um mestre das culturas e ofícios tradicionais, lavrador e intelectual do Piauí e discute a ancestralidade quilombola a partir do território, da memória e da oralidade elucidar a resistência negra. Foi a partir do significado do território que o quilombola formulou o conceito de contra-colonização, dialogando com as percepções políticas e culturais produzidas no contexto da luta negra, e dos aportes carregados pelo Quilombismo de Abdias do Nascimento.

Essas relevantes personalidades na luta e história negra na atualidade, por intermédio de suas análises históricas, sociológicas e filosóficas nos permitem compreender os Saberes da Resistência Quilombola e o aspecto simbólico da territorialidade de maneira mais aprofundada. Na disputa pelo território no Paiol de Telha, o fator agregador do território sustentou e sustenta um amplo movimento pelos historicamente suprimidos, adotando uma dimensão de sacralidade.

5.1. O QUILOMBISMO COMO ELEMENTO CONCEITUAL E ESPIRITUAL PARA LUTA QUILOMBOLA

O antropólogo Kabengele Munanga por ocasião de prefaciar uma nova edição do livro “O Quilombismo” de Abdias do Nascimento (2019), destaca como a ideologia racial brasileira estruturada por uma elite, favoreceu desde o fim do século XIX a imigração europeia. Essa conjuntura objetivava branquear a nação em todos os sentidos e possibilidades consolidar uma branquidade fenotípica, cultural, epistêmica e imagética. Esse cenário facultou um supremacismo branco sustentado no discurso da democracia racial e a disseminação da ideia de um Brasil sem a existência de raças e racismo. Portanto, um território etnicamente idílico, no âmbito acadêmico a pseudo-democracia racial produziu uma sistemática invisibilidade sobre a intelectualidade negra.

Daí o supremacismo branco triunfante ancorado no mito de democracia racial que prega a crença no Brasil sem raças e sem racismo. É com base na alienação de sua origem africana que alguns afro-brasileiros destacados na academia brasileira nunca assumiram sua negritude e foram considerados ou se consideravam brancos. Foi o caso, entre outros, de Machado de Assis, Mário de Andrade, Castro Alves e Nilo Peçanha. (MUNANGA, 2019, p. 18)

Essa invisibilização descortinou-se sobre o intelectual Abdias do Nascimento no âmbito acadêmico, o mesmo foi professor em várias instituições de ensino superior no exterior, mas não se consolidou como docente em seu país. Possivelmente essa não foi sua maior aspiração, uma vez que sua influência intelectual e política transpuseram as fronteiras nacionais. Conforme Nascimento (2006, p. 11) a trajetória de Abdias Nascimento é caracterizada pela luta por liberdade, democracia e a valorização incansável da ancestralidade, sua produção remete às heranças de tecnologia e epistemologia africana.

Nesse sentido, ao pensar a realidade dos afrodescendentes e escravizados, considerou os pressupostos de liberdade, cidadania e direitos humanos, recebendo o apelido de *griot* e guerreiro da ativista Lélia Gonzalez¹³³. Abdias do Nascimento foi professor emérito da Universidade do Estado de Nova York e Doutor Honoris Causa pelas Universidades do

¹³³ É fundamental destacar a participação da intelectual e militante negra Lélia Gonzalez para compreensão das assimetrias e dilemas raciais brasileiros nos séculos XX e XXI, não apenas por sua importante trajetória acadêmica, mas por suas publicações. O livro “Lugar do Negro” de 1982 e Festas Populares no Brasil de 1987, corroboram a importante referência do feminismo negro no Brasil, ocupado pela autora. Nesse sentido, o processo de silenciamento imposto às intelectuais negras, inclusive no âmbito do movimento negro e face à realidade das intelectuais brancas, foi debatido exaustivamente pela autora. Ao questionar o caráter de classe do feminismo hegemônico, que não raro, excluía da agenda, questões pertinentes ao feminismo negro. Foi influenciada por Fanon, e pregava a descolonização do feminismo negro e a fundação de um “Feminismo Afrolatinoamericano” no qual mulheres negras e indígenas deveriam ser protagonistas. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>>. Acessado em 25 abr. 2021.

Estado do Rio de Janeiro e Federal da Bahia. Em 1930 fez parte da frente negra e no ano de 1944 funda o Teatro Experimental do Negro, como militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em função do Golpe de Estado em 1964, exila-se nos Estados Unidos e na África até 1981. Durante esse período foi professor das universidades Yale Wesleyan, do Estado de Nova York, e na universidade nigeriana de Ilé-Ifé (NASCIMENTO, 2006, p. 16).

Abdias Nascimento atua como poeta, pensador, dramaturgo, ensaísta, político e organizador. Isto porque ele não encontra em si mesmo a capacidade de se fechar ao mundo. Tendo reconhecido – desde os dias em que representou Otello no palco brasileiro ou quando, na década de 1940, organizou, em meio a violentas críticas, o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro – que os africanos no Brasil, nos Estados Unidos ou no Caribe têm uma herança comum a proteger, Abdias dedicou sua vida à missão de transmitir o legado cultural dos africanos. Não há fonte mais rica em tradições africanas nas Américas do que no Brasil, com a possível exceção do Haiti. No interior das mais profundas brechas da cultura, de onde jorra o sangue vital de um povo, Abdias Nascimento encontrou a fonte de sua força criativa. (MOLEFI, 2006, p.18)

Para Nascimento (1980, 2016, 2019) a memória do negro deve ser deslocada dos pressupostos históricos e imagéticos sustentados no tráfico e na escravização, sendo necessária uma refundação a partir das raízes étnicas, culturais e históricas fundadas na África e no significado simbólico da territorialidade. A ancestralidade, nesse sentido, objetiva trazer a lume a africanidade brasileira, tal como vimos nos processos que remontam a origem genealógica dos descendentes de escravizados e quilombolas que buscam construir sua árvore genealógica para comprovação de pertença histórica e familiar. Tal como foi relatado anteriormente pela líder quilombola explicitando as razões históricas para estabelecer a necessidade da árvore genealógica.

Ao dialogar com o filósofo Cheik Anta Diop e aprofundar as pesquisas sobre a cultura, a ciência e história africana no contexto epistemológico da civilização egípcia, Abdias do Nascimento resgata a antiguidade da memória afro-brasileira. Propondo uma descolonização mental e fortalecendo a consciência negra brasileira a partir de um sentimento quilombista. Nesse sentido, a imagética da existência dos quilombos além de resgatar a dignidade negra é constituída a partir de formas associativas configurando-se em um modelo organizacional para o Estado. Conforme destaca Filgueira e Silva (2019) o princípio da afrocentricidade interpreta o Egito como fruto da presença negra no mundo, com participação fundamental na história, mas sistematicamente negada pelo eurocentrismo. Por conseguinte a noção de uma ciência pura, hegemônica e eurocêntrica deve ser substituída pelos constructos teóricos e fatuais do pensamento afrocentrado.

O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente – de forma sistemática e consistente – sua experiência de quase quinhentos anos de opressão. Haverá erros ou equívocos inevitáveis em nossa busca de racionalidade do nosso sistema de valores, em nosso esforço de autodefinição de nós mesmos e de nosso caminho futuro. Não importa. Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo 'científico', os seus dogmas impostos em nossa carne como marcas ígneas da verdade definitiva. **Agora devolvemos ao obstinado segmento 'branco' da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral que pretendia tirar a nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista** (NASCIMENTO, 2019, p.287-288, grifo nosso).

Demonstrando como o movimento revolucionário negro busca referenciais que tenham origem fora das fronteiras brasileiras, seja em função do pensamento colonizado que o intelectual identifica como elemento de estagnação cultural e social. Como, na esteira das transformações produzidas pela revolução negra tendo como consequência o surgimento de historiadores, sociólogos, antropólogos, pensadores, filósofos e cientistas políticos efetivamente sintonizados com os movimentos afro-brasileiros (NASCIMENTO, 1980, p. 252).

Segundo Nascimento (1980, 2019), na década de 1980 a condição social e econômica da população negra das grandes metrópoles e zonas rurais era de extrema precariedade, estando confinada majoritariamente em favelas, de forma análoga aos guetos espalhados pelo mundo. Esses locais eram denominados de favelas, alagados, porões, mocambos, invasões, conjuntos populares ou residenciais. Os afro-brasileiros estavam à margem do sistema de empregabilidade formal e fadados aos semiempregos e subempregos, consequentemente inseridos em macroprocessos de segregação residencial e espacial, produto das assimetrias históricas de classe e da raça. Essa realidade de exclusão e segregação socioespacial, também estava presente no ambiente escolar e acadêmico e produziu impacto na população carcerária, que em grande escala era negra.

O intelectual Abdias do Nascimento formula o conceito de Quilombismo como um sistema de combate às desigualdades histórico-sociais e para defender a sobrevivência e a existência social e histórica do negro. Portanto, os quilombos são frutos de uma busca incessante da liberdade e dignidade em todas as suas acepções e um reencontro ancestral e simbólico com o território africano, remetendo à constituição de uma sociedade livre. Dessa forma o Quilombismo não representa apenas um discurso militante, mas a memória e ancestralidade dos territórios encravados nos rincões com suas características peculiares e tradicionais, como destacamos nas territorialidades do Cedro e Kalunga.

O movimento quilombista por intermédio das inúmeras formas de resistência cultural, caminha de encontro aos pressupostos do capitalismo e colonialismo; pois, a territorialidade negra está presente nas dimensões simbólicas das instituições, locais e agrupamentos onde a ancestralidade africana exista. Por conseguinte, contrariando o Rei de Portugal, quando afirmou em 1740¹³⁴, ao Conselho Ultramarino sobre a caracterização social e identitária de quilombos. Sendo designados como qualquer habitação de escravizados em condição de fuga, em um número maior que cinco pessoas, sem casas ou pilões. Com efeito, o conceito de Quilombismo amplia-se para as formas associativistas, em regiões longínquas como nas organizações religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas culturais dentre outras.

Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras, foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os <<ilegais>> foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta *práxis* afro-brasileira, eu denomino de Quilombismo. (NASCIMENTO, 1980, p.255)

Na história de luta contra a expropriação e tentativa de desagregação quilombola no Paiol de Telha, estão presentes em essência as bases do Quilombismo, pois, na potência social expressa nas formas de resistência negra preservou-se a memória ancestral. Por conseguinte, a expulsão dos herdeiros produziu um espriamento populacional, mas contrariamente à expectativa de muitos, os vários Núcleos¹³⁵ do Paiol de Telha que se formaram posteriormente, explicitaram a resistência política e cultural, sendo alguns mais próximos e outros mais distantes do território originalmente herdado. Contudo, nos núcleos observou-se uma dimensão de espiritualidade comprometida com a secular reivindicação pelo retorno. Possivelmente no “Barranco”, como observado anteriormente, a resistência e superação dos

¹³⁴ Efetivamente, a definição jurídica de quilombos sempre enfatizou a ocupação coletiva e ilegal da terra. Isto se vê claro na resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, ao conceituar quilombo ou mocambo, como "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Posteriormente, com o recrudescimento do escravismo, a Lei nº 236, de 20 de agosto de 1847, sancionada pelo Presidente da Província Joaquim Franco de Sá, diminuiria o número de escravizados fugidos, sem, contudo, imprimir singularidade ao conceito. Leia-se: "Art. 12- Reputa-se-há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho." (BRASIL, 2003b, não paginado)

¹³⁵ Os núcleos de resistência negra do Paiol de Telha são: Reserva do Iguaçu (Território reconquistado parcialmente), Núcleo Guarapuava, Núcleo Pinhão, e Núcleo Paiol de Telha (Assentamento). (COMUNIDADE QUILOMBOLA, 2009, p.2)

quilombolas foi amplificada, configurando-se como um local emblemático para os fundamentos teóricos e políticos do Quilombismo. Nesse sentido, deu proeminência e tornou mais fecunda a expressão da luta negra quilombista, sendo elemento catalisador e em grande medida imprescindível para a reassunção do território.

Para Nascimento (1980, 2019) a filosofia quilombista radicaliza a diversidade étnica e cultural brasileira, na qual a multiplicidade de matizes, tradições culturais, a sacralidade contida na religiosidade são aspectos inerentes à territorialidade. Trata-se, portanto, de um Brasil profundo. Nesse sentido, demarca Nascimento (1980, p. 258-259):

Nosso Brasil é tão vasto, ainda tão desconhecido e despovoado que podemos supor, sem grande margem de erro, que existem muitas comunidades negras vivendo isoladas, sem ligação ostensiva com as pequenas cidades e vilas no interior do país. Serão diminutas localidades rurais, desligadas do fluxo principal da vida do país, e mantendo estilos e hábitos de vida africana, ou quase, sob um regime de agricultura coletiva de subsistência ou sobrevivência. Podem até mesmo usar o idioma original trazido da África, estropiado, é bem verdade, porém, mesmo assim a linguagem africana é conservada na espécie de quilombismo em que vivem.

Portanto, o Quilombismo revisa e enfrenta a mentalidade colonial, culturalmente instituída no imaginário eurocêntrico, o que favorece a diversidade cultural, contesta as hierarquias e desestigmatiza os saberes dos povos e comunidades tradicionais. A partir do território, da identidade e da ancestralidade os direitos historicamente negados podem ser repensados. Pois, das disputas imagéticas, simbólicas e econômicas emerge um projeto coletivo, no qual a produção de uma sociedade justa e igualitária é um horizonte possível contra as formas de exploração econômica sustentadas no racismo.

Na perspectiva quilombista os descendentes dos africanos foram vitimados potencialmente pelo aparato estatal, onde o extermínio foi o projeto civilizatório no Brasil colônia, império e república. Ao se falar do Estado colonial depreendemos a condição intrapsíquica produzida historicamente em função dos séculos de colonialismo, onde as dinâmicas de introjeção e extrojeção do colonizador opressor são reproduzidas sistematicamente. Contrastando esse quadro o projeto político quilombista tem um caráter utópico, no qual o futuro emancipatório dos negros depende de uma ruptura com as múltiplas formas de dominação colonial.

Os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o

advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes. Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes de sociedade capitalista de classes. (NASCIMENTO, 1980, p. 262)

Dessarte, o quilombismo tem um caráter político, sendo descolonizador e contra-colonizador, nos termos de Santos, A. B. (2015, 2019), esse movimento é inspirado na República de Palmares. A implantação do Estado Nacional Quilombista deve ocorrer sobre bases de uma sociedade livre, justa, igualitária e soberana. Para tanto é necessária uma revolução negra eminentemente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, anti-imperialista e antineocolonialista (NASCIMENTO, 1980, p. 277). O movimento Quilombista, a Revolução Quilombista, por conseguinte, o Estado Nacional Quilombista são categorias políticas e descoloniais, se expressam nas lutas contra todas as formas de opressão.

Percebe-se o ideal quilombista difuso, porém, consistente, permeando todos os níveis da vida negra e os mais recônditos meandros ou/e refolhos da personalidade afro-brasileira. Um ideal forte e denso que via de regra permanece reprimido pelas estruturas dominantes, outras vezes, sublimado através dos vários mecanismos de defesa fornecidos pelo inconsciente individual e coletivo. Mas também acontece às vezes o negro se apropriar dos mecanismos que a sociedade dominante concedeu ao seu protagonismo com a maliciosa intenção de controlá-lo. É o exemplo que nos deixou Candeia, compositor de sambas e negro inteligentemente dedicado à redenção do seu povo. Organizou a Escola de Samba Quilombo, no subúrbio do Rio de Janeiro, com um profundo senso do valor político-social do samba em função do progresso da coletividade negra. (NASCIMENTO, 1980, p. 257)

Mais que um objetivo ou desiderato a ser alcançado é um referencial de práticas políticas para formulação de ações voltadas às comunidades quilombolas, pois os pressupostos estruturantes são encontrados em coletivos negros e demais entidades defensoras da pauta de justiça racial.

É possível depreender da constituição de 1988, passando pelo Decreto 4.887/03 até a implementação das políticas de ações afirmativas e demais mecanismos de reparação, as práticas e a filosofia quilombista como pano de fundo. Essas transformações produziram importantes reflexos na realidade histórica e no imaginário étnico-racial brasileiro. Ressaltando como o reconhecimento e titulação do território quilombola Invernada Paiol de Telha, em 2019¹³⁶ foi emblemático para a luta contra-colonizadora.

¹³⁶ Conforme Terra de Direitos (2013, não paginado) quando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região chancelou a constitucionalidade do Decreto 4.887/03 uma importante jurisprudência emergiu no sentido da garantia territorial para 144 comunidades quilombolas localizadas na região sul do país. Influenciando diretamente a situação territorial da comunidade Paiol de Telha que passou a ser o único território titulado no Paraná. A partir do título expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no final de abril de 2019 passou para comunidade o domínio coletivo de 225 hectares de terra, uma parcela diminuta do montante de 2.960 hectares reconhecidos pelo INCRA como território tradicional. Disponível em: <

5.2. O QUILOMBISMO E O CONTRA-COLONIALISMO COMO FERRAMENTAS DE RUPTURA AO EUROCENTRISMO

Na década de 1980, quando Abdias do Nascimento elaborou os pressupostos transgressores e indutores de rupturas no sistema hegemônico colonial, concentrado no controle socioeconômico dos brancos, abriu possibilidades teóricas transepistêmicas e transdisciplinares. Sua elucidativa teoria dialoga atualmente com inúmeros pensadores da questão racial e étnica, dentre os quais destacamos o sociólogo peruano Aníbal Quijano e o mestre dos saberes e ofícios tradicionais, Antônio Bispo dos Santos. A interface com o pensamento do mestre quilombola será feita na última parte do presente capítulo.

O intelectual Quijano (2010, 2014) penetrou teoricamente as estruturas modernas do poder colonial e capitalista, fundadas no colonialismo e no eurocentrismo para demonstrar as consequências do racialismo biologicista nas relações de dominação e exploração da mão de obra africana.

Com a constituição da América (latina) no mesmo momento e mesmo movimento histórico o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o atlântico - que depois se identificaram como Europa - e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. **Em pouco tempo, com a América (latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje.** (QUIJANO, 2010, p. 85, grifo nosso)

Nosso objetivo nesse momento é interpretar o colonialismo do poder a partir das dinâmicas de descolonização propostas por Abdias do Nascimento, e as conexões dos potentes conceitos desenvolvidos pelo quilombola Antônio Bispo dos Santos, tais como a Biointeração, a Contra-Colonização e a teoria do Limite e da Fronteira. Nas palavras de Carvalho (2019, p. 12) o pensamento de Antônio Bispo dos Santos pode dialogar horizontalmente com os intelectuais equatorianos, colombianos, venezuelanos e demais pensadores da América do Sul e Central. A partir dele é possível conceber alternativas civilizatórias fundadas na biointeração e propor uma crítica aos sistemas de desenvolvimento ecocidas e desumanos.

A filosofia do mestre Antônio Bispo é um pensamento crítico, libertário e pedagógico, pois formata estruturas de ensino e aprendizado para um público não afinado à complexidade da filosofia quilombola. Estruturalmente concebido por uma liderança

quilombola, nesse sentido, os meandros teóricos, políticos e pedagógicos presentes no livro do mestre, denominado “Colonização, Quilombos: modos e significações”, apresenta a colonização sob outra perspectiva, conforme ressalta Souza, M. S. R. (2019, p. 96-97):

Começamos com os títulos: “Quilombos modos e significados” e “Colonização, Quilombos: modos e significações” – o primeiro levava a pensar numa abordagem sobre os quilombos, seus modos de vida e significados. No segundo, colonização e quilombos, há um anúncio da dinâmica social que faz nascerem os quilombos - os quilombos como resistência a processos de colonização e a segunda parte do título “modos e significações” indica um processo ao invés de algo fixo, isto é, não há modos e significados, mas modos em processos constantes de significações. Uma concepção condizente com o conteúdo da obra. Todos os significados produzidos são processuais, todos os conceitos são históricos. É assim que ocorre com os quilombos e tudo em seu entorno. E essa tem se configurado como uma das grandes bandeiras do movimento quilombola – o conceito quilombo é histórico e deve ser lido em cada contexto, na verdade, tudo é histórico e processual. [...]

Nessa conjuntura sócio-histórica o *ethos* de colonialidade está sustentado nas raízes do colonialismo, embora sejam conceitos essencialmente distintos de acordo com Quijano (2010, p. 84):

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado [...].

Para Quijano (2010) no âmbito das formas de subjugação ocorre a exploração e a dominação, visando o controle das seguintes dimensões da vida: o trabalho, a natureza e seus recursos, o sexo e seus produtos, e processos pertinentes à reprodução da espécie, da subjetividade, da intersubjetividade e do saber. Além dos aspectos relacionados à autoridade, coerção e reprodutibilidade das relações de poder.

Essa conjuntura se exprime nas formas de hegemonia do capitalismo, nos mecanismos de subjugação e nas práticas totalizantes e totalitárias dos países considerados desenvolvidos. Assim, o capitalismo concentra e controla o trabalho e a autoridade, em um sistema de eixos articulados, onde o labor assalariado figura, em termos relativos, como um escravizado, da pequena produção mercantil ou do capital. Portanto, o controle sobre o trabalho tem centralidade nas relações de poder visando a manutenção de narrativas totalizantes e totalizadoras.

O eurocentrismo buscou produzir um discurso hegemônico e pasteurizante, silenciando e suprimindo outras narrativas sobre as histórias consideradas secundárias e irrelevantes. A modernidade eurocêntrica fundou suas bases a partir da racionalidade moderna, da produção do conhecimento e saber eurocêntrico, onde a totalidade histórico-social fora das margens pré-determinadas reflete a heterogeneidade e descontinuidade de existências sociais. Dessa maneira, a multiplicidade de memórias e irregularidades no tempo e nos conflitos são continuamente silenciadas. Esses mecanismos tendem a produzir amarras intelectuais e epistêmicas, pois negando a totalidade do discurso histórico-social, se invisibiliza as formas de poder e suas influências nas conjunturas locais e globais (QUIJANO, 2010).

A noção de raça e classe social foi concebida na Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, no contexto das totalidades formuladas a partir do continente europeu como centro do mundo capitalista. Sendo assim, as disputas entre a Europa e Não-Europa consolidou uma dualidade, onde tudo que estivesse fora do capitalismo deveria se transformar em Europa. A não Europa do século XIX era todas as formas não-salariais de trabalho, situada como um passado pré-capitalista ou pré-industrial. Representa as identidades raciais caracterizadas como os não-europeus, classificados como tribos e etnias de um passado pré-moderno.

Estes elementos “pré-modernos” destinavam-se a ser substituídos no futuro por Estados-Nação-como-na Europa. A Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu. A Não-Europa é objeto de conhecimento. Como corresponde, a ciência que estudará os Europeus chamar-se-á “sociologia”. A que estudará os Não-Europeus chamar-se-á “etnografia”. (QUIJANO, 2010, p. 111-112)

O sistema de dominação capitalista estrutura-se na relação entre capital e trabalho onde os mecanismos de poder fundados nas noções de raça e gênero passam a operar formas de classificação de indivíduos. No âmbito do capitalismo mundial e da modernidade as relações de colonialidade consideram três categorias: trabalho, raça e gênero. O controle do trabalho é também totalizar os recursos naturais e a submissão do gênero ou do sexo significa a dominação do prazer e da descendência, onde pessoas se tronam propriedade. Nessa conjuntura a raça concentra-se nas formas de poder e dominação capitalista eurocêntrica, funcionando como um dos principais mecanismos de submissão colonial.

Sendo assim, a distribuição dos indivíduos no escopo do poder funciona na base da classificação, desclassificação e reclassificação de grupos populacionais, onde a distribuição e redistribuição obedecem aos interesses do capitalismo. Pois, a diversidade fenotípica entre os

dominantes e dominados, vencedores e vencidos consolidou a invenção da raça e a hegemonia dos dominantes. Essas categorias sempre tiveram centralidade nas articulações do poder capitalista eurocêntrico bem como as forças da colonialidade no âmbito da modernidade. Logo os novos arranjos identitários impostos em função das relações de poder mundial capitalista produziu sistemas de classificação no âmbito do trabalho mundialmente considerado, impactando as relações intersubjetivas de dominação e os sistemas de produção do conhecimento totalitário (QUIJANO, 2010).

As dinâmicas de classificação social produziram identidades raciais nas quais os dominantes europeus e dominados não-europeus estabelecem uma ampla relação de submissão, basicamente no plano material/econômico e subjetivo. A multiplicidade fenotípica humana justificou as distinções raciais, baseadas na cor da pele, olhos e cabelo e posteriormente entre os séculos XIX e XX, em padrões como o formato do rosto, dimensões cranianas e do nariz. A cor da tez tomou centralidade de diferenciação racial e os não brancos foram designados como “raças de cor”, dentro dos sistemas de classificação sociais mais rigorosos.

O branco está a partir desse contexto no estrato superior das relações hierárquicas ou da pirâmide social, e os não-brancos no estrato inferior, por consequência sofrem as desvantagens da estratificação social. Para Anjos (2005, 2006, 2017) esses padrões de diferenciação orientaram a ocupação dos territórios e a colonialidade política geocultural, pois, a geografia colonial e os resíduos do colonialismo permanecem operando. Para além das políticas de estado voltadas ao favorecimento de determinados estoques étnico-raciais, o colonialismo interno e a colonialidade mental instituíram e mantiveram naturalizadas as desigualdades e seus fundamentos estruturais. Por consequência, em termos da ancestralidade das comunidades, o território e a territorialidade impõem-se como inalienáveis e não comercializáveis. Essa realidade conflita com os pressupostos dos espaços e das geografias coloniais vigentes no imaginário dos séculos XX e XXI. Desse conjunto de circunstâncias históricas e políticas os elementos imagéticos, simbólicos, culturais e raciais são o cerne da colonialidade do poder, espalhados na distribuição e uso do território.

Os problemas se revelam já quando se quer saber qual o número real de “negros” e “negras” ou da população de ancestralidade da África presentes no Brasil. A palavra “negro” foi uma invenção do colonialismo, do sistema escravista, da retirada de seres humanos do continente africano denominado “tráfico negreiro”. Secularmente, ficou associado a um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas relacionado a animal. Esse é um ponto de reflexão e correção histórica necessária e que requer uma ação política e educacional consequente, até porque, está

incorporado de forma consistente no pensamento social brasileiro. (ANJOS, 2010, p. 16)

No continente europeu e também largamente disseminado em território americano, africano e asiático, a semântica da colonialidade do poder e do capitalismo eurocentrado impõem uma tônica e narrativa poderosa sobre a dominação dos corpos e das identidades políticas e étnicas. Portanto, os limites da periferia colonial parecem se mostrar indelével de forma que os povos historicamente submetidos aos ditames classificadores de cunho racista, étnico e de gênero permanecem confinados em espaços econômicos, culturais e simbólicos predeterminados em função das lógicas internas da colonialidade e do colonialismo.

Por conseguinte, os países aglutinados junto à centralidade do poder e do capital mundial, historicamente não foram subjugados pela Europa ou se mantiveram por um reduzido período em um padrão de dominação. Em outros casos os colonizados, nesses países, foram em número reduzido, ou os não-europeus, nesses territórios foram isolados e/ou exterminados, como se deu em grande medida na América espanhola. Por esse ângulo acentua Quijano (2010, p. 121):

Devido a essas determinações, todos os países cujas populações são na sua maioria vítimas de relações “racista/eticistas” de poder, não conseguiram sair da “periferia colonial” na disputa pelo “desenvolvimento”. E os países que chegaram a incorporar-se no “centro” ou estão a caminho dele, são aqueles cujas sociedades ou não tem relações de colonialidade – porque, precisamente, não foram colônias europeias, ou o foram de modo muito curto e muito parcial (ex. Japão, Taiwan, China) -, ou onde as populações colonizadas foram inicialmente minorias pequenas, como os “negros” na constituição dos Estados Unidos da América do Norte, ou onde as populações nativas foram reduzidas a minorias isoladas, se não mesmo exterminadas como nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Nova Zelândia.

Com efeito, a colonialidade do poder e sua classificação racial, não raro gera a desintegração das unidades de parentesco, nas quais determinados grupos não-brancos são esfacelados, apropriados e distribuídos como mercadorias. Esse projeto eurocêntrico de objetificação dos não-brancos de seus saberes, vitimou a população negra de origem africana e os seus descendentes brasileiros. A consequência foi os inúmeros núcleos familiares desmantelados em função dos sequestros perpetrados e na compra e venda dos escravizados.

No capitalismo eurocentrado, é sobre a base da “naturalização” da colonialidade do poder que a cultura universal foi e continua a ser impregnada de mitologia e de mistificação na elaboração de fenômenos da realidade. A lealdade “racial” dos “brancos” perante as outras “raças”, serviu como pedra angular da lealdade, inclusive “nacional”, dos exploradores e dominados “brancos” em relação aos seus exploradores em todo o mundo e, em primeiro lugar, no “eurocentrismo”. (QUIJANO, 2010, p. 125)

A partir dos elementos teórico-reflexivos acima expostos, compreendemos as consequências do colonialismo e da colonialidade do poder nas relações raciais brasileiras e nas inúmeras disputas relacionadas aos territórios tradicionais. Como vimos anteriormente, o esbulho do território Paiol de Telha assentou-se em estruturas de poder manifestas nas dimensões jurídicas, políticas, históricas e coloniais. Tais formas de subjugação e opressão consoantes aos elementos teóricos do sociólogo Aníbal Quijano.

Sendo assim, a autonomia e a subsistência dos quilombolas estavam ameaçadas pelas formas diretas e indiretas de controle, consolidadas no colonialismo do poder e historicamente presente na região. Com efeito, a dominação da força de trabalho, a alienação do trabalhador e as relações raciais complexificam as estruturas hegemônicas. Nesse contexto, o eurocentrismo e a invenção da raça enraizou-se no Sul do Brasil e justificou a incapacidade dos negros do Paiol de Telha para gerirem o território e seu destino histórico-social.

A apropriação dessas terras pela população negra ocorreu no ano de 1868, ano da morte de Balbina Francisca. A partir daí o território que localiza a comunidade quilombola Paiol de Telha até hoje, foi alvo de inúmeras contestações e apropriações indevidas por familiares da benfeitora, grileiros e colonos e pela desapropriação de terras efetuada pelo Governo do Estado do Paraná na década de 1950, quando deu início ao processo de imigração “alemã” na região de Guarapuava (CALÁBRIA¹³⁷, 2013 apud FELIPE, 2015).

A realidade do Paiol de Telha apresenta aspectos históricos *sui generis* em decorrência da saga geracional dos quilombolas para retomada do território ancestral, vitimados pelo racismo monumental, as especificidades regionais, o poder político e econômico. Além da inação e ingerência estatal que instrumentalizou o capitalismo e suas estruturas ideológicas, onde a colonialidade e a modernidade sistematicamente classifica e desclassifica pessoas em função do trabalho, raça e gênero.

Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos centrais: o controle de produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos “naturais” e se institucionaliza como “propriedade”. O segundo implica o controle do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da “propriedade”. A raça foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas. (QUIJANO, 2010, p. 114)

No cenário da produção das iniquidades de caráter étnico-racial o grande capital internacional, o colonialismo e a colonialidade visa explorar os seres humanos, os saberes e os

¹³⁷ CALÁBRIA, J. Processo de Comunidade Quilombola pode ser anulado no Paraná.

territórios. De maneira contrária às comunidades tradicionais visam a manutenção de seus saberes como elementos distintivos de pertença e historicidade, em face da dominação intersubjetiva de caráter eurocêntrico. Portanto, de acordo com Segato (2012) o Estado tem um dever moral e compensatório na devolução da história para os povos e comunidades tradicionais em uma perspectiva descolonial, garantindo o direito à jurisdição própria, ao foro comunitário, e a deliberação.

Nesse cenário Nascimento (1980, 2019) apresenta a proposta Quilombista na condição de uma luta descolonial e contra-colonial, dialogando com Santos, A.B (2015, 2019), como veremos na sequência. Pois, identifica nas formas de dominação e opressão intrínsecas ao colonialismo do poder, amplificando o conceito do Estado Quilombista como instrumento de resistência. O que significava desvencilhar-se dos grilhões do colonialismo e suas dimensões imanentes e transcendentais tais como o eurocentrismo, o capitalismo e o racismo.

A radicalidade presente nas formulações políticas e culturais de Abdias do Nascimento, previu o acirramento do colonialismo eurocêntrico e do eurocentrismo no século XXI. Por consequência formulou dispositivos conceituais para fazer frente ao avanço e sufocamento epistêmico e civilizacional das culturas e tradições originárias. O Quilombismo ressignificou-se como referencial teórico e político para uma *práxis* dos militantes da causa negra quilombola, mas também de outras pautas políticas ou étnicas.

5.3. “NÊGO BISPO”: A TEORIA E A *PRÁXIS* DE UMA COSMOLOGIA QUILOMBOLA

A luta quilombola em sua dimensão de saber epistêmico historicamente alicerça as formas de resistência contra o colonialismo e a colonialidade, e a filosofia do mestre Antônio Bispo dos Santos se configura como um ferramental de teoria e *práxis* discursiva. Destarte as formas de resistência contra-colonialista, os múltiplos povos e comunidades se afirmam em termos existenciais propondo distintas narrativas estabelecidas na solidez da memória e oralidade. O mestre Bispo como prefere ser chamado, conectando os saberes e ofícios ancestrais às formas de vida e organização política. Como consequência a invisibilização da história africana é contestada na interação dos quilombolas e dos pressupostos quilombistas presentes no plano simbólico, psíquico e imagético, reafirmando a memória e a ancestralidade. No ano de 2019¹³⁸, o mestre de ofícios tradicionais nos concedeu uma

¹³⁸ Em 7 de junho de 2019 o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos nos concedeu generosamente um espaço para um rico diálogo que também se transmutou em uma entrevista, a conversa ocorreu por telefone já

entrevista abordando vários temas relativos à vida cultural, política e social dos quilombos e os reflexos de sua militância contra-colonial.

Então olha só uma coisa muito interessante, na verdade, a sociedade colonialista, e agora eu não vou mais inserir a direita ou à esquerda, agora vou me posicionar da forma como eu gosto, e, vou tratar da sociedade colonialista e contra colonialista. Dentro da sociedade colonialista inclusive está um setor da dita esquerda, ou praticamente toda esquerda. Então veja bem a sociedade colonialista, ela sempre se firmou na sua cosmologia ela usou a ideologia, as teorias e a própria ideologia para se camuflar. A ideologia, na verdade, é uma camuflagem da cosmologia, o estado colonialista nunca foi laico, por que se você pegar a Bíblia ou a constituição até a mais avançada de 1988 você verá que uma é o complemento da outra se não um anexo. Podemos afirmar inclusive que a constituição federal é um anexo da Bíblia, nesse sentido a sociedade colonialista se sustentou na sua cosmologia, nos seus valores, o povo contra colonialista também se sustentou na sua cosmologia por isso que nós ainda existimos, porém, a esquerda contribuiu muito dentro da sociedade colonialista para fazer essa camuflagem. (SANTOS, 2019b, não paginado)¹³⁹

A historicidade dos povos e comunidades originárias, revisa as nomenclaturas estigmatizantes e secularmente hegemonizadas, como, por exemplo, de descendentes de escravizados. Nesse sentido a pesquisadora quilombola Ana Cláudia Matos da Silva, reescreve outras narrativas possíveis a partir de seu protagonismo acadêmico e da sintonia e conexão ancestral com o território e com a luta dos quilombolas, formulando estruturas contra-hegemônicas em uma perspectiva poética. Assim, Silva, A. C. M. (2019, p. 45) se apresenta:

A nossa territorialidade passa pela tessitura de vidas que carregam a luta ancestral. Afirmamos que a resistência encontra-se inteiramente ligada às formas organizativas, como pilar que garante a nossa existência. Buscamos a superação do estigma de sermos identificados como descendentes de escravos, pois, pertencemos aos diversos grupos de africanos livres, trazidos ao Brasil de forma covarde. Afirmamos categoricamente que não somos descendentes de escravos, pois, tal afirmação nos enfraquece e condiciona a uma contínua memória do processo colonizador no qual fomos submetidos. Nenhum descendente de colonialista aceita/foram/são conceituados como descendentes de escravizadores. Por nenhuma razão, nós povos contra-colonial, devemos aceitar tal nomeação.

Nessa perspectiva a intervenção acadêmica e política das mulheres quilombolas, partindo da *práxis* do mestre Antônio Bispo, caracterizada pela militância e difusão das cosmologias tradicionais, como dos estudantes acadêmicos, ao escolherem seus temas de pesquisa

que o quilombola falava direto do território Saco-Curtume em São João do Piauí/PI e nós o entrevistamos diretamente do Sul do país da cidade de Curitiba.

¹³⁹ Santos, A.B.. **Entrevista com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos**. Curitiba - São João do Piauí, 2019b. Entrevista realizada via telefone. (Informação Verbal). Para utilizarmos a referida entrevista solicitamos autorização em 09 de maio de 2019.

fundados na vivência e territorialidade, radicalizam a ancestralidade. Nessa esteira, Cruz (2019), a partir de Aníbal Quijano, Abadias do Nascimento e Lélia Gonzalez evidencia as vozes negras e periféricas insurgentes que por intermédio da ferramenta do Direito, buscam suas garantias constitucionais de permanência no território tradicional.

De Abdias do Nascimento e Benedita da Silva, observou-se a força impulsionadora do ativismo social que, quando articulado em redes nacionais, operacionaliza a materialização do direito. Na orientação do Direito Público, Constitucional e Civil, surgem os questionamentos e fundamentações para o problema levantado: as formas como o racismo e a política coronelista ainda afetam a efetivação do direito para as populações negras rurais no Brasil e de como o Direito concebe a ideia prática de propriedade comunitária. São questões problematizadoras ainda não totalmente respondidas. O que pretendemos evidenciar aqui são os usos das vozes dos movimentos sociais, canalizadas em prol da construção de direitos voltados à população negra rural, dessa vez, dentro do processo de elaboração da Constituição. (CRUZ, I.P.C.S., 2019, p. 2)

As vozes quilombolas são insurgentes e dialogam com o Quilombismo de Abdias do Nascimento, estruturando-se na contra-colonização formulada por Bispo (2015, 2019^a). Os referenciais históricos das constantes lutas presentes na resistência quilombola e indígena sempre estiveram no imaginário dos povos da floresta, conforme destaca Nêgo Bispo. As crises produzidas em função da modernidade e do colonialismo não diferem dos séculos contra a existência e sobrevivência dos povos originários. Pois, se por um lado revivemos as consequências degradantes dos trezentos anos do escravismo, por outro lado, a cosmologia dos povos e comunidades, é reeditada com base em suas nas próprias narrativas historicamente elaboradas e na trajetória de luta e sobrevivência (SANTOS, 2019a). Segundo Silva, A. C. M. (2019, p. 91)¹⁴⁰, o jeito de fazer quilombola é compartilhado ancestralmente, ameaçando o colonialismo do poder e a hegemonia da sociedade capitalista e eurocêntrica, comprometendo as classificações verticais e monoteístas. Enquanto os povos quilombolas operam na lógica da circularidade e do politeísmo. A dinâmica das sociedades colonialistas está fundada na opressão, submissão e sobreposição de cosmologias que também é uma sobreposição de epistemes, tal realidade carece da perspectiva das cosmologias contra-colonialistas.

¹⁴⁰ Muito importante ressaltar que a pesquisadora Ana Claudia Matos da Silva foi, segundo ela, a primeira quilombola do território Mumbuca no Jalapão - TO a ingressar no programa de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB) em Desenvolvimento Sustentável. Na lógica da circularidade e compartilhamento quilombola construiu sua dissertação intitulada Uma Escrita Contra-Colonialista Do Quilombo Mumbuca Jalapão - TO, com apoio de outras quilombolas e também do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos (SILVA, A. C. M. (2019, p. 16). Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37374/1/2019_AnaClaudiaMatosdaSilva.pdf >. Acesso em: 28 jan. 2021.

Por conseguinte, os corpos negros subalternizados, a fala quilombola, sua discursividade e presença nos espaços hegemonzados a partir da pigmentação da pele, produzem transformações simbólicas. Em consonância ao momento histórico caracterizado pelo maior ingresso de quilombolas nas universidades, e produzindo uma alteração no cenário epistêmico das pesquisas acadêmicas de maneira mais substantiva e possivelmente dando outros contornos para as relações sociais de pertença e resistência quilombola nos territórios tradicionais. Esse cenário se apresenta como um importante instrumento da luta de contra-colonização nos termos de Santos (2015, 2019a) e Nascimento (1980, 2019), demonstrando a visão civilizatória quilombolas e concretizando em certa escala os desideratos de Abdias do Nascimento quando escreveu o Quilombismo.

Não somos os únicos a ser pesquisadores das nossas trajetórias, sujeitos também do programa educacional multiétnico do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), mestrado regular da Universidade de Brasília, criado no ano 2010, com modalidade modular. A princípio, o objetivo do programa era garantir o acesso à pós-graduação apenas aos indígenas. No entanto, essa modalidade de mestrado passou por alterações, atualmente atende outros segmentos sociais historicamente excluídos do acesso ao ensino superior, a saber: Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (Geraizeiros, Povos de Terreiro, Ribeirinhos, Pescadores Artesanais, Povo Rom – os assim chamados Ciganos) e profissionais que atuam junto a esses Povos e Comunidades Tradicionais. Cada membro dos povos contra-coloniais que adentram a universidade com suas cosmologias, alteram a paisagem da academia eurocêntrica. (SILVA, A. C. M., 2019, p. 63)

Para Santos (2019a), de 1930 a 1945 no período político denominado Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo, passando pelo regime ditatorial da década de 1960 até os dias atuais, o projeto de desenvolvimento nacional foi caracterizado pela tentativa de esfacelamento dos saberes tradicionais. Nesse universo, houve a imposição dos saberes acadêmicos para os povos e comunidades, franqueados pela linguagem escrita, em função de um discurso de melhoria das condições de vida, mas desqualificador das tradições originárias e dos modos de vida quilombola. Portanto, a supressão desses grupos e seus sistemas de organização social e política, teve após a Segunda Guerra Mundial, um favorecimento com a entrada do maquinário tecnológico no campo, decorrentes de resíduos bélicos.

Os microssistemas de plantio e colheita das comunidades tradicionais não seriam mais relevantes, em face da necessidade de escoar o lixo industrial fruto do avanço bélico, portanto o projeto de desmantelamento dos povos e comunidades tradicionais operado no momento histórico em questão fundamentou-se na ampliação da alfabetização. Em uma

lógica onde os saberes não detinham a posto de conhecimento, o portfólio do currículo norteador era completamente desconectado dos modos de vida dessa população de forma deliberada. O objetivo fulcral desse movimento seria favorecer um grande deslocamento de massa populacional, produzindo um êxodo rural de grande envergadura, visto que se esvaziavam os territórios tradicionais e se pulveriza a resistência contra-colonizadora.

Consequentemente, assistimos no Brasil uma verdadeira inversão. Ao invés de dois terços da população vivendo no campo, passamos a ter dois terços na cidade. Até porque algumas comunidades que resistiram (e ainda resistem) nos pequenos vilarejos e nos territórios contra colonizadores contíguos às cidades mais antigas do Brasil como, por exemplo, Salvador /BA, Rio de Janeiro / RJ, Recife/Pe, também passaram a ser classificadas como população urbana. Dentre essas estão os povos ciganos, os povos de terreiro, os caixaras, os chamados quilombos urbanos, etc. (SANTOS, 2019a, p. 40)

Nessa mesma perspectiva, Arruti (1997), aponta como a consolidação do Estado Nacional em termos imagéticos, sociais, os mecanismos de controle cultural e social dos não brancos, classificados como incivilizados e inferiores, passava pela assimilação e absorção social. A percepção de nacionalidade para a população negra apresenta um dilema identitário, ao se absorver e integrar, não poderia ocorrer a contaminação, pois no imaginário europeu a nacionalidade ocidental não poderia ser manchada.

O projeto de Estado Nacional buscava educar e controlar as populações subalternas, oscilando entre os ditames da democracia e do capitalismo. “Marcado e desvalorizado como *aparência*, na sua relação com a "sociedade brasileira" o negro é *agente de contaminação*, fazendo com que a alteridade sirva, no seu caso, à construção de um juízo de valor político” (ARRUTI, 1997, p. 10). Dessa forma, o pensamento social brasileiro ganhou um estatuto de cosmologia nacional, organizando os grupos humanos em universos semânticos distintos, e após a década de 1930 o instrumental acadêmico organizou os grupos de descendência africana como os negros, atrelando-os à noção de raça e analogamente os índios à noção de etnia. Essas classificações submeteram esses povos ao poder, ao aparelho e ideologia do Estado Nacional brasileiro e suas correntes ideológicas.

Apesar de terem realizado, durante as décadas de 30 e 40, uma significativa retomada de identidades até então pensadas como extintas, mesmo mais tarde, ao longo das décadas de 60 e 70, tais grupos continuavam sendo pensados como exemplos de processos de assimilação, aculturação e proletarianização descaracterizadores, aos quais os grupos indígenas mais cedo ou mais tarde estariam fadados. Mesmo sob outras inspirações acadêmicas e referidos a outros quadros teóricos, até muito recentemente os estudiosos permaneceram presos ao diagnóstico básico do iminente desaparecimento, da decadência cultural e da desagregação social. (ARRUTI, 1997, p. 12)

Para Nêgo Bispo os quilombolas permanecem suplantados em suas cosmologias contra-coloniais, em meio à crise entre a direita e a esquerda, ainda que por vezes a trajetória de luta quilombola tenha sido considerada ilegal e inconstitucional. Pois, as legislações e dispositivos jurídicos persecutórios, tanto da esquerda como da direita historicamente temiam a resistência negra. Conforme ressaltam, Nascimento (1980, 2019) e CONEN (2010) o compromisso da esquerda com a negação do racismo estrutural e o protagonismo de suas próprias trajetórias.

[...] Mas dialogando com ela, dialogo com os meninos, acho que eles são importantes, acho que a CONAC é importante, acho que tudo que existe é importante, não me acho importante dentro da institucionalidade sinto mais à vontade fora dela, porque dentro da institucionalidade você pensa institucionalmente. Você não pensa de forma diversificada, você pensa tanto de uma forma mono e eu tenho me recusado a pensar dessa maneira, portanto eu volto a dizer assim se você pensar na lógica discursiva da Esquerda houve retrocesso. Mas se você pensar na lógica resolutiva nos povos e comunidades tradicionais não há tanto retrocesso, é ao contrário uma reedição da trajetória, e reedição não é retrocesso. Então na verdade nós não estamos retrocedendo, nos estamos reeditando as nossas trajetórias tomando mais como referência a cosmologia, por que a esquerda e o sindicato tentaram nos últimos dias para nos firmarmos no campo das teorias e no campo das ideologias, e aí quando nós avançamos nesse sentido, nós no afastamos da nossa cosmologia e agora com essa crise das ideologias que na verdade é crise das ideologias e das teorias aí a gente volta e se firma na cosmologia e reedita nossa trajetória a partir da nossa potencialidade, essa é parte muito importante do momento em que nós estamos vivendo. (SANTOS, 2019b, não paginado)

As relações sociais sustentadas na cosmologia quilombola, funcionam na lógica da circularidade, na parceria e na troca, ao contrário da tutela, submissão e utilitarismo correlata às formas de dominação colonialista e capitalista. Atualmente a luta quilombola viceja mesmo face a todos os retrocessos históricos e significa de certa maneira, uma estabilização do protagonismo quilombola em sua trajetória. “Para nós, e para mim pessoalmente e para muitas pessoas com quem eu tenho conversado, nós estamos vivendo um momento muito importante, estamos vivendo um momento de estabilização do protagonismo da nossa trajetória, feita por nós mesmo.” (SANTOS, 2019b, não paginado).

Portanto, a cosmologia quilombola o sentido da Morada não é apenas simples construção da roça, mas um espaço agregador de pessoas, animais e plantas de maneira integrada. Esse cenário gera uma conexão entre a edificação da Morada, a roça e o quilombola, produzindo uma relação afetiva entre roça e a Morada, pois a Casa/Morada está lá após o trabalho na roça. Nas alternâncias sazonais e nas longas estiagens o tempo se reduz na roça em função do calor, e o Engenho, e a Casa de Farinha tornam-se Morada. Essa

dinâmica explicitou a relação dos elementos da natureza, da importância da afetividade e cuidado no contexto da Morada que é também roça¹⁴¹.

O mestre Antônio Bispo relata como em sua formação, o uso da terra, o plantio e o cultivo no Estado do Piauí, tem um caráter distinto do grande agronegócio onde prevalecem as formas capitalistas de organização e produção. Os limites, perímetros ou extrema como são denominadas as marcações territoriais, revelavam a capacidade de cada grupo de cultivar e compartilhar o plantio. Por isso, as roças aglutinadas ou emendadas com outras roças são denominadas Roça de Todo Mundo. Em defluência a cosmovisão quilombola está sustentada na relação de profunda reverência com a terra e com o território, seja pelas formas de plantio, no respeito com o meio ambiente, na pesca e nos processos de trocas e reciprocidade, como é enfatizado abaixo por Santos (2019a, p. 54, grifo nosso):

Na maior parte das vezes, ninguém ganha dinheiro nesse processo. As pessoas ou recebem parte da produção ou recebem ajuda em outras farinhadas ou em quaisquer outras atividades que precisarem. Além disso, as variedades de mandiocas que cultivamos se desenvolviam em diversos ciclos: havia mandioca com ciclo de seis meses (chamada de macaxeiras), de um ano, de dois anos e de ciclo permanente. **Isso porque, segundo nossas mestras e mestres, a mandioca, a mandioca nós podíamos acumular, mas o melhor lugar de guardar a mandioca é na terra. Ao contrário da fadiga maldita à qual Adão foi condenado pelo Deus bíblico, aqui se vivencia a comunhão prazerosa da biointeração. O que também rima com a roça de todo mundo, com as pescarias, com as farinhadas e muitas outras expressões produtivas das nossas vidas são as moagens de cana de rapadura que funcionam da seguinte maneira: nos engenhos de madeira, construídos e operados por mestras e mestres de ofício, movidos pela energia orgânica das trações animais.**

Da pesca também emerge a cosmologia quilombola e os fundamentos do Quilombismo, pois, as atividades eram divididas em função dos que tinham ou não material para trabalhar. Em decorrência havia os que jogavam as tarrafas, os que mergulhavam e os que efetivamente pescavam, não obstante as atividades desempenhadas, todos levavam para seus lares os peixes conforme o número de integrantes do núcleo familiar. Sempre em quantidade suficiente para alimentar até a próxima pescaria. A orientação dos mestres preconizava a diretriz de não se poder pescar para o acúmulo, considerando que o local mais adequado para os peixes era o próprio rio onde os mesmos crescem e se reproduzem de maneira adequada.

Nos processos de produção da farinha, onde o objetivo não é a capitalização da produção, ocorre coletivamente o pagamento na distribuição das frações da colheita. Nesse

¹⁴¹ Aula proferida por Antônio Bispo dos Santos em 2018, intitulada Nêgo Bispo e o sentido da morada na cosmologia Quilombola. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDW0fTKPEjk&t=11s>>. Acesso em: 2 de fev. 2020.

contexto é possível realizar algum estoque, conforme orientação dos mestres locais, mas ainda assim o mais pertinente é guardar a mandioca na terra. Dessa forma o pensador Nêgo Bispo perscruta as matrizes quilombolas, indicando os sentidos do conceito de biointeração, como um conjunto de relações marcadas pela cooperação, troca, auxílio mútuo, tendo a natureza como a maior provedora, devendo esta ser respeitada e venerada em todos os processos produtivos. Desse contexto, inferimos a existência de uma racionalidade completamente distinta da modernidade capitalista, assentada na acumulação utilitarista. (SANTOS, A. B., 2015).

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. Com isso quero afirmar que nasci e fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização. (SANTOS, 2019a, p. 66)

A teoria do limite e da fronteira, desenvolvida por Nêgo Bispo, traz importantes aportes de diálogo transdisciplinar ou pluriépistêmico, pois segundo Carvalho (2019c) associa a noção de Fronteira à cosmovisão dos povos tradicionais. Esses elaboram o saber orgânico identificando as práticas eurocêntricas de manipulação por meio do saber sintético. Para Santos (2019a) o saber orgânico estrutura a cosmovisão quilombola, respeitando as fronteiras do conhecimento, dialogando com os referenciais modernos, eurocêtricos e consequentemente demonstrando como a fronteira pode ser um espaço de aprendizado e diálogo. Entretanto, assimilar outro conhecimento proveniente de distintas matrizes civilizacionais não significa substituir os conhecimentos originários. Por outro lado, o saber sintético não tem fronteira, mas limites e praticamente não dialoga com outras culturas. Essa realidade fica patente a partir da colonialidade do poder, do saber, do patriarcado e de gênero, demarcada na colonialidade cristalizada e reproduzida em inúmeros *lôcus* de dominação (SEGATO, 2012).

Nessa perspectiva Boff (2007) ao abordar a ética do cuidado e o “complexo de Deus” o ser humano moderno internalizou o “complexo de Deus”, fazendo as vias do Criador por intermédio da tecnociência¹⁴². Essa mesma ética do cuidado está presente no pensamento

¹⁴² De acordo com Nordmann (2011, p. 13) apud Koslowski (2015), Gilbert Hottois introduziu o conceito de tecnociência em 1984 na obra *Le Signe et la technique: La Philosophie à l'épreuve de la technique* e o conceito foi posteriormente popularizado por Bruno Latour e Donna Haraway. O termo forjado por Hottois dá conta de explicar a ciência elaborada no âmbito da tecnologia. Nordmann distingue a formulação conceitual a partir de Bruno Latour resumindo os fundamentos da “ciência-e-tecnologia”, quando a ciência pura não se aparta da ciência aplicada. Para Carvalho (2000, p 26) a tecnociência chancelou os múltiplos processos de dominação do

quilombista, consoante a *práxis* de inúmeros territórios tradicionais e o impacto antrópico de suas populações. As cosmovisões refutam as múltiplas formas de colonialismo e colonialidade, já que nos horizontes cognitivos da modernidade não há limites na ação de conhecer, dominar, submeter e projetar o desenvolvimento, colocando em risco o destino do planeta e de seus habitantes. De forma que, para Nascimento (2019) a revolução quilombista é permeada pelo comunalismo, presente nas tradições africanas, ante as precárias estruturas de desorganização social fincadas no capitalismo. Sendo assim, o pan-africanismo¹⁴³ busca uma revolução cultural a partir da mitopoesia¹⁴⁴ e da capacidade criativa das mulheres negras.

Nosso ser histórico é de origem mítica. Esta é uma lição da nossa arte, que, ao contrário da arte do chamado Ocidente, tem para nós o sentido de uma vivência natural e criativa. Alimento e expressão de nossas crenças e valores igualitários, assumimos esse poder do talento e da imaginação como o mais poderoso instrumento em nossa comunicação social e no diálogo com as nossas mais profundas raízes no espírito e na história.

Nem racionalismo europeu, nem mecânica norte-americana; arte é aquele outro olho, olho de Ifá, que inspira, organiza, significa e infunde significação histórica e espiritual no mundo. (NASCIMENTO, 2019, P. 101)

A contra-colonização proposta por Santos, A. B. (2015, 2019a) e o projeto quilombista desenvolvido por Nascimento (1980, 2019) estão conectados às formas de espiritualidade e objetivam desvencilhar-se do colonialismo do poder. Desse encadeamento dedutivo, o papel da religião e das instituições religiosas seria ressignificar a dimensão da existência no espaço institucional do sagrado. Pois, seria a religião, no contexto da modernidade capitalista, capaz de religar os processos sociais e ressignificar os sistemas opressivos? “O decisivo não são as religiões, mas a espiritualidade subjacente a elas. É a espiritualidade que une, liga e re-liga e integra. Ela e não a religião ajuda a compor as alternativas de um novo paradigma civilizatório” (BOFF, 2007, p.21).

Na busca pela emancipação e rupturas com as estruturas de dominação proposta por Abdias Nascimento, a espiritualidade presente nas matrizes africanas é elemento estruturante. No comunalismo africano estão presentes a cosmovisão e biointeração proposta por Nêgo Bispo.

homem sobre a natureza, obstando o diálogo e interação dos universos racional-lógico-dedutivo com o mítico-imaginário.

¹⁴³ Para Nascimento (2019, p. 95) o Pan-africanismo é um esforço cultural e político dos que foram vitimados pela diáspora negra, na busca de ascensão socioeconômica e liberdade em todas as suas acepções, o movimento ocorreu majoritariamente em países com grande presença demográfica de africanos. Em decorrência dos efeitos produzidos pelo capitalismo e racismo, as proposições e esforços pan-africanos se deram de maneira relativamente isolada.

¹⁴⁴ A mitopoesia são imagens quintessenciadas da experiência a partir dos mitos fundantes das matrizes de reprodução das práticas cotidianas (NASCIMENTO, 2019, p. 100).

A cosmologia quilombola, sua relação com a natureza, abrange a manipulação das plantas medicinais, o preparo dos remédios caseiros, a atividade das parteiras e o ofício de benzimento. Todos esses saberes são transmitidos nas relações familiares, repassados por anciãos, consoante aos *griots* africanos. Os saberes são fortalecidos na comunidade e na reprodução do conhecimento por intermédio da oralidade, seja por conversas informais ou outras formas de interação.

Nesse contexto, de acordo com Santos, A. B. (2015, 2019) a confluência e a transfluência engloba e estrutura as disputas de poder e narrativas coloniais e contra-coloniais. Com efeito, a confluência designa a cosmovisão politeísta fundada na relação orgânica, respeitosa e biointerativa com a natureza e seus elementos vitais. É uma expressão da sabedoria e do bem viver buscando transformar as divergências em diversidade, onde se alcança a confluência de todas as experiências e por similitude o diálogo com o pensamento complexo e transdisciplinar.

Por meio do reconhecimento da multiplicidade de formas e leituras de mundo, na busca de caminhos e alternativas de interação e diálogos entre a diversidade de perspectivas interpretativas. “A confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual.” (SANTOS, 2019a, p. 68).

Por outro lado, a transfluência busca exemplificar as relações de transformação entre elementos da natureza, apontando como elementos eventualmente misturados, não significam necessariamente juntos. Por conseguinte, organiza processos de mobilização conectados ao pensamento monista e monoteísta, ou seja, as estruturas do colonialismo do poder.

É possível utilizar os conceitos da confluência e transfluência para compreendermos os avanços e retrocessos das disputas quilombolas, no bojo da Constituição Federal, dessa forma: a confluência x transfluência, o pensamento monista desterritorializado x plurista territorializado, a colonização x contra-colonização, o desenvolvimento x biointeração. De forma ulterior, Santos (2019a) analisa como o art. 68 da Constituição Federal foi desenhado a partir do pensamento monista, vertical e desterritorializado, por situar o território quilombola exclusivamente no plano da propriedade. Por conseguinte, desconsiderando as relações de circularidade, comunalismo e biointeração vivamente presentes no tempo e espaço das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, a biointeração defende a integração salutar com todos os elementos do universo, sendo uma alternativa às formas de expropriação, que sustentam o desenvolvimento e o pensamento colonizador. Nesse caminho denota (SANTOS, 2019, p.

76), “Na lógica da biointeração o que se observa é o extremo oposto. Conforme já comentamos, tudo o que fazemos é fruto da energia orgânica e por isso ao invés da tríade “reduzir, reutilizar, e reciclar”, considera-se o princípio da tríade “extrair, utilizar, e reeditar.”.

Por outro lado, quando a Constituição Federal de 1988 ressignifica os termos: quilombo, comunidades quilombolas e povos indígenas retirando o estigma histórico de ameaça à Colônia, ao Império e à República, passando à detentores de direitos e garantias avança na perspectiva da confluência. Essas transformações semânticas e simbólicas foram geradas a partir da luta quilombola, da inventividade, da resistência e do nexos causal da circularidade.

O colonialismo e a colonialidade do poder disputam territórios e territorialidades, no plano material e simbólico, demarcando as narrativas históricas sobre os vencedores no processo de supressão da diversidade. Por outro lado, os povos e comunidades, e seus sistemas de organização funcionam a partir de trocas de saberes, construindo-se como um pensamento complexo e transdisciplinar (MORIN, 2006, 2015)¹⁴⁵. Sendo assim as relações de circularidade da episteme quilombola, sua condição não cartesiana dialoga com as diversas áreas do conhecimento.

A descaracterização e ressignificação das identidades, decorrente do racismo e dos estigmas atende ao projeto de aniquilação dos territórios das memórias e da ancestralidade inerente à essas geografias. Como instrumento contra-colonizatório o Quilombismo conforme Nascimento (2019) e confluência de saberes nos termos de Santos, A.B. (2015, 2019a), propõem a valorização da cultura afro-brasileira a partir de sua experiência histórica, do conhecimento crítico, e da *práxis* da coletividade negra. Os territórios quilombolas têm em sua gênese e como patrimônio simbólico a prática de resistência quilombista, estruturada na luta política e cultural pela manutenção da identidade, memória e historicidade. Essa foi a tônica da motivação que animou os herdeiros do Paiol de Telha na busca por sororidade.

¹⁴⁵ A historicidade dos povos tradicionais alimenta esperanças em realidades distintas da projeção instituída pela modernidade tardia nos grandes espaços urbanos, da tecnologia, cibernética e outros instrumentos da ciência, eficazes na dissolução do tempo e espaço, mas capazes de aprofundar os dilemas de sobrevivência da humanidade. Desta feita Morin (2006) demonstra como a reforma do pensamento integraria duas culturas nascidas de maneira separada, esse diálogo das humanidades com os pressupostos da *hardscience*¹⁴⁵ facultaria o debate sobre problemas globais emergentes, de maneira que os cidadãos ao adentrarem o campo das ciências duras teriam que objetivamente passar pelas humanidades. Mas, para além do conhecimento teórico-acadêmico das humanidades, é indispensável estruturar diálogo profundo e complexo com os povos tradicionais, suas culturas, tradições e marcos de resistência e sobrevivência. Para tanto é fundamental rompermos com as barreiras do conhecimento acadêmico e universitário, transpor os modelos monoepistêmicos constitutivos da estrutura de ensino. Nesse sentido há uma complexidade inerente à cosmologia dos povos tradicionais materializada na fala e no fazer dos mestres dos saberes tradicionais que visa reconectar a totalidade, uma filosofia integradora e holística.

5.4. BREVE FECHAMENTO

Portanto, a partir da interação entre o quilombismo de Abdias do Nascimento e a cosmologia de Nêgo Bispo, depreendemos como as formas de lutas e organização das comunidades negras nos espaços rurais e urbanos se constroem e mantêm. As narrativas e as memórias sustentam os saberes tradicionais, onde as formas de existência e tecnologias de origem africanas configuram-se como elemento contra-colonizador.

As trajetórias de vida do intelectual Abdias Nascimento e de Antônio Bispo partem de lugares discursivos e epistêmicos distintos, o primeiro caracterizou-se em função do amplo letramento formal e as passagens por universidades no exterior. Para Nêgo Bispo a vivência prática da territorialidade, dos saberes constitutivos da vida e são os aspectos distintivos. Contudo, as distintas realidades fortaleceram as possibilidades de aproximação teóricas e os diálogos sobre as rupturas com o discurso e imaginário colonial. Não obstante, Abdias Nascimento tenha falecido, a força de sua episteme deixou marcas indeléveis para manutenção da luta quilombola.

Nesse sentido, a pedagogia de Nêgo Bispo evidencia para os movimentos sociais de forma geral e especificamente para o movimento social negro a vitalidade e centralidade dos territórios tradicionais. Dessas territorialidades partem exemplos de luta e resistência contra os elementos tangíveis e intangíveis da colonialidade do poder, exemplificada por Aníbal Quijano. Dos territórios emergem as epistemes tradicionais, as narrativas de ancestralidade e as cosmovisões quilombolas, nessa perspectiva Abdias do Nascimento apresenta as bases da revolução quilombista, é não por outra razão os territórios tradicionais são pedras no “sapato do estado” conforme ressaltou o geógrafo Rafael Sanzio, e por tal condição sofre ataques sistemáticos em seus direitos e garantias constitucionais.

A cosmovisão quilombola do mestre Antônio Bispo é ferramenta teórico-política para compreendermos os contextos quilombolas e suas transformações ao longo dos séculos, é também uma *práxis* de vida para revisar as bases e influência do colonialismo europeu. Consoante aos pressupostos de Abdias do Nascimento, quando ressalta os alicerces da militância negra descolonizadora, sustentado no quilombismo, sendo uma organização social sociopolítica.

Tanto o quilombola Antônio Bispo como o intelectual Abdias do Nascimento ocuparam, cada um à sua maneira, espaços marcadamente eurocêntricos por meio das narrativas de vida e militância. Transpondo os obstáculos estabelecidos pelo colonialismo

repassaram seus conhecimentos como pensadores da periferia e da fronteira, comprometidos com a emancipação e soberania social e histórica de todos os povos e comunidades.

Na histórica resistência do Paiol de Telha, estão presentes os pressupostos e práticas contra-colonizadoras e os fundamentos do quilombismo, na luta pelo direito ao território, à memória e à dignidade afro-brasileira. A experiência das lutas dos quilombolas nos territórios tradicionais refletem a vida e a ancestralidade no bojo da diáspora africana, demonstrando como o território é muito mais que o espaço físico. Nesse sentido, remetendo à história, à memória e ancestralidade, demarcada nas cosmologias e cosmovisões de origem africana.

UMA CONCLUSÃO, PARA AVANÇARMOS COM O DEBATE

Ao escolhermos qualquer temática de pesquisa emerge uma grande responsabilidade, redobrada nos aspectos históricos, epistêmicos e sociais em se tratando de uma comunidade tradicional negra. Sendo superdimensionada face à emblemática luta no território Paiol de Telha e seus desdobramentos para a cultura negra no Paraná e no Sul do Brasil. A formação do imaginário paranaense foi duramente marcada por teorias europeias de cunho racista estruturadas pela negação da presença e contribuição social e cultural negra. As políticas de gestão territorial e fundiária por parte do Estado também foram desenhadas a partir de mecanismos sutis e violentos, mas efetivos, de segregação territorial. Essa foi a realidade social e fundiária destinada aos descendentes dos escravizados da Fazenda Capão Grande.

Por trás do histórico processo de impunidade decorrente do esbulho do território, havia um discurso de natureza política e cultural veiculado pelos descendentes de germânicos, onde demarcavam a impossibilidade dos negros do fundão permanecerem como detentores herdeiros das glebas. Em decorrência, os descendentes considerados secularmente atrasados e incivilizados não poderiam manter o domínio da propriedade, pois estavam fora do projeto da modernidade eurocêntrica, destinado ao Brasil.

Por consequência a perspectiva imigrante não contemplava as memórias, histórias, formas de vida e organização decorrentes da presença afro-brasileira. Nessa perspectiva, quando Getúlio Vargas fomentou e financiou, em alguma medida, a entrada dos imigrantes suábios, o Brasil protagonizou também um rearranjo fundiário, político e econômico nos territórios tradicionais. Esses locais anteriormente ocupados por índios, negros e outros grupos populacionais, passa a ser destinado a contingentes populacionais de outros países. Tal como destacado por Florestan Fernandes, quando denuncia os arranjos sociais pós-abolição e a preocupação governamental em indenizar os escravocratas relegando o contingente populacional alforriado à sua própria sorte (FERNANDES, 2008).

Em contrapartida, os relatos e memórias de muitas figuras insígnies no âmbito da luta pelo retorno, ressaltaram como nas décadas de 40, 50 e 60 até os anos de 1970, quando as últimas famílias foram pulverizadas em uma espécie de diáspora local; as formas de subsistência eram autossuficientes, por meio do cultivo e plantio. Nesse sentido, a importante liderança negra, o Sr. Domingos Gonçalves Guimarães relatou-nos como em decorrência de suas plantações os únicos produtos que comprava no final da década de 1970, era açúcar, café e sal. Portanto, a sobrevivência dos herdeiros de Balbina Francisca estava fundada no respeito ao território como elemento ancestral, de forma análoga ao que ocorre atualmente, mesmo no

âmbito de toda precariedade material, existentes na retomada do território. Por conseguinte, observarmos a mesma realidade no território, ao dialogarmos com o Sr. João Trindade Marques, que narrou suas memórias de vida e luta, ele era o então presidente da Associação Heleodoro. Nesse dia tivemos que aguardar, pois, o mesmo estava plantando seu feijão e laborando em seu roçado.

Nesse contexto, o projeto de modernização fundado no capitalismo e no eurocentrismo desconsiderou os modos de vida, os saberes e as tradições culturais fundadas na amplitude e diversidade brasileira. Esse mesmo projeto eurocêntrico impingiu novas formas de organização e racionalidade aos territórios tradicionais, produzindo uma diversidade e complexidade de formas e estruturas de organização quilombola (LEITE, 2009).

O projeto da revolução Quilombista construído por Abdias Nascimento, também considerava a amplitude das territorialidades a partir da expansão do conceito de quilombo, que englobam espaços e manifestações de preservação da memória, tradições e cultura africana. Essa perspectiva teórica foi observada na organização dos núcleos de resistência do Paiol de Telha (NASCIMENTO, 1980, 2019). Nesse sentido, os aportes teóricos de Quijano (2010) possibilitam a compreensão do contexto do Núcleo Assentamento Paiol de Telha, que rompeu com os interesses da colonialidade do poder. Considerando que o local objetivou inicialmente a desagregação das demandas quilombolas, tornando-se mais um singular território de contra-colonização, nos termos do lavrador Antônio Bispo dos Santos, ao demarcar os aspectos simbólicos e epistêmicos da resistência cultural negra.

Quando os herdeiros do território foram expulsos e muitos deles obrigados a adentrar os grandes centros urbanos em condições de miserabilidade material, os saberes, expressões nas formas de vida, religiosidade e memórias também em grande medida se esfacelaram. No final do século XX, a comunidade mais uma vez se reorganiza de maneira densa e complexa, conforme alguns fundamentos da teoria da complexidade em Morin (2006, 2015), para uma decisiva retomada dos direitos e dos saberes fundados no território. Nesse sentido, fica explicitado na Cartografia elaborada pela própria comunidade no ano de 2009 (COMUNIDADE QUILOMBOLA 2009).

A desorganização do território por meio da expropriação induziu novas formas de reorganização sustentadas na pluralidade e heterogeneidade das perspectivas históricas e políticas. Onde a dinâmica de desordem (entropia) conflui posteriormente para um reordenamento das relações e dinâmicas de poder e narrativas. Por conseguinte o pensamento colonialista é monoepistêmico e endogâmico, enquanto suas formas de chancelamento do conhecimento e das tradições culturais considera apenas as matrizes eurocêntricas modernas.

Em contrapartida, o pensamento fundado nas cosmovisões quilombolas tende a ser pluriépistêmico e transdisciplinar, conforme Nicolescu (1997, 1999) e Morin (2006, 2015), buscando elementos que atravessam e ultrapassam o caráter monodisciplinar do conhecimento.

Em decorrência, os saberes dos povos e comunidades tradicionais dialogam com outras narrativas de produção do conhecimento, visando superar a invisibilidade fundada nos sistemas hegemônicos da produção capitalista e nas imposições culturais da colonização. Especificamente alguns estoques imigratórios na região do distrito de Entre Rios, operam dentro da monoepisteme colonialista, corroborando a invisibilidade social dos afro-brasileiros. Por conseguinte, as disputas territoriais e fundiárias também são disputas no campo epistêmico e discursivo sobre as políticas e práticas históricas. Nesse sentido, os recortes culturais e ideológicos direcionaram os interesses dominantes no contexto da expropriação territorial.

A importante Cartografia do Território, elaborada pelos quilombolas do Paiol de Telha, lançou luz sobre os relatos de vida, memória e resistência revisitando as formas e estratégias de resgate dos saberes e tradições, comprometidas em decorrência da desagregação histórica. Com efeito, ao longo da saga de reconquista deu-se centralidade à cultura, à religiosidade e às práticas tradicionais da comunidade. De maneira geral, tratou-se de um projeto político e cultural de revalorização da identidade quilombola no Paraná, operando uma ruptura com o epistemicídio produzido historicamente (SANTOS, B. S. S., 2018). Pois, o projeto político e civilizatório local era essencialmente eurocêntrico e os saberes culturais de matriz africana não poderiam ser reproduzidos.

Em terras paranaenses os teóricos do Paranismo tentaram a todo custo negar a presença e contribuição negra, em uma perspectiva consolidada pelo projeto imigrantista de branqueamento dos estoques étnico-raciais negros e indígenas. Nesse sentido, um dos principais objetivos da apropriação indevida do território quilombola estava centrado no desmantelamento da unidade cultural e social da comunidade negra. Nos termos do sociólogo Boaventura de Souza Santos e Nilma Lino Gomes, um epistemicídio visando suprimir os saberes no âmbito da modernidade eurocêntrica (SANTOS, B. S. S. 2000; GOMES, 2011).

Destarte a diversidade étnica e cultural brasileira inerente às inúmeras comunidades tradicionais e notadamente nos quilombos, explicita os espaços de resistência negra em território brasileiro. Contudo, a partir das experiências de resistência do território do Cedro e Kalunga percebemos como a permanência no território parece ter sido elemento decisivo para manutenção e preservação das memórias ancestrais. Nas tradições de cura, no contato e

cuidado com o bioma, na interação com as plantas medicinais percebe-se a herança africana. Com efeito, nas regiões onde houve uma maior intensificação no processo de colonização e europeização os mecanismos históricos e sociais de desmantelamento das unidades de resistência quilombola podem ter ocorrido com mais intensidade e mais efetividade.

As vitórias e conquistas jurídicas e políticas da comunidade Paiol de Telha no século XXI, apresenta um caráter de ancestralidade, ainda que distante da reconquista necessária e ideal. Essas transformações civilizacionais ocorreram também em função da Constituição Federal de 1988 e o Artigo 68, onde reconheceu juridicamente o direito coletivo aos territórios quilombolas. Esses avanços foram consequências da luta negra, englobando as formas de resistência individuais durante o período escravista e pós-escravismo.

Por consequência os dois grandes momentos indutores de institucionalidade da questão racial ocorrem em decorrência da Frente Negra da década de 1930 e do Movimento Negro Unificado no final da década 1970; ambos foram indutores das transformações presentes na carta constitucional de 1988. A batalha dos negros e do movimento negro no campo e na cidade teve como elemento distintivo o combate a todas as formas opressão e fundamentalmente o racismo. O racismo institucional e monumental sustentou os pressupostos teóricos das políticas fundiárias, seja a partir da lei de terras de 1850 até os inúmeros processos de expropriação territorial como efetivados no Paiol de Telha na segunda metade do século XX.

Portanto, o Artigo 68 da Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e o Decreto 4.887/03 produziram rupturas nos renitentes mecanismos históricos de supressão de direitos. Em decorrência, o partido Democratas e a Cooperativa Mista Entre Rios ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Nº 3239 em 2013, alegando a inconstitucionalidade do referido Decreto, tal como ocorreu com as políticas de Ações Afirmativas em 2012 por intermédio da ADPF 186. Esse cenário demonstra como as políticas inclusivas e de reparação histórica são sistematicamente alvo das múltiplas formas da colonialidade do poder, conforme destaca Aníbal Quijano.

Nesse sentido, o fundamento dessas ações pautava-se na impossibilidade da definição étnico-racial dos negros e na improcedência legal do quesito de autodefinição e autoidentificação das comunidades tradicionais. Sendo esse um dos principais critérios utilizados para aplicação da Política de Ação Afirmativa e também para titulação dos territórios. Por consequência os mecanismos visando obstar os avanços dos direitos e garantias de reparação histórica são formas de manutenção dos privilégios fundados no

regime escravocrata. Essa realidade explica a celeridade de determinados segmentos sociais em mobilizar o poder judiciário para sustar os avanços da luta quilombola.

A resistência negra quilombola está fundada nas narrativas tradicionais, nas memórias de ancestralidade que dão suporte a reprodução dos saberes e formas de vida, os aportes da transdisciplinaridade e do pensamento complexo dialogam com a incomensurabilidade da cosmologia e das tradições ancestrais. A reorganização das perspectivas científicas e da produção do conhecimento a partir da transdisciplinaridade considera os saberes fora das matrizes eurocêntricas. Portanto, o mestre Antônio Bispo dos Santos contribuiu apresentando os saberes sintéticos e orgânicos, e como essas duas formas de análise interagem com as cosmologias e cosmovisões quilombolas.

A batalha épica dos descendentes dos escravizados no contexto das terras do Paiol de Telha é uma disputa de narrativas históricas, entre os considerados vencedores e desbravadores contra os pseudovencidos. A partir de Quijano (2010) depreendemos tratar-se de uma disputa de significados entre o capitalismo eurocêntrico, a colonialidade e as formas de organização fundadas na memória, oralidade e nas relações expressas pelo comunalismo e o comensalismo. Como ressaltado pelo geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos, o caráter sacro do território é inegociável e as tradições quilombolas demonstram como este não foi e não pode ser caracterizado como um resquício, rescaldo ou algo que remanesce de um passado atávico que deve ser superado no contexto da modernidade.

Por isso, a batalha ancestral dos quilombolas do Paiol de Telha é emblemática e simbólica no contexto das disputas de significado, nas narrativas históricas, e culturais no Sul do país e especificamente no Paraná. Em face da valorização dos modelos imagéticos e culturais europeus e o discurso do agronegócio como solução para as demandas alimentares da população.

Dessa maneira a oralidade é um elemento cultural distintivo para compreendermos a luta quilombola, como destacou a Sra. Ana Maria da Cruz em relação à mãe do quilombo, a Sra. Ondina Maria de Jesus Marques. Uma das personalidades de maior significado e considerada por muitos, como uma *griot*, pois, era mantenedora de saberes, canções, tradições orais e grandes narrativas. Sendo detentora de uma Memória Larga, como ressaltou a liderança quilombola Danielly Rocha dos Santos ao afirmar que Mãe Ondina animava a chama da resistência dos mais jovens.

Por consequência, consideramos a resistência negra quilombola como um saber ancestral e tradicional fundado e sustentado em outros micro e macro saberes, como a oralidade, a religiosidade e demais práticas de vida. Esse saber da resistência com vistas à

manutenção da ancestralidade facultou com que os micro e macro saberes não fossem perdidos, pois, estão encravados na dimensão da sacralidade e do território ancestral. Acreditamos ter sido essa a complexa e transdisciplinar relação fundada na história de luta dos negros, onde a brutal expropriação territorial esfacelou famílias, narrativas e histórias, mas tornou obstinada à percepção sobre o retorno ao território ancestral. Por conseguinte, a resistência negra se apresentou como um saber prático-político com sua gênese na luta antirracista e antiescravagista. Acreditamos que esses foram os elementos simbólicos constitutivos da chama espiritual que animou a luta dos quilombolas do Paiol de Telha.

REFERÊNCIAS

Artigos, Dissertações, Entrevistas, Livros, Monografias e Teses.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO TERRA DE DIREITOS. CONAQ e Terra de Direitos protocolam denúncia contra Bolsonaro por racismo. Brasília: Terra de Direitos, 2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/conaq-e-terra-de-direitos-protocolam-denuncia-contrabolsonaro-por-racismo/22449>>. Acesso em: 17. Fev. 2020.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. Entrevista à BBC News. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>>. Acesso em: 06 out. 2021

_____. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF 186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal,** 2010. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

ALMEIDA, A. W. B.. Prefácio. In: Souza, R. M. et. al. **Identidades coletivas e conflitos territoriais no Sul do Brasil.** Manaus: UEA Edições, 2014. p. 5-8. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/identidades-coletivas-e-conflitos-territoriais-no-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

AMADEU, M.S.U.S. et. al.. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT.** Curitiba: Ed. UFPR, 2015. 327p

ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, ago. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/102810/105686>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

_____. Cartografia e Cultura: Os Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil. In: VII Congresso Luso-Afro-Brasileira de Ciências Sociais - Sessão 12, 2004, Coimbra- Portugal. **VII Congresso Luso-Afro-Brasileira de Ciências Sociais - Sessão 12, 2004.**

_____. O Brasil Africano: Geografia e Territorialidade Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. Brasília : **CIGA - Cespe - UnB**,2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23808/3/ARTIGO_AfricaBrasileiraPopulacao.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

_____. **Quilombolas:** tradições e culturas da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

_____. et al. Relatório Técnico: ação Kalunga - Laudo Da Organização Territorial. **Periódico Eletrônica: Geobaobás**, v.1, n.1, 2017a, p. 1 – 73. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39363/1/RELATORIO_AcaoKalungaLaudo.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. **Territórios Étnicos:** o espaço dos Quilombos no Brasil. Diversidade, Espaço e Relações étnico-Raciais: o Negro na Geografia do Brasil. 2ª Ed, Belo Horizonte: Gutenberg, 2009,, p. 115-136.

_____. Territórios Quilombolas: Geografias, Cartografias & Conflitos Institucionais. **Revista Eixo** (Online), Brasília – DF, v 6, n 2 (Especial), novembro de 2017b . Disponível em: < <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/513/276>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Cadernos CRH**, v. 25, p. 63-71, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ctdJN489Lx5j6gQ8HFDf85M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2020.

ARDOINO, J.. **A Complexidade.** Jornadas Temáticas. A religação dos saberes. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

ARRUTI, J. M.. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 7-38, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/QBXXBw99XxgcmcS35sND3Rk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 jan. 2021

ARTICULAÇÃO PACARI. Programa de desenvolvimento das Nações Unidas. Série de Estudos de Caso da Iniciativa Equatorial. Soluções sustentáveis para as pessoas, a natureza e as comunidades resilientes. **PNUD**. New York, 2013. Disponível em: <https://www.equatorinitiative.org/wpcontent/uploads/2017/05/case_1_1373315420_PT.pdf> . Acesso em: 19 jan. 2021.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra medo branco:** o negro no imaginário das elites século XIX. 3º Edição, São Paulo: Annablume, 2004.

BÂ, Amadou Hampâté. **A tradição viva.** In Ki-Zerbo, J. (org). História Geral da África. São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1968. Disponível em: < https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000042769_por>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BAIOCCHI, M. de N.. **Kalunga povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. 1999.

BARRETO, J. N.. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais**: O Caso da Comunidade Quilombola Kalunga. Dissertação, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. UnB. 2006. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1548/1/Dissertacao_Jonatas_Nunes_Barreto.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BASTOS JUNIOR, Luiz Magno Pinto. A convenção sobre diversidade biológica e os instrumentos de controle das atividades ilegais de bioprospecção. In: **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo: RT, n. 23, ano 6, p. 207-208, 2001. Disponível em:
<<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2001;1000617133>>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BEATO FILHO, C. C.. Hard Sciences e Social Sciences: Um Enfoque Organizacional. **DADOS**, RIO DE JANEIRO, 1998. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152581998000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BEGA, M. T. S.; MICELI, S.. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERNARDINO-COSTA, J. ; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R.; CARVALHO, J. J. DE. **Encontro de Saberes e descolonização**: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Ramón Grosfoguel. (Org.). Decolonialidade e pensamento Afro-diaspórico. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, v., p. 79-106.

BOFF, L.. **Ecologia, mundialização e espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Saber cuidar**: ética do humano - compaixão pela terra. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, P.. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

_____. **O Poder simbólico**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, 322p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003a.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 nov. 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 17 jan 2021.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convec169.pdf/view>>. Acesso em: 16 jan 2021.

_____. EMI Nº58, Medida Provisória Titulação de Áreas Remanescentes de Comunidades Quilombolas de 20 de novembro de 2003. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 2003b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/exm/2003/emi58-ccv-minc-mds-seppir-03.htm>. Acesso em: 25 jan. 2020

_____. Fundação Cultural Palmares. Certificação, Titulação e Demarcação dos Territórios Tradicionais. Brasília, 2010. Disponível em: < <https://www.palmares.gov.br/?p=1208>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. Nº 542/2018 – SFPO/STF. Notícia de Fato 1.00.000.006796/2017-13. Noticiado Jair Messias Bolsonaro. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/DenunciaBolsonaroTarjado.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

_____. 11ª Primeira Vara Federal de Curitiba. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5055436-26.2018.4.04.7000/PR, Termo de Audiência. Juíza Federal Sílvia Regina Salau Brollo. Curitiba, PR, 25 mar. 2019a. Disponível em: < <https://www.ajufe.org.br/images/2019/FONADIRH/Sentencas/SilviaBrollo1.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Agravo de Instrumento Nº 5039124-23.2018.4.04.0000 (Processo Eletrônico - E-Proc V2 - TRF). Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER. Porto Alegre, RS, 17, set. 2019b. Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=consulta_processual_resultado_pesquisa&selForma=NU&txtValor=50391242320184040000&selOrigem=TRF&chkMostrarBaixados=1>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BUTI, R. P.. **A-cerca do Pertencimento:** percursos da comunidade Invernada Paiol de Telha em um contexto de reivindicação de terras. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92535/276054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CANAVESE, F. G.. **O Testamento de Dona Balbina**: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865). 2011. 92 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93360>>. Acesso em: 30 set. 2021

CARDOSO, M. A.. **Na pele do real**: Os desafios do movimento negro no século XXI. In: João Carlos Nogueira, Joana Célia dos Passos, Vânia Beatriz Monteiro da Silva. (Org.). Negros no Brasil,: Política, Cultura e pedagogias. 1ªed.Florianópolis: ATILÊNDE, 2010, v. 1, p. 27-42.

_____. **O movimento negro em Belo Horizonte**: 1978-1998. 227f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000210.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

_____. **Patrimônio Cultural Negro-Africano**: desafios contemporâneos. In: João Carlos Nogueira; Tânia Tomázia dos Nascimento. (Org.). Patrimônio Cultural, Territórios e Identidades. 1ªed.Florianópolis: ATILÊNDE, 2012, v., p. 21-39.

CARVALHO, E. A.. Tecnociência e complexidade da vida. São Paulo. **Em Perspectiva** (Impresso), v. 14, p. 26-31, 2000. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/spp/a/z3wqXZS9kPQd6VgspbqZg3C/?lang=pt#>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CARVALHO, J. J. A Escola de Kyoto, a Filosofia Ocidental e as Artes Indígenas Amazônicas. Triálogo para a Construção de um Encontro de Saberes filosóficos. **Modernos e Contemporâneos**, v. 3, p. 174-196, 2019a.

_____. **Uma voz quilombola na contra-colonização da academia. Apresentação**. In: Antonio Bispo, Colonização, Quilombos. Modos e Significações, 9-11. Brasília: Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento AYÓ, 2019b.

_____. **Encontro de saberes, descolonização e transdisciplinaridade, conferências introdutórias**. In: TUGNY, ROSÂNGELA PEREIRA DE; GONÇALVES, G. (org). Universidade popular e encontro de saberes. 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, 2020a. v. 1ª. 652p .

_____. **Encontro de saberes e descolonização**: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Ramón Grosfoguel. (Org.). Decolonialidade e pensamento Afro-diaspórico. 1ª.ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2018, v. , p. 79-106.

_____; ÁGUAS. C. L. **Encontro de Saberes**: um desafio teórico, político e epistemológico. In: Boaventura de Sousa Santos; Teresa Cunha. (Org.). Colóquio Internacional Epistemologias do Sul. Vol. 1: Democratizar a Democracia, 1ed. Coimbra: Universidade Coimbra/Centro de Estudos Sociais, 2015, v. 1, p. 1017-1027.

_____. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006. V. 1. 211p.

_____. Los estudios culturales en América Latina: Interculturalidad, Acciones Afirmativas y Encuentro de Saberes. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colômbia, N° 12: p. 229-251, Janeiro-Junho 2010.

_____. Notório Saber para os Mestres e Mestras dos Povos e Comunidades Tradicionais: Uma Revolução no Mundo Acadêmico Brasileiro. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 54–77, 2021. DOI: 10.35699/2316-770X.2021.29103. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/29103>>. Acesso em: 2 mar. 2022.

_____. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. **Cinética**, v. 1, p. 1, 2008

_____; KIDOIALE, M.; CARVALHO, E. N.; COSTA, S. L.. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e encontro de saberes. **Sociedade e Estado**, v. 35, p. 135-162, 2020b.

_____. Uma proposta de cotas para negros e índios na Universidade de Brasília. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 3, p. 9-59, 2004.

CARVALHO, M. C. P.; SCHMITT, A.; TURATTI, MARIA CECÍLIA. M. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. 10, p. 129-136, 2002.

CASTRO, F. C.; VIZOLLI, I. Um olhar sobre a matemática presente nas construções das casas na comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias, TO. **REVEMAT**, Florianópolis, v. 08, n. 2, 2013. 144-161. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/download/1981-1322.2013v8n2p144/26025/106407>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (Seti). Seti e Casla firmam acordo para o desenvolvimento econômico e socioambiental de comunidades rurais. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://www.seti.pr.gov.br/Noticia/Seti-e-Casla-firmam-acordo-para-o-desenvolvimento-economico-e-socioambiental-de-comunidades>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CHACPE, J. F.. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal**. 150 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15878/1/2014_JulianaFernandesChacpe.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

CHASQUI, J. W. B; OLIVEIRA, C. D. M.. O pacífico colombiano, de região a paisagem: uma leitura desde o simbólico e cultural. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, vol. 9, núm. 19, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5528/552857130018/html/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ática, São Paulo, 2000.

_____. In. Emir, S. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma /** - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, p. 131, 2013.

CHERQUES, H. R. T.. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, p. 27, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n1/v40n1a03.pdf>>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

CHI, J. Y.. Bairro do Bom Retiro segundo as categorias etnográficas: Fundamentos teóricos e primeiras observações no campo. In: 3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2014, Belo Horizonte. **3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**, 2014.

_____. **O Bom Retiro dos coreanos**: descrição de um enclave étnico, Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Ano de Obtenção. Universidade de São Paulo, USP, 2016.

COMUNIDADE QUILOMBOLA INVERNADA PAIOL DE TELHA FUNDÃO. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Guarapuava, Fascículo 1, 2009. 11f.

CONAQ E TERRA DE DIREITOS. **Representação** contra o deputado federal Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2017/04/repre.-Bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 17 de fev. 2020.

CONSULTOR JURÍDICO. Honra Defendida: MPF – RJ move ação contra Bolsonaro por ataques a negros e quilombolas. **Revista Consultor Jurídico**, Abril, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-10/mpf-move-acao-bolsonaro-ataques-negros-quilombolas>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS (CONEN). Direção Executiva CONEN. **Defesa das Ações Afirmativas e das cotas raciais para a população Negra, Povos Indígenas e Alunos egressos das escolas públicas brasileiras**. Brasília, 2010. Não Paginado. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/stf-julga-hoje-lei-que-criou-o-prouni-e-as-cotas-para-negros-na-unb/>> Acesso em: 03 Set. 2021.

COSTA, G.. O que é lugar de fala? **Saúde em Debate**, v. 43, p. 360-362, 2019.

COVALSKI, A. A. R.. Os Griots na África Ocidental: memórias de imigrantes africanos na cidade de Chapecó? SC. In: III Copene Sul: Negras e negros no Sul do Brasil Desenvolvimento, Patrimônio e Cultura Afro-brasileira, 2017, Florianópolis. **ANAIS 2017**, 2017. P. 739-745. Disponível em: < <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1474>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CHARLES, A. J. ; SÁ, L. A. C. M. . Cartografia Histórica da África - Mapa cor de Rosa. In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. **Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica ? UFMG, 2011. v. 1. p. 1-16.

CRUZ, A. M. S.. **Entrevista com a líder quilombola Ana Maria da Cruz**. Colônia Socorro – Guarapuava - , 2019. (Informação Verbal)

CRUZ, I.P.C.S.. **Quilombos ou quilombolas: Vozes Insurgentes Pelo Direito Constitucional ao Território**. 2019, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2019.

_____. **Eu, mulher quilombola, e a reinvenção da resistência**. Ashoka Brasil, 2021. Disponível em: <<https://ashokabrasil.medium.com/eu-mulher-quilombola-e-a-reinven%C3%A7%C3%A3o-da-resist%C3%Aancia-bff325ec409f>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CURY, C. R. J. Direito à educação, escravatura e ordenamento jurídico no Brasil Império. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 1, p. 110-148, 12 fev. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. In: CAPOBIANCO, João Paulo et al. (org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade - Instituto Socioambiental, 2001, pp. 184-193. Disponível em: < <https://we.riseup.net/assets/432683/2001-cunha-e-almeida-pop-indigenas-p-t-e-conservacao-na-a-portugues-capobianco-ed.pdf>>. Colar 22 jan. 2020.

DEALDINA, S. S.. (Org). **Mulheres quilombolas: territórios de existência negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

DEL ROIO, M.. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 29, p. 63-78, 2007.

DESLANDES, S. F.; GOMES R.; MINAYO C. De S.; NETO C. O.. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely F. Deslandes, Otavio C. Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

DEZORDI, M. . A ideologia do progresso, e a construção de fronteiras e estereótipos na colonização do município de Matelândia no Oeste do Paraná. (1950-1975). In: **IV Simpósio de Pesquisa em Estado e Poder: Ditaduras e Democracias**. 2013, Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/cantareira/v3/?p=1108>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

DIAS, J. E.. **Corpo-território: mulher Kalunga**. Cavalcante, GO: Articulação Pacari, 2019. Disponível em: < <https://campanhacerrado.org.br/noticias/301-livro-mulheres-kalunga>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

DIAS, V. F.. **Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola**. In: Selma dos Santos Dealdina (Org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. 1. ed. São Paulo -SP: Editora Jandaíra, 2020. v. 1. 168p .

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DINIZ, M. **Programa Ambiental da ONU como primeiro TICCA do Brasil**. 2021. Rede Cerrado. Disponível em: < <https://redecerrado.org.br/territorio-kalunga-e-reconhecido-pelo-programa-ambiental-da-onu-como-primeiro-ticca-do-brasil/>>. Acesso em: 8 fev. 2021

DIZER DIREITO. Constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Dizer Direito**, Não paginado, Fev 2018. Disponível em: < <https://www.dizerodireito.com.br/2018/02/constitucionalidade-do-decreto-48872003.html>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

ENCONTRO DE SABERES NAS UNIVERSIDADES, Bases Para um Diálogo Interepistêmico. Documento-Base do Seminário. Brasília, 16 e 17 de junho de 2015. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa. **Documento técnico produzido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI)**, no âmbito da realização do Seminário Encontro de Saberes nas Universidades: Bases para um Diálogo Interepistêmico. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/7248.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.T>. Acesso em: 20 out. 2020.

DA EMPOLI, G.. **Os Engenheiros do caos**. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESCOBAR, A.; PARDO, M.. **Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano**. In: SANTOS, B. S. S.. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 341-374.

FELIPE, D. A.. Patrimônio cultural Negro no Paraná: A Comunidade Quilombola Paiol De Telha. In: Congresso Internacional de História, 2015, Maringá. **Anais e Palestras**. PPH-UEM, 2015. P. 3303-3315.

_____. Patrimônio **cultural Negro no Paraná**: Memória e Identidade Nas Terras Quilombola Paiol de Telha. In: FELIPE, Delton Aparecido; OLIVEIRA, Otair Fernandes; ESCOBAR, Giane Vargas. (Org.). Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira: Memória, Identidade e Reconhecimento. 1ed. Franca - São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018a, v. 1, p. 29-29.

_____; PELEGRINI, S. de C. A.. Memórias afro-brasileiras no Estado do Paraná: as práticas de vida da comunidade Quilombola Paiol de Telha. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 14, p. 387-406, 2018b.

FERNANDES, C. R.. O que queriam os Kalungas? - A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste do Goiás. **Interação** (Campina Grande), v. 16, p. 421-431, 2015. Disponível em:
< <https://www.scielo.br/j/inter/a/PVkzS6zMGL8MPR8ZCFfkYwB/abstract/?lang=pt>>.
Acesso em: 21. set. 2020.

FERNANDES, F.. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca”). Volume 1. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

FEITOSA, S. F.; LACERDA, R. F.. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. **Revista Interterritórios**, v. 1, p. 5-23-23, 2015.

FIABANI, A.. Quilombos e comunidades remanescentes: resistência contra a escravidão e afirmação na luta pela terra. **REVISTA DE ESTUDIOS BRASILEÑOS**, v. 5, p. 39-52, 2018. Disponível em: <<<https://www.revistas.usp.br/reb/article/download/154311/150524>>.
Acesso em: 11 jul. 2021.

FILGUEIRA, A. L. de S.; SILVA, M. A. V.. Afrocentricidade, quilombismo e colonialidade do poder: saberes insurgentes nas textualidades de Abdias do Nascimento e Aníbal Quijano. **Revista Temporis [Ação]** (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 19, n.2, p. 1-17, e-190210, jul./dez., 2019. Disponível em:
< <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: 25 jan. 2021

FLORIANI, D.. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos ambientais. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), v. IX, p. 65-80, 2006.

_____. Complexidade e epistemologia ambiental em processos socioculturais globais e locais. **Interthesis** (Florianópolis), p. 45-64, 2010a

_____. **Conhecimento, meio ambiente e globalização**. 1. ed. Curitiba: Juruá (co-edição) com o PNUMA do México, 2004. v. 1. 173p

_____. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, v. I, n.1, p. 21-39, 2000.

_____. Diversidade Cultural, desafios educacionais e sistemas cognitivos: para pensar uma modernidade em crise. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, p. 40-52, 2010b.

_____. História da construção da Pós-Graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR): aspectos epistemológicos, metodológicos e institucionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 47, p. 87-104, 2018.

_____; FLORIANI, N.. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do Estado do Paraná, Brasil. **Polis (Santiago. EN LÍNEA)**, v. 20, p. 24-39, 2020.

_____; HEDLUND, A. N.; LIMA, J. E. S.; SULZBACH, M.. **Modernidade periférica e sujeitos plurais no contexto da crise socioambiental**. 2020. (Relatório de pesquisa).

FLORIANI, N.; RIOS, F. T.; FLORIANI, D.. **Territorialidades, alternativas e hibridismos no mundo rural**. Polis (Santiago. en Línea), v. 34, p. 2-16, 2013.

_____; FLORIANI, D. . **Saber Ambiental complexo**: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, p. 3-23, 2010.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GADELHA, M. R. d'A. F.. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **R. História**. São Paulo, p. 153 – 162. Jan/jul. 1989. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

GANDELMAN, M.. **A economia política do capitalismo cognitivo**: desmaterialização do trabalho, do valor e do poder na Sociedade do Conhecimento. 2008. 379f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Doutorado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12612/12612_1.PDF>. Acesso em: 22 jan. 2021

GERMANO, P.. **A constituição da pessoa ogã no Xangô Renovado de Pernambuco** (modelo Ilê Obá Aganjú Okoloyá). Reia - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, ano 4, volume (4)2, 126-149p. 2017.

GOMES, N. L.. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, p. 109-121, 2011.

_____. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, D. G.. **Entrevista com o líder quilombola Domingos Gonçalves Guimarães**. Via Telefone – 2020. (Informação Verbal)

GUTIÉRREZ, H.. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi** (Rio J.) [online]. 2004, vol.5, n.9, pp.103-127. ISSN 2237-101X. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/LVv9dmFHvQzSfPBcNrbnzzt/?lang=pt>> . Acesso em: 01 fev. 2020.

HALEY, A. **Negras raízes**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11º ed. Rio Janeiro: DP&A, 2006.
HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R.. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: III Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade, 2012, Campinas. Dilemas e desafios na contemporaneidade. **Anais do II Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Cultura**. Campinas: UNICAMP, 2012. v. 1. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

HARTUNG, M. F.. **O sangue e o espírito dos antepassados**. Escravidão, herança e expropriação no grupo negro Invernada Paiol de Telha - PR. Florianópolis: NUER, 2004. V. 1. 150p

_____. et al. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural. Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia, 2008. Relatório Antropológico - UFSC

HASENBAL G, C.. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: CHOR MAIO, M.; VENTURA, S. R. (ORGS.). (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996, v., p. 235-249.

HONOTÓRIO, R.. Produtos naturais Kalunga. 2017. Disponível em:
<<https://encontreodesaberes.tumblr.com/post/167944453824/produtos-naturais-kalunga>>.
Acesso em: 23 jan. 2020

JAMES, C. L. R.. **Os Jacobinos Negros, Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo, Boitempo Editora, 2000.

JORGE, A. L.; BRANDÃO, A. A. P.. A produção social da “questão quilombola” no Brasil. **O Social em Questão**, v. XIX, p. 349-373, 2016. Disponível em:
<http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_35_2_SL_Jorge_Brand%C3%A3o.pdf>.
Acesso em: 11 jan. 2021.

JÚNIOR, . J. A.. **Rumo ao multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos sofridos pela população negra**. In: SANTOS, S. A. (Org.). **Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

KOSLOWSKI, A. A.. É o conceito de tecnociência confuso? **Revista Philosophos**, v. 20, p. 11-36, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/36115>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

LEFF, E.. **Saber ambiental. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes/ PNUMA, 2005.

_____. **O problema da transdisciplinaridade: ciência e filosofia hoje**. Interthesis, Florianópolis, v. 11, p. 63-84, 2014. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2014v11n1p66>>.
Acesso em: 01 jul. 2017.

LE GOFF, J.. **História e memória**. 5ª ed. – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LEITÃO PINHEIRO, M.. **Uma Comissão da Verdade no Brasil: escravidão, multiculturalismo, história e memória**. Civitas, Porto Alegre, v. 18, p. 683-698, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 985-977, 2009. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015>>. Acesso em: 13 jan. 2021

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica** (Lisboa), Portugal, v. 4, n.2, p. 333-354, 2001.

_____. (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. Quilombos: questões conceituais e normativas. **Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural**, v. 01, p. 01-05, 2003.

LIMA, L. S. C.. **Oralidade, memória e tradição**: constituintes das identidades negra e quilombola do povo de Tijuacu. 2011. 105p. Dissertação (Mestre em Crítica Cultural) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação – PPG. Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Alagoinha, 2011. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2757/DIS%20Oralidade%20C%20memoria%20e%20tradicao.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LITERAFRO. O portal da literatura afro-brasileira. **Lélia Gonzalez**. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>. Acesso em: abr. 2021.

LOURENÇO, S. R.; SILVA, D. K. P.. **Cosmologia quilombola**: entre santos, arrumações, benzeções e seres não-humanos na comunidade Lagoinha de Cima. **ACENO - REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE**, v. 3, p. 71-86, 2016.

LOMBROSO, C.. **O Homem Delinquente**. São Paulo. Ícone, 2007.

LUCIANO, D. F.; SANTOS, M. J.; FERNANDES, C. S.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.. Aspectos Da Territorialidade e Patrimônio Cultural No Quilombo Cedro Como Fatores De Promoção Do Desenvolvimento Regional. **ANAIS CICTED**, 2015, v. 1, p. 49-49, 2015.

_____. Quilombo do Cedro em Mineiros (Go): um estudo sobre a formação e posse da terra da comunidade. Unitau, **III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento**. 2014. Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH1166_1427392157.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

LUFT, E. **A Síndrome da Casa Tomada**: subjetividade, niilismo e filosofia. Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, v. 1, p. 1-8, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/XI/2.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

MACHADO, A. M. N.; GENRO, M. E.. Lições do sul: “buen vivir-vivir bien”, uma alternativa ao desenvolvimento, desde o pensamento andino. **Otra Economía Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. 11, p. 119-135, 2018.

MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, 252 p. ISBN: 978-85-7541-517-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio9788575415177.epub>> Acesso em: 16 de abr. 2020.

MAISONNAVE, F.. FHC veta projeto de lei sobre comunidades quilombolas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mai. 2002. Disponível em : <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1905200221.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

MARQUES, C. E.; GOMES, L.. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 28, p. 137-153, 2013.

MARQUES, J. T.. **Entrevista com a liderança quilombola João Trindade Marques**. Reserva do Iguaçu, 2019. (Informação Verbal).

MARTINS, R.. **Uma história de luta em defesa do cerrado e das plantas medicinais**. 2019. Disponível em: <<https://museucerrado.com.br/fitoterapia-cerrado/lucely-pio/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MENA, F. “Achava que, se você se esforçasse, conseguiria vaga na universidade”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de Fevereiro de 2022. Ilustrada, Ilustríssima, C4, C5.

MESSIAS, A. F. do N. de. **A alteridade negra nas décimas de Nicomedes Santa Cruz**. Orientadora: Roseli Barros Cunha. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MEUCCI, S.. **Octavio Ianni em Curitiba: dilemas e nexos entre ciência social, ideais de modernidade e identidade regional**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. **Anais**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - Resumos, 2007. V. 1. p. 378-378.

MINAYO ,C. S. et al.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely F. Deslandes, Otavio C. Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org.). Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

MOLEFI, K. A. Uma obra na Tradição de Ma' at. In: Nascimento, E. L. (Org.). **Abdias do Nascimento 90 Anos – Memória viva**. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2006.

MONTAGNINI, F. et al. **Sistemas agroflorestais: principios y aplicaciones en los trópicos**. 2. Ed. San José: Organización para Estudios Tropicales, 1992. 662p.

MORAES, M.R.C. **O desencantamento da meditação:** da união mística ao fitness cerebral. Scielo Brasil 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rs/a/NDR73VysD3m4PmKGnVRHZ5N/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 set. 2021.

MORAES, P. R. B.. **Notas sobre a pesquisa - A Cor da Universidade Federal do Paraná.** In: Delcele Queiroz. (Org.). O negro na Universidade. Salvador: Novos Toques, 2002.

MORIN, E.. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. – 12ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Porto Alegre, Sulina, 2015.

_____. **Jornadas Temáticas. A religação dos saberes.** O desafio do século XXI. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

MOURA, C.. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, K.. **À guisa de prefácio.** O Quilombismo- Documentos de uma Militância Pan-Africanista. 3ª ed. São Paulo: PERSPECTIVA, 2019, v., p. 15-390.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. 3ª ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.

_____. Nosso racismo é um crime perfeito – **Entrevista** com Kabengele Munanga. 2010. Fundação Perseu Abramo, Partido dos Trabalhadores. Focus Brasil. Formato Digital. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>>. Acesso em: 04 abri. 2021.

_____. Por que ensinar a história da África e do Negro no Brasil de Hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, p. 15-239, 2016.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). **Revista USP.** São Paulo. n. 114, p. 31-44. julho/agosto/setembro 2017.

NASCIMENTO, A.. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

_____. **O negro revoltado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Abdias Nascimento 90 Anos – Memória Viva**. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2006.

NICOLESCU, B.. A evolução transdisciplinar a universidade condição para o desenvolvimento sustentável. **Conferência no Congresso Internacional "A Responsabilidade da Universidade para com a Sociedade"**, International Association of Universities, Chulalongkorn University, Bangkok, Thailand, de 12 a 14 de novembro de 1997. Disponível em: <<https://ciret-transdisciplinarity.org/bulletin/b12c8por.php>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

_____. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

O'DWYER, E. C.. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42). Disponível em: <<http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/ElianeOdwyer%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Livro%20Quilombos.pdf>>. Acesso em: 22 de jan. 2021

_____. **Quilombos: os caminhos do reconhecimento em uma perspectiva contrastiva entre o direito e a antropologia**. **Fronteiras: Revista de História [en linea]**. 2009. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=588265667009>>. Acesso em: 22 jan. 2021

OLIVEIRA, J. C.. Delegado detalha denúncias de crime ambiental contra Ricardo Salles; deputados governistas criticam a investigação. **Agência Câmara de Notícias**. 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/751046-delegado-detalha-denuncias-de-crime-ambiental-contra-ricardo-salles-deputados-governistas-criticam-investigacao>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, R. C.; et al.. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**, v. 5, p. 165-198, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6227086.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

OLIVEIRA, T.F.M.G. **Ações Afirmativas raciais: trajetória de um debate**. 88f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. **Projeto Encontro de Saberes nas universidades: uma leitura sociológica do diálogo entre distintas epistemologias**. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, T. K.. **Sistemas silvipastoris e agrossilvipastoris: integração entre reflorestamento e pecuária**. In: Rivadalve Coelho Gonçalves; Luís Cláudio de Oliveira. (Org.). Embrapa Acre: ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável do sudoeste da Amazônia. 1ed. Rio Branco: Embrapa Acre, 2009, v. 1, p. 123-138.

OLIVEIRA, S. V.; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 15, p. 371-388, 2008.

POCHMANN, M. Capitalismo cognitivo e a crise do trabalho. 2021. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/pochmann-capitalismo-cognitivo-e-crise-do-trabalho/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

PAIXÃO, M.. **A Lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação**. 1ª ed. Curitiba, PR. 2014.

_____. **O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento**. Observatório da Cidadania, v. V. 10, p. 59-70, 2006.

PARDO, Maurício. **Acción Colectiva, Estado y Etnicidad En El Pacífico Colombiano**. Colciencias, 2001.

PARODE, V. P.. **Alcance e limites da interdisciplinaridade/transdisciplinaridade**. In: V. V. A. A. (Org.). Interdisciplinaridade teoria e prática. Florianópolis: UFSC, 2014. P. 33-46.

_____. **Consciência Cósmica – educação transdisciplinar e estética biocósmica: configurando as imagens simbólicas e o ser multidimensional**, 2010. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3657/1/423348.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PATZLAFF, R. G.; PEIXOTO, A. L.. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** (Impresso), v. 16, p. 237-246, 2009.

PEREIRA, B. M.; ALMEIDA, M. G.. O Quintal Kalunga Como Lugar E Espaço De Saberes. **Geonordeste** (UFS), v. 2, p. 47-64, 2011.

PETRY, F.; BORGES, L.. Invernada Paiol de Telha é o primeiro quilombo titulado no Paraná. **Web site Terra de Direitos**. 2019. Disponível em: < <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/invernada-paiol-de-telha-e-o-primeiro-quilombo-titulado-no-parana/23069>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PIO, L. M.. Diálogo com a mestra quilombola Lucely M. Pio. Mineiros, 2020. Entrevista (Informação Verbal).

PONLOP, D.. **Buda rebelde**: na rota da liberdade. Teresópolis, RJ, 2AB Editora, 2014.

PORTAL G1. **Conselheiro e amigo de Bolsonaro relata que havia rachadinha nos gabinetes da família, diz revista**. Portal G1. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/01/21/conselheiro-e-amigo-de-bolsonaro-relata-que-havia-rachadinha-nos-gabinetes-da-familia-diz-revista.ghml>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

PROTOCOLO COMUNITÁRIO BIOCULTURAL DAS RAIZEIRAS DO CERRADO: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. (Org.) Jaqueline Evangelista Dias e Lourdes Cardozo Laureano. Turmalina: Articulação Pacari, 2014.

QUIJANO, A.. **“Bien vivir”**: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. ISBN 978-987-722-018-6.

_____. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, p. 84-130, 2010.

ROCK, E.. A vida é um desafio. Racionais MC's. in: Nada como um dia após o outro dia. São Paulo: Zâmbia. 2002. L.P.

RIBEIRO, D.. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017. (Feminismos plurais).

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras; 2018.

REIS, J. R.; SILVA, E. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RIVERA CUSICANQUI, S.. **Sociología de la imagen**: ensayos. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

ROBERTO, R.; LOPES, D. S. **A titulação dos territórios quilombolas**: uma breve leitura dos oito anos de governo Lula. In. Merlino, T; Mendonça, M. L.(Orgs). Direitos humanos no Brasil 2010. Relatório da Rede social de justiça e direitos humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <<https://www.social.org.br/Direitos%20humanos10.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ROCHA, M. C; RINCÓN, M. B; BARBOSA, M. S.. Síntese da coleção história geral da África: pré-história ao século XVI. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SADER, E. S. **Renato Freitas: jovem, negro, curitibano: preso**. 2021. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/renato-freitas-jovem-negro-curitibano-preso>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

SACCARO JUNIOR, N. L. **A regulamentação de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios: disputas dentro e fora do Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/MYtsst7MtDY4scSxvjWNZGP/?lang=pt>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SALES JÚNIOR, R. L.. Democracia Racial: o não-dito racista. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 18, p. 229-258, 2006.

_____. Racismo cordial ou autoritarismo espírituoso. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 23, p. 99-114, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 06. jan. 2020.

SAMTEN, P.. **Meditando a vida**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

SANTOS, A. A. et al. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 669-698, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-7>. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/esa29-3_07_ameacas/esa29-3_07_pdf/6780>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SANTOS, A. B.. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI- UnB, 2015.

_____. _____. 2. Ed. Brasília: Associação de Ciências e Saberes para o Etnodesenvolvimento Ayô, 2019a.

_____. **Entrevista com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos**. Curitiba – São João do Piauí, 2019b. Entrevista realizada via telefone. (Informação Verbal)

SANTOS, B. S. S.. Capítulo 1. In: _____. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47-117.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Construindo as epistemologias do sul:** antologia essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses.. [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. V. 1, 688 p.; 20 x 20 cm

_____. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos.** 79, p. 71-94, nov. 2007.

_____. **Prefácio.** O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez. 2004. P. 777-813.

_____. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SANTOS, D. L.. Bantos e Iorubás nas Américas: a intelectualidade e discursividade ancestral de Abdias do Nascimento e Manuel Zapata Olivella. **Revista da ABPN**, São Paulo, v. 10, ed. esp., p. 765-793, jan. 2018.

SANTOS, D. R.. **Entrevista com a liderança quilombola Daniela Rocha dos Santos**, núcleo Reserva do Iguaçu. Reserva do Iguaçu, 2020. Entrevista. (Informação Verbal)

SANTOS, J. **Entrevista com a liderança quilombola Jucemara dos Santos.** Núcleo Reserva do Iguaçu. Reserva do Iguaçu, 2020. Entrevista. (Informação Verbal)

SANTOS, M.. **Por outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, N. N. da S.. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988):** um estudo das demandas por direitos. - 2015. 205 f. Dissertação (Mestre em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV – Direito, SP). São Paulo, 2015.

SCHRAMM, F. P. et al. **Por que a titulação do quilombo Invernada Paiol de Telha é tão emblemática?** Terra de Direitos, 2019. Disponível em:
< <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-a-titulacao-do-quilombo-invernada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/23074>>. Acesso em: 06 fev. 2022

SCHWARCZ, L. K. M.; A vadiagem e sua inscrição nos corpos, in: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol.11 no. 3, Rio de Janeiro, setembro a dezembro de 2004.

_____.; Gomes, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 1. 513p

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - (1870 - 1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

_____. O Espetáculo da Miscigenação. **Revista do instituto de estudos avançados**, São Paulo, v. 17, p. 15-23, 1994.

_____. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A. 2020.

SEGATO, R. L.. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18, 2012: 106-131. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533>>. Acesso em: 05 Jul. 2015.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), São Paulo, n.maio/ago, p. 60-70, 2002.

SILVA, A. C. M. **Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão To**. 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais) -UnB – 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37374/1/2019_AnaClaudiaMatosdaSilva.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SILVA, F. L.. Conhecimento e razão instrumental. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, v. 8, n.01, p. 11-31, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/hP8Y8DR6P6hVD7pgng6pQ4B/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, J. S.. Saber tradicional etnobotânico na comunidade Quilombola do Cedro no Sudoeste de Goiás. **Extensão Rural**, v. 26, p. 17-36, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/34928>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SILVA, L. G., et. al. **Pesquisa Histórica**. In.: Miriam Hartung Furtado (coord.). Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural. Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia, 2008. Relatório Antropológico - UFSC

SILVA, P. B. G. e. **Negros na Universidade e produção de conhecimento**. In: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Valter Roberto Silvério. (Org.). Educação e Ações Afirmativas: Entre a justiça Simbólica e a Injustiça Econômica. 1ed. Brasília: INEP/MEC, 2003, v., p. 43-54.

SILVA, R. M. C.; **Cultura popular e educação**. 1. Ed. Brasília: MEC, 2008. V. 1. 246p.

_____. Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras no Brasil. **Revista Ethos** (Brasília), Brasília, DF, v. 1, n.1, p. 83-106, 2000.

SILVA, R. S.. **A periferia pede passagem:** trajetória social e intelectual de Mano Brown. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. 302 p., 2012.

SODRÉ, M.. A imprensa reflete o racismo no Brasil por inteiro. Entrevista para o **Portal Viomundo**, 2012. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/muniz-sodre-a-imprensa-reflete-o-racismo-no-brasil-por-inteiro.html>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. **O império do grotesco.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____. O Intelectual Tropical. Entrevista concedida à Juremir Machado da Silva. **Correio do Povo**, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/muniz-sodr%C3%A9-o-intelectual-tropical-1.312006>>. Acesso em: 04 de dez. 2020.

_____. **Pensar Nagô.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

SOUZA, C. L. S. **Terra, trabalho e racismo:** Veias Abertas De Uma Análise Histórico-Estrutural No Brasil, 265 p. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

SOUZA, J.. **A Elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

_____. Gilberto Freyre e a Singularidade Cultural Brasileira. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 12, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

SOUZA, L. O. C. DE. **Quilombos:** identidade e história. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, M.. Fundação Cultural Suábio-Brasileira, no Paraná, será beneficiada com parceria entre HELM do Brasil e Cooperativa Agrária Agroindustrial. **Revista Agrícola**, Jan. 2022. Disponível em: <<http://www.ragricola.com.br/fundacao-cultural-suabio-brasileira-no-parana-sera-beneficiada-com-parceria-entre-helm-do-brasil-e-cooperativa-agraria-agroindustrial/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SOUZA, M. A. A.. Ciências humanas e sociais, ciências moles? A propósito do trabalho científico nesta contemporaneidade. **Geotextos**, Salvador, v. 7, nº 1, p. 135-155, 2011.

SOUZA, M. G.; MORAES, P. R. B.. A Invisibilidade do Negro na cidade de Curitiba. In: V Congresso Afro-brasileiro, 1997, Salvador. **Anais do V Congresso Afro-brasileiro**, 1997.

_____. **Ações afirmativas e inclusão de negros por “cotas raciais “nos serviços públicos do Paraná**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara – SP, 2010.

_____. ; Moraes, P. R. B.. **Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba**. Brasil Responsável, Curitiba- PR, v. 01, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a01n13.pdf>>. Acesso em: 17 de abr 2020.

_____. O preto que passa em Branco na capital de "todas as raças": preconceito e violência na cidade de Curitiba. In: Congresso Mundial sobre Racismo e Feira Internacional Multicultural, 1999, Salvador. **Anais do Congresso Mundial sobre Racismo e Feira Internacional Multicultural**, 1999.

SOUZA, M. S. R.. **Pós-fácio**. In: Colonização, Quilombos: modos e Significações. 2ª Edição. Brasília: Associação de Ciências Para o Etnodesenvolvimento Ayo, 2019, 106f.

SOUZA, O. B.; KLEIN, T.. O que o governo Dilma fez (e não fez) pelos territórios quilombolas. Instituto Socioambiental, não paginado, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelos-territorios-quilombolas>>. Acesso em: 07 fev. 2021

SOUZA, R. M. et al.. **Identidades coletivas e conflitos territoriais no sul do Brasil**. 1. ed.. Manaus: UEA Edições, 2014. 250p. Disponível em: <<http://novacartografiassocia.com.br/download/identidades-coletivas-e-conflitos-territoriais-no-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

STEIN, E. **Dialética e hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia**. In: Dialética e Hermenêutica. (Jurgen Habermas). São Paulo: L&PM, 1987, p.98-134.

TELLES, Edward Eric. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

TERRA DE DIREITOS. Comunidade Quilombola Paiol de Telha. Somos quilombo Paiol de Telha. 2013. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/comunidade-quilombola-paiol-de-telha/12527>>. Acesso em: 23 set. 2021.

THIAGO, F.. **A comunidade quilombola do Cedro**. 2011. 109 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2011. Disponível em:

< http://portal.unemat.br/media/oldfiles/ppgca/docs/dissertacao_fernado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021

TRECANI, G. D.. **Terras de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2020

TUGNY, R. P. DE; GONÇALVES, G. (org). **Universidade popular e encontro de saberes**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2020. v. 1. 652 p .

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Depto. De Antropologia. Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha**. Florianópolis, 2008.

VANDRESEN, J. C.; BUTI, R. P.; SOUZA, R. M.. Narrativa sobre a sistematização das experiências da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. In: Souza, R. M. et. al. **Identidades coletivas e conflitos territoriais no Sul do Brasil**. Manaus: UEA Edições, 2014. p. 21-34. Disponível em: < <http://novacartografiasocial.com.br/download/identidades-coletivas-e-conflitos-territoriais-no-sul-do-brasil/>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

VASCONCELOS, S. S. D.; BARROCA, L. C. . Os congressos afro-brasileiros: novas propostas para os estudos da cultura negra no Brasil. **Fênix** (UFU. Online), v. 14, p. 1-12, 2017.

VERENA, A.; ARAÚJO, A.. (orgs.). **Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

VOGT, G. C.; O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. **O Social em Questão**, v. 2/2014, p. 151-164, 2014.

WACQUANT, L. J. D. O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu: Duas Dimensões e Uma Nota Pessoal. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 19. P. 95-110, nov. 2002.

_____. Poder Simbólico e a Fabricação de Grupos. Como Bourdieu reformula a questão das classes. Novos Estudos, **CEBRAP**, n 96, Julho 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a07n96.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

WEIMER, R. de A.. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. 1. Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. V. 1. 272p.

WEDIG, J. C.. Acontecimentos e memórias da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. **Anuário Antropológico**, v. 45, p. 213-231, 2020

Depoimentos, Documentários, Palestras e Demais Vídeos Disponíveis na Plataforma Youtube

QUILOMBO Paiol de Telha vence no TRF4. Amigos da Terra Brasil. 2019. 1 vídeo (4m14s). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Dgn_HfEtWew>. Acesso em: 06 fev. 2022

AO VIVO 02: educação do campo como direito – Deborah Duprat (PFDC). TV FONEC. 2021. 1 vídeo (1h10m18s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X9n-MRiKjZA>>. Acesso em: 09 out. 2021.

COMUNIDADE Quilombola Paiol de Telha (PR) | Depoimento de Maria Clara Gonçalves de Oliveira. 2018. 1 vídeo (3m7s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zjj7Xa2Ue5I>>. Acesso em: 24 jan. 2021

CONVERSA del mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos. Alice Ces. 2013. 1 vídeo (2h9m42s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>>. Acesso em: 05 set. 2021.

CULTINE – a história do Movimento Negro – Mestre Yedo Ferreira. Cultne Acervo. 2004. 1 vídeo (1h17m06s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jV0h-h7ZW_A>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ENCONTRO de saberes e inclusão na psicanálise. Canal de vídeos SBPRJ. 2021. 1 vídeo (2h16m39s). Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=SiWJrOj0QrQ>>. Acesso em: set. 2021.

ENCONTRO de saberes nas universidades: das ações afirmativas à descolonização epistêmica. Decolonialidade e Perspectiva Negra. 2016. 1 vídeo (53m56s). Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hDEAleTh5ko>>. Acesso em: 07 set. 2020.

FERREIRA, Y.. Yedo Ferreira (**depoimento, 2003**). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (6h 40min). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1184.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2020.

FÓRUM Comunitário cwbtv [57]; 21/11/2013 – quilombo Paiol de Telha. Programa Fórum Comunitário. 2013. 1 vídeo (28m30s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WEh6emiYNj4>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

FÓRUM quando o preconceito tem cor – José Jorge de Carvalho. Fórum Pensamento Estratégico (PENSES), 2015. 1 vídeo (51m29s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=frzDyMXnAvw>>. Acesso em: 10 jul. 2021

INVISIBILIDADE dos quilombos contemporâneos no sistema dominante. Pensar Africanamente, 2020. 1 vídeo (1h59m6s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KJd5ZQaVtck&t=540s>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

INFOPÉDIA dicionários Porto Editora. **Cronologia absoluta**. 2021. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$cronologia-absoluta](https://www.infopedia.pt/$cronologia-absoluta)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

_____. **Cronologia relativa**. 2021. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$cronologia-relativa](https://www.infopedia.pt/$cronologia-relativa)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LINGUAGEM em transformação: escravo ou escravizado? Inacio Vieira, 2020. 1 vídeo (1m48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AVUx6ynwJoo>>. Acesso em: 06 set. 2020.

MESA Saberes Indígenas e Quilombolas, 01/10. Seminário Ayé – Antropologia UNILAB, 2021. 1 vídeo (1h50m13s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cnDiBMAIbxc&t=458s>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

NÊGO Bispo e o sentido da morada na cosmologia Quilombola. Francisco Valdean. [s.d]. 1 vídeo (2m26s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qDW0fTKPEjk&t=11s>>. Acesso em: 02 mar. 2021

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS SUELY SOUZA DE ALMEIDA (NEPP-DH). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/oit1.html>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/lang-es/index.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

O QUILOMBO no Pensamento Militante e na Antropologia - Aulas Abertas da Antropologia. Ilka Boaventura Leite. IFCH UNICAMP. 2021. 1 vídeo (1h07m42s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CgCgyWXcbDg>>. Acesso em: 25 nov. 2021

PAIOL de Telha / A luta pelo território. Terra de Direitos. 2019. 1 vídeo (6m53s). Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=Roronmqh7Bc>>. Acesso em: 02 de abr. 2021.

RODA de conversa com o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos. Maré (UnB). 2016. 1 vídeo (1h20m55s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=39WrbYFO5Oo>>. Acesso em: 13 set. 2021

SOLENIDADE de assinatura da portaria que reconhece território Quilombola em Reserva do Iguaçu. TV Fatos. 2014. 1 vídeo (18m28s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-e1XIWrIVwg&list=PLAOfcd-oh4aJ3g0VzaKLmT6XgK9wJEzX-&index=32>>. Acesso em: 04 set. 2021

UMA CONVERSA com José Jorge de Carvalho. Saberes tradicionais UFMG. 2019. 1 vídeo (17m9s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gAT1szkgw6Y&t=6s>>. Acesso em: 21 jun. 2020.